

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FLÁVIA CARDOSO CARNEIRO

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA DIGITAL COMO  
RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA POR ESCOLA E  
FAMÍLIA

Belo Horizonte  
2020

FLÁVIA CARDOSO CARNEIRO

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA DIGITAL COMO  
RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA POR ESCOLA E  
FAMÍLIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Professor Doutor Simão Pedro Pinto  
Marinho

Área de concentração: Educação Escolar e Profissão Docente

Belo Horizonte  
2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C289f	<p>Carneiro, Flávia Cardoso</p> <p>A formação para a cidadania digital como responsabilidade compartilhada por escola e família / Flávia Cardoso Carneiro. Belo Horizonte, 2020. 281 f. : il.</p> <p>Orientador: Simão Pedro Pinto Marinho Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação</p> <p>1. Educação básica - Estudo e ensino - Brasil. 2. Cidadania - Inovações tecnológicas. 3. Mídia social. 4. Família - Educação - Brasil. 5. Tecnologia da informação - Aspectos sociais. 6. Tecnologia educacional. 7. Sociedade da informação - Brasil. 8. Interação social - Brasil - História. I. Marinho, Simão Pedro Pinto. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p>
-------	---

CDU: 304

Flávia Cardoso Carneiro

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA DIGITAL COMO  
RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA POR ESCOLA E  
FAMÍLIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas  
Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de  
Doutora em Educação.

---

Prof. Dr. Ademilson de Sousa Soares (UFMG)

---

Prof. Dr. Alípio Márcio Dias Casali (PUC SP)

---

Prof. Dr. Carlos Roberto Jammil Cury (PUC Minas)

---

Prof. Dr. José Wilson da Costa (PUC Minas)

---

Prof. Dr. Simão Pedro Pinto Marinho (Orientador) – PUC Minas

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2020.

*A meu pai, amor supremo, e a meu irmão Augusto César, que, em toda sua grandeza, ensinam-me todos os dias a força que têm o amor e a perseverança.*

*Agradecimento à família*

*À minha família, raiz do amor pelo qual sempre estive cercada e que me guia nos caminhos do mundo. Tias, tios, primas, primos, meus avós, bisavós e todas as gerações que me antecederam e trouxeram até aqui, meu muito obrigada.*

*Especial menção a Tio Flaviano, Tia Dulce, Vovó Edite, Tio Paulo, Vovó Joaquina, Tio Oswaldo, Tia Dora, Tio Erasmo, Tio Armando e Tio João, pelos exemplos de doçura, carinho, força, caráter e acolhimento deixados em meu coração. Que a luz do amor infinito os guarde, onde quer que estejam. A presença de vocês na minha vida será eterna.*

## AGRADECIMENTOS

Por esta conquista, primeiramente agradeço à minha mãe, pilar de beleza, juventude, força e retidão. À minha irmã, exemplo de amor e dedicação na busca do crescimento moral. A meus irmãos Luiz Claudio e André pela presença e os olhares curiosos. Aos meus amigos queridos Bárbara Borges, Terezinha Queiroz, Fernanda Sbardelotto, Nicolle Fiuza, Rafaela Sanches, Christiane Tosi, Patrícia Moreira, Cintia Mara, Rosália Cunha e Victor Barbosa, pela amizade, presença, força, conselhos, sorrisos e ajuda. Vocês são o tempero e a força da caminhada!

Ao meu mui estimado orientador, Simão Pedro Pinto Marinho, do qual admiro a inteligência, a paciência e o singular brilhantismo acadêmico, pelos conhecimentos generosamente partilhados. Além de professor, o senhor foi um amigo, parceiro e meu sustentáculo nos momentos difíceis desta caminhada. Grazie di cuore!

A todas as mulheres que me antecederam nos séculos de história e que lutaram para que eu, hoje, tivesse o direito de defender este trabalho. A todas vocês, meu mais profundo respeito.

À minha amiga e colega, Olga Julieta, por toda paciência e parceria durante a elaboração deste documento. Pelas sugestões, correções, puxões de orelha, conhecimento e empolgação.

Ao meu irmão italiano, Alessandro Cardon, cujo coração acompanha, há muito, o meu.

Aos meus “mais que amores” João Batista, Vicente e Davi Hermisdorff.

Às minhas parceiras, Lucimar Paiva de Souza, Sônia Luiz, Idézia de Fátima Pereira e à minha prima Carla Cardoso de Mello, sem os esforços e a dedicação das quais a finalização desse trabalho não teria sido possível.

Especial agradecimento à minha amiga/irmã Diva Pimenta, que moveu céus e terras para me abrir os caminhos desta empreitada.

À minha prima Danielli Carneiro, que vibrou com o tema deste trabalho e não mediu esforços para colaborar com tudo o que foi preciso na pesquisa de campo.

Ao querido professor Carlos Roberto Jamil Cury, pelo apoio, vibração, doçura e aconselhamento em todo o processo deste trabalho.

Ao querido professor Raimundo Nonato, que abriu os caminhos por meio de sua abnegada dedicação à cultura e à educação.

À minha maior surpresa, Werley Wiermann, que encheu meus dias de amor, amizade, carinho, parceria.

A meu sobrinho Pedro Henrique, exemplo de transformação e de um amor incondicional. Aprendo todos os dias com você! Obrigada!

A meu sobrinho Arthur, pelos tantos momentos de pura felicidade nesses sete aninhos de convivência. Você é meu maior presente. Está aí: titia terminou o “ivro”.

*O homem é um animal bastante manso e divino, se amansado por uma verdadeira disciplina; se não receber disciplina alguma ou se receber disciplina falsa, será o mais feroz dos animais que a terra pode produzir. (Platão)*

## RESUMO

Este trabalho aponta a importância da formação para a cidadania digital nas famílias e escolas de Educação Básica e no Ensino Fundamental no Brasil, diante do novo cenário da sociedade modificado pelo advento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a partir do final do século XX. As mudanças trazidas por meio das novas configurações sociais, temporais, econômicas, psicológicas e espaciais, somente para citar algumas, vêm transformando as estruturas de interação de indivíduos sem que tenha havido tempo para sua preparação adequada para lidar com mudanças tão profundas e definitivas. A introdução de novas tecnologias de estudo, comunicação e interação sociais reflete-se também no ambiente escolar, mas não somente nele, deixando crianças e adolescentes à mercê da experiência de erro e acerto, no que se refere ao uso da Internet, seus direitos e deveres diante de outros usuários e de si mesmos. A tese aponta a responsabilidade da formação moral e ética do indivíduo nas escolas e famílias e a construção integrada da cidadania de forma geral e, especificamente, a digital, no intuito de educar as novas gerações, prevenir abusos e danos e construir uma sociedade de respeito mútuo. O papel da escola e da família na formação para a cidadania digital foi estudado por meio de uma pesquisa qualitativa, com professores e coordenadores em uma escola pública pré-selecionada e com famílias na cidade de Belo Horizonte. Foram realizadas entrevistas individuais com os professores e coordenadores participantes da pesquisa nas escolas. Todas as entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos participantes, e analisadas *a posteriori* para transcrição e análise do discurso. As entrevistas com as famílias passaram pelo mesmo processo, com o diferencial de que, por vezes, foram feitas com um ou dois adultos responsáveis pelas crianças e jovens da família. Após coletados e analisados os dados, estes foram inseridos em tabelas e gráficos para a demonstração dos resultados. Com tais entrevistas, buscou-se compreender a relevância – e possível articulação – dos papéis da família e da escola diante dos desafios impostos na construção de uma cidadania digital para as novas gerações. Diante de um desafio de tamanha envergadura e ineditismo, dadas as novas formas de pensar, interagir e se comunicar, todos os atores envolvidos na educação do ser humano são chamados a cooperar. Este trabalho busca compreender as possíveis interações entre esses atores, seus papéis individuais e coordenados na conquista da formação satisfatória de crianças e jovens dentro da nova cidadania: a digital.

**Palavras-chave:** Cidadania digital. Responsabilidade compartilhada. Família. Escola. Educação Básica, TDIC.

## ABSTRACT

This paper addresses the importance of child and teenager preparation for digital citizenship to be conducted by families and schools in Brazil. Facing the new society scenario introduced by the information and communication digital technologies (ICT), starting at the end of the 20th century. Changes brought by the new social, economic, sociological and spacial configurations in society, only to mention some, are transforming human interactional structures. The point is that such profound and definitive changes are occurring without a the same level of preparation of individuals that make use of them. The introduction of these new technologies reflect in the way people study, communicate and Interact socially and professionally. Those changes have also an affect on the school environment leaving children and teens exposed to the trial and error approach in what concerns the internet use, rights and duties, regrading them and also others users. This thesis points to the responsibility of moral and ethical preparation of individuals, to be conducted by schools and families on na integrated construction of citizenship, on a broad meaning, but especifically the digital citizenship, as a mean to educate the new generations, preventing abuse and losses while building a society based on mutual respect. School and Family roles on the constructio of digital citizenshipnis studied through a qualitative reasearch, with teachers and school managers of pre selected schools in the city of Belo Horizonte, as well as with volunteer families. School teachers and managers participated on individual interviews. All interviews were recorded, with participants consente, and analised *a posteriori* for transcription and speech analysis. Interviews conducted with volunteer families, went through the same process, with the difference that those interviews were not individual but, most of times, with both parentes. After all data colected and analysed, they were organized in tables and graphics for better result demonstration. With those interviews, we tried to comprehend the relevance – and possible articulation – of family and school roles facing the challenges in the construction of a digital citizenship for the new generations. Before such a challenge presented before us, both huge and unparalleled due to the new forms of thinking, interaction and communication, all actors involved in human education are called to cooperate. This paper searches to comprehend the possible interactions among these actors, their roles, both individual and coordinated, in the conquest of satisfactory formation of children and teenagers into the new citizenship: the digital one.

**Keywords:** Digital citizenship. Shared responsibility. Family. School. ICTs

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos: desenvolvimento sustentável.....	35
Figura 2 - Frontispício datado de 1651 da edição original do clássico de Hobbes .....	58
Figura 3 - O tripé da cidadania .....	62
Figura 4 - O tripé dos deveres civis .....	89
Figura 5 - Alunos atuando em asilos da comunidade local em Vantaa, Finlândia.....	111
Figura 6 - Alunos auxiliando professores no letramento digital em escola na Finlândia.....	112
Figura 7 - Os Nove Elementos da Cidadania Digital .....	119
Figura 8 - Bloqueio temporário de acesso à internet na Síria.....	126
Figura 9 - Componentes do letramento digital .....	137
Figura 10 - A boçalidade do mal (indivíduo, sociedade e novas tecnologias) .....	148

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ética e moral.....	73
Quadro 2 - Tipologia de cidadãos norte-americanos e suas ações no final do século XX .....	93
Quadro 3 - Dimensões conceituais básicas da ECG.....	116

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Acesso à internet no mundo .....	107
--	-----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice do IDEB da escola.....	168
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Análise do Discurso
App	Aplicativo
AMV	Anime Music Video
ARPANET	Rede de comunicação das décadas de 1960 e 1970 que deu origem à internet
AUP	Acceptable Use Policies (Políticas de Uso Aceitável)
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Brexit	Movimento separatista do Reino Unido para saída da União Europeia
CERN	Laboratório Europeu de Pesquisa Nuclear
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
ECG	Educação para a Cidadania Global
E-commerce	Comércio eletrônico
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
FOSS	Free and Open Source Software
GPS	Global Positioning System (Sistema de posicionamento global, em português)
IES	Instituições de Ensino Superior
IITE	Institute for Information Technologies in Education
ITU	União Internacional de Telecomunicações
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MIT	Massachussets Institute of Technology
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RDA	República Democrática Alemã
REA	Recursos Educacionais Abertos
REPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
REP	Repetições
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNCTAD	Agência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VLOG	Vídeo blog
VPN	Rede Virtual Privada
WWW	Rede Mundial de Computadores

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 BASES FORMADORAS DO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	21
1.1 Arendt e o conceito do “mal banal”.....	24
2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, TECNOLOGIA DIGITAL E EDUCAÇÃO.....	33
2.1 Fundamentos da Educação para o Século XXI - UNESCO .....	37
2.2 O acesso à Internet como direito humano.....	39
2.3 Educação e cidadania.....	41
2.4 O conceito de universalidade da Internet e o Marco Civil da Internet .....	43
2.5 A Base Nacional Comum Curricular .....	47
3 CIDADANIA.....	52
3.1 História .....	53
3.1.1 Aristóteles e o ser político .....	55
3.1.2 Thomas Hobbes: o ser humano, a política e o contrato social.....	57
3.1.3 Locke .....	60
3.1.4 A perspectiva “marshalliana” .....	61
3.1.4.1 Dos direitos.....	63
3.1.4.1.1 Direitos sociais .....	63
3.1.4.1.2 Direitos políticos.....	63
3.1.4.1.3 Direitos civis.....	66
3.2 A construção da cidadania no Brasil .....	67
4 ÉTICA, MORAL E EDUCAÇÃO .....	70
4.1 Comenius e a formação moral e ética .....	74
4.2 Teoria do desenvolvimento moral de Piaget .....	80
4.3 Kohlberg e a educação de valores .....	81
4.4 Durkheim e a moral .....	83
4.5 A formação moral e cidadã no século XXI .....	85
5 CIBERESPAÇO, CULTURA DIGITAL E OS NOVOS AMBIENTES DE INTERAÇÃO: A NOVA ÁGORA .....	99
5.1 Políticas e práticas para o uso da internet nas escolas em outros países .....	102
5.1.1 Estados Unidos e as Políticas do Uso Aceitável – AUPs .....	102
5.1.1.1 Respeite, Eduque e Proteja (REPs).....	102
5.1.2 A Suécia e a tecnologia como aliada: cocriação.....	105
5.1.3 China e os desafios políticos para o acesso .....	106
5.1.4 Coreia do Norte - políticas de proibição.....	109
5.1.5 A Finlândia e a adoção da política digital nas escolas.....	110
5.1.6 Brasil.....	113
6 A CIDADANIA DIGITAL E SEUS FUNDAMENTOS .....	115
6.1 Os nove elementos da cidadania digital .....	118
6.1.1 Acesso digital: participação eletrônica irrestrita na sociedade. ....	120
6.1.2 Acesso doméstico .....	122
6.1.3 Acesso à Internet no Brasil e no mundo .....	123

6.1.4	Acesso garantido pelo governo.....	125
6.1.5	Comércio digital: compra e venda de bens e serviços por meios eletrônicos .....	126
6.1.6	O comércio digital e a sala de aula .....	128
6.1.7	Comunicação digital: troca eletrônica de informações .....	130
6.1.8	Troca eletrônica de informações por vídeo .....	131
6.1.9	Troca eletrônica de informações escritas.....	133
6.1.10	Troca eletrônica de informações por áudio .....	134
6.1.10.1	Letramento digital: processo de ensinar e aprender sobre tecnologia e seu uso	136
6.1.10.2	UNESCO e a política de letramento digital na educação .....	137
6.1.11	Etiqueta digital: padrões eletrônicos de conduta e procedimentos .....	140
6.1.12	Lei digital: responsabilidade eletrônica sobre obras e ações .....	140
6.1.13	Direitos e responsabilidades digitais: direitos e liberdades digitais estendidas a todas.....	140
	as pessoas incluídas em um mundo digital .....	140
6.1.14	Saúde e bem-estar digitais: bem-estar físico e psicológico em um mundo imerso em .....	141
	tecnologia digital .....	141
6.1.15	Segurança digital (autoproteção): precauções eletrônicas para garantir a segurança	141
6.1.15.1	O conhecimento proativo.....	142
6.1.15.2	O conhecimento experimental .....	145
7	A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA DIGITAL .....	148
7.1	Formação para a cidadania como papel da escola .....	148
7.2	O papel do professor: limites e possibilidades .....	151
7.3	O papel da família.....	153
8	A INVESTIGAÇÃO E OS RESULTADOS ENCONTRADOS .....	158
8.1	Categorias de análise .....	161
8.2	Família: descobertas do processo de coleta e análise dos dados .....	162
8.3	Escola: o processo de coleta e análise dos dados .....	168
8.4	Insights durante o tratamento e análise de dados nos dois grupos: expectativa e realidade	173
	CONCLUSÃO.....	177
	REFERÊNCIAS.....	181
	APÊNDICE A.....	192
	APÊNDICE B.....	256
	APÊNDICE C.....	281

## INTRODUÇÃO

*O mundo contemporâneo está em transformação contínua, vendo-se agitado por variadas crises. Vivemos uma mudança epocal: uma metamorfose não só cultural, mas também antropológica, que gera novas linguagens e descarta, sem discernimento, os paradigmas recebidos da história. A educação é colocada à prova pela rápida aceleração – a chamada rapidación –, que prende a existência no turbilhão da velocidade tecnológica e digital, mudando continuamente os pontos de referência.*

Mensagem do papa Francisco para o lançamento do Pacto Educativo. Vaticano, 12 de setembro de 2019.

A partir da última década do século XX, o mundo assistiu a uma das maiores mudanças sociais, econômicas e comportamentais de sua história, advinda do acesso em massa à Internet. Os embriões da Internet já vinham sendo usados pelas forças armadas norte-americanas desde o século passado, especialmente durante a Guerra Fria (1947-1989), de modo a tentar evitar os impactos de uma ofensiva da inimiga Rússia que comprometesse as operações essenciais no país. No entanto o acesso de maneira difusa no globo se fez sentir somente no final do século XX, por meio da criação do *World Wide Web Consortium*, nos Estados Unidos, em 1994, que possibilitou a mesclagem de gráficos e textos em páginas da *Web*, no intuito de criar uma interface amigável para o usuário. O navegador *Mosaic*, desenvolvido em 1993, foi considerado o responsável pelo grande salto que facilitou o acesso para toda a população mundial, fenômeno de consequências ainda incalculáveis.

Deve-se ressaltar, entretanto, que essa disponibilização em massa encontra barreiras específicas, sejam elas econômicas, geográficas, políticas ou de qualquer outra natureza e que evidenciam a importância do novo sistema. O acesso à rede mundial de computadores, condição *si ne qua non* para a participação cidadã efetiva na nova era do conhecimento, ainda se apresenta como um desafio para muitos países. A impossibilidade de garantir esse acesso fere os princípios de Direitos Humanos, quando se considera que o ambiente virtual ou ciberespaço representa parte essencial da esfera do convívio humano, onde toma forma a criação e o compartilhamento do conhecimento e o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos. Devido à velocidade da Internet e à abrangência das novas possibilidades por ela trazidas, a limitação ou inexistência do acesso à rede cria um distanciamento que se agrava, quanto maior o tempo dessa restrição.

Populações expostas a diferentes níveis de acesso à rede terão, com o passar dos anos, diferentes níveis de desenvolvimento dentro da tecnologia do conhecimento, fato que acarretará um agravamento das diferenças sociais, econômicas e políticas em uma esfera global.

Além da importante questão do acesso, deve-se considerar que, sendo um ambiente de exercício da cidadania, o ciberespaço demanda uma formação específica para seu uso responsável e apropriado. Como qualquer ferramenta, necessita de capacitação operacional, mas não apenas dela.

As novas e infindáveis possibilidades que se descortinam através dos novos espaços do conhecimento e da interação requerem indivíduos que, além de saber acessar esses espaços, saibam usá-los de maneira justa e eficaz, para alcançar os objetivos de criação de uma sociedade mais humana e avançada. Para isso, a formação no âmbito da cidadania digital deve abranger a postura cívica e moral de seus usuários, a segurança contra a exposição desnecessária, um código de conduta que preserve a civilidade e o respeito mútuo, os cuidados com as transações financeiras e comerciais, a atenção aos limites de uso e conexão para preservação da saúde física e mental, enfim, uma miríade de fatores que podem auxiliar ou dificultar os processos de construção de conexões e projetos humanos significativos, objetivo primeiro da internet. A mobilidade de acesso trazida pelos aparelhos cada vez mais leves e inteligentes, como *tablets* e *smartphones*, potencializa o poder e o tempo de conexão à rede, proporcionando uma liberdade de movimento e expressão a indivíduos e grupos. Por outro lado, a ausência de limites ou regras universais sobre essa mesma conexão pode levar a abusos das mais diversas naturezas, como a adicção por internet, a incitação à violência e perseguição de indivíduos, perdas financeiras e de bens imateriais, como obras intelectuais e artísticas, e tantos outros. Crianças e jovens expostos às oportunidades e ameaças da rede ignoram conceitos básicos de comportamento cidadão, o que pode causar sérias consequências em suas próprias vidas e nas vidas de terceiros, muitas vezes sem reparação possível, como o suicídio induzido por assédio e exposição virtual da vítima.

Assim, há que se considerar uma formação estruturada e contínua que inclua todos os indivíduos inseridos na Era Digital, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos. Entende-se que, no caso de adultos e idosos, essa abordagem deva se dar por meio de programas de conscientização, em diversas esferas do convívio social, de maneira extensa e constante. Já crianças e jovens devem ser formados nas instituições que têm essa função por natureza: a família e a escola.

O direito à educação, proteção e formação moral, garantido às crianças e jovens pela Constituição Federal, consiste, portanto, de um dever tanto da família quanto da escola, que

devem coordenar suas ações para que essa formação alcance os objetivos aos quais se propõem. Iniciativas e ações isoladas, de um lado ou de outro, não podem lograr benefícios perduráveis nos múltiplos espaços de convívio dos indivíduos, sobretudo devido à velocidade das informações e mudanças características da pós-modernidade. Com o intuito de investigar o papel das instituições na formação da cidadania de crianças e jovens, e especialmente da cidadania digital, buscamos estabelecer diálogos com familiares e educadores, ouvindo as experiências, frustrações e esperanças acerca dos novos desafios apresentados pelo fenômeno da internet. Esse processo foi desenvolvido em duas etapas diferentes: a primeira, em uma escola pública pré-selecionada de modo a abarcar a realidade da classe média brasileira na cidade de Belo Horizonte, com entrevistas presenciais a coordenadores e professores. Essa primeira etapa estendeu-se por cinco meses durante os anos de 2017 e 2018. A segunda etapa foi desenvolvida com famílias voluntárias, com filhos matriculados na escola abordada (mas não somente), por meio de entrevistas presenciais estruturadas. Essa etapa estendeu-se por todo o ano de 2018 e pelo primeiro semestre de 2019. Todos os indivíduos entrevistados demonstraram genuíno interesse e grande preocupação com a formação das crianças e jovens no país e se propuseram a nos ajudar a compreender a questão posta por esta tese.

## **1 BASES FORMADORAS DO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Ao mesmo tempo em que o mundo e as relações humanas se remodelam sob a influência decisiva da Internet, nota-se uma mudança comportamental para a conquista de novos direitos civis, políticos e sociais. Nunca se falou tanto em direitos humanos, inclusão, respeito às diferenças no Brasil quanto no período atual, mais especificamente, desde o início dos anos 2000. O advento da Internet permitiu, de uma forma mais abrangente e veloz, o compartilhamento de situações de injustiça baseadas em preconceitos e desigualdades econômicas, políticas e sociais mundo afora. Fatos antes desconhecidos da maioria da população tornaram-se notícias cotidianas, não apenas através dos telejornais, mas, agora, como nunca antes, através das metamídias, que englobam as mídias sociais, os grupos de compartilhamento instantâneo de informações, as fotos e os vídeos, os grupos de discussão online e todos os novos canais de informação e entretenimento proporcionados pela nova realidade da comunicação instantânea.

Barreiras de tempo e espaço, antes determinantes para a exposição limitada – ou inexistente – do indivíduo e de populações inteiras aos fatos reais, foram rompidas de maneira definitiva, permitindo um novo “descobrimento” do mundo e da sua realidade, eventos comparáveis, talvez, ao que foi vivido pela humanidade à época do Renascimento e do Iluminismo, porém de maneira mais determinante e difusa. O véu do isolamento e da ignorância – no estrito sentido de ignorar a existência de um fato, uma prática ou uma dada realidade – vem, paulatina e constantemente, sendo levantado desde o advento da Internet.

Assim, imagens em tempo real sobre guerras, fome, migrações humanas forçadas por conflitos, atentados terroristas, assassinatos políticos, desastres naturais como terremotos e tsunamis, intervenção estatal contra protestos da sociedade, ações da corrupção rampante, massacres a populações civis encurraladas entre rebeldes e pró-governos, números nacionais e internacionais sobre a violência contra as minorias – mulheres, negros, crianças, adolescentes, idosos, povos indígenas, entre outros – são veiculadas. Enfim, a realidade humana, assim como ela é, passa a alcançar qualquer indivíduo que tenha acesso à Internet.

Da mesma maneira, as ações positivas veiculadas em diferentes regiões do mundo, como organizações comprometidas com a proteção das matas, mutirões voluntários para a limpeza de rios e oceanos, governos engajados em soluções para a diminuição da poluição atmosférica, por meio da pesquisa em energia eólica ou solar, ações inovadoras em educação escolar ou solitárias de indivíduos contra injustiças seculares, entre outras, marcam, definitivamente, o início do

século XXI, com a influência dos paradigmas do desenvolvimento humanitário, em busca da equidade entre indivíduos, classes e nações.

Ainda que, no final da primeira década do século XXI, uma corrente de nostalgia, medo e ignorância políticos, sociais e históricos tivesse levado à eleição de líderes de extrema-direita em alguns países determinantes para a paz mundial, as populações da maioria dos 194 Estados soberanos buscaram mudanças humanitárias, cooperativas e inclusivas. Esse movimento de retrocesso nomeado como “onda reacionária da nostalgia,” vivida por algumas parcelas das populações dos países democráticos, nasce da fantasia de que o mundo seria um lugar muito melhor no passado e volta-se exatamente contra os valores do novo século, como equidade entre mulheres e homens, acolhimento de refugiados, aceitação das diferenças de gênero, agenda de cooperação entre nações, desenvolvimento de valores educacionais mais humanitários nas escolas e universidades, debates abertos sobre política e tolerância mútua, entre outros.

O espírito revolucionário que inspirou movimentos políticos através do globo, por dois séculos, encontra um obstáculo real na mentalidade nostálgica que invoca valores de extrema-direita, como as manifestações inglesas pela separação da União Europeia – o Brexit – e a volta das práticas racistas da Ku Kux Klan, em algumas cidades dos Estados Unidos. Lilla (apud GUROVITZ, 2016) aponta os carros-chefes do pensamento reacionário do início de século entre seus conterrâneos, que sentiam saudades da uniformidade e força dos tempos pós-guerra; nacionalistas europeus que culpabilizavam os valores do iluminismo pelos problemas do continente e políticos islâmicos animados com as visões do possível retorno do califado. Nas palavras de Lilla, “a esperança pode ser desapontada, a nostalgia é irrefutável” (LILLA apud GUROVITZ, 2016).

Gurovitz (2016) comenta sobre “a diferença entre liberal, conservador e reacionário”, retomando ideias da obra do historiador intelectual norte-americano Mark Lilla. Esclarece Gurovitz que

[...] reacionários não são conservadores. Esta é a primeira coisa que devemos entender sobre eles. Eles são, do jeito deles, tão radicais quanto os revolucionários, e tão arraigados a imaginações da história quanto estes. Enquanto as expectativas do Milênio acerca de uma redentora nova ordem social e seres humanos de espírito rejuvenescido inspiram os revolucionários, visões apocalípticas da entrada em uma nova era das trevas assombram os reacionários (GUROVITZ, 2016, p. 132).

Instalou-se, então, uma “guerra digital” entre os apoiadores do retorno a posições mais conservadoras e os defensores das causas globais e humanitárias. Países, regiões e mesmo

famílias foram arrebatadas pela onda de ódio e defesa ferrenha de pensamentos e valores contrastantes. Indivíduos comuns viram-se munidos de meios de propagação de ideias e crenças de uma forma prática, anônima, eficaz e exponencial.

Se, por um lado, as mídias sociais auxiliaram indivíduos e instituições bem-intencionados, por outro, transformaram-se em ferramenta de disseminação do ódio, de notícias falsas e território de confronto hostil.

Essa disputa virtual e a divulgação de ideias possibilitada pelas mídias sociais mostraram ser também uma poderosa ferramenta de congregação e manipulação nas mãos de políticos que as utilizaram a favor de suas campanhas em busca de eleitores. O cenário político mundial foi profundamente impactado por essa nova realidade, seja do lado dos líderes para o alcance de seus objetivos, seja do lado da população civil, que as utilizou para organizar-se em protestos contra os abusos do poder.

Se o ódio nos tempos da “sociedade sólida”, usando a expressão de Baumann (1999), encontrava-se envolto em certo pudor e certa reticência em se expressar abertamente, nos tempos da sociedade líquida, esse mesmo ódio não encontra tais barreiras. Tornou-se comum, corriqueira, quase “glamourizada” sua expressão aberta e sem pudor. O ódio expressado antigamente, digno de correção e punição, tornou-se a tradução da identidade de uma época marcada pela ansiedade e volatilidade dos valores. Tolerância, respeito e compaixão, parecem-nos, às vezes, palavras de um passado distante. A onda de ódio disseminada no mundo e as polarizações – política, econômica, de religião, ou qualquer outra natureza – encontrou nas mídias sociais uma de suas principais ferramentas de divulgação.

Por detrás da proteção da tela de um smartphone ou computador, o mal tomou nova proporção, alcançando níveis assustadores de assédio, ofensas e disputas, levando indivíduos ao desequilíbrio e à morte, como no conhecido caso da “baleia azul”, somente para citar um, que incitava jovens ao suicídio.

Vítimas de acidentes e afogamentos são filmadas ao invés de socorridas. Fotos de pessoas mortas nos mesmos acidentes são divulgadas em mídias sociais. Feridas expostas, diferenças chacoteadas entre pares, insultos, perseguições e exposição desnecessária de indivíduos, tudo feito em busca do prejuízo alheio.

O ato de julgar e condenar pessoas, pelos mais diversos motivos, e expô-las nas redes sociais em um processo denominado de “linchamento virtual” é observado diuturnamente. Nesse processo, a vítima tem, muitas vezes, sua vida devastada e raramente sai incólume dos ataques praticados, mesmo que se prove sua inocência ou boa-fé.

Se, por um lado, a Internet trouxe benefícios incalculáveis para a humanidade, trouxe também os meios para a expressão de suas maiores mazelas, antes talvez contidas pelos limites da realidade palpável, constricta ao espaço do alcance humano físico.

Com o desaparecimento dessa barreira, viabilizada pelo acesso às mídias sociais e à veloz comunicação digital, as intenções e ações humanas alcançaram patamar viral, reverberando em todos os espaços da vida cotidiana.

Como, então, monitorar o comportamento humano em um ambiente totalmente novo, para o qual os antigos manuais de convivência e interação respeitosa mostram-se impotentes? Como preparar indivíduos para usufruir do imensurável potencial da Internet e, ao mesmo tempo, protegê-los contra seus malefícios? Os padrões de conduta física poderiam ser aplicados ao ambiente virtual? Segurança, ética, cuidados com o bem-estar, autorrespeito e respeito pelos outros seguem, no ambiente virtual, a mesma dinâmica das relações físicas? O que leva um grupo de pessoas, observar, julgar, condenar e perseguir outro indivíduo expondo-o em plataformas virtuais de interação social?

Onde está a responsabilidade pelo mal causado gratuitamente? O que protege ou incentiva a crueldade contra outro ser humano mesmo sabendo que essa crueldade tomará um vulto desmesurado com consequências impossíveis de se prever? O que dá o aval a um indivíduo para, por detrás de uma tela, exercer um comportamento inconcebível em uma relação no mundo físico?

É dentro da discussão sobre a cidadania digital que vislumbramos as possíveis respostas às questões acima pormenorizadas, a fim de que, de posse de um instrumento excepcional como a Internet, possamos trilhar caminhos para o avanço da humanidade e não o seu oposto.

### **1.1 Arendt e o conceito do “mal banal”**

*Que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação. Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz foi a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão. É isto que apavora.*  
(ADORNO, 1996, p. 53).

O fim da Segunda Guerra Mundial, em 7 de maio de 1945, marcou a história da humanidade de maneira tão irreversível, no que concerne à moral e à ética da convivência humana, que é difícil comparar aquela época a outra de igual peso e importância para o estabelecimento de Direitos Humanos.

Após o descortinar das consequências do Holocausto, o mundo parou estarecido diante da capacidade humana para o mal. Orquestrado pela Alemanha, com a anuência e cumplicidade de outros atores que não cabe aqui citar, o genocídio exterminou, de maneira cruel e desumana, o número estimado de um milhão de crianças, 2 milhões de mulheres e 3 milhões de homens, totalizando 6 milhões de pessoas.

Os campos de concentração onde o genocídio ocorreu foram extensamente fotografados e registrados pelas Forças Aliadas, como prova das ações criminosas do Terceiro Reich. A devastação moral, diante de tamanha crueldade e frieza, varreu os quatro cantos do mundo e chocou, de maneira permanente, as pessoas que viveram aquele período da história humana e as gerações subsequentes.

A consciência global sobre a gravidade do evento levou à criação da ONU, instituição internacional que zelaria pela paz e pela conduta moral das nações que dela fossem signatárias. Nascia, assim, a Carta dos Direitos do Homem, um guia internacional sobre a conduta moral e ética de indivíduos e nações, com o intuito de orientar a convivência humana e prevenir atrocidades como as ocorridas durante as duas grandes guerras que devastaram um continente e exterminaram populações. O Julgamento de Nuremberg, ocorrido em 1948, logo após a Segunda Grande Guerra, foi um marco histórico que definiu a existência e a possível culpabilidade por “crimes de guerra”, termo nunca antes usado no mundo. Pela primeira vez, indivíduos que ordenaram ou perpetraram atos contra a vida e a dignidade humana, em um contexto de guerra, poderiam ter sua conduta julgada em um tribunal.

A mudança de consciência mundial foi causada por eventos específicos, nos quais milhões de indivíduos foram exterminados com requintes de crueldade e frieza, como já mencionado, por outros seres humanos em posição de poder. Até os dias de hoje, estudiosos debruçam-se sobre as evidências do holocausto, tentando, de maneira constante e muitas vezes frustrada, compreender como tal aberração moral pôde ocorrer com a convivência de tantos indivíduos.

O que ficou claro, no entanto, é que não seria mais possível a interação sem regras específicas, claras e de abrangência mundial, no âmbito das nações e de seus governos, como as de convivência pacífica, respeitosa e ética.

Aquele momento foi um divisor de águas entre as interações humanas em âmbito mundial, e não é exagero afirmar que se podem delimitar períodos muito claros de organização de conduta entre as nações: um anterior à Segunda Guerra Mundial e outro pós-Segunda Guerra, em que, pela primeira vez, classificaram-se, julgaram-se crimes cometidos contra a humanidade.

A carta das Nações Unidas foi pensada com o objetivo de orientar sobre o comportamento aceitável de nações e suas populações em relação a outras nações e populações, a partir daquele momento na história. Com a criação da ONU, em 24 de outubro de 1945, iniciou-se, no mundo, uma revolução no Direito Internacional, no *jus cogens* (direito das gentes) e no estabelecimento das bases para as novas concepções de cidadania, direitos e deveres humanos, culminando com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948 (Resolução 217 A III da Assembleia das Nações Unidas) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998).

A partir de então, o mundo ocidental passa a adotar uma postura humano-centrada, ou seja, os ideais humanistas da preservação e sacralidade da vida humana, do respeito aos direitos humanos, a proteção da infância e da velhice, o direito à proteção do Estado e o provimento de todas as condições para o completo desenvolvimento da vida e da cidadania atingem seu ápice na história da humanidade. O antropocentrismo, que marcou a transição da Idade Média para a Idade Moderna, foi aqui brindado pela celebração de sua ideologia, em uma tentativa visceral de proteger a humanidade da repetição dos horrores perpetrados pelo Holocausto nazista. Nas palavras de Dante Alighieri (2004, p. 14), em *A divina comédia* (1321): “No inferno, os lugares mais quentes são reservados àqueles que escolheram a neutralidade em tempo de crise”.

Como alegado pelos nazistas na Segunda Grande Guerra todas as atrocidades cometidas por eles contra a população prisioneira estavam justificadas pelo cumprimento às ordens recebidas. No Tribunal de Exceção de Nuremberg, ocorrido logo após a Segunda Guerra Mundial, a frase mais comum proferida pelos réus para explicar o que haviam feito foi que estavam apenas cumprindo ordens de seus superiores. Enquanto o mundo tomava ciência dos fatos ocorridos nos campos de concentração alemães, réus, incrédulos, alegavam inocência, diante da injúria das acusações proferidas contra eles.

O Tribunal de Nuremberg, como ficou conhecido, apresentava a peculiaridade de ser o primeiro julgamento dos ditos “crimes de guerra”, antes considerados apenas um efeito colateral de conflitos armados, infelizes, mas inevitáveis. A partir desse tribunal e das novas diretrizes divulgadas pelas Nações Unidas, quanto à responsabilização dos indivíduos por suas ações, durante atos bélicos, o termo “crime contra a humanidade” foi definitivamente incluído no Direito Internacional.

Entretanto, diante do abaloamento dos militares alemães frente às acusações a eles imputadas, promotoria e jornalistas de todo o mundo registravam, chocados, o que lhes parecia um misto de alienação e crueldade. O mundo esperava ver monstros, indivíduos visceralmente maus, psicopatas que, por ausência total de empatia, haviam imposto a barbárie a seus

semelhantes humanos. De todos os vinte e quatro julgados apenas um declarou-se culpado pelos crimes cometidos. A obediência a Hitler e ao Terceiro Reich eram, sem dúvida, o principal argumento a favor da inocência. De acordo com um dos conceitos-chave da sociologia weberiana, esse fato deve-se ao fenômeno da dominação, que o autor define como a possibilidade de encontrar obediência para ordens específicas em determinado grupo humano (WEBER, 1991).

Esse mesmo fenômeno repetiu-se, mais tarde, nas mesmas circunstâncias. Em 1961, ocorreu, em Israel, o segundo maior julgamento de nazistas, depois do processo de Nuremberg: o julgamento de Adolf Eichmann, chefe da Seção de Assuntos Judeus, do Departamento de Segurança de Hitler. A condenação de Eichmann foi baseada no depoimento de mais de cem testemunhas, com dois mil documentos catalogados como provas e 3.500 (três mil e quinhentas) páginas preparadas pela polícia israelense.

Devido à sua condição de jornalista e escalada pelo governo estadunidense para cobrir o julgamento em Jerusalém, Hannah Arendt se deparou com o mesmo comportamento que os compatriotas de Eichmann haviam demonstrado em 1946. A frase mais usada pelo réu durante todo o julgamento foi de autodefesa, em que ele afirmava estar apenas cumprindo ordens, não cabendo a ele julgá-las.

O espanto de Arendt diante de tal comportamento levou-a a desenvolver um detalhado e criterioso estudo sobre a personalidade dos nazistas, sua história e trajetória na escola e no trabalho, com o intuito de compreender a motivação desses indivíduos, uma justificativa para a total ausência de consciência, culpa ou arrependimento pelos atos cometidos.

Segundo Arendt,

[...] o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem perversos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados – esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humano*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado (ARENDRT apud ANDRADE, 2007, p. 3).

Esse estudo levou Arendt a publicar, em 1963, um ano após a execução do réu, o livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*.

Nesse livro, Arendt (2000) expunha o que havia testemunhado durante todo o julgamento e defendia a tese de que Eichmann não era um indivíduo cruel e seguidor de Hitler, mas apenas um burocrata limitado. Apesar de não questionar, em momento algum, a dimensão

real da culpa de Eichmann, essa autora descartava que as ações por ele perpetradas originavam-se de uma mente extremamente inteligente e cruel.

O mal, em sua essência, não estava associado à atuação de Eichmann, mas sim ao sistema que o havia usado para a conclusão de seus objetivos. O réu, como seus compatriotas julgados duas décadas antes, representava apenas a banalidade de um mal idealizado pelo sistema que se valia de homens banais, para perpetuar-se. Nas palavras de Assy (2001, p. 145), “quanto mais superficial alguém for, mais provável será que ele ceda ao mal. Uma indicação de tal superficialidade é o uso de clichês, e Eichmann era um exemplo perfeito”.

Segundo Arendt (2000), o mal está enraizado na frivolidade da consciência e do comportamento humanos. O texto dessa autora, mais atual que nunca, apontava um mal pior, o dos sistemas que geram atividades monstruosas, a partir de homens banais.

À época, seu texto não foi compreendido nem pelos judeus nem pelo restante dos intelectuais seus contemporâneos, o que, por si só, denotava um fato muito significativo e socialmente poderoso.

Como afirma Haidt (2012), para justificar atitudes irracionais inventam-se argumentos racionais ou racionalizadores. No caso, Hannah Arendt seria contra os judeus, teria traído seu povo. Os argumentos não faltaram, conquanto o ódio fosse preservado, e com ele o sentimento agradável da sua legitimidade.

No contexto imperialista ainda vigente no século XX e no qual estava inserido o pensamento de Arendt, o ódio expressava-se e era orquestrado por meio de conflitos entre Estados soberanos: os judeus contra os alemães, os árabes contra os norte-americanos, o ocidente contra os judeus. Com a virada do século e o desenvolvimento da tecnologia, a banalidade do mal, na atualidade, não fica circunscrita a esse enquadramento. Exprime-se e banaliza-se o mal nos mais diversos campos e ambientes. Segundo Negri,

[...] precisamos, então, começar a considerar o sujeito em relação às modalidades de conhecimento específicas de cada época. O sujeito é o produto diferente das diversas tecnologias em jogo em cada época: elas são, ao mesmo tempo, as do conhecimento e as do poder. Cada sujeito é, pois, o resultado de um processo de subjetivação (NEGRI, 2003, p. 180).

A indagação sobre as raízes da maldade humana permeia a história em todas as suas épocas. Inúmeros estudos, contemplações, teorias e pesquisas acadêmicas e empresariais foram desenvolvidos, em alguns períodos mais que em outros, mas sempre estiveram presentes, na filosofia, na sociologia e na psicologia, majoritariamente. Outros campos do conhecimento

humano, como a estatística e a economia, também vêm se debruçando ultimamente sobre essa questão, de uma forma mais dedicada, mesmo que tão perplexa quanto as outras.

No livro *Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*, de 2005, que permaneceu na lista dos principais *best-sellers* norte-americanos por dois anos consecutivos, o jornalista Stephen Dubner e Steven Levitt, professor de Economia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), lançaram a discussão sobre as causas e consequências econômicas das ações humanas (LEVITT; DUBNER, 2005). O que chama a atenção nesse caso é a abordagem econômica dos fatos da vida cotidiana, elaborando-se, pela primeira vez, uma relação entre estatísticas, comportamento humano, economia e mercado. Essas consequências, expressas dentro de contextos históricos específicos, afetariam subjetivamente a vida humana.

Baseado no pensamento de Foucault, Negri (2003) considera a subjetividade como o resultado da relação do sujeito dentro de uma determinada conjuntura histórica, social e política. Assim, para se compreenderem as raízes do mal, na atualidade, deve-se analisar o sujeito e seu comportamento, conforme o novo cenário, considerando as modalidades de conhecimento trazidas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Os avanços no campo das tecnologias de informação e comunicação permitiram a popularização da Internet e a construção de um novo espaço social, o ciberespaço (LEMOS; LÉVY, 2012), que reproduz e amplia as diferentes formas de interações e de reprodução da vida social, através das inúmeras ferramentas desenvolvidas em seu interior. A criação do espaço cibernético expandiu a convivência humana para um novo espaço que complementa o espaço físico, assim como compete com este. De todas as mudanças trazidas, as mais representativas para o convívio humano talvez tenham sido as redes sociais.

Os sites de rede social tiveram um impacto profundo no cotidiano das pessoas, alterando a forma como se relacionam, constroem e percebem valores e mesmo como constroem significados e sentidos. Eles não apenas refletem essas redes (redes sociais off-line), mas influenciam sua construção e com isso, os fluxos de informação que circulam nesses grupos (RECUERO apud RECUERO; SOARES, 2013, p. 242).

O ponto crucial que nos leva, neste texto, a analisar a banalidade do mal, em tempos de mídia social, é a capacidade de ampliação desmedida desse mal. Agora, protegidos pelo anonimato dos contatos on-line e fascinados pelo seu potencial de alcance e disseminação de suas ideias, os seres humanos que perpetuam o mal na era cibernética pouco diferem dos seres que cometeram o holocausto. Uma diferença, talvez, resida no fato de que, antes, os criminosos do holocausto escondiam-se atrás de um sistema extremamente burocrático e denso,

justificando seus erros no cumprimento de ordens e no patriotismo imperialista. A não identificação, física ou virtual, vem sempre como pré-requisito da proliferação do mal.

[...] o perigo da violência, mesmo que esta se movimente dentro de uma estrutura não extremista de objetivos a curto prazo, será sempre que os meios poderão dominar os fins. Se os objetivos não forem alcançados rapidamente, o resultado será não meramente a derrota, mas a introdução da prática da violência em todo o organismo político. A ação é irreversível e um retorno ao status quo em caso de derrota é sempre pouco provável. A prática da violência, como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento (ARENDR, 2013, p. 140).

A violência a que se refere Arendt, aplicada ao ambiente virtual, adquire ainda mais profundamente a conotação do banal, do frívolo, baseada que é na futilidade de pensamentos e ações, bem como na desconsideração da extensão de suas possíveis consequências.

Nos últimos anos o *ciberbullying* – perseguição, intimidação ou hostilização de pessoas usando espaços virtuais – adquiriu posição de destaque na mídia devido a suas consequências devastadoras – e muitas vezes fatais – em crianças, jovens e adultos em todo o mundo.

Segundo a Lei 13.135, de 2015, o *bullying* é uma prática de violência sistemática, física ou psicológica na qual o agredido sofre atos de intimidação, humilhação ou discriminação. Inclui, além de ataques físicos, insultos, apelidos pejorativos, ameaças por quaisquer meios, expressões preconceituosas, entre outros agravos.

O Brasil, em recente pesquisa do Instituto Ipsos, realizada em 28 países com 20.793 entrevistados, no período de março a abril de 2018, está em segundo lugar na ocorrência de casos de *cyberbullying* entre crianças e jovens, perdendo a primeira posição somente para a Índia. Aqui, 29% dos pais e mães entrevistados declaram que seus filhos já foram vítimas de tal prática. Na Índia, o índice sobe para 39%. A pesquisa intitulada “*Global views on Cyberbullynig*” aponta as redes sociais como principal ambiente para agressão de menores de idade.

O número de suicídios vem crescendo entre jovens em todo o mundo, muitas vezes devido à exposição causada pelo *bullying* ou *sexting* – envio e divulgação de conteúdos eróticos, sensuais e sexuais com imagens pessoais pela internet, via computadores ou celulares. Nesse fenômeno específico, as meninas e as jovens são as mais afetadas.

Comportamentos antissociais ou agressões verbais e psicológicas não constituem, em si, um fato novo entre crianças e jovens. Essa prática sempre existiu nas sociedades humanas, em maior ou menor grau. O ponto em questão é que, agora, com as redes sociais e o anonimato proporcionado pela tela do computador ou *smartphone*, o fenômeno foi potencializado e sua prática tornou-se ainda mais danosa.

A questão é que crianças e jovens permanecem extremamente vinculados às redes sociais e, muitas vezes, dependentes delas no que Guy Debord chama de “construção de uma sociedade do espetáculo”, que se baseia em imagens e curtidas, *selfies* e seguidores, na construção da autoestima e identidade na era da comunicação on-line. É o jogo da imagem x audiência.

O sentido de pertencimento, típico da construção da identidade do adolescente e do jovem, está intimamente vinculado não apenas às práticas sociais físicas, como na escola e na família, mas também à sua aceitação no mundo virtual. Essa construção se desenvolve paralelamente, exercida por seus pares, tanto no ambiente físico como naquele on-line, sendo que, muitas vezes, comportamentos conduzidos em um ambiente são consequência de fatos e ações ocorridas no outro.

Nem todas as crianças e jovens que participam do *cyberbullyng* são considerados como o menino ou a menina má, dentro e fora da escola. Não se trata de um evento isolado, articulado dentro de uma mente doentia e vil como bem descrito por Arendt em sua obra. O fenômeno é coletivo, compartilhado por aqueles que o praticam e os que o assistem de maneira omissa. O que chama a atenção aqui é a violência dos comentários e a indiferença ao sofrimento do outro.

A banalidade do mal, aqui, adquire contornos mais abrangentes, por um lado devido à proteção conferida ao agressor pelo anonimato da tela; por outro, devido ao possível alcance de uma ação perniciosa nos meios digitais. A busca pela audiência demanda exposição e esta, por sua vez, permite a invasão.

Merece aqui um destaque o fato de que, ao alterar o fluxo de comunicação de um interlocutor para muitos receptores – como nos modelos adotados pela TV, rádio e mídia impressa, bem como ainda prevalece nas salas de aula no molde professor/aluno – para o modelo de colaboração mútua, em que os interlocutores são múltiplos e atingem um igual número de receptores, as possibilidades advindas das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) permitem que todos sejam produtores em potencial, ligando ainda mais práticas de leitura e produção de conteúdo. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), “Não só é possível para qualquer um redistribuir ou comentar notícias, artigos de opinião, postagens em vlogs, machinimas,<sup>1</sup> AMVs e outros textos, mas

---

<sup>1</sup> **Machinima** é um termo criado pela junção das palavras inglesas *machine* (máquina), *animation* (animação) e cinema, é tanto uma técnica de produção fílmica quanto o filme criado com essa técnica. Usualmente, machinimas são produzidos usando ferramentas e recursos disponíveis em um jogo.

também escrever ou performar e publicar textos e enunciados variados, o que potencializa a participação”.

Devido a essa conjuntura, urge que sejam tomadas providências no sentido de orientar crianças e jovens sobre o bom uso da internet e o respeito à individualidade e às diferenças, pilares dos Direitos Humanos.

É nessa direção que caminham os argumentos desta tese sobre crimes no ciberespaço e a necessidade de educar e formar os alunos sob a égide da responsabilidade, da moral e da ética, ao fazerem uso da Internet.

## **2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, TECNOLOGIA DIGITAL E EDUCAÇÃO**

Em 8 de dezembro de 2000, as Nações Unidas estabeleceram normas a serem seguidas por todas as nações sobre o desenvolvimento humano. Foram estudadas as lacunas sociais, econômicas e políticas que poderiam dificultar o acesso a uma vida digna e contributiva por todos os habitantes da Terra, diante do cenário mundial à época. Ao final desse levantamento, a Organização das Nações Unidas (ONU) elencou oito objetivos a serem perseguidos pelos governos dos países, a fim de combater essas dificuldades.

Entre os objetivos elencados, o de número 2 tratava, especificamente, da educação de base, com o foco de alcançar todas as crianças em idade escolar, ou seja, alcançar a universalidade do ensino básico.

De acordo com os indicadores das Nações Unidas, à época, 113 milhões de crianças estavam fora da escola no mundo. As ações governamentais para assegurar a matrícula e a frequência dessas crianças na escola garantiriam, no prazo de quinze ou vinte anos, adultos alfabetizados, capazes de contribuir mais ativamente para a sociedade, além de terem possibilidades de pleitear melhores condições de vida, trabalho e cidadania.

O foco dessa norma era fazer com que os indivíduos de todos os países tivessem condições básicas para o exercício da cidadania naquilo que tocava à capacidade cognitiva desenvolvida pelo sistema de ensino formal.

As chances de as meninas frequentarem o sistema educacional de seus países eram consideradas ainda mais baixas se comparadas às dos meninos. No sul e oeste da Ásia, 80% das meninas e 16% dos meninos nunca frequentaram uma sala de aula.

Em 2013, treze anos após a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – Metas do Milênio –, os números das estatísticas permaneciam ruins. Segundo um estudo lançado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, (UNESCO) e o relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, eram 124 milhões de crianças e adolescentes que estavam fora da escola no mundo.

O número de crianças fora da escola seguiu uma tendência de aumento, independentemente dos compromissos assumidos pelos 191 países-membros à época da assinatura do documento. Apesar de levar em conta o crescimento populacional no período, esse fato, sozinho, não é suficiente para justificar o aumento considerável nas estatísticas. A escassez de investimento responsável em ações governamentais para a reforma do sistema educacional dos países inviabilizava o alcance das metas estipuladas pela ONU.

Em agosto de 2015, em um simpósio sobre desenvolvimento sustentável realizado pelos 193 Estados-membros, em Nova Iorque, que tinha também como objetivo analisar os resultados das ações baseadas no documento precedente, chegou-se a um acordo sobre as dezessete áreas a serem consideradas no desenho das diretrizes da nova agenda. Foram estabelecidos 17 (dezessete) objetivos e 169 (cento e sessenta e nove) metas a serem atingidas até o ano de 2030. A intenção era estabelecer um direcionamento para governos, organizações não governamentais e sociedade civil, a fim de que todos pudessem contribuir para o alcance efetivo dos propósitos estabelecidos.

Os objetivos elencados pela Assembleia Geral das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável após 2015 (FIG. 1) são:

- a) objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- b) objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c) objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- d) objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e) objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- f) objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- g) objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- h) objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- i) objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- j) objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k) objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l) objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m) objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

- n) objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o) objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- p) objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- q) objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2015).

Figura 1 - Objetivos: desenvolvimento sustentável



Fonte: NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2015.

Todos os objetivos delineados têm o intuito de garantir a vida, o acesso aos suplementos essenciais para a sua manutenção – água, oceanos, energia, saúde e infraestrutura, por exemplo –, o exercício da cidadania dentro de ecossistemas sustentáveis e protegidos por parcerias entre os Estados que compõem a Sociedade Internacional.

Apesar de todos os objetivos fluírem ao encontro de um mesmo propósito, os objetivos 1, 4, 9, 10 e 16 contemplam mais diretamente a garantia de oportunidades equânimes na educação. A diminuição da pobreza permite a concentração de esforços da família para a manutenção da prole dentro do sistema escolar, uma vez que crianças e adolescentes não necessitam engajar-se, desde cedo, no trabalho para reforçar a renda doméstica. Essa condição permite também às famílias ter alimentação e abrigo adequados, o que previne a má-formação e as doenças relacionadas à escassez de alimentos ou a exposição desnecessária a intempéries (pragas, alagamentos, água contaminada, ausência de tubulação de esgoto, etc.).

A garantia de uma educação de qualidade, incluindo aqui o acesso e a formação universal para o uso apropriado das TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e

Comunicação), permite o desenvolvimento de cidadãos conectados com todas as possibilidades de informação e conhecimento disponíveis na Internet. Além do acesso físico ou virtual a escolas e a bons professores, esse objetivo visa assegurar a todos os indivíduos o incremento de suas faculdades intelectuais, durante toda a vida em uma formação continuada.

O objetivo 9 trata exatamente da progressão da indústria, da infraestrutura e da inovação, o que permitiria o acesso global à Internet, por todos os seres humanos. Os investimentos em inovação encarregam-se de dar seguimento às inúmeras possibilidades de conexão, formas de aprender, ensinar, estimular e compartilhar conhecimento e trabalho. Talvez na inovação existam as maiores possibilidades de expansão para o alcance de resultados num trabalho conjunto entre governos, sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas, escolas, cientistas, exército e todo o tipo de instituição formada pelas mãos humanas. A inovação, sem dúvida, é a mais democrática, presente e praticável ferramenta de desenvolvimento sustentável na modernidade.

No que tange à redução da desigualdade, nota-se que ela está presente em toda organização da vida humana; por conseguinte, constitui um entrave ao desenvolvimento sustentável e ao progresso de indivíduos e sociedades. Aqui reside uma preocupação primordial quanto à distribuição de bens e recursos, tangíveis ou não, que possibilitem o desdobramento positivo do potencial humano. Essa redução é intrinsecamente atrelada às ações das instituições mencionadas no objetivo 16, que se baseia na estabilidade – ou na ausência delas, sua devida criação – de instituições idôneas mantenedoras da paz e garantidoras da Regra da Lei (*Rule of Law*), base da democracia e da sociedade civilizada.

Considerando que o acesso aos bens mencionados anteriormente não é universal no Brasil ou no mundo, como acesso à Internet, escolas, oportunidades, mercado de trabalho, transporte, justiça social, além de outros, cabe às instituições fomentar, conduzir e garantir a mudança na realidade. Nesse sentido, devem ser lembradas as palavras de Paulo Freire (2010): “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

## 2.1 Fundamentos da Educação para o Século XXI - UNESCO

*A educação tem, pois, uma especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário, e a Comissão pensa que as políticas de educação devem deixar transparecer, de modo bem claro, essa responsabilidade. É, de algum modo, um novo humanismo que a educação deve ajudar a nascer, com um componente ético essencial, e um grande espaço dedicado ao conhecimento das culturas e dos valores espirituais das diferentes civilizações e ao respeito pelos mesmos para contrabalançar uma globalização em que apenas se observam aspectos econômicos ou tecnicistas. O sentimento de partilhar valores e um destino comuns constitui, em última análise, o fundamento de todo e qualquer projeto de cooperação internacional (DELORS, 1998, p. 49).*

Em 2012, a UNESCO lançou o Programa de Educação em Primeiro Lugar, com a duração de 5 anos (2012-2017), com o intuito de dar prioridade à educação em todo o mundo.

O Programa baseava-se em três pilares principais que conduziriam todas as ações das agências especializadas, ONGs parceiras e governos membro, quais sejam:

- a) colocar todas as crianças na escola;
- b) melhorar a qualidade da aprendizagem;
- c) promover a cidadania global.

Tratava-se de uma plataforma de promoção global do mais alto nível, com o objetivo de produzir um incentivo renovado para se alcançarem os objetivos internacionalmente acordados para a educação até 2015 e fazer com que o mundo retomasse os compromissos pela educação. Com a clara consciência de que, para se alcançarem esses objetivos seria necessário incorporar a tecnologia digital, o Programa contava com um braço importante, que tratava da cidadania global. O programa Educação para a Cidadania Global (ECG) era guiado por uma abordagem em três vertentes:

- a) diálogo de políticas em conexão com a agenda educacional pós-2015;
- b) oferecimento de orientação técnica sobre ECG e promoção de pedagogias transformadoras;
- c) função de *clearinghouse* (coleta e disseminação de informação e conhecimento).

O objetivo principal da função dessa terceira vertente, baseada na coleta e disseminação de informação e conhecimento, baseou-se, por sua vez, na importância das TIC na educação. A UNESCO acredita que as TIC podem contribuir para o acesso universal à educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a administração educacional.

Por meio de seus escritórios regionais, nacionais e diversos parceiros, a UNESCO estabeleceu uma plataforma própria para lidar com o desenvolvimento de recursos que podem ajudar os países a elaborarem a introdução de TDIC nas políticas, estratégias e atividades educacionais de forma efetiva, incluindo a garantia de que essas estratégias enfrentem desafios causados pela exclusão digital das populações mais desfavorecidas.

O programa da UNESCO para a disseminação da tecnologia digital baseia-se nas seguintes diretrizes:

- a) capacitação e aconselhamento de políticas públicas para o uso de tecnologias na educação, particularmente nos domínios emergentes, como a aprendizagem móvel;
- b) garantia de que professores tenham as habilidades necessárias para usar a TIC em todos os aspectos da prática de sua profissão por meio de ferramentas como o Marco Político de Padrões de Competência em TIC para Professores;
- c) apoio do uso e desenvolvimento de recursos e softwares educacionais plurilíngues, que sejam disponíveis para uso e reuso como resultado de licenças abertas (Recursos Educacionais Abertos (REA); software livre e aberto (*Free and Open Source Software* – FOSS));
- d) promoção de TIC para educação inclusiva, que inclua pessoas com deficiências e proporcione a igualdade de gênero;
- e) coleta de dados estatísticos e desenvolvimento de indicadores sobre o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação;
- f) provisão de apoio a políticas públicas que garantem que o potencial de TIC seja aplicado efetivamente por todo o sistema educacional.

Tais iniciativas tornaram-se as prioridades da agência, coordenadas e desenvolvidas a partir do Instituto de Tecnologias de Informação para a Educação (*Institute for Information Technologies in Education* – IITE), com sede em Moscou, que se especializa em intercâmbio de informações, pesquisa e treinamento sobre a integração das TDIC em educação.

O delineamento de uma nova era, identificada como a era do conhecimento e da educação ao longo da vida – Life Long Learning – recebe especial atenção, por ser essa revolução da comunicação a possibilidade de uma sociedade mais igualitária, justa e desenvolvida.

Esta se desenvolve no contexto de uma revolução tecnológica que possibilita movimentos de circulação de informações com velocidade e intensidade jamais previstas na história (VIANA; FREITAS, 2002 apud FERRARI; LAPOLLI, 2003, p. 2). No entanto a

informação torna-se inútil sem o conhecimento do ser humano para aplicá-la produtivamente. Um livro que não é lido não tem valor para ninguém (CRAWFORD, 1994, p. 21).

Considerando esse novo contexto, a ONU frisa a importância das ações de formação e autonomia para o melhor uso das TDIC. Nessa formação não podem ser negligenciados o estímulo à empatia através da doação a causas sociais, o estímulo ao direito de construir seu próprio futuro e se realizar plenamente, a automotivação, o consumo consciente, a capacidade de lidar com as próprias emoções e a autorresponsabilidade. Torna-se necessária a construção de parâmetros que embasem o conceito e a prática de uma cidadania digital, para a qual se faz necessária uma formação específica.

## 2.2 O acesso à Internet como direito humano

*[...] a modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca (BAUMAN, 1999, p. 15-16).*

Assim como a Segunda Guerra Mundial foi um divisor de águas no que tange à concepção ética e aceitável de interação humana, o advento da Internet também o foi, guardadas as devidas proporções e momentos históricos.

Não se pode ignorar o fato de que o aparecimento da Internet de uso irrestrito e global, salvo as conhecidas exceções, modificou a maneira como as pessoas se comportam e funcionam no mundo “real”. As interações de trabalho, sociais, comerciais e de serviços ocorrem em dois planos simultaneamente: o virtual e o físico, com o progressivo desaparecimento do limite entre eles.

É urgente que educadores compreendam a importância da formação dos indivíduos na vida e interação humanas, tanto no mundo físico como no virtual, onde não há mais a delimitação de barreira ou fronteira.

O sentido de cidadania, nesse caso, modifica-se e se separa dos conceitos já conhecidos e abordados em capítulos anteriores desta tese. Já não é mais uma cidadania associada a delimitações geográficas, estados ou comunidades, como as tribos, apesar de ainda existir um forte componente tribal (sobretudo no que toca à aprovação pelos iguais e ao sentido de pertencimento) nos comportamentos de jovens e mesmo de crianças no mundo virtual. Essa

busca, cada vez mais precoce pela “outorga do grupo”, dessa vez expandido e sem fronteiras, desenrola-se em um sem-fim de *posts*, *selfies*, publicações e vídeos na eterna procura por “likes”. O conceito de grupos de indivíduos relacionados – e limitados – por sua origem parece destoar, não se encaixando mais nas inúmeras mudanças e possibilidades que a interação virtual traz consigo. Na verdade, a nova cidadania é global em sua essência. Usuários de Internet no Brasil, por exemplo, deverão saber trabalhar, em alguns anos, com usuários da Índia, China e Paquistão, apenas para citar alguns países, em uma escala de interações sem precedentes na história humana.

O mesmo ocorreu em relação ao uso dos idiomas utilizados pelos seres humanos em sua interação, desde seu aparecimento sobre a Terra, como Latim, Francês e Inglês, que foram e são exemplos de base para relações interculturais, nas quais um idioma era adotado universalmente para facilitar a interação entre os seres.

Ao mesmo tempo, os tratados e pactos internacionais, exemplo de organização humana para a interação pacífica, respeitosa e produtiva entre as nações da terra, diretrizes para o uso apropriado das TDIC são, em essência, embasados pelo mesmo objetivo, desta vez, dentro de um contexto mundial absolutamente novo, marcado pela convivência em dois mundos simultâneos: um palpável, familiar, com pontos de referência históricos, e outro virtual, fluido, novo, a ser desbravado e conquistado. Seguindo estas diretrizes, a União Europeia ressaltou a importância da proteção aos usuários de internet através do Regulamento de Proteção de Dados (RGPD) 679/2016, adotado pelo Brasil através da lei 13.709/2018

A tarefa de formar para essa nova cidadania global e digital vai além do simples fato de expressar regras e políticas de convívio. É preciso ajudar crianças e jovens a entender que o uso da Internet os transforma em cidadãos do mundo, num sentido muito real e ativo em que, mais que usuários de *gadgets* e redes sociais, serão agentes da comunicação global e da formação de uma nova sociedade.

Tal é a importância da Internet como agente de transformação e ação do indivíduo na sociedade neste século, que a ONU decretou, em 3 de junho de 2011, o acesso à Internet como direito humano, através da Resolução A/HRC/C/L.20. A iniciativa das Nações Unidas na expedição de tal documento visa reforçar as diretrizes anteriormente divulgadas nas quais se certificava que a Declaração dos Direitos Humanos seria válida tanto para ambientes *offline* – reconhecidos até os anos de 1990, antes do advento da Internet –, como no ambiente on-line vigente a partir de então.

A Resolução L.20 busca ratificar a importância do respeito aos direitos fundamentais do ser humano claramente expressos na Carta dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948,

e enfatizar sua validade para o ambiente não físico, sobretudo o direito de expressão, controlado e impedido por determinados Estados soberanos, durante revoluções e protestos de suas populações por melhores condições de vida. Esta manobra – controlar ou subtrair o sistema de Internet do país – é considerada uma violação ao direito humano básico à comunicação, à obtenção de informações, à organização e mobilização social, ao direito social conquistado a duras penas pela humanidade e ainda não estendido a todas as nações do globo.

### **2.3 Educação e cidadania**

A Lei nº 9.394, das Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), logo em seus primeiros parágrafos, abrange os processos formativos que se desenvolvem no ambiente familiar, na convivência em sociedade, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A Lei deixa claro que a educação escolar se desenvolve, primordialmente, nas instituições destinadas a esse fim, mas deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 consagra a cidadania com um dos fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito. Em consonância com a nossa Carta Magna, a Lei 9.934/96, LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assinalou, no seu art. 2º, que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e às práticas sociais, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (MARINHO; CARNEIRO, 2018, p. 4).

O documento, construído sobre os pilares da solidariedade humana e da liberdade, valores norteadores da Idade Moderna, deixa claro que a educação deve visar ao desenvolvimento do educando e formá-lo para o exercício da cidadania.

No Título 2, art. 3º, especificamente, o documento aborda o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e a consideração com a diversidade étnico-racial por meio da Lei nº 12.796, de 2013 (BRASIL, 2013). Esses são pressupostos-base de uma educação baseada em Direitos Humanos, nos quais predomina a formação do indivíduo não somente para o exercício de uma profissão, mas para a convivência civilizada e respeitosa com seus semelhantes. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina, no capítulo II da educação básica, Seção I, Das Disposições Gerais, que a “educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

No Título IV, art. 12º, Parágrafo 9, a LDB aborda diretamente a formação de indivíduos no que tange ao respeito à integridade física, moral e psicológica de seus semelhantes, lançando bases para a “conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas” com base na lei Lei nº 13.663, de 2018, bem como “estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas” (BRASIL, 2018). Essas premissas são de especial importância dentro da construção da cidadania do indivíduo, considerando os números do *bullying* e do *cyberbullying*, dentro e fora das escolas, praticados pelos educandos contra seus iguais e seus superiores, sejam eles colegas de classe, de escola, professores, coordenadores, supervisores e diretores.

A LDB estabelece ainda, no seu art. 27, que os conteúdos curriculares da educação básica devem observar diretrizes específicas, entre elas “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL, 1996), o que está em consonância com os princípios da construção da cidadania.

Na Seção III do Ensino Fundamental, a LDB assegura o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes e valores e, ainda, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Já na Seção IV, art. 35, que aborda o Ensino Médio, o Parágrafo II do documento determina que o sistema educacional brasileiro deve atentar na preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para que ele continue aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. O parágrafo III enfatiza o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Dessa maneira, cabe à escola a responsabilidade de assumir uma postura mais presente e proativa no que concerne à construção das práticas da cidadania. As ações isoladas conduzidas por professores bem-intencionados, apesar de extremamente positivas, carecem de continuidade e uma profundidade que demanda tão importante formação.

Seria necessária uma reformulação dos currículos, uma revisão de conteúdos e práticas, bem como a abordagem de professores e direção sobre os novos caminhos a serem percorridos diante de tamanha responsabilidade. A realidade vivida pela humanidade hoje exige uma nova formação de professores para que eles, antes de qualquer mudança estrutural nas escolas, possam saber ensinar, saber formar indivíduos inseridos no contexto social e histórico do século XXI. O Brasil busca sempre estar em consonância com as diretrizes das Nações Unidas em seus

mais nobres objetivos de desenvolvimento. Com esse intuito, o país elaborou, nos últimos anos, documentos de orientação e normatização dessas diretrizes dentro do território nacional, alinhando as leis e regulamentos internos aos padrões internacionais da prática cidadã na era digital.

## 2.4 O conceito de universalidade da Internet e o Marco Civil da Internet

Em 2015, a Conferência Geral da UNESCO adotou o termo *Universalidade da Internet* para evidenciar aspectos da Internet que a Organização acredita serem fundamentais para o desenvolvimento de seu potencial na construção do desenvolvimento sustentável. A agência considera que a Internet não é apenas um instrumento dotado de infraestrutura e aplicações práticas, mas uma rede de conexões econômicas e sociais, com grande potencial para fomentar a conquista de direitos, empoderar indivíduos e comunidades e promover o desenvolvimento sustentável. Ao se compreender a Internet como veículo de comunicação, mudança e empoderamento, poder-se-ão reunir suas diferentes especificidades no que diz respeito à tecnologia, às políticas públicas, aos direitos e ao desenvolvimento. Do documento “A universalidade da Internet: um meio para a construção das sociedades do conhecimento”, do “Post-2015 Agenda do Desenvolvimento Sustentável e o Trabalho de Discussão da UNESCO”<sup>2</sup> (2013), são capturados os principais componentes da Internet como elemento universal e ferramenta de desenvolvimento, bem como seu caráter transversal e disseminado em todas as esferas da sociedade e da interação humana. O conceito de “universalidade da Internet” captura o que é importante na sua crescente inserção em todas as áreas da vida humana. Ele ajuda a colocar em evidência normas e valores que sustentam essa tendência e indica a necessidade de fortalecê-los, de maneira que se tenha uma Internet que ajude no onipresente desejo de realização das maiores aspirações humanas, para que se tenha uma participação efetiva da população em geral na construção do desenvolvimento e da governança. A universalidade da Internet abarca quatro princípios básicos, denominados ROAM, sigla em inglês que faz um jogo de palavras com o sentido de “roaming” muito usado para designar o acompanhamento dos serviços da rede do celular, independentemente de sua localização:

- a) é baseada em Direitos Humanos - *Rights*;
- b) é aberta - *Open*;

---

<sup>2</sup> Internet Universality: A Means Towards Building Knowledge Societies and the Post-2015 Sustainable Development Agenda, UNESCO Discussion Paper.

- c) deve ser acessível a todos - *Accessible*;
- d) é alimentada pela participação de atores diversos - *Multi-stakeholders engagement* (compromisso das múltiplas partes interessadas).

No Brasil, um ano após a chegada da internet em larga escala e abrangência, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil, o qual se baseia em um modelo multissetorial que congrega diversos atores da sociedade e do governo.

Em consonância com a movimentação mundial acerca da regulamentação do uso da Internet, o Comitê Gestor da Internet no Brasil, criou um espaço de referência sobre os “Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil”<sup>3</sup>(Resolução CGI.br/Res/2009/03/P). Esses princípios foram elaborados e adotados pelo comitê no ano de 2009 e reúnem materiais relacionados a cada princípio, no intuito de auxiliar o estudo e a pesquisa, reunindo fontes de informação. Os “Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil” são:

**1. Liberdade, privacidade e direitos humanos** - o uso da Internet deve guiar-se pelos princípios de liberdade de expressão, de privacidade do indivíduo e de respeito aos direitos humanos, reconhecendo-os como fundamentais para a preservação de uma sociedade justa e democrática.

**2. Governança democrática e colaborativa** - a governança da Internet deve ser exercida de forma transparente, multilateral e democrática, com a participação dos vários setores da sociedade, preservando e estimulando o seu caráter de criação coletiva.

**3. Universalidade** - o acesso à Internet deve ser universal para que ela seja um meio para o desenvolvimento social e humano, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória em benefício de todos.

**4. Diversidade** - a diversidade cultural deve ser respeitada e preservada, e sua expressão deve ser estimulada, sem a imposição de crenças, costumes ou valores.

**5. Inovação** - a governança da Internet deve promover a contínua evolução e ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso.

**6. Neutralidade da rede** - filtragem ou privilégios de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos, não sendo admissíveis motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento.

---

<sup>3</sup> COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Resolução CGI.br/RES/2009/003/P - Princípios para a governança e uso da internet no Brasil. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://cgi.br/resolucoes/documento/2009/003>. Acesso em: 14 jul. 2018.

**7. Inimputabilidade da rede** - o combate a ilícitos na rede deve atingir os responsáveis finais e não os meios de acesso e transporte, sempre preservando os princípios maiores de defesa da liberdade, da privacidade e do respeito aos direitos humanos.

**8. Funcionalidade, segurança e estabilidade** - a estabilidade, a segurança e a funcionalidade globais da rede devem ser preservadas de forma ativa através de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e estímulo ao uso das boas práticas.

**9. Padronização e interoperabilidade** - a Internet deve basear-se em padrões abertos que permitam a interoperabilidade e a participação de todos em seu desenvolvimento.

**10. Ambiente legal e regulatório** - o ambiente legal e regulatório deve preservar a dinâmica da Internet como espaço de colaboração.

Quando abordamos o tema da universalidade da internet e da importância da inclusão das melhores práticas no uso das TDIC, devemos considerar o documento publicado no Brasil em 2014, sob a Lei nº 12.965/14 (BRASIL, 2014), o Marco Civil da Internet. O Marco Civil da Internet, como é mais conhecido, regula o uso da internet no país, por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, pessoas físicas e jurídicas, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado.

Com o objetivo de regulamentar o uso da internet no Brasil, a Lei 12.965/2014 veio também prestar um serviço de auxílio a todos os indivíduos, empresas e órgãos governamentais quanto ao melhor uso da nova ferramenta. Na verdade, o Marco Civil é uma declaração de princípios, que busca regular desde a infraestrutura de telecomunicações até aplicações e conteúdo. No que tange à neutralidade, é um orientador sobre a forma de aplicação de legislação já existente à Internet. Age como um balizador para a eventual legislação futura que deverá, também essa, adaptar-se à constância e velocidade das mudanças inerente às TDIC.

Os principais fundamentos do Marco Civil são a liberdade de expressão; o reconhecimento da escala mundial da rede; os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais; a pluralidade e a diversidade; a abertura e a colaboração; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e a finalidade social da rede. O Marco Civil não tem – e não cabe a ele ter – a pretensão de impedir ilícitos na Internet, mesmo podendo qualificar diversos ilícitos; não trata de temas técnicos da rede e, sobretudo, não se sobrepõe à ação dos diversos órgãos da sociedade, como Anatel, CGI, Procon, Idec, etc., apesar de se reconhecer sua complementaridade e colaboração.

De acordo com o documento, os princípios que disciplinam o uso da Internet no Brasil são:

- Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;
- Proteção da privacidade;
- Proteção dos dados pessoais, na forma da lei;
- Preservação e garantia da neutralidade de rede;
- Preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;
- Responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;
- Preservação da natureza participativa da rede;
- Liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei;
- Demais princípios integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, incluindo os provenientes do direito internacional.
- Direitos e garantias fundamentais dos usuários
- Inviolabilidade da intimidade e da vida privada;
- Inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações e de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;
- Não suspensão da conexão à internet, salvo por débito;
- Manutenção da qualidade contratada da conexão;
- Informações claras e completas constantes dos contratos de prestação de serviços;
- Não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais;
- Informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de dados pessoais, bem como consentimento expresso para a realização de tais atividades;
- Exclusão definitiva dos dados pessoais, ao término da relação entre as partes;
- Publicidade e clareza de políticas de uso dos provedores;
- Acessibilidade multidimensional: características físicas, motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário.
- Aplicação das normas de proteção e defesa do consumidor onde cabível.

No capítulo I, art. 2º, Inciso II, o documento expressa seu compromisso com a cidadania quando proclama “A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como, os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais” (BRASIL, 2014).

Logo após a divulgação do Marco Civil da Internet, em 2017, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara aprovou o parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição que considera o acesso à internet como um direito fundamental do cidadão, projeto de autoria da deputada Renata Abreu (PODE-SP). Tanto essa iniciativa como a adoção do Marco Civil da Internet foram ações que buscaram corroborar a Declaração das Nações Unidas, em 3 de junho de 2011, declaração esta que estabeleceu o acesso à internet como direito humano universal.

Retornando à LDB, o Inciso II do seu art. 35, a Lei chama a atenção para a necessidade de uma “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996).

O Marco Civil da Internet pode ser considerado o pilar da construção da cidadania digital no Brasil, ao estabelecer direitos e deveres de todos os usuários da rede mundial de computadores, estruturando a prática cidadã, dentro da família, da escola e em todas as relações sociais e profissionais, bem como da atuação do Poder Público.

## **2.5 A Base Nacional Comum Curricular**

O projeto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolvido pelo governo brasileiro e aprovado recentemente, visa a uma certa padronização da educação básica em todo o território brasileiro. A BNCC é um documento que busca estabelecer e regulamentar as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, independentemente de seu local de residência dentro do Estado brasileiro. A BNCC, parte do Plano Nacional de Educação (PNE), cumpre a meta de número 7, que busca potencializar a qualidade da Educação Básica, impulsionar o fluxo escolar e desenvolver a aprendizagem.

Apesar de não ser um “currículo pronto”, o documento aponta as bases essenciais para a educação de modo a garantir um ensino de qualidade a todos os alunos no país. A BNCC não pretende ser um documento impositivo, mas um marco de referência na qual cada escola deverá basear-se para a construção de seu projeto político-pedagógico.

De acordo com as determinações do MEC, todas as escolas brasileiras deverão se adequar à BNCC para o ensino infantil e do ensino fundamental até 2020. Já a BNCC para o ensino médio tem o prazo de adequação até 2021.

As competências gerais da Base incluem, entre outros itens: valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre os mundos físicos, social e cultural para entender e explicar a realidade; exercitar a curiosidade intelectual; desenvolver o senso estético para valorizar e participar de diversas manifestações artísticas e culturais; utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica; valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais; exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação. Além disso, há competências específicas para cada disciplina (BRASIL, 2017).

É dever de todas as escolas não só implementar a Base Nacional Comum Curricular, mas dar total apoio e condições para que os professores realizem os cursos necessários, tendo, assim, pleno conhecimento para cumprir as novas exigências educacionais brasileiras.

O documento reserva um capítulo dedicado exclusivamente às tecnologias digitais e à computação em que vem asseverada a relevância e urgência da abordagem do tema nas escolas.

Tanto a computação quanto as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) estão cada vez mais presentes na vida de todos, não somente nos escritórios ou nas escolas, mas nos nossos bolsos, nas cozinhas, nos automóveis, nas roupas etc. Além disso, grande parte das informações produzidas pela humanidade está armazenada digitalmente. Isso denota o quanto o mundo produtivo e o cotidiano estão sendo movidos por tecnologias digitais, situação que tende a se acentuar fortemente no futuro (BRASIL, 2017). É preciso garantir aos jovens, aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos.

As diferentes dimensões que compõem as tecnologias digitais são abordadas nesse documento, tanto no que diz respeito a conhecimentos e habilidades quanto a atitudes e valores:

- pensamento computacional: envolve as capacidades de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções, de forma metódica e sistemática, por meio do desenvolvimento de algoritmos;

- mundo digital: envolve as aprendizagens relativas às formas de processar, transmitir e distribuir a informação de maneira segura e confiável em diferentes artefatos digitais – tanto físicos (computadores, celulares, tablets etc.) como virtuais (internet, redes sociais e nuvens de dados, entre outros) –, compreendendo a importância contemporânea de codificar, armazenar e proteger a informação;

- cultura digital: envolve aprendizagens voltadas a uma participação mais consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que supõe a compreensão dos

impactos da revolução digital e dos avanços do mundo digital na sociedade contemporânea, a construção de uma atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, aos usos possíveis das diferentes tecnologias e aos conteúdos por elas veiculados, e, também, à fluência no uso da tecnologia digital para expressão de soluções e manifestações culturais de forma contextualizada e crítica.

- apropriar-se das linguagens da cultura digital, dos novos letramentos e dos multiletramentos para explorar e produzir conteúdos em diversas mídias, ampliando as possibilidades de acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho;

- usar diversas ferramentas de software e aplicativos para compreender e produzir conteúdos em diversas mídias, simular fenômenos e processos das diferentes áreas do conhecimento e elaborar e explorar diversos registros de representação matemática;

- utilizar, propor e/ou implementar soluções (processos e produtos) envolvendo diferentes tecnologias para identificar, analisar, modelar e solucionar problemas complexos em diversas áreas da vida cotidiana, explorando, de forma efetiva, o raciocínio lógico, o pensamento computacional, o espírito de investigação e a criatividade.

Nesse ponto, torna-se mister observar que a formação para a o uso adequado das TDIC ocupa lugar de destaque no documento e nas considerações sobre a adequada formação de professores e alunos.

Considerando que as TDIC se apresentam intrinsecamente ligadas à escola e às novas modalidades de ensino, o documento considera a formação de competências práticas – mas também comportamentais – para professores e alunos no uso da TDIC. De maneira geral, as competências comportamentais a serem desenvolvidas dentro do ambiente escolar poderão auxiliar seus usuários no exercício correto e íntegro da internet, dentro e fora dos muros acadêmicos.

[...] a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários (BRASIL, 2017).

Os tópicos que abordam o uso responsável das novas tecnologias digitais estão presentes no decorrer de todo o texto do documento. Partindo do pressuposto que a formação para a cidadania é garantida pela Carta Magna do país e responsabilidade principal da família e da

escola, a BNCC busca a consonância com tais determinações federais, ressaltando a importância da formação para a cidadania digital.

De acordo com a BNCC, a formação para a cidadania digital torna-se um ponto primordial na educação de crianças e jovens e deve ser considerada como tema transversal em todo o processo educacional, formal e informal. Negligenciar a importância de tal fenômeno significaria negligenciar a educação em si, visto que esta é diretamente impactada pelas TDIC, em todos os seus níveis, áreas do saber, manifestações e modalidades de ensino e aprendizagem. Como descrito ao longo do texto, “a cultura digital perpassa todos os campos, fazendo surgir ou modificando gêneros e práticas. Por essa razão, optou-se por um tratamento transversal da cultura digital, bem como das TDIC, articulado a outras dimensões nas práticas em que aparecem” (BRASIL, 2017, p. 83).

Há que se considerar que, para além do impacto estrutural e prático nas formas de ensinar e aprender, a formação para o correto uso das TDIC deve abordar também as habilidades de participação, colaboração, criação, divulgação, curadoria e de apreciação ética e estética. É necessário alertar e formar crianças e jovens dentro de um contexto de civilidade e respeito para consigo e com o outro, a fim de evitar, por exemplo, a profusão de notícias falsas (*fake news*), de pós-verdades, do *cyberbullying* e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias.

Em todas as etapas do ensino abordadas pela BNCC – infantil, fundamental e médio – e todas as competências específicas por área do conhecimento (área das linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso), o impacto das TDIC na vida acadêmica e social dos indivíduos se faz presente, ressaltando a importância do tema.

Dentro das competências gerais da educação básica, por exemplo, encontramos itens específicos sobre o assunto no tópico **COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA** (BRASIL, 2017):

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

### 3 CIDADANIA

A palavra cidadania é usada no dia a dia com vários sentidos. Porém hoje significa, em essência, o direito de ser respeitado constitucionalmente (GOMES, 2002). Para Dallari, cidadania

[...] expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALARI, 1998, p. 14).

Hodiernamente, há que se considerar também o equívoco de interpretação que se faz ao se tentar compreender o termo. Muitas vezes confundida com conceitos próximos como Direitos Humanos – conceito ao qual está intimamente ligada e do qual é causa e consequência –, a cidadania consegue ter várias definições e significados a depender da área do conhecimento que a aborde.

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998).

No Brasil, no âmbito legal, cidadão é apenas aquele que tem esse status garantido pela capacidade de votar e comprovação do exercício de seu direito. Já no âmbito do Direito Internacional Privado, é ou torna-se cidadão de um território soberano todo aquele a quem, por direito e de acordo com as leis locais, for garantida a cidadania. Portanto a cidadania, nesse caso, seja ela original ou adquirida, constitui um status de legalidade que visa à proteção de direitos e determinação de deveres desse cidadão dentro de um país.

O conceito de cidadania no âmbito do Direito Internacional Privado vem sendo largamente discutido nas últimas décadas, com o aumento da velocidade e oferta dos meios de transporte – o que possibilita a maior interação entre pessoas de diferentes culturas – e definitivamente após o advento da internet, que diminuiu barreiras de tempo/espço criando uma “comunidade internacional”. Essa comunidade, globalizada e conectada por excelência, determinou definitivamente a solidificação de um termo já existente e discutido em outras décadas: a cidadania global.

O conceito de cidadão global é uma pauta tão importante atualmente que está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU. De acordo com a UNESCO, agência da ONU especializada em educação, ciência e cultura, o conceito representa “um encapsulamento poderosamente relevante das muitas dimensões da atual fase da globalização” (UNESCO, 2014, p. 20). A agência define a globalização como uma das mudanças mais importantes que acontecem nas sociedades do mundo inteiro hoje. Essa globalização, atrelada às mudanças trazidas pela sociedade digital, forjou uma realidade veloz, mutável, volátil, que apresenta desafios cada vez mais complexos.

O termo “cidadão global” abarca uma miríade de componentes que a determinam e identificam, causando impactos visíveis nos setores da educação, profissional e social/comportamental. O cidadão global se expressa bem em pelo menos dois idiomas, tem relações duradouras com pessoas de outros países e culturas, desenvolve (ou desenvolveu) atividades profissionais e acadêmicas em outros países e, sobretudo, rejeita a divisão e separação geopolíticas como fonte de diferenciação e confinamento. Preocupa-se e age com uma visão persistente e universal acerca dos problemas que afligem a humanidade, como pobreza, escassez de água, imigração e violência, somente para citar alguns deles.

A educação para a cidadania global é um dos quesitos mais importantes entre as preocupações de governos mundiais, que estabelecem políticas de fomento a ações que a facilitem. A globalização crescente traz consigo a necessidade de atenção à preparação de novas gerações para o convívio pautado em valores globais como os direitos humanos.

A Educação para a Cidadania Digital (ECG) concentra-se na capacitação dos indivíduos para a criação de valores, conhecimento e habilidades forjados no respeito por direitos humanos, justiça social, diversidade, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental, além de empoderar os aprendizes para que se tornem cidadãos globais responsáveis.

### **3.1 História**

A palavra cidadania deriva do latim *civitas*, que compreende o conjunto de direitos atribuídos ao “cidadão” ou à “cidade”. Por sua vez, *civitas* parece ter evoluído do termo *civis*, denominação para qualquer homem que residisse na cidade. Outros vocábulos, como civil, civilização, civismo, civilidade, teriam se originado dessa mesma raiz.

O conceito de cidadão surgiu na Antiguidade, época na qual a cidade representava a unidade de organização social. Assim, o indivíduo poderia ter a cidadania de uma determinada

cidade, isto é, ser cidadão, baseado em um conjunto de condições pré-estabelecidas e que o atrelariam à cidade por meio de direitos concedidos e deveres a serem cumpridos.

Na Roma Antiga, a palavra “cidadania” era utilizada com um sentido bastante diferenciado daquele que se aplica hoje: para designar a situação política de uma pessoa e os direitos que possuía ou que podia exercer. Cidadania seria o conjunto de direitos que confere ao cidadão a possibilidade de participar da vida e do governo de seu povo. No entanto, para os romanos antigos, somente grandes proprietários de terra e indivíduos que não se encontravam em situação de servidão podiam praticar a cidadania, ser cidadãos. Hoje em dia, qualquer indivíduo pode ser considerado cidadão do país em que nasceu.

Na Idade Média, as liberdades e os direitos dos indivíduos eram cerceados devido às divisões de classes, que obrigavam o vassalo ao trabalho de semiescravidão imposto pelo sistema feudal. O direito à propriedade era exclusivo dos senhores feudais, que dispunham de parcelas dessas terras e as concediam aos empregados que as cultivavam em troca de proteção e comida. Não existia, portanto, para esses indivíduos, o direito de propriedade garantido pelo Direito Civil, nem o status de cidadão, garantido pelo Direito Político.

A cidadania como conceito e prática evoluiu muito ao longo dos tempos. Tanto o *status* de cidadão quanto os direitos a ele concedidos e os deveres deles decorrentes modificaram-se, sobremaneira, desde seu primeiro entendimento, no mundo antigo. A ideia da prática da cidadania pelo cidadão de dado grupo humano modificou-se através dos tempos, atrelada aos valores morais e éticos, à localização geográfica, ao sistema político e à religião vigentes, à época histórica e a tantas outras variáveis que colaboraram para sua definição. Essas variáveis, que formam o conjunto coeso de indivíduos com identidade cultural semelhante e que se reconhecem como iguais, a que se dá o nome de povo, determinam a tipologia da sociedade humana e o que significa ser cidadão dentro dela. A cidadania e sua prática se apoiam nas bases do conjunto de valores que formam determinadas sociedades, sendo, portanto, suscetíveis à interpretação de cada uma delas. Por esse motivo, o conceito e a prática da cidadania dentro de um território ou povo delimitado são mutáveis e inconstantes, reféns e cúmplices das mudanças sociais, legais, econômicas e, sobretudo, comportamentais de determinada sociedade.

Nessa linha de pensamento, Konder postula que:

[...] a visão de conjunto – ressalve-se – é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa –

que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de totalidade [...] a dialética – maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana – negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses, recusando-se a revê-las, mesmo em face de situações modificadas (KONDER, 1988, p. 37).

Entretanto ainda há, nos dias de hoje, um equívoco quanto às expressões “cidadania”, “direitos humanos” e “cidadania global”. Enquanto o primeiro termo refere-se à condição de participante ativo na sociedade, o segundo garante uma série de premissas, sem as quais a manutenção da dignidade – como o direito do indivíduo à própria vida e a não ser torturado por seu sistema de governo, por exemplo – e o próprio exercício da cidadania seriam impossíveis.

A compreensão do termo “cidadania” requer uma análise histórica de sua evolução, bem como a compreensão dos fatos que cooperaram com suas alterações de sentido e atribuições. Faz-se necessário um olhar teórico, da mesma maneira, para que sejam evitadas interpretações preconceituosas no século presente, pautadas em valores hodiernos. É preciso levar em consideração que a cidadania e suas práticas devem ser analisadas dentro do contexto de cada época, sob pena de se incorrer em uma observação menos objetiva.

### *3.1.1 Aristóteles e o ser político*

Aristóteles (2001) analisou a cidadania, preocupando-se com o mundo empírico, com a vida humana que se opunha à divina. Dedicava-se a compreender o ser humano e sua felicidade, por meio de uma constituição prática. Para que isso ocorresse, foi necessária a elaboração de uma constituição, a política, que viria a ser o centro da atividade humana.

A vida humana, para Aristóteles (2001), só teria sentido através da felicidade que se realizaria, por sua vez, somente por meio do exercício da cidadania.

A concepção de cidadania ateniense relegava a quase totalidade da população a uma posição de não cidadão, pois a experiência democrática do exercício político sobre o destino da *polis* era confiada a um número irrisório de indivíduos, grupo do qual mulheres, escravos, dependentes econômicos de outrem e estrangeiros não faziam parte, para citar apenas alguns. Essa determinação era justificada pelo fato de que um indivíduo que não fosse livre ou não pudesse garantir sua subsistência também não poderia decidir os rumos da política da cidade. Mesmo os jovens, ainda que cidadãos, deveriam passar por uma espécie de treinamento durante o qual lhes eram ensinados valores como a obediência aos mais velhos. Os poucos indivíduos que podiam exercer seu direito político e decidir as questões da cidade – os cidadãos – escolhiam

os magistrados entre os componentes do grupo e estes, então, eram os responsáveis pela execução das tarefas referentes às soluções discutidas nas assembleias da *polis*.

A concepção de cidadania não estava restrita a uma questão de nascimento, mas sim definida pela participação nos assuntos da esfera pública. Governantes e governados poderiam alternar-se nessas posições, já que esse era o pilar da democracia ateniense, o pilar do que se tornaria a referência de cidadania grega para gerações futuras. Partindo desse raciocínio, os ocupantes de cargos públicos deveriam ter seu tempo de mandato limitado, findo o qual deveriam dar lugar a seus sucessores.

A cidadania grega caracterizava-se, acima de tudo, pela manifestação de traços que poderiam ser desenvolvidos, como um conjunto de características psicológicas do indivíduo. Esse exercício, porém, deveria ser pautado no comprometimento e na responsabilidade com o bem comum, dentro da liberdade garantida a cada indivíduo pelo sistema democrático vigente.

Para Aristóteles, a justiça e a democracia devem governar as ações humanas, dentro do respeito por si mesmo através de uma vida contemplativa e o respeito ao próximo, baseando-se na busca da virtude moral e intelectual.

É na sua *Ética a Nicômaco* que Aristóteles (2001) aborda a finalidade ou causa final da existência humana como sendo a eudaimonia. Eudaimonia, mais comumente traduzida como “felicidade” seria mais bem traduzida como “florescente”, no sentido de uma vida plena e bem-sucedida que, para os gregos antigos, significava uma vida baseada na atividade da mente/alma de acordo com a virtude.

Para Aristóteles (2001), existem duas partes para a mente/alma: a intelectual e a emocional, que geram, por consequência, dois tipos de virtude: intelectual e moral. Além disso, a virtude, seja intelectual ou moral, é uma disposição, uma inclinação natural da mente/alma, que encontra a sua expressão na ação voluntária, ou seja, ela é escolhida conscientemente.

Ainda segundo Aristóteles (2001), o ser político só pode se expressar corretamente na presença da virtude moral, que se baseia na “média de ouro”, um lugar entre a emoção excessiva e a deficiente, o equilíbrio entre dois vícios opostos. Assim, coragem ou firmeza é uma média entre covardia e precipitação, e moderação é a média entre dissoluções ou desregramento e insensibilidade.

A virtude moral impede a emoção desordenada e o desequilíbrio psíquico, que levam a uma ação inadequada ou indesejável em uma convivência harmoniosa com outros. O que determina, em qualquer situação, qual é a ação apropriada e a quantidade correta de sentimento é a virtude intelectual da prudência ou da sabedoria prática (*phronesis*): esta é a virtude dessa parte da razão que se ocupa da ação.

De acordo com essas considerações, a obtenção da virtude moral e intelectual é alcançada somente por meio da educação, da orientação focada no desenvolvimento e das práticas cidadãs, que devem ser incentivadas e veiculadas pela família e escola.

Tendo em vista as considerações de Aristóteles sobre o ser político, devemos considerar que, nos dias de hoje, há idêntica necessidade de preparação das novas gerações para a busca do equilíbrio emocional dentro de uma sociedade mais complexa e multi-interativa do que as sociedades antigas.

Segundo os padrões de convivência imaginados por Aristóteles, a virtude intelectual e a prudência de ações e sentimentos devem ser “ensinadas” às crianças e jovens, em um mundo que apresenta desafios cada vez mais inescrutáveis. Não por acaso, a busca moderna por soluções dos “problemas da alma” tem crescido tão exponencialmente quanto as oportunidades de comunicação e conhecimento trazidas pela internet.

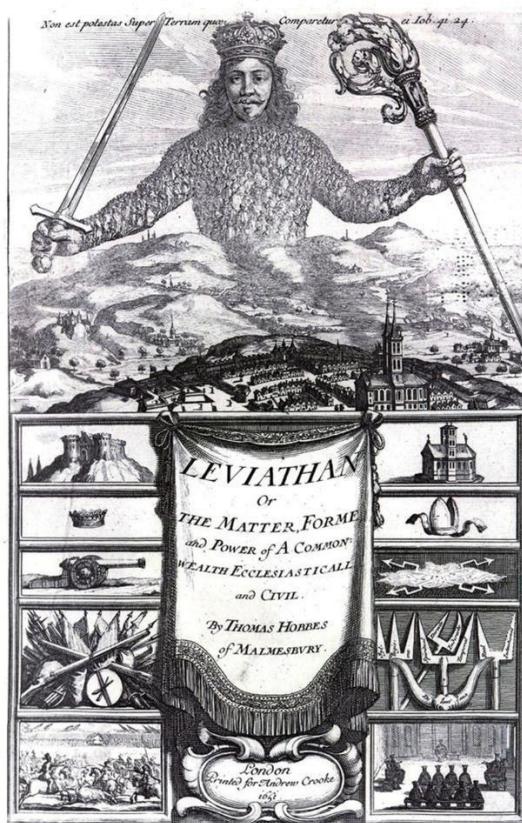
### *3.1.2 Thomas Hobbes: o ser humano, a política e o contrato social*

Hobbes (2008) explica a origem do Estado e do Direito por meio do que ele chama de “contrato social”, nos séculos XVI e XVII. Assim, surge a ideia de que os seres humanos podem organizar-se e, conseqüentemente, organizar o Estado e a sociedade, de acordo com sua razão e vontade. Substitui-se, assim, a legitimidade dinástica pelo princípio da soberania popular.

Hobbes (2008) parte do princípio de que os homens são egoístas e que o mundo não satisfaz todas as suas necessidades, defendendo, por isso, que, no Estado Natural, sem a existência da sociedade civil, há necessariamente competição entre os homens pela riqueza, segurança e glória.

Em seu clássico *Leviatã* (2008), Hobbes (1587-1666) defende que o ser humano é um explorador por essência, aproveitador dos mais fracos, e que teria por instinto o impulso de usurpar o que é do outro, colocando-se acima dos demais e tendo como prioridade máxima o bem-estar individual ao invés do coletivo (FIG. 2).

Figura 2 - Frontispício datado de 1651 da edição original do clássico de Hobbes



Fonte: CAPA DE LEVIATHAN... [s.d.].

Hobbes (2008) defende que a natureza humana não é estática, à semelhança do universo, e que ambos se encontram em constantes mudanças que originam desejos ilimitados. Dessa forma, este autor, moralmente, desloca a ética da influência das virtudes e dos valores aristocráticos, como entendeu Aristóteles (2001), para uma igualdade fundada na justiça, ou seja, depositando no monarca a fonte da proteção social e da legislação, por meio do contrato social, segundo o qual todos se tornam iguais em oportunidades e benefícios sociais o que, praticamente, seria a principal ferramenta de controle do *homo homini lupus* (homem é o lobo do homem) no qual está presente a vontade insaciável de poder causar a morte violenta, consequência da mútua predação. A frase, metafórica, quer dizer que o homem é um animal que ameaça a sua própria espécie. O que a máxima sublinha é a capacidade destruidora do ser humano contra os seus, e daí a necessidade de uma autoridade suprema que evite o caos.

Em suma, Hobbes (2008) acredita que, por meio do contrato social, o soberano assume a responsabilidade de manter a ordem social, afastando as guerras civis e proporcionando um ambiente favorável ao desenvolvimento da ação racional. Em *Leviatã* (2008, p. 110): “Dos poderes humanos o maior é aquele composto pelos poderes de vários homens unidos por

consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade. É o caso do poder de um Estado”.

Para que o ser humano não extermine seu igual, é necessária uma figura superior, rei, rainha, governante, assembleia de dirigentes, ou outro grupo que concentrasse e organizasse o poder, bem como as interações dos seres por ele governados. Assim, essa figura superior seria a guardiã da ordem e da sociedade dentro da civilização, como maneira de prevenir o extermínio mútuo entre os homens, mas, também, de organizar a sociedade como um todo, baseada no poder a ela confiado pelos indivíduos.

A base do contrato social seria a confiança na organização da sociedade pela pessoa ou pelo grupo escolhido, visto que seria um meio, uma conquista da pretendida paz, em substituição à guerra de todos contra todos, em busca da sobrevivência, glória e riqueza. A partir do momento em que o indivíduo abre mão de sua natureza instintiva de buscar seus próprios interesses por meio da agressividade e do ataque, espera que outros indivíduos, em reciprocidade, façam o mesmo, baseados no acordo de busca de paz, base do contrato social.

Entretanto Hobbes (2008) afirma que a natureza humana somente cumpriria tal acordo se este estivesse em consonância com seus interesses, sendo que, uma vez que faltasse este requisito, a promessa não seria cumprida. A solução, portanto, seria o sistema de punição, por meio do poder dos dirigentes, quando algum membro desse pacto não cumprisse o pacto. Assim, cada membro teria motivos para ser justo, visto que poderia se apoiar num sistema que puniria os que quebrassem o pacto.

A busca pela interação civilizada de seres humanos demonstra uma preocupação estreita com as questões antes levantadas por Comenius (2002), quando aborda o tema, mais especificamente, no âmbito da educação escolar. Nota-se que a formação moral do indivíduo e a convivência pacífica entre seres humanos são temas explorados por diversos filósofos e pensadores, mas é Hobbes (2008) que delinea o contrato social como balizador da natureza individualista dos seres. É ele que assevera a importância de uma figura superior, que delimite a bestialidade humana na luta pelos próprios interesses. Para esse autor, é inconcebível a noção de civilização ou organização humana profícua sem o comando central de uma figura que regule as interações dos seres e seus interesses, figura essa que, à sua época, representaria, primordialmente, o governo e seus diversos aparelhos e equipamentos como as leis, os dogmas e os costumes. Esse aparato de organização e controle seria o responsável por minimizar e domar a má índole humana.

O pensamento de Hobbes se mantém atual, quando analisamos o comportamento humano diante das possibilidades infinitas da internet. A ausência de parâmetros de conduta em

relação à nova ferramenta determina uma variedade assombrosa de comportamentos nocivos ao bem-estar coletivo. Podemos aqui tomar a ideia de Hobbes para ilustrar a necessidade de um contrato social que permita desenvolver uma convivência pacífica e proveitosa dentro do ambiente virtual.

Apesar de o filósofo defender as monarquias – e a obediência às regras – à sua época, como única forma de controle da índole animal do ser humano, adotamos aqui a visão mais abrangente de seu pensamento no que tange às novas tecnologias: a ausência de um código de conduta e de um controle centralizado expõe seres humanos à perversidade de outros.

### 3.1.3 Locke

Conhecido como o "Pai do Liberalismo" e um dos três grandes filósofos do Empirismo britânico, John Locke foi um filósofo britânico do século XVII que exerceu grande influência no republicanismo clássico, na teoria liberal e, seguindo a tradição de Sir Francis Bacon, no empirismo e no iluminismo escocês. Locke foi ainda o primeiro a definir a identidade do ser como continuidade da consciência, abrindo caminho para o debate moderno acerca de identidade e ser, que viria a originar o campo de estudo que hoje chamamos de "filosofia da mente".

Em sua obra *Dois tratados sobre o governo*, de 1689, Locke argumentou contra o regime de monarquia absoluta e defendeu que o convencimento individual é a base da legitimidade política. O primeiro tratado é dedicado a refutar o patriarcalismo, uma posição política surgida na Inglaterra do século XVII, que buscava identificar o monarca com uma figura paterna, argumentando em favor de seu poder absoluto e de seu caráter fraterno. Um dos principais proponentes dessa posição foi Robert Filmer (1588-1653), a quem Locke ofereceu, no primeiro tratado, uma refutação sentença-a-sentença, contribuindo assim para a extinção do patriarcalismo como posição política.

No segundo tratado, Locke (1994) aborda suas próprias ideias acerca de como a sociedade deveria organizar-se de modo mais civilizado. Para tanto, apresentou a ideia, revolucionária para a época, de "direitos naturais", aqueles que, diferindo dos direitos legais, não dependeriam de qualquer autoridade constituída e, portanto, seriam inalienáveis, não podendo ser restringidos pela lei humana, por serem sustentados pela ideia de lei natural. Essa lei é utilizada no tratado para desafiar a suposição de direito soberano divino dos monarcas. O autor classifica como direitos naturais três itens: o direito à liberdade, o direito à vida e o direito à propriedade. Dessa forma, ofereceu ainda uma justificativa racional para outros elementos

que considerou fundamentais para uma sociedade mais civilizadamente organizada, entre eles, o contrato social, um acordo explícito ou não entre os indivíduos de uma sociedade.

Em termos de teoria da mente, Locke (1999) definiu a mente humana como uma tábula rasa na qual a experiência imprime as ideias. Defendeu, assim, que todo conhecimento seria originado da percepção sensorial e que não haveria ideias inatas, aquelas com as quais o ser humano seria dotado desde o nascimento. Influenciou os rumos do que viria a ser conhecido como “empirismo britânico” e recusou as teorias de filósofos racionalistas, como Descartes, que defendiam a primazia da razão na geração das ideias.

Locke (1999) argumentou ainda em favor da tese de que haveria duas formas pelas quais as ideias poderiam surgir: pela sensação e pela reflexão. As ideias provenientes da sensação são aquelas que surgem do contato direto com os objetos; por outro lado, aquelas que surgem por reflexão são relativas à percepção das ideias adquiridas pela sensação. Qualificou ainda essas ideias em duas categorias, as simples e as complexas.

As ideias simples, defende Locke (1999), referem-se às qualidades primárias e secundárias dos objetos, por isso não são passíveis de análise. Por primárias, Locke entende aquelas qualidades que definem a essência de um objeto. Por exemplo, o arranjo específico da estrutura atômica de uma cadeira é uma qualidade primária, pois qualquer outro arranjo faria outro objeto e não uma cadeira, especificamente, não faria aquela cadeira em particular. As qualidades secundárias tratam das informações adicionais acerca do objeto, definindo seus atributos (cor, sabor, espessura, etc.).

Quando combinamos ideias simples entre si, formamos ideias complexas, que constituem as substâncias, os modos e as relações. Ao compreender a concordância e discordância entre ideias, executamos a percepção das ideias, dando origem ao conhecimento. Essa tese, depois reformulada por David Hume (1711-1776), iria se tornar a base do empirismo moderno.

#### *3.1.4 A perspectiva “marshalliana”*

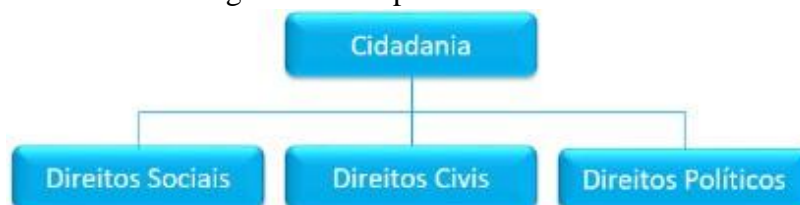
O conceito clássico de cidadania, na Era Moderna, foi desenvolvido por Thomas Humphrey Marshall, sociólogo inglês e professor de Sociologia na Universidade de Londres que, em 1949, propôs a primeira teoria sociológica sobre cidadania, quando desenvolveu a noção de direitos e deveres inerentes à condição de cidadão.

Marshall (1967), influenciado pelo momento e contexto históricos ingleses em que se inseria à época, sobretudo, no tocante ao confronto entre capitalismo e igualdade, estabeleceu uma tipologia dos direitos de cidadania.

Em sua obra *Cidadania, classe social e status* (1967), esse autor divide a cidadania em três diferentes dimensões: a civil, a política e a social (FIG. 3).

No caso inglês, os direitos civis foram concebidos no século XVIII, ao passo que os direitos políticos e sociais o foram nos séculos XIX e XX, respectivamente. Os primeiros direitos estariam facilmente verificados pela liberdade individual e igualdade formal; os direitos políticos, pela liberdade de associação e reunião, assim como pela organização política e sindical, pelo sufrágio universal, alcançado no início do século XX. Já os direitos sociais, por sua vez, estariam relacionados ao trabalho, à educação, à saúde, à aposentadoria, ou seja, às garantias de acesso aos meios de vida que possibilitem o bem-estar social.

Figura 3 - O tripé da cidadania



Fonte: Elaborada pela autora.

No entanto deve-se considerar que o modelo inglês serviu de base e exemplo para outras nações, não sendo replicado exatamente por nenhuma delas, porquanto cada qual seguiu seu caminho. A Inglaterra preocupava-se, sobremaneira, com os direitos à igualdade e com uma sociedade mais igualitária, o que, de certo modo, não foi seguido por outras nações, pelo menos não da mesma forma.

O paradoxo de se construir a cidadania em uma sociedade dominada pelo individualismo é constante, imperando a tensão como marca intrínseca dessa busca. Há um conflito constante e onipresente, quando se toma como base uma sociedade pautada nos moldes do sistema capitalista, o qual depende da desigualdade para prosperar e manter-se.

Quando Marshall (1967) trabalhou o conceito de cidadania, baseou-se em sua experiência e, claramente, no contexto inglês, o que confere a seu trabalho uma fotografia da construção da cidadania inglesa à época. No caso do Brasil, deve-se ressaltar que os direitos de cidadania foram construídos por caminhos diferentes, e há que se considerarem, pelo menos, duas diferenças relevantes: a ênfase demasiada no direito social, em comparação aos demais, e

a inversão da ordem cronológica dos direitos conquistados pelos ingleses, uma vez que, no Brasil, os direitos sociais precedem os demais.

#### 3.1.4.1 Dos direitos

##### **3.1.4.1.1 *Direitos sociais***

Os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva, ou seja, educação, trabalho, salário justo, saúde, aposentadoria. Eles permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade gerados pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar a todos. A ideia central em que se baseiam é a justiça social.

Segundo Carvalho (2008), eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do poder executivo. Em tese, os direitos sociais poderiam existir sem os direitos civis e, certamente, sem os direitos políticos. Mas, na ausência dos direitos políticos e civis, seus conteúdos tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais, que incluem o direito ao trabalho, ao salário, à saúde, à educação e à moradia, originários das lutas das classes trabalhadoras por direito ao trabalho e à remuneração digna, foram construídos historicamente, em contextos específicos da interação dessas classes no mundo. A luta para usufruir das riquezas e dos recursos produzidos pelos seres humanos, como moradia, alimentação, lazer, saúde e educação, culminou, muitas vezes, com a conquista de direitos trabalhistas garantidos pelo governo. No Brasil, esses direitos sempre estiveram em primeiro lugar, mesmo que de maneira rudimentar ou desorganizada, como é o caso da educação.

##### **3.1.4.1.2 *Direitos políticos***

Os direitos políticos referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a uma parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas de organizar partidos, de votar e de ser votado. "Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno" (CARVALHO, 2008, p. 8).

Tais direitos se referem à participação do indivíduo no governo da sociedade, pré-requisito para a cidadania plena, segundo Aristóteles (2001).

Segundo a definição de Houaiss (2009), direito político é o “conjunto de direitos próprios do cidadão, como o de eleger e ser eleito, o de ocupar cargos políticos ou administrativos, o de participar de júri etc.”

Os direitos políticos de um cidadão que tem pleno gozo de sua cidadania referem-se à participação no comando da sociedade, por meio das manifestações políticas, das discussões sobre os problemas do governo, da organização de partidos, do votar e de ser votado. Já afirmava Aristóteles (2001) que o cidadão só o é dentro da perspectiva de que pode ser formado, ensinado a sê-lo, e que tenha não somente a capacidade de votar, mas também de ser votado.

Os direitos políticos no mundo tiveram uma evolução lenta, se se considerar que os atos de votar e ser votado constituem uma força, uma arma de mudança social para os indivíduos menos favorecidos e controlados pela elite dominante. Exatamente por esse motivo, o voto foi restrito a diversos grupos da sociedade, sob a alegação de que seriam passíveis de se elegerem e serem eleitos apenas indivíduos que preenchessem certos requisitos.

O direito ao voto, por muitos séculos, foi um privilégio restrito a homens adultos, letrados, possuidores de renda ou pertencentes às elites dominantes. O direito universal relacionado ao ato de votar e ser votado foi concedido aos demais grupos de maneira contida e, na maioria das vezes, somente conseguido por meio de protestos e longas lutas populares. O sufrágio universal, direito político ao voto, por exemplo, só foi concedido às mulheres na Inglaterra do início do século XIX, através de movimentos de protesto constantes, organizados e altamente articulados entre mulheres integrantes da classe operária e da elite que, juntas, perpetraram diversas formas pacíficas de protesto. Diante das inúmeras negativas da classe dominante em reconhecer seu direito ao voto – e com ele a participação política no Estado, sobretudo, nas decisões acerca das leis –, as mulheres iniciaram uma série de ataques violentos, com explosões de bombas caseiras nas lixeiras de Londres. Somente após o suicídio de uma das participantes do movimento, Emily Davidson, que cometeu um ato de martírio pelo movimento, ao se atirar em frente ao cavalo do Rei George V, em uma corrida de cavalos, provocando um protesto de 6.000 mulheres em passeata pelas ruas de Londres, foi que, finalmente, o processo pelo direito ao voto feminino foi desencadeado. Esse direito, ainda hoje, é negado às mulheres em muitos países do mundo. No Brasil, o direito ao voto foi concedido às mulheres somente em 1932, durante o governo do então presidente Getúlio Vargas, após uma série de protestos organizados no país. Já para os negros, outra minoria no sentido sociológico – grupo humano que, mesmo em maior concentração numérica, é desprovido de igualdade ou poder de representação perante outro de maior domínio, mesmo que menor em quantidade de indivíduos

que o componham – não foi diferente, apesar de menos determinante quanto à concessão do direito ao voto.

Nos Estados Unidos, após a promulgação da Carta Magna, na Constituição Americana, em 1787, existia uma determinação quanto à não proibição de direito ao voto, segundo a orientação religiosa de determinada pessoa. O texto explicitava que “nenhum requisito religioso poderá ser exigido como condição de elegibilidade” (ESTADOS UNIDOS, 1787).

Mas somente em 1870 é que o direito de voto foi estendido aos afrodescendentes, por meio da Décima Quinta Emenda da constituição. Tal emenda deveria garantir o direito de voto a negros, mesmo que ex-escravos, independentemente de sua condição prévia, como cita o texto: “o direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não poderia ser negado ou cerceado pelos Estados Unidos, nem por qualquer Estado da Federação, seja por motivo de raça, cor ou de prévio estado de servidão” (ESTADOS UNIDOS, 1787).

No entanto o direito de voto às mulheres norte-americanas só seria concedido em 1920, com a vigência da Décima Nona Emenda, ao dispor da seguinte maneira: “Artigo XIX: O direito dos cidadãos dos Estados Unidos ao voto não será negado ou restringido pelos Estados Unidos ou por qualquer Estado por motivo do sexo. O Congresso terá o poder de garantir a execução desse artigo pela legislação apropriada” (ESTADOS UNIDOS, 1787).

No Brasil, durante todo o período colonial e imperial, os negros não tiveram direito a voto. Essa situação devia-se ao fato de que a maioria da população negra e mestiça, no Brasil, era escrava ou descendente de escravos que, desde sua chegada às terras brasileiras, tiveram seus direitos civis, políticos e sociais suprimidos. Mesmo que tivessem direitos garantidos em seus países de origem, eles os perderam, automaticamente, ao caírem na condição de escravidão, na qual suas raízes e história foram estrategicamente negadas pelos senhores do tráfico negreiro e pelos proprietários latifundiários que os compraram como mercadoria.

De acordo com sua condição jurídica de escravizados e não tendo reconhecidos seu *status* de estrangeiro nem de cidadão brasileiro, era de se esperar que o direito político do voto também lhes fosse negado, mesmo que nenhum documento formal assim o comprovasse. Na verdade, não existia uma restrição formal a negros libertos ou a seus descendentes livres, mas sim à renda e à alfabetização. O acesso à educação, este sim, era-lhes negado formalmente.

Apesar de mais de 5 milhões de africanos terem sido traficados para o Brasil e de a maioria da população, à época da Abolição, ser de mestiços e negros, o direito ao voto só foi concedido a eles, de maneira irrestrita, ou seja, sem o condicionar à alfabetização ou renda, a partir da Lei Saraiva Cotegipe, em 1891, que estendia o direito de voto a qualquer indivíduo do sexo masculino, alfabetizado, independentemente da sua renda. O direito de voto para as

mulheres só foi conquistado em 1932, como já afirmado, por meio do decreto nº 21.076 do Código Eleitoral Brasileiro (BRASIL, 1932), promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas. No entanto a consolidação desse direito deu-se apenas na Constituição de 1934, quando todas as restrições ao seu pleno exercício foram retiradas do Código Eleitoral Brasileiro. Em 1946, o dever do voto foi estendido às mulheres.

Percebe-se uma relutância das classes dominantes em conceder direitos à população, direitos em geral, mas, sobretudo, os políticos, por serem eles as ferramentas de atuação na validação das leis, das políticas públicas, da alocação de divisas, das políticas regulatórias sobre a saúde, educação, transporte, enfim, por atuarem sobre todos os outros direitos que, numa sociedade democrática, são garantidos à população, para que ela possa assumir uma posição participativa e cidadã.

#### **3.1.4.1.3 *Direitos civis***

Segundo Carvalho (2008), os direitos civis são os fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.

Todos os cidadãos têm o direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, e o conjunto desses direitos forma a sociedade civil.

Os direitos de primeira geração, considerados básicos em um país democrático, surgiram em meados do século XVIII. Esses direitos referem-se à liberdade de ir e vir, à de dispor do próprio corpo, à vida, à liberdade de expressão, à propriedade, à igualdade perante a lei, a não ser julgado fora de um processo regular e a não ter o lar violado.

A conquista dos direitos civis é reforçada e, de certa maneira, constitui uma consequência de uma série de acontecimentos político-sociais no mundo, entre os quais os mais determinantes são os fenômenos do Nazismo e do Fascismo europeus.

A assinatura de importantes tratados, após o fim da Segunda Guerra Mundial, colaborou diretamente para a alavancagem de estudos relacionados aos direitos humanos, em todo o território europeu. Os horrores do Holocausto e o evidente embaraço alemão diante das demais

nações provocaram uma busca urgente por explicações racionais capazes de decifrar comportamentos tão primitivos que impulsionam o subjugo de milhares de pessoas e sepultar, de vez, a noção de raça superior.

Notadamente, os documentos mais importantes acerca dos direitos humanos assinados pela Sociedade Internacional – a Convenção de Genebra e o Tratado de Versailles – datam, respectivamente, de 1846 e 1949, ano da publicação do livro *Cidadania e classe social*, de Thomas Marshall (1988).

São questionáveis, ainda, neste início de século, as conquistas acerca de direitos civis para a população do planeta Terra em termos mais ou menos igualitários. O direito à liberdade é ainda cerceado em países onde imperam ditaduras, como a Coreia do Norte; a escravidão e o tráfico de pessoas movimentam milhões de dólares por ano, em um comércio que vende o sexo, o trabalho forçado e os órgãos de seres humanos. Da mesma maneira, o direito à propriedade ainda encontra obstáculos baseados em gênero, como na maioria dos países da África, onde mulheres não podem herdar propriedades ou terras de seus pais ou maridos falecidos, ou na Índia, onde uma pessoa de casta inferior, considerada impura, como os *dalits*, também vê negados seus direitos à propriedade e, muitas vezes, à vida digna.

A igualdade perante a lei talvez seja o direito civil menos respeitado em muitos países em que o acesso aos bens econômicos prevalece sobre a aplicação das leis.

Não se pode afirmar que não houve progresso significativo quanto ao alcance dos direitos civis de cidadãos nos últimos dois séculos, mas muito há, ainda, a se conquistar, para que estes contemplem a maioria dos seres humanos.

### **3.2 A construção da cidadania no Brasil**

Não se pode desconsiderar a história de colonização do Brasil, que determinou o caminho da construção da cidadania brasileira, com a notada precedência dos direitos sociais sobre os demais.

Nessa trilha, Carvalho (2002) ensina que

[...] ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira (CARVALHO, 2002, p. 14).

Os direitos de cidadania no Brasil, salvo os retrocessos de alguns períodos, seguem valores políticos universais, mesmo estando inseridos em uma sociedade estratificada, lamentável herança de três séculos de política escravocrata. Dessa forma, os direitos têm o objetivo de apaziguar conflitos entre classes, temporariamente, bem como mediar a divergência que há entre os interesses do sistema capitalista e os anseios da população por equidade. Assim, as diferenças entre a cidadania no Brasil e na Inglaterra não têm como raiz somente os contextos históricos nos quais foram concebidas, mas se fundam também nas peculiaridades de um sistema social brasileiro que desnivela indivíduos, dentro dos segmentos sociais compostos por cidadãos que, teoricamente, são iguais.

Nesta linha de raciocínio, Carvalho relata que

[...] em 1881, um biólogo francês que ensinava no Rio de Janeiro, Louis Couty, publicou um livro intitulado *A escravidão no Brasil*, em que fazia uma afirmação radical: "O Brasil não tem povo". Dos 12 milhões de habitantes existentes à época, ele separava, em um extremo, 2 milhões e meio de índios e escravos, que classificava como excluídos da sociedade política. No outro extremo, colocava 200 mil proprietários e profissionais liberais que constituíam a classe dirigente. No meio ficavam 6 milhões que, segundo ele, "nascem, vegetam e morrem sem ter servido ao país". Não havia em lugar algum, é ainda Couty quem fala, massas organizadas de produtores livres, "massas de eleitores sabendo pensar e votar, capazes de impor ao governo uma direção definida". Em 1925, o deputado Gilberto Amado fez um discurso na Câmara em que, sem citar Couty, repetia a análise, atualizando os dados. Esse importante político e pensador dizia que, de acordo com os dados do censo de 1920, em 30 milhões de habitantes, apenas 24% sabiam ler e escrever. Os adultos masculinos alfabetizados, isto é, os que tinham direito de voto, não passariam de 1 milhão. Desse milhão, dizia, não mais de 100 mil, "em cálculo otimista, têm, por sua instrução efetiva e sua capacidade de julgar e compreender, aptidão cívica no sentido político da expressão". Esse número, continuava, poderia ser reduzido a 10 mil, se o conceito "aptidão cívica" fosse definido mais rigorosamente (CARVALHO, 2002, p. 65).

À mesma época em que a ebulição inglesa por direitos e equidade entre as classes revolucionava a sociedade europeia, o Brasil ainda se debatia contra as ideias abolicionistas e boa parcela da sociedade apegava-se, ainda mais fortemente, ao hábito escravocrata adquirido do tráfico negreiro instaurado pelos conquistadores portugueses.

No Brasil, o tráfico de indivíduos e a prática da escravidão, que durou três séculos – de meados de 1580 até 1888, com a proclamação da Lei Áurea – retardaram sobremaneira, a conquista e a prática difusa dos direitos civis de maneira igualitária no seio da população brasileira. De fato, o Brasil foi o último país ocidental de religião predominantemente cristã que aboliu tal prática. Reforçando essas assertivas, ainda Carvalho ensina que:

[...] o argumento da liberdade individual como direito inalienável era usado com pouca ênfase, não tinha a força que lhe era característica na tradição anglo-saxônica. Não o favorecia a interpretação católica da Bíblia, nem a preocupação da elite com o Estado

nacional. Vemos aí a presença de uma tradição cultural distinta, que poderíamos chamar de ibérica, alheia ao iluminismo libertário, à ênfase nos direitos naturais, à liberdade individual. Essa tradição insistia nos aspectos comunitários da vida religiosa e política, insistia na supremacia do todo sobre as partes, da cooperação sobre a competição e o conflito, da hierarquia sobre a igualdade (CARVALHO, 2002, p. 51).

O direito à liberdade, base dos direitos civis de um povo, não tinha, então, o mesmo peso no Brasil que na Europa e nos estados do norte dos Estados Unidos, onde a escravidão era repudiada. A própria fundação dos Estados Unidos – e as particularidades de sua colonização – baseou-se em textos que garantiam o direito inalienável à liberdade, ainda tão presente e honrado na constituição daquele país.

O argumento da liberdade como direito do indivíduo no Brasil não tinha o mesmo peso que nos países de tradição anglo-saxônica onde as escrituras religiosas eram interpretadas como contrárias à escravidão, exatamente o oposto do que ocorria no Brasil, onde a religião não apenas não combatia a escravidão, mas a alimentava, sendo comum a posse de escravos por padres e religiosos em geral.

Outro obstáculo à formação da cidadania no Brasil foi a relutância na adoção da educação obrigatória da população. Na Inglaterra e nos países que lograram desenvolver a cidadania com mais rapidez e consistência, a introdução da educação popular teve papel decisivo.

A educação popular, descrita por Marshall (1988) como direito social, atua como pré-requisito para a expansão de outros direitos. A educação conduz à tomada de consciência da população, o que, por sua vez, leva-a à reivindicação de seus direitos, como a luta pelo direito ao voto na Inglaterra, somente possível por meio da tomada de consciência de direitos pela população.

Logo após a colonização do Brasil, a educação primária no país estava nas mãos dos jesuítas. Após a expulsão deles em 1756, o governo tomou para si a responsabilidade da tarefa, que, compartilhada com atores privados, se mantém até os dias atuais.

#### 4 ÉTICA, MORAL E EDUCAÇÃO

Aristóteles e Kant foram dois dos mais importantes expoentes no que se refere aos conceitos de ética e moral tais como considerados atualmente. De acordo com o pensamento aristotélico, a ética diz respeito ao indivíduo, enquanto a política considera o ser humano em sua esfera social. A ética, para Aristóteles, consiste na arte do bem-viver, do saber viver, agregando valores ao conceito de ação virtuosa.

O ponto central para a filosofia moral do iluminista Immanuel de Kant é a visão de que ações corretas são aquelas que não são instigadas por impulsos ou desejos, mas pela razão prática. A ação correta é certa se for empreendida por uma questão de cumprir o seu dever, e cumprir o dever significa agir de acordo com certas leis morais ou “imperativos”. Para nos ajudar a identificar aquelas leis que são moralmente obrigatórias, Kant forneceu-nos o cálculo final: o “imperativo categórico”, em seu livro *Metafísica dos costumes* (2007), em que afirma que indivíduo deve agir apenas de acordo com a máxima que deseja que se torne uma lei universal (KANT, 2007).

Para o imperativo categórico, Kant (2007) oferece um aditamento que se refere especificamente à vontade humana: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”. (KANT, 2007, p. 69). O imperativo moral de Kant que liga a ação individual com a lei universal nos embasa quando tratamos da urgência de uma formação para a cidadania digital, em que usuários interagem em um novo plano de ação, que afeta e é afetado pelo comportamento de cada ser.

Enquanto a filosofia moral de Kant pode ser julgada como tendo mérito considerável, na medida em que defende que os seres humanos devem ser tratados como fins em si mesmos, em vez de meios aos fins, uma crítica que podemos considerar válida, naquilo que diz respeito ao nosso tema, talvez seja o fato de que Kant considere as pessoas não como seres responsáveis por suas ações, mas como autômatos do dever. Cabe aqui a crítica, considerando que a formação para a cidadania, seja ela física ou digital, parte do pressuposto de que os indivíduos devam, por meio da preparação justa e consciente, escolher as melhores ações individuais para alcançar o bem coletivo, dentro e fora do mundo on-line.

Dado o fato de que conviver pacificamente depende de um esforço coletivo, organizado e constante, cujas premissas devem ser acordadas e respeitadas pela sociedade do bairro, da cidade, do país e do mundo, por que não delimitar as bases da convivência pacífica e segura também no mundo virtual? A ideia da convivência humana baseada na paz não é nova. Já em

1795, Kant, em seu livro *À paz perpétua*, afirma que é nossa obrigação buscar essa paz, mas que esse dever “não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si” (KANT, 1989, p. 41 apud GERHARDT, 2005, p. 144). Tal contrato seria feito por meio de “uma liga de tipo especial, que se pode denominar liga de paz [...] que deveria ser distinta do tratado de paz em que este simplesmente procura pôr fim a uma guerra, aquela, porém, a todas as guerras para sempre” (KANT, 1989, p. 41 apud GERHARDT, 2005, p. 144).

Aristóteles (2001), por sua vez, propõe usar a mente de acordo com a virtude para viver uma vida plena, baseada nessas mesmas escolhas responsáveis, o que ele considera uma vida feliz. Kant propõe razão prática, negar impulsos e desejos, para alcançar o bom estado da existência humana.

Aristóteles (2001) afirma que a felicidade não é prazer físico, mas harmonizar a mente com a virtude. O melhor para a maioria é a virtude. As partes intelectuais e emocionais da mente criam tipos intelectuais e morais da virtude. Essa virtude é expressa a partir da mente por meio da ação voluntária.

A felicidade, bem supremo a ser conquistado pelo ser humano, segundo Aristóteles (2001), decorre de boas ações, da busca pelo conhecimento e da dedicação ao trabalho. Essa felicidade identifica-se com a virtude, pois não é possível sua existência sem a prática do bem, do agir bem. Para ele, há duas espécies de virtudes: a moral e a intelectual, que são coordenadas pela força do caráter do indivíduo.

As virtudes intelectuais são produto da educação e, por isso, não podem ser construídas senão com a parceria do tempo e da experiência. Já as virtudes morais, também chamadas por Aristóteles (2001) de excelência moral, enraízam-se no indivíduo através da prática de atos justos e bons, por meio da solidificação do hábito. Não é possível a conquista da excelência moral senão pela repetida ação no bem, que representa a capacidade de balancear o prazer e o sofrimento, fazendo boas escolhas na relação entre ambos.

Foi a esse equilíbrio, a que só se chega pelo uso da razão, que Aristóteles (2001) chamou de justo-meio, base da virtude (areté).

A maior de todas as virtudes, a justiça, sobressai ante as demais devido à sua perfeição. Como, para Aristóteles, o ser humano é essencialmente um ser político, toda virtude que protege os demais – a sociedade – é mais importante que aquilo que protege somente um dos membros dessa mesma sociedade.

Baseada nessa ideia central, a ética aristotélica posiciona a construção do tecido social e o respeito a ele, por meio do combate à injustiça, como um bem primário do ser humano e único caminho para o alcance da felicidade.

Nesse ponto, a ética de Aristóteles (2001) se contrapõe à de Immanuel Kant, visto que este acredita que a moral do ser humano, ou seja, a vontade de fazer o certo, o justo, é inata. Segundo ele, a moral humana independe da experiência e se aplica a todos os seres humanos, onde quer que eles estejam, em qualquer tempo. Em suas obras *Fundamentação da metafísica dos costumes* (2007) e *Crítica da razão prática* (1994), Kant procura responder à questão humana do comportamento perante seus iguais, o “como agir”, que, segundo ele, deve ser pautado pela premissa de que o homem deve sempre se comportar de modo a poder desejar que a regra a partir da qual ele age se transforme numa lei geral, ou o que ele denomina “imperativo categórico”.

Aí, existe a convergência dos pensamentos de Aristóteles e Kant que embasam a formulação de uma tese sobre o comportamento humano nos dias atuais. O imperativo categórico de Kant corrobora a ideia da urgência de políticas de formação de crianças e jovens nessa Nova Era. As ideias de Aristóteles (2001) quanto à formação do hábito para a construção da moral humana servem de base para a tese de que a educação – por seus agentes formais e informais – tem papel fundamental nessa missão, que apresenta nova complexidade e novos desafios.

No entanto é a ética de Aristóteles que serve de base para o desenvolvimento desta tese, pelo fato determinante de que, para ele, a moral é uma construção obtida pela prática, pela sedimentação do hábito e pelo contínuo esforço do indivíduo e seus parceiros nessa missão, e não inata.

Parte-se daqui para o descortinar da importância dos papéis da educação, das políticas educacionais, governamentais e da atuação da família na formação dos indivíduos.

A formação ética e moral de crianças e jovens foi uma preocupação que se fez presente nos grupos humanos, desde o início de sua organização em sociedades. Tal formação surgiu da necessidade da criação de normas de conduta para a convivência humana e aperfeiçoaram-se, à medida que essas relações galgavam níveis mais complexos.

A ética, fruto da busca humana pelas melhores maneiras de conviver, apoia-se em conceitos como bens, valores, responsabilidade, justiça, normas morais, dever e liberdade. Segundo Cotrim (2004, p. 264), “a ética é uma disciplina teórica sobre uma prática humana, que é o comportamento moral”. A ética tem também preocupações práticas. Ela se orienta pelo desejo de unir o saber ao fazer. Como filosofia prática, isto é, disciplina teórica com preocupações práticas, a ética busca aplicar o conhecimento sobre o ser para construir aquilo que ele deve ser.

Em sua maioria, os filósofos da Antiguidade viram-se enredados com os questionamentos sobre a moral e a ética, a política e a essência do comportamento humano. Partindo do pressuposto de que nenhum ser nasce com uma concepção ética ou moral pré-estabelecida, caberia à educação, seja a informal veiculada pela sociedade e por seus costumes, seja a formal, incumbência da escola e de outras instituições (como o governo e a justiça), a delicada tarefa de formar e informar crianças e jovens, dentro dos preceitos morais e éticos mais elevados, para que possam se tornar seres humanos de caráter, edificadores de sociedades justas e prósperas.

Mesmo que o conceito de moral seja intrinsecamente atrelado ao contexto histórico, econômico, político e social de determinado grupo humano e a ética possa ter uma abrangência atemporal, ainda assim deve-se examinar o desenvolvimento desses dois conceitos ao longo da história humana.

Por definição, a moral abarca as regras que orientam o comportamento do indivíduo dentro de uma sociedade e pode ser assimilada através da cultura, da educação, da tradição e da vivência cotidiana do indivíduo. Portanto pode-se compreender a moral como um código de conduta social, que determina o comportamento dos indivíduos nela inseridos. Já a ética é de cunho individual, uma análise pessoal sobre os elementos da moral. No QUADRO 1, a seguir, aponta-se uma comparação entre ética e moral.

Quadro 1 - Ética e moral

	Moral	Ética
Conceito	Regras de conduta aplicadas a determinado grupo humano, desenvolvidas por determinada cultura.	Estudo e reflexão sobre a moral e as regras de conduta aplicadas a determinada organização ou sociedade.
Área de atuação	Sistema social	Individual
Motivação	Pressão sutil ou violenta do grupo social ao qual o indivíduo pertence.	Convicção íntima sobre o que é correto ou não.
Estrutura	Bastante consistente dentro de determinado contexto, sendo aplicada a todo grupo humano nele inserido. Variável dentro de cada cultura, pois é atrelada ao sistema de valores local.	Normalmente consistente. Pode ser abalada, caso o indivíduo seja inserido em situação na qual seja forçado a mudar seu esquema interno de valores ou situações-limite.
Exceções	O padrão moral de uma sociedade não garante indivíduos éticos. Da mesma maneira, é possível que um indivíduo precise quebrar o padrão moral vigente para garantir sua integridade ética.	O rompimento da própria ética pode ser necessário para o ajuste a determinado sistema moral.
Significado	Moral vem da palavra latina " <i>moralis</i> ", que significa "costume".	Ética vem da palavra grega " <i>ethos</i> " que significa conduta, modo de ser.
Origem	Cultural	Universal
Tempo	Temporal e mutável	Permanente
Uso	Prático	Teórico

Fonte: Elaborado pela autora.

Existe, ainda, uma diferenciação, em filosofia, entre o mal moral e o mal natural. O primeiro seria ocasionado pela irracionalidade humana que provocaria, intencionalmente ou

não, dor e barbárie, sendo distinto do mal natural, que seria ocasionado por forças da natureza, ou seja, totalmente desvinculadas da ação humana.

O ser humano, desde os primórdios da civilização, busca compreender e controlar os dois tipos de mal, empregando, para isso, esforços de todos os campos do conhecimento, no intuito de antecipar-se à sua ocorrência, tentando prevê-los e, assim, preveni-los. A conquista de bases sadias para o erguimento de sociedades onde impere a convivência pacífica de seus integrantes depende mais diretamente das ações contra o mal moral. Sendo assim, neste trabalho tratar-se-á, especificamente, do mal moral, antítese da cidadania, aquele cometido por seres humanos contra seus iguais, outros seres, o planeta e, por consequência, contra si mesmos, ainda que indiretamente.

#### **4.1 Comenius e a formação moral e ética**

*O homem, para ser homem, precisa ser formado.*  
(COMENIUS, 2002, p. 75)

Johann Amos Comenius (1592-1670), homem de fé, nascido na Morávia, sonhou com uma Sociedade Internacional onde a paz fosse garantida. Foi professor, reitor de colégios e escritor, sendo considerado o pedagogo mais expressivo do século XVII. Preocupava-se, primordialmente, com a formação humana por meio da educação na infância e juventude, sobretudo na primeira infância, pois acreditava ser esta a fase mais propícia para o ensino e o aprendizado que levariam à formação do ser.

Crete na vida eterna e no domínio de Deus sobre todas as coisas, Comenius concebia a vida terrena como nada mais que uma preparação para a vida eterna e considerava o ser humano a mais elevada e excelsa das criaturas. Sua missão na Terra seria a de se preparar para a vida eterna, buscando conhecimento, dominando seus instintos primitivos e conduzindo a si mesmo e aos outros para Deus. A educação, portanto, deveria servir à preparação da alma para a vida eterna, para a busca de Deus e da perfeição moral.

Era evidente para Comenius (2002) que o ser humano estaria sobre a terra para que fosse uma criatura racional, senhora de todas as outras, criada à imagem e semelhança de seu Criador e para Seu deleite.

No que tange à racionalidade, para Comenius (2002), ela seria a capacidade humana de busca pelo conhecimento, que engloba a observação, a classificação e a análise das coisas e dos fenômenos do mundo e a argumentação, enfim, as faculdades de racionalização na tentativa de

compreensão do mundo. O fato de ser o homem a criatura superior e senhora de todas as outras trazia consigo responsabilidades inerentes à posição, como o dever de ter discernimento sobre como, onde, quando e até que ponto usar cada coisa com sabedoria, fazendo-se respeitar e respeitando outros de sua espécie, mas nunca a eles se submetendo nem a qualquer outra criatura. Esperava-se que o ser humano, através da consciência de sua posição singular na Terra, pudesse moderar com sabedoria seu comportamento interno e externo, servindo, assim, de exemplo para outros.

Quanto a ser o homem a imagem de Deus, Comenius acreditava que o ser humano tinha o dever de “representar ao vivo a perfeição de seu arquétipo” (COMENIUS, 2002, p. 22), ou seja, buscar a perfeição moral e atitudinal, por meio dos esforços da racionalidade e da alma, usando todas as coisas que haviam sido criadas no mundo para sua manutenção e seu progresso.

Poder-se-ia resumir a concepção de Comenius (2002) acerca dos requisitos pilares genuínos do ser humano como: “a instrução (conhecer todas as coisas), a virtude (dominar as coisas e a si mesmo) e religião (reconduzir a si mesmo e aos outros a Deus)”.

Para Comenius (2002), o ensino das ciências, línguas e artes nada mais era que um caminho, uma preparação para as coisas mais importantes, a saber, a verdadeira moralidade e a piedade, posto que, para ele, retidão e honestidade constituíam as bases da harmonia do indivíduo e da sociedade. No capítulo XXIII do livro *Didática Magna*, intitulado *Método de ensino da moral*, Comenius (2002) pretendeu delinear os caminhos pelos quais mestres e educadores devem conduzir seus tutelados com o fim máximo de formar pessoas de boa índole e boa conduta, claramente identificando tal formação como responsabilidade da família, mas também da escola, cujo papel ele reputa como primordial para a formação dos indivíduos, meninas e meninos, na conquista de tão nobre objetivo.

A instrução era concebida como o conhecimento sobre todas as coisas do mundo, as artes, os idiomas, os mistérios do universo etc. Os costumes significavam a correção do comportamento externo, bem como o controle dos movimentos internos e externos da alma e a religião pela conexão interna do ser humano com a Força Superior criadora de todas as coisas. Expressava, dessa maneira, a importância da formação do ser humano, por meio da instrução, da virtude e da piedade, pilares sobre os quais poderia se construir uma vida rica e plena na terra, em preparação para a vida eterna.

Note-se que esse autor coloca o conhecimento, a instrução, como requisito primeiro, ao mesmo tempo em que denuncia a falta de didática dos preceptores que, à época, recebiam dos pais a responsabilidade pela formação de suas crianças. Para Comenius (2002), a arte de

ensinar e aprender, desconhecida por ambos – preceptores e alunos –, seria um fator imprescindível para o alcance do primeiro pilar.

A formação de seres humanos dignos de conviver em sociedade e que pudessem exercer seu potencial maior de criação divina e, portanto, pensando e agindo à semelhança de seu Criador, passava por dezesseis cânones fundamentais aos quais Comenius (2002) nomeou como *Método de ensino da moral* e classificou na seguinte ordem:

- a) devem ser postas nos jovens as sementes de todas as virtudes, sem exclusão de nenhuma, isto porque, à retidão e à honestidade nada pode ser subtraído, sem que a harmonia seja perturbada ou rompida;
- b) em primeiro lugar, devem ser ensinadas as virtudes principais, chamadas de cardeais, que são a prudência, a temperança, a fortaleza e a justiça, para que não se construa um edifício que não tenha fundações e cujas partes, por não estarem bem fixadas, assentem mal sobre suas bases;
- c) a prudência deve ser adquirida por uma boa educação, aprendendo-se a verdadeira diferença entre o valor das coisas;
- d) que os homens aprendam a temperança para que se habituem a observá-la sempre, durante todo o período de sua educação, no comer e no beber, no sono e na vigília, no trabalho e na diversão, no falar e no calar;
- e) para adquirir fortaleza é preciso vencer-se a si mesmo; cumpre moderar a vontade de vagabundear ou divertir-se muito além do justo; e deve-se frear a impaciência, o descontentamento, a ira;
- f) que os homens aprendam a justiça sem prejudicar ninguém, dando a cada um o que lhe pertence, fugindo da mentira e do engodo, e mostrando-se sempre laboriosos e amáveis (COMENIUS, 2002, 217).

Comenius (2002) afirmava que, para proceder à formação segundo tais cânones, os educadores, à época, deveriam seguir métodos e modos específicos que ele determinou da seguinte forma:

- a) há dois tipos de fortaleza: a franqueza honesta e a tolerância do trabalho, ambas absolutamente necessárias aos jovens;
- b) a franqueza honesta é adquirida, mantendo-se frequentes relações com pessoas honestas, e comportando-se atenciosamente com elas;
- c) os jovens aprenderão a tolerar o trabalho, se estiverem sempre fazendo alguma coisa, de sério ou de agradável;
- d) virtude relacionada com justiça é o prazer e a presteza em ajudar os outros: essa deve estar entre as primeiras instiladas nos jovens;
- e) a formação da virtude deve iniciar-se na mais tenra idade, antes que os espíritos contraiam vícios;
- f) aprendem-se as virtudes praticando a honestidade;
- g) devem servir de guia os exemplos de vida regrada dados por pais, amas, preceptores, companheiros;
- h) no entanto aos exemplos é preciso acrescentar preceitos e regras de vida;
- i) é preciso manter os filhos longe das más companhias para que não sejam por elas corrompidos;
- j) como é quase impossível estar sempre tão atento, a ponto de impedir que um pouco de mal se insinue, é necessária a disciplina para defender-se dos maus costumes (COMENIUS, 2002, p. 220).

Comenius (2002) pretendia, com esses cânones, traçar as bases para a formação moral nos indivíduos, desde a primeira infância, como as do comedimento, para que crianças e jovens tivessem a noção do equilíbrio entre a falta e o excesso, evitando, assim, a saciedade e o tédio, precursores dos vícios. São bases claras e didáticas para a formação moral na vida em sociedade, onde imperam as noções de autocontrole, respeito próprio e aos outros, indo muito além dos imperativos de boa conduta veiculados pela Igreja, à época.

Na verdade, o que Comenius (2002) desejava marcar é a necessidade de uma atenção especial à formação moral dos indivíduos desde cedo, que deve ser praticada por todos os que os cercam diretamente, no intuito de prevenir a insinuação do mal e a corrupção da boa índole, por meio de exemplos e ações de pessoas menos honestas.

Ao mesmo tempo, a preocupação com a piedade é tema de muita relevância para Comenius (2002), em parte pela influência religiosa em sua vida marcada, em certa medida, por ele acreditar que, sem a virtude da piedade – o que se pode entender como conexão espiritual com Deus e a condução de todas as coisas nessa direção –, não existe a possibilidade real de uma formação satisfatória e completa.

É notável a objetividade e compreensão da construção moral, quando esse filósofo aborda os pilares da piedade, entendida por ele como um caminho para Deus e para o crescimento espiritual interno, e como estes pilares estão em consonância com a necessidade extrema da educação para a cidadania ainda presente no século XXI.

A piedade, para Comenius (2002), significa a busca espiritual pela elevação dos sentimentos, através da prece, da meditação e da resistência à tentação. Mesmo que se considere o conteúdo de seus cânones, especialmente por estarem demasiadamente associados à religião e à mentalidade da época, nada impede de traçar um paralelo com os valores de introspecção, autoanálise, limpeza mental, respeito próprio e autoestima e, sobretudo, espiritualidade que fazem parte da busca do ser humano, neste início de século.

Psicologia, psiquiatria e medicina convergem para o mesmo ponto, em que a busca por um equilíbrio interno, seja ou não por meio da religião, é primordial para a manutenção da saúde física e mental, além de contribuir para o aumento da boa convivência e da felicidade, seja interna, seja nas relações com os outros.

Pode-se tomar o exemplo da escola Robert W. Coleman, em Baltimore, Estados Unidos, que recebe estudantes entre quatro e doze anos, para que se compreenda como a noção do bem-estar espiritual é imprescindível para a boa convivência e felicidade pessoal. A diretoria da escola adotou, em 2016, a prática de meditação e ioga como parte do currículo, alcançando

níveis inesperados de melhora tanto na concentração e nas notas dos alunos praticantes quanto nos níveis e na ocorrência dos casos de expulsão por mau comportamento. A partir desse ponto, a prática foi incorporada ao currículo da escola (HOLISTIC LIFE FOUNDATION, 2016).

As linguagens utilizadas para exprimir o conceito da busca espiritual para o equilíbrio do indivíduo, à época de Comenius e hoje, diferem entre si, quando se examinam os contextos históricos, culturais e sociais, obviamente, mas a essência se mantém exatamente a mesma.

É conhecido de todos o extremo poder e a importância do Cristianismo e da Igreja Católica – como instituição governadora do comportamento –, na Idade Média, e os profundos vínculos da Igreja com o Estado. Observa-se, portanto, a genuína preocupação de Comenius (2002) quanto à adoção de livros de autores pagãos nas escolas e se essa prática não seria um contrassenso, ou até mesmo prejudicial à formação das crianças. A educação era basicamente pautada nos pressupostos do Cristianismo e suas bases de conduta, o que influenciou profundamente a obra do citado autor. São dele as palavras que ilustram essa preocupação:

[...] admitamos que os escritores pagãos têm elegância, que podemos imitar, além de belas frases, provérbios e sentenças morais: mas será a eles que deveremos mandar nossos filhos a colher tais flores? Se, porém, for mesmo preciso aceitar alguns dos pagãos, quais sejam Sêneca, Epicteto, Platão e semelhantes mestres de virtude e honestidade, nos quais são menores o erro e a superstição (COMENIUS, 2002, p. 16).

Na Europa Ocidental e nas Américas, no início do século XXI, no qual a religião ocupa uma posição secundária na vida da maioria das pessoas e não mais existe o entrelaçamento da Igreja com o Estado – união tão evidente na Idade Média –, a linguagem que define essa busca por paz interior trafega pelas ciências que estudam a mente e a alma humanas. As linguagens se modificaram, influenciadas pelos ventos trazidos pelas transformações ocorridas após a Idade Média, mas falam de uma mesma necessidade e de uma busca genuínas, desde o início dos tempos. Com essa observação, deseja-se ressaltar a atualidade das constatações de Comenius (2002), apesar de já passados tantos séculos, e das mudanças nos métodos de raciocínio trazidos pelo Iluminismo e mantidos, de certa maneira, até os dias de hoje, em que imperam as ciências e a lógica, a tecnologia e as pesquisas empíricas.

O sistema capitalista, por sua vez, sobretudo após o final da Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim que desencadeou a falência do regime socialista soviético, e o conseqüente questionamento sobre sua veracidade de propósitos, colaborou para a mudança de pensamentos, nos quais a busca pelo lucro e pela formação técnica seria o centro das atenções. A preparação da força motriz – braçal ou intelectual – para o mercado de trabalho soterrou, por muito tempo, as práticas de formação moral, ética e cívica nas escolas do mundo afora, tendo pais e mestres

se preocupado, sobremaneira, com a formação de habilidades e capacidades para o trabalho. O foco, nestes tempos modernos, repousou sobre a qualidade técnica do indivíduo, sua excelência profissional, que o levaria a galgar, por meio de sua posição no trabalho, os benefícios da estrutura fornecida pelo capitalismo. O que se busca nesse sistema é evitar aos filhos a segregação econômica que condena os menos capazes tecnicamente a uma realidade de subemprego e, conseqüentemente, a menores salários, menor prestígio, menores chances de sobrevivência satisfatória.

À época de Comenius e segundo seus ideais pedagógicos, o “Ensinar tudo a todos” compreendia uma formação moral de qualidade que daria as bases e normas ao ser humano em sua trajetória na Terra. Para Comenius (2002) esse ato de educar deveria ultrapassar as barreiras de gênero, condições econômicas, físicas ou mentais, aproximando, assim, o ser ao seu criador. Essa visão, extremamente humanista e arrojada para a época, conduz seus ideais de educação universal além das barreiras impostas pela sociedade. As ideias de Comenius nos parecem ainda mais atuais, se considerarmos a necessidade premente de educar os indivíduos, todos eles, dentro de valores humanistas e que preservem a vida e o planeta. A urgência da formação dos seres humanos, para que ajam de maneira coletiva, consciente e responsável, verifica-se em todos os cantos do mundo. Nos novos moldes de sociedade global e hiperconectada, em que a velocidade do acesso ao conhecimento e às informações se dá de maneira exorbitante, o fato de ensinar tudo ao maior número de pessoas possível torna-se imprescindível. Daí parte a base para a justiça social, em que a garantia de acesso aos novos meios virtuais de interação e aprendizagem – e a devida formação para seu uso mais favorável – podem significar a diferença entre uma vida mais ou menos produtiva, gratificante e feliz.

As mazelas sociais que assombam a humanidade, como o racismo, a disseminação do ódio gratuito, a pedofilia, a corrupção, o antissemitismo, as guerras, a exposição da humanidade a agentes químicos letais, a ganância do capitalismo desenfreado, os favorecimentos ilícitos, os conluíus entre poderes soberanos para domínio absoluto dos bens, o favorecimento ilícito de classes abastadas em detrimento de toda a população, sob a alegação de um ilusório bem-estar social, os conchavos políticos supralegais, o tráfico de pessoas e drogas, o mercado de armas e de órgãos, o genocídio, a tortura, entre tantas outras mazelas, levam à infeliz constatação de que ainda não se obteve o êxito da formação moral e ética do indivíduo com a qual já se preocupava Comenius (2002).

Comenius jamais poderia imaginar tal esfacelamento da formação moral, tal dilaceração de valores humanos abandonados pelas escolas e famílias, no afã de criar indivíduos aptos a viver no e pelo capitalismo.

## 4.2 Teoria do desenvolvimento moral de Piaget

A teoria moral de Piaget baseia-se no que as crianças pensam, ou seja, no raciocínio moral da criança. O principal foco de Piaget era entender o que se passa na cabeça das crianças e como seu desenvolvimento moral acontecia. O biólogo suíço concentrou-se, especificamente, no desenvolvimento moral do indivíduo, estudando crianças nos momentos de interação social (FINI, 1991). O interesse de Piaget se concentrava em saber como as crianças entendem regras, responsabilidade moral e justiça.

Segundo Fini (1991) após a observação dos próprios filhos, Piaget chegou à conclusão de que a idade determina como crianças entendem as regras e classificou três períodos específicos de desenvolvimento da compreensão das regras, a saber, heteronomia, anomia e autonomia moral. Segundo ele, cada uma dessas fases contempla uma abrangência de compreensão da realidade e das regras nela inseridas, levando a criança a comportar-se de acordo com o que ela consegue perceber como seguro ou possível, dentro das regras estabelecidas.

A *anomia*, que vai até os 5 anos de idade, é um período em que a moral não se coloca. O raciocínio da criança, voltado principalmente para a sobrevivência, gravita em torno dos comportamentos que a levarão à satisfação de suas necessidades básicas, como obtenção de alimento, proteção contra ameaças (solidão, frio, calor, medo, etc.) e obtenção de atenção. O raciocínio não é associado ao que é certo ou errado ou às regras estabelecidas pela sociedade na qual está inserida, mas a qual comportamento a levará a obter o objeto de seu desejo imediato. Dessa maneira, a obediência a uma regra torna-se real mais por força do hábito e não pela pressão de uma consciência sobre o que seja ou não aceito como comportamento correto. Indivíduos nesta fase não se importam com regras por uma razão lógica elaborada sobre questões morais da sociedade, mas por razões de ordem prática, de sobrevivência, o que os fazem repetir comportamentos que os levem a resultados positivos (FINI, 1991).

Segundo Piaget (1970), na fase da heteronomia, que vai dos 5 aos 12 anos de idade, a criança julga suas ações de acordo com as consequências que elas provocam, assumindo que regras têm uma origem imutável e absoluta, portanto relaciona punição à falta cometida, não considerando a possibilidade de uma análise mais ampla ou criteriosa. O raciocínio estabelecido gravita em torno da ideia de que, se houve punição, uma falta foi cometida. Esta fase, usualmente, vai até 9 ou 10 anos de idade. Até aqui, a capacidade de educar apresenta-se como

uma tarefa mais facilmente exequível, visto que a criança está aberta a aceitar e seguir regras vindas dos adultos.

Na fase da *autonomia*, última da formação moral do indivíduo, a obediência às regras se dá por meio de acordos mútuos do indivíduo com as bases que as criam (escola, empresa, igreja, família, entre outras). O sujeitar-se à regra é consequência de raciocínio elaborado pelo indivíduo sobre a coerência e necessidade dela, bem como um questionamento sobre a propriedade da fonte emissora daquela regra. Portanto não é de estranhar que adolescentes não acatem regras, sem a prévia análise mental de sua procedência, validade e seu uso. Conflitos graves entre pais e filhos que desafiam a autoridade dos primeiros encontram-se concentrados nesta fase, na qual o jovem busca autonomia de pensamento e ação, e em que os pais, muitas vezes, lamentam-se sobre o final da fase de heteronomia (FINI, 1991).

O trabalho de educação moral e ética, bases imprescindíveis para a construção da cidadania, torna-se demasiadamente árduo nesta fase, senão impossível. Por essas razões, a formação para a cidadania, física ou virtual, deve iniciar-se, primordialmente, na fase de heteronomia, em que os conceitos que a compõem, como respeito próprio, mútuo, responsabilidade, direitos e deveres dentro da sociedade, são mais facilmente assimilados e aceitos.

### 4.3 Kohlberg e a educação de valores

A pesquisa de Kohlberg<sup>4</sup> sobre a educação de valores baseia-se no pressuposto de que ela deve obedecer a critérios estabelecidos anteriormente, para que o resultado pretendido seja obtido. Como Piaget, Kohlberg acreditava que a evolução moral do indivíduo passava por fases distintas atreladas à idade, mas não somente a esta (FINI, 1991). Kohlberg (2002) classifica essas fases como se segue:

a) Nível 1

Raciocínio Pré-Convencional (anterior aos 9 anos)

É o mais baixo nível da teoria do desenvolvimento moral, no qual o indivíduo não revela a internalização de valores morais e a razão moral é controlada por recompensas e punições externas.

No que tange às punições, considerem-se os estágios 1 e 2, a seguir:

---

<sup>4</sup> Lawrence Kohlberg, nascido em Bronxville, New York, em 25 de outubro de 1927 e falecido em Boston, Ma., em 19 de janeiro de 1987, foi um psicólogo estadunidense.

- Estágio 1 – Punição e Obediência Orientada”: é o primeiro estágio da teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg; neste estágio, o pensamento moral é baseado nas punições. As crianças obedecem aos adultos apenas porque eles lhes ordenam que obedçam.
- Estágio 2 – Individualismo e Propósito”: é o segundo estágio. O comportamento moral é baseado em recompensas e interesse próprio. Por exemplo, crianças e adolescentes obedecem quando querem e quando é melhor para seu interesse pessoal. O que é direito é aquilo que parece bom e que é recompensado.

#### b) Nível 2

##### Raciocínio Convencional (primeira adolescência)

É o segundo nível ou o intermediário desta teoria. Neste nível, a internalização é intermediária. O suporte individual é baseado em certos padrões (internos), mas eles são padrões de outros indivíduos (externos), assim como os pais ou as leis da sociedade. O nível 2 é dividido em dois estágios:

- Estágio 3 – Normas interpessoais”: neste estágio, valores individuais de confiança, lealdade e cuidado com os outros são a base do julgamento moral. As crianças e adolescentes frequentemente adotam os padrões morais dos pais, buscando a opinião deles como um “bom garoto”, “uma boa menina”.
- Estágio 4 – Sistema de Moral Social”: neste estágio, o julgamento moral é baseado na compreensão da ordem social, da lei, da justiça e do dever. Por exemplo, adolescentes podem dizer que, para uma comunidade operar (funcionar) efetivamente, é necessário ser protegida pelas leis que são obedecidas (aderidas) pelos seus membros.

#### c) Nível 3

##### Raciocínio Pós-Convencional

É o mais alto nível na teoria do desenvolvimento moral. Neste nível, a moralidade é completamente internalizada e não é baseada nos padrões de outrem. O indivíduo reconhece cursos de alternativa moral, explora as opções e decide por um código moral pessoal. Este nível também possui dois estágios:

- Estágio 5 – Direitos Comunitários Versus Direitos Individuais”: neste quinto estágio, o indivíduo compreende que os valores e leis são relativos e os padrões variam de uma pessoa para outra. Ele reconhece que as leis são importantes para a sociedade, mas sabe que podem ser mudadas. A pessoa neste nível acredita que alguns valores, tais como a liberdade, são mais importantes que a lei.

- Estágio 6 – Princípios Éticos Universais”: neste estágio, a pessoa desenvolve um padrão moral baseado nos direitos humanos universais. Quando confrontada com um conflito entre a lei e a consciência, ela seguirá a consciência, ainda que essa decisão envolva risco pessoal.

Kohlberg (1992) afirma que somente parte da população de determinada sociedade consegue desenvolver-se até os últimos estágios de consciência moral, ou seja, até o nível seis, ficando, entretanto, a maioria, nos estágios três ou quatro. Resultados das pesquisas elaboradas por ele, durante a formulação de sua tese, mostraram que apenas 10% da população chegam ao estágio cinco, que nunca se faz notar antes dos 20 anos de idade (FINI, 1991).

A teoria, porém, não se aprofunda nas variáveis que podem determinar uma maior evolução moral em questões de uma natureza ou de outra, como: o indivíduo pode estar no estágio três de evolução, no que concerne a questões familiares, mas no estágio quatro em questões financeiras ou de honestidade. A evolução não acontece linearmente em todos os campos da vida humana e, portanto, esse ponto mereceria uma consideração à parte. No entanto a presente análise se atém aos níveis de evolução moral que, como os de Piaget, são também explorados por Kohlberg (FINI, 1991).

#### 4.4 Durkheim e a moral

"Se todos os corações vibram em uníssono, não é por causa de uma concordância espontânea e preestabelecida; é que uma mesma força os move no mesmo sentido. Cada um é arrastado por todos."  
(DURKHEIM, 1895, p. 10)

Em sua obra *Sociologia, educação e moral*, publicada pela primeira vez em 1902, Durkheim<sup>5</sup> expressou sua visão sobre a finalidade da educação, como a constituição do ser que é formado por dois polos: um ser individual e um coletivo. O primeiro englobaria os sentimentos e acontecimentos individuais moldados pela personalidade e unicidade de cada indivíduo. O segundo, o ser social, trataria do indivíduo formado pela sociedade na qual estivesse inserido, com suas crenças, seus valores e sua moral.

Poder-se-á dizer que, em cada um de nós, existem dois seres que, para serem inseparáveis, que não seja por abstração, não deixam de ser distintos. Um é constituído por todos os estados mentais que apenas se referem a nós próprios e aos acontecimentos relacionados com nossa vida pessoal: é aquilo a que poderíamos chamar de o ser individual. O outro é

---

<sup>5</sup> Émile Durkheim, filósofo francês nascido em Épinal, em 15 de abril de 1858, Paris, faleceu em 15 de novembro de 1917. Foi sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo. Considerado um dos fundadores da sociologia moderna.

um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que expressam em nós não a nossa personalidade, mas, sim, o grupo, ou diferentes grupos de que fazemos parte; é o caso das crenças religiosas, credos e práticas morais, tradições nacionais ou profissionais, opiniões coletivas de qualquer espécie. O seu conjunto constitui o ser social (DURKHEIM, 1984, p. 17, grifo nosso).

Para Durkheim (1984), até a Idade Média a educação se concentrava na formação do ser individual, na superação de desafios internos que levassem o indivíduo a conquistar a excelência pessoal – esta, dentro da concepção específica do termo predominante em cada época.

Na verdade, a pedagogia, como ciência da educação, não esteve presente em todas as épocas, mas em distintos períodos da história grega, na Antiguidade, com Xenofonte, Péricles e Aristóteles; no século XVI, com Comenius, e, novamente, no século XVIII, com o advento do Iluminismo, mais especificamente, após a Revolução Francesa, quando o atrelamento da educação à religião já não mais fazia sentido. Os filósofos Diderot, D’Alembert, Voltaire, Rousseau e Helvetius, apesar de não serem educadores, perceberam a educação como um caminho para a consagração das ideias iluministas, um veículo importante da razão, que, por isso, deveria estar desvinculada das superstições e crenças religiosas. A educação foi estudada, então, como importante aliada de mudança dos pensamentos de uma estrutura social obsoleta e limitada, baseada na doutrina religiosa e não em um sistema de fatos devidamente estudados e comparados. A escola e a educação assumiram um papel central, em meio a um período de profunda efervescência social, especialmente na França.

Apesar de o impacto social da educação ter sido, em épocas anteriores, foco de estudo de filósofos e pensadores como Sócrates, Platão e da filósofa Hipátia, além de Kant, Aristóteles e tantos outros e, ainda, abordado durante os anos do Iluminismo, foi Durkheim, já no século XX, que introduziu o conceito de Sociologia da Educação, utilizando os métodos de pesquisa sociológica para estudar o ato de educar e formar indivíduos para a sociedade. Com sua obra *As regras do método sociológico* (1995), definiu as bases para a determinação da sociologia como uma nova ciência social. A partir daí a aplicação da sociologia na educação seria um passo subsequente e natural, considerando-se as inquietações do autor. Sua preocupação com a racionalidade na educação, e, portanto, com a aplicação de métodos científicos para também analisá-la, pode ser compreendida quando o filósofo toma para si o princípio racionalista “nada existe na realidade que estejamos autorizados a considerar radicalmente refratário ao raciocínio humano” (DURKHEIM, 1995, p. 46).

Essa nova forma de abordagem da existência humana traz consigo, também, uma mudança de atribuições sobre a moral: Deus e a religião, anteriormente designadores do código moral da metade ocidental da humanidade, passam ao posto de guardiões, tendo a sociedade

agora como protagonista o próprio ser humano. Esse fenômeno evidencia-se ainda mais com o advento, a propagação e o aumento de adeptos do protestantismo na Europa, no qual o culto à divindade propriamente dito é abominado pelos fiéis, decrescendo substancialmente.

Apresentava-se, então, segundo o filósofo, o desafio maior na construção da moral racional dentro da escola e, conseqüentemente, da sociedade, isto é, a substituição da moral religiosa por uma moral racional que não fosse empobrecida. A tarefa, então, era descobrir a substituição racional para os elementos da moral religiosa que até então haviam norteado a conduta dos indivíduos e a organização das sociedades humanas, por tanto tempo.

Para cumprir tarefa de tamanha dimensão e profundidade, Durkheim (2008) identificou os elementos da moralidade como sendo o espírito de disciplina (composto pelo sentimento de regularidade e da autoridade), a adesão aos grupos sociais (consubienciado pelo gosto pela vida em grupo e pela aceitação das regras) e a autonomia da vontade (análise racional para a conquista da autonomia).

Não se pode esquecer de que, para Durkheim (2008), a educação tem uma conotação moral, além de acadêmica:

A disciplina moral não serve apenas para a vida moral propriamente dita; sua ação tem um alcance mais amplo. Ela desempenha um papel considerável na formação do caráter e da personalidade em geral. E, com efeito, aquilo que há de mais essencial no caráter é a capacidade de autocontrole, é essa faculdade de se conter, de inibir impulsos, que permite conter nossas paixões, nossos desejos, nossos hábitos, de legislar sobre eles (DURKHEIM, 2008, p. 59).

#### **4.5 A formação moral e cidadã no século XXI**

A formação moral do ser humano baseia-se na construção de um código de conduta, um “sistema de freios”, nas palavras do psiquiatra brasileiro Daniel Martins de Barros (2018), de forma a domar a natureza humana em sua busca egoísta pela obtenção da vantagem sobre o outro. Essa busca, enraizada no instinto de autopreservação, seria responsável pelo caos total, não fossem as leis, o contrato social, defendido por Hobbes, ou mesmo os dogmas da religião, que impediram, por muitos séculos, a total dominação do *Lupus est homo homini lupus*, máxima do dramaturgo romano Titus Macius Plautus inscrita em sua obra *Asinaria* (1925), escrita por volta de 205 a.C. e 184 a.C e, posteriormente, imortalizada pelo mesmo Hobbes.

De acordo com esta concepção, o ser humano visa à sua sobrevivência, agindo de maneira individualista, sem se preocupar com o todo, com a comunidade. A ausência da certeza da cooperação do outro levaria cada ser a agir pensando em si próprio precavendo-se, dessa

maneira, de possíveis perdas causadas pelo comportamento altruísta ou simplesmente cooperativo, unilateral.

Assim, existe a necessidade de limites dentro dos quais o ser humano firmaria um pacto de não agressão e teria garantida, pelo Estado ou por qualquer ente que o representasse, a sua proteção física, financeira, moral e patrimonial. Várias formas de garantir o cumprimento desse contrato foram ensaiadas pela humanidade, desde as organizações humanas da pré-história, os modelos tribais de tempos imemoráveis, o do império e o da criação do Estado, passando pelo sistema de monarquia, pelo sistema feudal – enredado pelo poderio da Igreja Católica e a Santa Inquisição –, as rupturas da Revolução Francesa, até o modelo de Estados Soberanos em interação e cooperação, por meio de acordos coordenados por organismos de diplomacia internacional vigentes a partir do século XX.

Todas essas formas de organização buscavam e buscam a convivência profícua – mais para uns que para outros, sem dúvida – e pacífica dos seres humanos, em que o ímpeto feroz da busca pela sobrevivência fosse esmaecido e controlado pela mão da lei, divina ou humana.

Em que pesem os progressos incontestáveis da humanidade relatados pelo filósofo Harari (2016), no seu livro *Homo Deus, uma breve história do amanhã*, como o domínio humano sobre a dor e as doenças epidêmicas, a fome sistemática não intencional e as guerras – pelo menos entre os países civilizados de origem não tribal e onde os bens de consumo giram em torno da informação e não de bens físicos –, ainda há muito que se conquistar no âmbito da formação moral do indivíduo, neste início de século. Continuam absolutamente vivas as necessidades abordadas por filósofos clássicos, como se o tempo transcorrido pouca diferença impusesse às suas constatações, tornando-as, portanto, atemporais.

A despeito da grande ênfase religiosa que embasou a educação moral e ética do indivíduo em séculos passados, a essência das necessidades desse tipo de formação permanece a mesma: educar e polir os instintos, para criar indivíduos capazes de viver em uma sociedade democrática onde o próprio bem e a felicidade sejam tão importantes quanto o bem social.

Se no século XVI esses dogmas eram ditados, no Ocidente, pela religião cristã – a Bíblia e os Mandamentos do cristianismo – nos séculos subsequentes, mais precisamente após o Iluminismo e à medida que a civilização humana se distanciava da religião como poder absoluto e guia supremo, eram inspirados na filosofia.

A adoção da lógica, da pesquisa científica e dos métodos cartesianos de raciocínio, no afã de afastar a humanidade da credice e das superstições da Idade Média, destituiu a religião do posto de ditador da moral e da ética na sociedade moderna. As escolas, antes guardiãs do ensino religioso, da moral e da continuação da formação de indivíduos, segundo os pressupostos

cristãos, viram-se questionadas sobre tal papel e, cada vez mais, as famílias, os governos e a sociedade exigiam um posicionamento sobre a isenção doutrinária da escola. Iniciava-se um período de ruptura entre Igreja e Escola garantida e apoiada pela adoção do Estado laico no ocidente. Finalmente, Igreja e Escola estavam definitivamente separadas. No entanto, como seria desejável como “ato contínuo” de toda revolução, não foi apresentada qualquer alternativa para substituir a retirada do papel formador que a religião exercia dentro das escolas, o que deixou uma lacuna na construção moral e ética de indivíduos em formação.

Não se deseja que as assertivas anteriores conduzam à conclusão de que neste trabalho se estaria advogando em favor do ensino religioso nas escolas de Educação Infantil e no Ensino Fundamental, porquanto apenas se está ponderando sobre a ineficácia de uma proposta de retirada de um agente incontestável de formação moral e ética, sem que nenhuma outra que a substitua, de igual peso e responsabilidade, seja apresentada, mesmo que oriunda de doutrina e origens diversas. Tanto isso é fato que, mesmo após o reconhecimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, da constitucionalidade do ensino religioso confessional em escolas da rede pública brasileira, diversas correntes de pensamento no Brasil abominam tal prática, atribuindo-lhe o atraso da evolução do pensamento de alunos e professores, no que concerne ao raciocínio desvinculado de hipóteses cristãs, como ocorre com a eterna discussão entre Criacionismo e a Teoria da Evolução de Darwin.

Assim, a retirada pura e simples de um sistema de formação ético-moral religioso, sem a devida e pronta substituição por outro de igual valor, deixou a escola com uma evidente lacuna acadêmica e humana, no sentido de que os indivíduos a serem formados de maneira global, por meio de conhecimentos acadêmicos e humanos, foram contemplados apenas com os primeiros, e não a contento, ficando “órfãos” das diretrizes morais e éticas proporcionadas pelo sistema da educação cristã. Como defendido por todos os teóricos apresentados até aqui, a formação moral e ética dos indivíduos deve dar-se desde a mais tenra idade, pela família e pela escola, de acordo com as habilidades de processamento de cada idade. E é exatamente aí, na educação básica e no Ensino Fundamental que se encontram os indivíduos a serem formados pelas diretrizes da educação moral e cidadã.

Algumas tentativas de preencher essa lacuna tiveram discreto êxito, a partir de 1969, com o Decreto Lei 869/68 (BRASIL, 1968), que vigorou nas escolas brasileiras até 1996. Com o objetivo de informar a população sobre o funcionamento do governo, dar conhecimento de leis e questões políticas, para que os cidadãos pudessem interferir de maneira participativa nas questões do Estado, Anísio Teixeira, então ministro da Educação do Governo João Goulart, propôs a disciplina de Organização Política e Social Brasileira (OSPB). Disciplinas como

Filosofia, Moral e Cívica, OSPB, mantendo o Latim, Artes, Música e Educação Física – já presentes anteriormente – esta última, uma das poucas sobreviventes, ocuparam o espaço deixado pelo ensino religioso.

De certa maneira, o ensino da disciplina e da moral nas escolas, pelo menos no Brasil, era ditado e corroborado por ideais positivistas, alcançando seu ápice nos anos da ditadura. Estudantes brasileiros tinham, então, um substituto à altura, no que se referia aos dogmas, à instauração da disciplina e do autodomínio e à perseverança do bem e da ordem. Reitera-se que não se busca aqui defender um ou outro sistema, mas tão somente comparar e levantar pontos de identificação entre um e outro. Tanto em um caso quanto no outro, opositores ferrenhos sempre se fizeram ouvir, atribuindo ao sistema doutrinário das Forças Armadas o engessamento do pensamento docente e discente, restringindo-o à limitação e obediência aos dogmas militares.

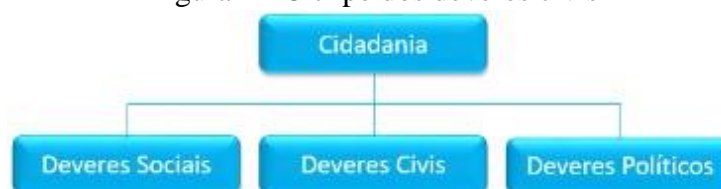
Com a queda do sistema ditatorial e a redemocratização do país, através de eleições diretas para presidente no Brasil, iniciou-se um novo e decisivo período para a escola: abandonar os cânones instaurados pela ditadura e democratizar o currículo.

Pelas mãos do pensamento humanista que tem regido o mundo, nos últimos trezentos anos, iniciou-se um período de busca pelo desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais dos seres humanos, ao invés da obediência, da disciplina e do cumprimento do dever. Talvez seja exatamente nesse ponto que a busca por direitos – em detrimento de deveres – começa a moldar a sociedade que se apresenta: cidadãos conscientes de seus direitos individuais, como nunca antes na história, porém esquecidos de seus deveres como coabitantes de um grupo humano, em determinado território, base primordial da cidadania.

Tem-se então uma cidadania “aleijada”, com a qual o sujeito busca o respeito aos seus direitos garantidos pela Constituição de seu país, mas relega o cumprimento de seus deveres e responsabilidades a segundo plano. Onde está então a cidadania? Onde fica então o respeito ao que é público, se a concentração dos esforços se dá somente para benefício particular, dentro do senso comum?

Retomando Marshall (1988) e adaptando seu quadro de direitos, obtém-se uma visão dos deveres que formam um consenso sobre os compromissos que devem ser cumpridos por cidadãos da maioria dos países (FIG. 4).

Figura 4 - O tripé dos deveres civis



Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar das diferenças culturais, políticas, religiosas, econômicas, geográficas e sociais que posicionam as diversas nações em seu lugar específico no tempo e espaço, os deveres indicados a seguir, ilustram as obrigações dos cidadãos brasileiros nesta Era Moderna para com seus governos e conacionais:

- a) votar para escolher governantes e representantes nos poderes executivo e legislativo;
- b) cumprir as leis designadas pelo governo em exercício;
- c) respeitar os direitos sociais de outras pessoas;
- d) prover o próprio sustento e de sua prole, caso haja, com o seu trabalho;
- e) alimentar e cuidar emocionalmente de parentes próximos que sejam incapazes de prover seus próprios sustentos;
- f) educar e proteger semelhantes;
- g) proteger a natureza;
- h) proteger o patrimônio comunitário;
- i) proteger o patrimônio público e social do país;
- j) colaborar com as autoridades;
- k) apoiar e defender a Constituição (ou seu responsável);
- l) manter-se informado sobre os problemas que afetam sua comunidade;
- m) participar do processo democrático;
- n) respeitar e obedecer às leis federais, estaduais e locais;
- o) respeitar e obedecer às autoridades, sejam elas familiares ou institucionais;
- p) respeitar os direitos, crenças e opiniões dos outros;
- q) participar da comunidade local;
- r) pagar rendimentos e outros impostos honestamente e pontualmente às autoridades federais, estaduais e locais;
- s) servir em um júri quando chamado;
- t) respeitar diferenças no que diz respeito a gênero, credo, opinião, cor da pele, classe social;

- u) defender o país, se a necessidade surgir;
- v) cumprir com sua obrigação de pagar tributos;
- w) não corromper/subornar autoridades;
- x) colaborar com as autoridades públicas, entre outras tarefas.

Obviamente, o cumprimento de deveres do cidadão deve sofrer o crivo ético, função intrinsecamente individual, sob pena de se cometerem atrocidades inomináveis a mando do Estado, que, na definição de Max Weber (1991, p. 127) seria “o domínio de homens sobre homens com base nos meios da violência legítima, isto é, supostamente legítima”.

Esse fenômeno se faz presente em diversas representações da sociedade, mas é na escola, instituição formadora de indivíduos por excelência, que as consequências são tristemente notadas: irresponsabilidade, indisciplina, desrespeito, abandono e precariedade – acadêmica e psicológica – de alunos e professores. É na escola, guardião do futuro de uma sociedade, que se observa o profundo impacto que causam a ausência e a irrelevância do respeito aos deveres.

A família, o Estado, os hospitais – que cada vez mais recebem humanos queixosos com sintomas de doenças emocionais –, nenhuma dessas instituições logrará, isoladamente, descobrir a resposta para o mal que aflige a humanidade hodierna. Quem ou o que obterá sucesso nessa empreitada? Para que serviriam, afinal, a rapidez e a enorme disponibilidade das informações, bem como as inumeráveis possibilidades de interação e conhecimento?

De que forma enfrentar questões como a efemeridade das relações, o individualismo exacerbado, o colapso das instituições, a ausência de regras e limites, a nostalgia de décadas passadas e da estabilidade do emprego, da família, do Estado? A sociedade atual, cada vez mais fluida, como afirma Bauman (1999) poderia ajudar a resolver essas questões ou as consequências da inquestionável globalização? Serão esses os frutos sonhados e amargos da pós-modernidade na qual as referências desabam e tudo há que ser construído do zero?

Para Bauman (1999), a modernidade líquida não significa o mesmo que pós-modernidade. Ele considera que a modernidade ainda não teria acabado, mas apenas se transformado de dentro para fora, em uma versão ultraindividualista, por excelência, consumista e despolitizada.

Numa entrevista a Jonathan Rutherford no dia três de fevereiro de 1999, Ulrich Beck (que alguns anos antes cunhara o termo “segunda modernidade” para conotar a fase marcada pela modernidade “voltando-se sobre si mesma”, a era da assim chamada “modernização da modernidade”) fala de “categorias zumbi” e “instituições zumbi”, que estão “mortas e ainda vivas”. Ele menciona Modernidade Líquida na família, a classe e o bairro como principais exemplos do novo fenômeno. A família, por exemplo: Pergunte-se o que é

realmente uma família hoje em dia? O que significa? É claro que há crianças, meus filhos, nossos filhos. Mas, mesmo a paternidade e a maternidade, o núcleo da vida familiar, estão começando a se desintegrar no divórcio... Avós e avôs são incluídos e excluídos sem meios de participar nas decisões de seus filhos e filhas. Do ponto de vista de seus netos, o significado das avós e dos avôs tem que ser determinado por decisões e escolhas individuais (BAUMAN, 1999, p. 12).

Contribuindo para essa tendência, uma maior abertura de escolas particulares no país, na última década, colabora para a transformação da educação em produto de comércio, em venda de serviços. O viés capitalista de empresários da educação desvirtua seu objetivo central, no que toca à formação moral e ética do indivíduo, pelo simples fato de a escola estabelecer-se como empresa prestadora de serviços e posicionar o aluno como cliente, consumidor de um serviço em um local onde rezam contratos por eles assinados, numa relação de consumo na qual os valores acadêmicos são, muitas vezes, desconsiderados em prol do lucro. A relação de aluno e mestre, também modificada pelo viés capitalista, carece de respeito, porque o discente vê o professor como um obstáculo à obtenção de seu objetivo, o diploma, numa inversão dos valores do passado, quando se buscava o conhecimento, e o diploma – ou o certificado de conclusão de curso – era apenas uma consequência.

Além disso, inúmeros são os casos de agressões cometidas por alunos contra seus professores, relatados por instituições de pesquisa na área, sendo o Brasil o ocupante do primeiro lugar no ranking mundial dessas ocorrências (OCDE, 2013).

Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), em uma pesquisa feita internacionalmente com mais de cem mil professores e diretores de escolas do segundo ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (alunos de 11 a 16 anos), o Brasil posiciona-se no primeiro lugar do ranking de violência contra professores. Na mesma enquete, 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos, pelo menos uma vez por semana (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013).

Como enfrentar a espantosa realidade de desrespeito e agressão perpetrada por alunos exatamente contra aqueles a quem deveriam maior respeito, seus mestres? Como vislumbrar uma formação para a cidadania dentro das escolas, diante de uma realidade de premiação dos direitos, em detrimento dos deveres, dos seres a quem se deve formar?

Não se quer aqui afirmar que se acredita viver em uma época estéril ou perdida, como muitos se apressam em alardear, porquanto o intuito é somente analisar o empobrecimento dos valores éticos e morais mínimos necessários para a convivência em sociedade. Apesar de o homem ter dominado distâncias infinitas com a conquista de meios de transportes eficazes e

rápidos, ampliado os meios de comunicação com a invenção da Internet, promovido a geração de embriões através da clonagem, falta-lhe descobrir o porquê da sensação de vazio, volatilidade, inutilidade e irascibilidade testemunhadas e alardeadas pela humanidade, nos dias atuais.

Dentro desse vórtice de dúvidas e preocupações que afligem governos e estudiosos de vários países, a questão do indivíduo cidadão que possa, não apenas usufruir de seus direitos, mas, também, e, sobretudo, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, através do exercício de seus deveres, enseja mais estudos direcionados a este tema, como faz a obra do escritor estadunidense Joel Westheimer.

Em seu livro *Que tipo de cidadão*,<sup>6</sup> primeiramente publicado em 2004, Westheimer aborda o tema da formação para a cidadania nas escolas norte-americanas, no final do século XX. Ele questiona os rumos da educação, o papel do professor, da escola e dos conteúdos ensinados, na virada de século, quando o mundo se torna definitivamente globalizado.

Temas antes debatidos pela família e pelas instituições religiosas de maneira informal, como a caridade, o respeito ao próximo ou a consciência ambiental, passam a ser uma necessidade premente a qualquer indivíduo na Terra, no início do século XXI. O aquecimento global, os movimentos de refugiados, a insistência de alguns Estados no uso de armas químicas, o surgimento do terrorismo internacional midiático, a transformação dos modelos de família, a contaminação de rios e oceanos, a incidência e o aumento do número de casos de depressão e suicídio infanto-juvenil entre a população, somente para citar algumas das questões atuais, demandam uma formação mais abrangente e criteriosa do ser humano, para que ele seja capaz de lidar com desafios cada vez mais complexos e universais.

Vê-se uma defasagem entre as realidades da escola e do mundo; a escola ainda arraigada aos modelos antigos de formação cognitiva e o mundo modificando-se rápida e ferozmente. Como diminuir esse distanciamento, como preparar crianças e jovens para um mundo tão novo, quando a escola ainda não atinou completamente para essa mudança, e a família não dispõe de tempo para realizar a função antes desempenhada pela mulher apenas ao lar?

A questão que sobrevém a esta pergunta é quem educará e formará os novos indivíduos globais, cidadãos do terceiro milênio, para que sejam mais humanitários e conscientes, colaboradores e conectados se a escola ainda não está preparada e a família não dispõe de tempo?

---

<sup>6</sup> WESTHEIMER, J.; KAHNE, J. What Kind of Citizen? The politics of Education for Democracy. American Educational Research Journal, 2004, Vol.41(2), pp.237-269

As escolas norte-americanas ensaiam uma formação mais global dos alunos, incluindo temas de relevância como a programação de computadores e a criação de jogos e aplicativos, desde a mais tenra idade. A formação moral é incentivada pelas ações exercidas pelos alunos sob a coordenação da escola, dentro das comunidades onde as escolas se localizam e, segundo Westheimer (2004), limita-se a incentivar ações pontuais de voluntariado. Não se nota uma orientação para a mudança de cultura nas escolas, para a formação de cidadãos globais e para verdadeira cidadania atrelada às mudanças provocadas pelas tecnologias digitais da informação e comunicação. Nesse sentido, suas pesquisas de uma década, ilustram a ocorrência de três tipos de cidadão em sua cultura: o pessoalmente responsável, o participativo e o orientado para a justiça (QUADRO 2).

Quadro 2 - Tipologia de cidadãos norte-americanos e suas ações no final do século XX (continua)

	<b>Cidadão pessoalmente responsável</b>	<b>Cidadão participativo</b>	<b>Cidadão orientado para a justiça</b>
<b>Descrição</b>	Age com responsabilidade dentro da comunidade.	Membro ativo de organizações comunitárias e/ou ações de melhoria.	Faz uma avaliação crítica das estruturas sociais, políticas e econômicas.
	Trabalha arduamente e paga impostos, coleta o lixo, faz reciclagem e doa sangue.	Organiza esforços da comunidade para o cuidado com pessoas carentes; promove o desenvolvimento econômico ou ambiental.	Explora estratégias de mudança que ataquem as causas na raiz dos problemas.
	Ajuda àqueles que precisam; presta ajuda em tempo de crise.	Conhece o funcionamento das instituições governamentais.	Conhece movimentos sociais e sabe como promover uma mudança sistêmica.
	Obedece às leis.	Conhece as estratégias para realizar ações coletivas.	Procura e avalia áreas acometidas por injustiças.
<b>Exemplo de ação exercida</b>	Doa comida a uma instituição carente.	Ajuda na organização de doação de cestas básicas.	Pesquisa por que as pessoas passam fome em determinada área e atua na causa do problema.
<b>Principais premissas</b>	Para resolver os problemas sociais e melhorar a sociedade, os cidadãos devem ter bom caráter, serem honestos, responsáveis e obedientes às leis na comunidade.	Para resolver problemas sociais e melhorar a sociedade, os cidadãos devem agir e assumir posições de liderança dentro de sistemas já estabelecidos e estruturas comunitárias.	Para resolver problemas sociais e melhorar a sociedade, cidadãos devem questionar e mudar sistemas e estruturas estabelecidas, quando estas reproduzirem padrões de injustiça ao longo do tempo.

Fonte: WESTHEIMER, 2004, p. 62.

O questionamento de Westheimer (2004) ocorre através da análise dos tipos de cidadãos identificados e dos programas escolares que incentivam a formação de cidadãos civicamente engajados.

A crítica desse autor incide sobre qual tipo de cidadão os programas escolares de formação para a cidadania estão buscando incentivar. Na verdade, espera-se que qualquer escola

desenvolva uma educação cidadã, que englobe os três tipos de cidadãos (QUADRO 2), buscando alertar o aluno para a importância do seu desenvolvimento pessoal e de seu senso de pertencimento e de responsabilidade para consigo, para com os outros e para com o planeta, de uma forma abrangente. Quando se limita a incentivar ações sociais pontuais e direcionadas à comunidade do seu entorno (por exemplo, a coleta seletiva de lixo, a arrecadação de fundos e mantimentos para pessoas carentes, o mutirão para a limpeza das praças vizinhas) a escola está focando na formação de cidadãos participativos. Essa característica não dá ao indivíduo nem ao professor encarregado dessa formação a certeza de que o cidadão que recebe a formação para uma cidadania participativa seja, por consequência e ordem de coisas, um cidadão pessoalmente responsável e muito menos orientado para a justiça. Um aluno, de qualquer nacionalidade, que participe da criação e produção da horta comunitária da escola, não necessariamente será uma pessoa responsável com suas finanças, capaz de administrar sua mesada ou abster-se de furtar um objeto dentro de sala de aula. Talvez esse mesmo aluno ajude a comunidade do entorno da escola, mas dirija, nos finais de semana, sem estar habilitado ou mesmo estando embriagado.

O que se deseja demonstrar é que a formação para a cidadania deve contemplar os três tipos de cidadão sugeridos por Westheimer (2004), não necessariamente em ordem de complexidade – partindo do mais simples e limitado para o mais complexo – mas de abrangência, considerando-se que um cidadão, na verdadeira acepção da palavra, deve contemplar suas ações para consigo – cidadão pessoalmente responsável – e para com os outros – cidadão participativo e orientado à justiça. A cidadania deve focar a formação para a consciência de direitos, sim, mas, sobretudo, para a de deveres do indivíduo em relação ao grupo humano, sua comunidade, a sociedade na qual vive e o planeta como um todo, considerando, também, o legado a ser deixado às gerações vindouras.

Tendo em vista que a definição de cidadania varia segundo a época histórica e a concepção individual, urge que se tome como base um parâmetro de análise pelo qual escola e família possam basear-se para a formação de crianças e jovens, num mundo cada vez mais complexo, onde a responsabilidade pessoal, apenas, não é suficiente.

Agir com responsabilidade consigo mesmo, com os outros e com o Estado, por meio do pagamento de impostos e do respeito à propriedade alheia, por exemplo, demonstra um comportamento desejável dentro de uma sociedade, mas deveras limitado para as demandas de uma sociedade global, multicultural, veloz e tecnológica como a atual. O imbricar de fenômenos como imigração, ciberataque, tráfico de drogas, pessoas e órgãos, criação das redes sociais, terrorismo internacional, dinheiro virtual, novas estruturas familiares, bem como a fluidez das relações humanas e o esfacelamento das instituições – que gera um sentimento de orfandade e

abandono – requer dos indivíduos maior preparação no que tange à reflexão e convivência, para que não somente se adaptem às mudanças estruturais, à velocidade dos acontecimentos, mas também contribuam para a construção de uma sociedade justa e equilibrada, nos novos moldes que se apresentam. O que se deve compreender como desafio mais relevante desenha-se como um mundo em que a velocidade e a mudança, a fluidez das coisas são a norma, como bem descrito por Bauman (1999) em *Modernidade líquida*:

Hoje, os padrões e configurações não são mais “dados”, e menos ainda “autoevidentes”; eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir. E eles mudaram de natureza e foram reclassificados de acordo: como itens no inventário das tarefas individuais. Em vez de preceder a “políticavida” e emoldurar seu curso futuro, eles devem segui-la (derivar dela), para serem formados e reformados por suas flexões e torções. Os poderes que liquefazem passaram do “sistema” para a “sociedade”, da “política” para as “políticas da vida” — ou desceram do nível “macro” para o nível “micro” do convívio social (BAUMAN, 1999, p 73).

Bauman (1999) define a sociedade pós-moderna (apesar de usar a expressão *modernidade líquida* para definir nossa era) como "um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível" (BAUMAN, 1999, p. 32).

A fundação das bases para a construção da cidadania, na Era Líquida, requer sua abordagem virtual, pois a cidadania se desenvolve e é praticada em mundos paralelos – o físico e o virtual – simultaneamente. Para que a cidadania possa se desenvolver no “nível macro”, como afirma Bauman (1999), há que se construí-la no “nível micro”, ou seja, no convívio social do indivíduo, seja ele físico ou virtual, ainda que a cidadania seja apenas uma, como defendido por Collier (2018), que advoga que se deve abandonar o termo “digital”, quando se fala de “cidadania”. Para essa pesquisadora, a cidadania constitui uma somente e a formação do indivíduo seria a mesma para suas ações, tanto no ambiente físico quanto no virtual.

No entanto deve-se frisar que a cidadania digital se diferencia da física, seja em sua vulnerabilidade, devida ao anonimato conferido pela modalidade de interação, seja pelo alcance das ações perpetradas por seus usuários, seja para o bem, seja para o mal. Reside exatamente aqui a essência do *cyberbullying* e dos danos causados por sua prática. Comparado às antigas ofensas diretas, de uma criança contra outra, escolhida por qualquer característica física ou psicológica considerada “estranha”, especialmente no ambiente escolar, o *cyberbullying* alcança níveis altíssimos de devastação. Não se quer dizer com isso que a discriminação e as perseguições entre crianças e adolescentes na dita “Era Sólida” (BAUMANN, 1999)

provocassem menos mazelas, mas exatamente que a profundidade e abrangência delas vêm alcançando níveis inimagináveis naquele tempo.

A construção da cidadania digital é permeada por especificidades e influências do ambiente no qual o indivíduo atua. Mesmo que a base para seu exercício sejam os direitos e deveres que devem ser considerados por cada um, sua representação social exige abordagens singulares de formação, ainda que o resultado esperado seja único. A cidadania que se exerce no mundo virtual é cercada de peculiaridades e contextos, o que demanda uma abordagem específica e diferenciada. O grande complicador dessa nova formação para a cidadania reside no fato de que, protegidos pela anonimia, indivíduos experimentam a sensação da impunidade, da ausência de controle ou limites, acreditando poder exercer desejos e impulsos que, provavelmente, seriam reprimidos em uma interação física com outrem.

O poder de alcance e amplificação conferido pela internet consiste na base da diferenciação entre cidadania digital e física. A cidadania física, praticada pelos seres humanos de maneira geral e baseada em pilares culturais de cada Estado soberano constituinte da esfera global, é observada no terreno das relações físicas, com as quais esse mesmo ser humano está habituado desde o início dos tempos. Ela acontece e impacta as interações dos seres humanos no ambiente palpável e aí pode ser verificada, classificada e compreendida. A cidadania conhecida por nós até o século XX, como conceito trazido de séculos anteriores, compreende, basicamente, a participação do indivíduo no ambiente social físico por meio da prática de seus direitos e deveres. Todos os sistemas da sociedade – por exemplo, o legal e o financeiro – foram criados baseados na estrutura física das interações humanas, de modo a contemplá-las em todas as suas ocorrências. Baseados nesse pressuposto da natureza tangível da cidadania, devemos considerar que as interações humanas se desenrolavam, de certa forma, circunscritas ao espaço/tempo conhecido. Por mais que mudanças sociais e políticas, como a Revolução Industrial, ampliassem as possibilidades de convívio entre os seres, havia sempre a delimitação do lugar físico como realidade predominante de interação. Com o advento da internet, que rompe essa condição criando um mundo paralelo, entrelaçado e muitas vezes sincronizado ao real, a estrutura dos espaços de convívio humano sofre alterações vultosas, sem precedentes na história. Assim, a concepção de cidadania também sofre impactos decisivos. Tem-se agora toda uma nova realidade, composta de dois polos, o físico e o virtual, que se alimentam, compõem, compartilham e impactam. Descortinam-se novos modos de interação humana, forjados à medida que as tecnologias digitais da informação e comunicação oferecem novos produtos, serviços e cenários de convívio possíveis.

Quando se trata da cidadania digital, é preciso levar em conta o colossal poder de amplificação de ações, palavras e comportamentos e o impacto deles nas vidas humanas e na sociedade como um todo. Nas palavras de Castells (2010), o grau de autonomia das pessoas para se comunicar, informar e organizar suas próprias redes de sociabilidade é muito mais potente com a internet. Ela é a construção da autonomia da sociedade civil. A internet serve para amplificar e articular os movimentos autônomos da sociedade.

Um claro exemplo do poder dessa nova ferramenta ocorreu no Irã, em 2009, quando das manifestações contra a reeleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad. Mesmo num país com controle total da informação, a capacidade de mobilização das pessoas, sobretudo pelo *Twitter*, foi fundamental. Outro episódio em que a internet foi fundamental para a mobilização e mudança social se deu na Espanha, em 2004, quando o governo de José María Aznar mentiu sobre a autoria do atentado terrorista em Madri. A população espanhola se indignou porque Aznar atribuiu a autoria ao grupo separatista ETA, que atua na Espanha, quando se tratava do Al Qaeda. Houve controle da informação e manipulação. A descoberta da verdade, na véspera da eleição, foi compartilhada por SMS e levou milhões de jovens às urnas. Isso mudou o resultado da eleição, quando o socialista José Luis Zapatero venceu Aznar.

No entanto, podemos observar também a influência negativa das informações veiculadas pela internet no caso de eleições de representantes legais de um povo. Nos Estados Unidos e no Brasil, as eleições de 2016 e 2018, respectivamente, foram fortemente impactadas por notícias falsas – *as fake news* – que desinformaram, confundiram e dividiram eleitores dos dois países, causando o fenômeno conhecido como polarização. No caso brasileiro, o presidente eleito não compareceu a qualquer debate político veiculado pelas mídias tradicionais – TV e rádio – comunicando-se com seus possíveis eleitores somente através de redes sociais. Foi a primeira vez que se registrou tal fenômeno em uma eleição presidencial. Já nos Estados Unidos, fortemente manipulados pelas redes sociais, eleitores se agruparam em polos opostos de discussão política, criando uma fissura nas relações sociais para além do posicionamento político.

Nem sempre se pode inferir que as informações compartilhadas de maneira regular na internet produzirão mudanças sociais e políticas reais e imediatas como nos casos citados, mas sim que é um meio de criar uma rede de organização de pensamentos, comunicação e ação que, por sua vez, permite a articulação da sociedade civil, se assim for o desejo da maioria. As informações veiculadas no ambiente virtual podem ter consequências extremamente nocivas ao bem-estar da sociedade. Uma vez compartilhadas – antes da devida verificação de sua

veracidade - podem se transformar em verdadeiras ferramentas de desagregação social e caos individual e coletivo.

## **5 CIBERESPAÇO, CULTURA DIGITAL E OS NOVOS AMBIENTES DE INTERAÇÃO: A NOVA ÁGORA**

*“A cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (LÉVY, 1999, p. 15).*

A partir da década de 1990, com o avanço das pesquisas em tecnologia no Vale do Silício, nos Estados Unidos, e a crescente oferta de novos aparelhos e aplicativos digitais, todos os setores da economia sofreram um impacto relevante e irreversível, tanto na forma de sua concepção como nos processos.

A avalanche de mudanças trazidas pela tecnologia digital para os três setores da economia, primário, secundário e terciário, só encontrou barreiras no setor educacional, seja por comodidade, seja por desconhecimento. Essas barreiras, impostas por professores, coordenadores, educadores de maneira geral, dificultaram, em um primeiro momento, a inserção imediata da tecnologia digital nas escolas, provocando uma lacuna entre o mundo real e a economia, as novas interações sociais e a escola, guardião dos antigos moldes de replicação do conhecimento. Esse receio causou uma aversão inicial aos novos métodos e processos, simplificados e imensamente melhorados pelas tecnologias digitais.

Alguns países compreenderam e assimilaram, quase que instantaneamente, tais mudanças, como os países escandinavos, com seu histórico de educação de excelência e adoção de melhores práticas educacionais. Muitos outros adotaram – e ainda adotam – uma postura mais reticente e cética quanto ao emprego das TDIC nas escolas.

Essa postura hesitante, por medo, ausência de infraestrutura, comodismo ou despreparo de professores e do sistema educacional, em geral, acarreta uma desigualdade ainda mais acentuada entre públicos usuários das TDIC no mundo.

O fato é que, com o aumento do acesso à Internet, especialmente por crianças de várias idades, educadores e famílias precisam adotar meios de preparar esses novos usuários, formando os cidadãos digitais que lançarão as bases do comportamento humano da nova sociedade.

O que se descortina para nós, habitantes do planeta Terra, em meio à revolução da informação, é toda uma nova realidade baseada nas estruturas da sociedade tecnológica da informação e do espaço virtual como ambiente de convivência.

Considerando a pólis de Aristóteles onde se construiu a cidadania como era conhecida até há pouco, a nova pólis expande suas fronteiras e conquista um novo território: o ciberespaço. E é nesse novo espaço, simultâneo e interconectado à antiga pólis, que ocorrerá grande parte das interações humanas, sofrendo os impactos das relações físicas e causando outros tantos em um mecanismo de convivência e interdependência. A vida cotidiana se desenrola, a partir de então e em grande parte nesse novo espaço, que, por sua vez, delinea a cultura nascida em seus domínios, a cultura digital.

O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

As mídias sociais, que permitem a construção das “redes sociais” em ambiente virtual, principalmente de crianças e jovens – mas não somente – na modernidade líquida de Baumann (1999), representam grande parte dos ambientes onde se constroem as novas ideias, onde se discutem questões importantes da sociedade em geral e onde ocorre grande parte das interações humanas. Segundo Levy (2003), a tecnologia não se apresenta como uma entidade separada da sociedade e da cultura; pelo contrário, elas se tocam e se influenciam. As atividades humanas abrangem entidades materiais naturais e artificiais, ideias e representações lançando as bases para a formação da inteligência coletiva.

Esse intercâmbio de representações do mundo físico com o virtual contribui para forjar a inteligência coletiva da nova era em que a cultura, que se desenvolve no ciberespaço, ganha um novo formato: a cultura digital.

O fenômeno cultural das redes sociais e a construção da cultura digital determinam o aparecimento de um novo ambiente, um novo modo de interação e vida, em que tudo é possível e “a construir”.

O crescimento do ciberespaço é orientado por três pilares fundamentais: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. A interconexão, mundial ou local, é um pilar básico do ciberespaço, na medida em que sua dinâmica é dialógica. As comunidades virtuais “são construídas sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos, em um processo mútuo de cooperação e troca” (LÉVY, 1999, p. 127). Já a inteligência coletiva pode ser considerada a finalidade última do ciberespaço, pois ela descreve um tipo de inteligência compartilhada que surge da colaboração de muitos indivíduos em suas

diversidades. “É uma inteligência distribuída por toda parte, na qual todo o saber está na humanidade, já que ninguém sabe tudo, porém todos sabem alguma coisa” (LÉVY, 2007, p. 212).

A própria criação da identidade, comum ao adolescente de todos os tempos, baseia-se em sua aceitação pelos outros, na sensação de pertencimento a determinado grupo. Aqui temos o fenômeno da exposição virtual muitas vezes exagerada como uma forma de “busca pela aceitação” e formação da identidade. O que, em outros tempos, mantinha-se escondido “a sete chaves” dentro de registros a tinta gravados em diários físicos, hoje vem exposto na internet, em uma inversão de valores vertiginosa. A sede por “curtidas”, os famosos *likes* – expressão original em inglês – leva crianças e jovens a uma superexposição, uma exteriorização pública de sentimentos, imagens e informações pessoais muitas vezes íntimas. É a era do desguarnecer-se de pudor ou proteção, da realidade individual sobre a coletiva, da identidade a ser construída contra a identidade uma vez sonhada. Tudo está por se fazer, tudo é possível e passível de criação, fora de moldes pré-estabelecidos ou imaginados. Identidade, relações, sexualidade, trabalho e vida social, tudo está por ser criado, livre de figurinos ou conceitos. Não se trata de ir contra velhos conceitos arraigados, como fizeram as gerações de 1960 e 1970 com os movimentos *hippies* e do amor livre: é a construção a partir da verdade individual, da tela limpa, a partir da liberdade, mas também do vácuo. Não se trata de um movimento puro e simples contra a sociedade sólida, no termo usado por Bauman no livro *Sociedade líquida* (1999). É uma forma independente de criação em que a pós-verdade se impõe ao fato. Essa afirmação, por si só, já é o símbolo dessa era.

Podemos resumir a realidade de crianças e jovens dessa era volátil, segundo Bauman e Leoncini, em *Nascidos em tempos líquidos*:

Deploramos os tempos passados só porque estamos seguros de que eles não podem voltar. Todos os dias são bons para ouvirmos alguém louvando os tempos perdidos como “mais justos”, mais alinhados a princípios consolidados. E então você vai ao bar, folheia um jornal e encontra um assunto perene em todos esses *não lugares*\*: os jovens não estão desfrutando de sua juventude por culpa da *internet* e dos *smartphones*. Todo mundo está pronto a acusá-los por se manterem conectados sem cessar, por carregarem sempre o não lugar mais moderno e líquido por excelência (a *web*) e por viverem sempre num limbo de bolso que não existe, que cria relações contínuas, mas inexistentes [...]” (BAUMAN; LEONCINI, 2018, p. 59-60).

## 5.1 Políticas e práticas para o uso da internet nas escolas em outros países

### 5.1.1 Estados Unidos e as Políticas do Uso Aceitável – AUPs

Nos Estados Unidos, desenvolveu-se um conjunto de normas, em caráter emergencial, chamado de Políticas de Uso Aceitável (*Acceptable Use Policies*), as AUPs, que foram concebidas para ajudar a definir o que seriam regras plausíveis para o uso da tecnologia na escola. O problema com as AUPs surgiu de sua limitação quanto à educação sobre o uso da tecnologia nas escolas: as diretrizes somente ditam o que é proibido dentro do ambiente escolar. Longe de educar, as AUPs somente restringem, dentro do ambiente escolar, o que pode ser usado no âmbito tecnológico. Não seria correto deduzir que, pelo simples fato da vigência e divulgação de determinada norma dentro da escola, ela será cumprida pelos usuários para os quais ela foi direcionada.

#### 5.1.1.1 Respeite, Eduque e Proteja (REPs)

As diretrizes de uso apropriado da Internet dentro das escolas americanas foram também organizadas sob os princípios do respeito, educação e proteção – *RESPECT, EDUCATE AND PROTECT* –, como diretrizes principais para o desenvolvimento de ações de conscientização nas escolas. Foram também desenvolvidas cartilhas de orientação a educadores, com sugestões sobre a aplicação adequada dos princípios, segundo a faixa etária dos seus alunos.

Os responsáveis pela elaboração das cartilhas baseadas em REP justificam que, como no treinamento físico de atletas profissionais e amadores, em que as séries de repetições de exercícios são necessárias para a obtenção dos resultados pretendidos, assim deve ser a formação para a cidadania digital nas escolas: repetições das noções principais, aplicadas a casos reais adaptados a cada faixa etária.

Existem dois aspectos distintos dos princípios descritos como REPs: um é focado no uso que cada indivíduo faz da tecnologia e o outro é como o indivíduo se responsabiliza por fazer o mesmo por outros usuários, ou seja, o cuidado próprio e o cuidado com o outro. Na base desse princípio, posta-se a máxima da empatia, sem a qual, segundo Aristóteles (2001), não existe felicidade humana nem cidadania, visto que seu conceito se baseia no coletivo, no bem comum. Ainda no dizer de Aristóteles (2001), a vida virtuosa, aquela que visa à felicidade e ao alcance dela através das ações cotidianas, seria realizável unicamente no âmbito da *polis* e

da participação do indivíduo nela, uma vez que as virtudes do ser humano não seriam dádivas naturais, ou seja, seriam construídas por meio do hábito, da repetição das boas ações e conduta.

Nessa trilha, esse filósofo da Antiguidade afirma:

É evidente, portanto, que nenhuma das várias formas de excelência moral se constitui em nós por natureza, pois nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito. [...] Portanto, nem por natureza, nem contrariamente à natureza, a excelência moral é engendrada em nós, mas a natureza nos dá a capacidade de recebê-la, e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito (ARISTÓTELES, 2001, p. 1102).

A repetição, compreensão básica de Aristóteles para a formação do hábito, encontra-se presente na metodologia adotada pelas escolas norte-americanas acerca da educação para a cidadania no ciberespaço. Cada um dos princípios – *respeite, eduque, proteja* – contém elementos para ajudar pais e educadores a criarem ambientes de discussão sobre o que ocorre na Internet. É somente através desses espaços e do debate aberto para a discussão de problemas e ideias para a criação de bons hábitos, que os REPs podem ajudar na formação de cidadãos ativos e responsáveis, dentro da cidadania digital.

Os REPs podem ser descritos de maneira descomplicada, de modo a dar uma base para a criação de políticas de formação da cidadania digital, nas escolas e em casa. Esse sistema menos complexo se resumiria aos seguintes pressupostos:

- a) Respeite você mesmo/Respeite os outros:
  - ✓ etiqueta;
  - ✓ acesso;
  - ✓ lei.
- b) Eduque você mesmo/Conecte-se com os outros:
  - ✓ letramento;
  - ✓ comunicação;
  - ✓ comércio.
- c) Proteja você mesmo/proteja os outros:
  - ✓ direitos e responsabilidades;
  - ✓ segurança;
  - ✓ saúde e bem-estar.

Se esses paradigmas fossem adotados e ensinados desde o jardim de infância para crianças entre 2 e 5 anos, o processo deveria seguir o seguinte padrão:

- a) Repetição 1

Esta etapa, que consiste no ensino e na prática dos pressupostos a seguir, deve ser adotada entre os anos do Jardim de Infância, Educação Básica e o segundo ano do Ensino Fundamental (*second grade*), para crianças entre 7 e 8 anos de idade.

- ✓ respeite você mesmo/respeite os outros;
- ✓ etiqueta digital;
- ✓ eduque você mesmo/conecte-se com os outros;
- ✓ letramento digital;
- ✓ proteja você mesmo/proteja os outros;
- ✓ direitos e responsabilidades digitais.

#### b) Repetição 2

Esta etapa, que consiste no ensino e na prática dos pressupostos a seguir, deve ser adotada entre o 3º ano (*third grade*), para crianças entre 8 e 9 anos, até o 5º ano (*fifth grade*), para crianças entre 10 e 11 anos.

- ✓ respeite você mesmo/respeite os outros;
- ✓ acesso digital;
- ✓ eduque-se/conecte-se com outros;
- ✓ comunicação digital; ✓ proteja-se/proteja os outros; ✓ segurança digital.

#### c) Repetição 3

Esta etapa, que consiste no ensino e na prática dos pressupostos que se seguem, deve ser adotada do 6º (*sixth grade*), para crianças entre 11 e 12 anos, até o 8º (*eighth grade*), para crianças entre 13 e 14 anos.

- ✓ respeite-se/respeite os outros;
- ✓ lei digital;
- ✓ eduque-se/conecte-se com os outros;
- ✓ comércio digital;
- ✓ proteja-se/proteja os outros; ✓ saúde e bem-estar digitais.

Pesquisas norte-americanas sobre as estatísticas de uso das AUPs nas escolas mostram dados relevantes sobre a sua ineficácia em áreas críticas. Dave Kinnaman (2005), em sua obra *Um olhar mais atento às AUPs (A closer look at AUPs)*, alega que as AUPs deveriam ser reexaminadas para uma avaliação sobre sua completude e a coerência de seu foco.

Tanto as escolas como as prefeituras norte-americanas concordam quanto ao ponto de que é difícil basear-se nas políticas AUPs, se não estiverem escritas corretamente, o que pode ser um fator limitador em um caso em que se precise delas para uma defesa, em um processo

legal na corte. A maioria dos administradores escolares está de acordo sobre a necessidade de políticas de uso para a Internet nas escolas. Essa necessidade vai muito além da delimitação de espaços e comportamentos; ela inclui uma série de medidas de precaução e posicionamento quanto ao uso produtivo e seguro de uma ferramenta muito poderosa: a Internet.

### *5.1.2 A Suécia e a tecnologia como aliada: cocriação*

O processo de reforma da educação sueca foi introduzido formalmente no país em 1842, tendo em vista o alargamento da educação obrigatória. No entanto a formalização do processo iniciou-se somente em 1940. Em 1962, o parlamento votou a obrigatoriedade de uma escola compreensiva de nove anos, gratuita e para ambos os sexos, sendo que sua total implementação foi concluída no ano letivo de 1972/73.

A educação na Suécia é financiada, principalmente, pelas taxas municipais, mas o orçamento é aumentado por meio de repasses do governo central destinados a garantir condições igualitárias na qualidade do ensino, em todos os municípios do país. O sistema sueco de ensino se baseia na autonomia. O estudante é responsável pelos estudos, nos quais é normal a presença de oficinas e cozinhas que permitem que os alunos, a partir dos treze anos, exercitem a capacidade de consertar aparelhos domésticos e também de preparar alguns pratos na cozinha, além de terem aulas de corte e costura. Tanto os meninos como as meninas participam de todos os tipos de aula, de maneira a não fomentar a divisão de papéis segundo o gênero, o que evita a disseminação de preconceitos, fortalecendo a construção de uma sociedade em que predominem direitos e deveres iguais para todos.

Em 1985, o governo concluiu o que seriam os quatro objetivos da educação obrigatória nacional, sendo eles:

- a) a igualdade de oportunidades de acesso no setor público da educação;
- b) a oferta, em nível nacional, de uma formação equivalente;
- c) a formação científica dos alunos de modo a torná-los cidadãos responsáveis;
- d) o desenvolvimento dos valores democráticos – inviolabilidade da vida humana, liberdade e integridade pessoais, igualdade humana universal, igualdade entre homens e mulheres, solidariedade para com os mais fracos e desfavorecidos.

Para garantir o alcance dos objetivos delineados pelo governo, o país destina 42% dos orçamentos municipais e 63% do PIB para a educação.

Um dos primeiros países ocidentais a adotarem a educação obrigatória, há 175 anos, e

a reconhecer a Linguagem de Sinais como um idioma, a Suécia enfrenta agora um novo desafio: a tecnologia. A lei sueca moderna determina que todas as crianças devem ter acesso igualitário à educação gratuita e de qualidade, da Educação Básica ao Ensino Superior. Os repasses de verbas destinados à educação garantem que 94% dos alunos tenham acesso à Internet na escola (UNESCO, 2017).

O acesso à Internet, na quase totalidade do território sueco, garantido pelo governo em consonância com as determinações da ONU sobre seu status de Direito Humano, possibilita o enfrentamento da onda de mudanças estruturais que o país vem protagonizando. Experimentos realizados sobre o uso do celular e dos *tablets* como coadjuvantes no aprendizado mostraram-se bastante eficazes e inovadores, uma vez que os novos modelos de aulas puderam beneficiar-se do fator mobilidade que o aparelho celular ou um *tablet* proporcionam (GOVERNMENT OFFICES OF SWEDEN, 2018).

O ministro da Educação Sueco, Gustav Fridolin, declarou, em 2017, que a Suécia adotará a programação digital para crianças a partir do 1º ano do Ensino Fundamental (9 anos) e ele será obrigatório no currículo de todas as escolas do país. Essa ação, que faz parte da reforma curricular em curso na nação nórdica, da pré-escola à universidade, também prevê foco no desenvolvimento das habilidades que permitam que os alunos sejam capazes de diferenciar fatos e mentiras, as notícias falsas (*fake news*) na Internet, e das habilidades digitais para o mercado de trabalho.

### 5.1.3 China e os desafios políticos para o acesso

O sistema educacional chinês é muito competitivo. Há diversas provas, ao longo das diferentes etapas do ensino. Apesar disso, os índices de fracasso escolar são muito baixos, e a taxa de alfabetização passa de 94%, segundo dados do Banco Mundial.

O Ministério da Educação chinês é o encarregado de controlar e administrar o sistema de ensino, que é gratuito para todos os estudantes, durante a etapa obrigatória, que vai dos 6 aos 15 anos. A partir dessa idade, os alunos devem pagar taxas, o que produz uma notável queda no número de estudantes no Ensino Superior.

Nos últimos anos, o governo investiu massivamente em educação. Melhoraram as instalações, construindo novas escolas e contratando mais professores para elevar o nível educacional do país.

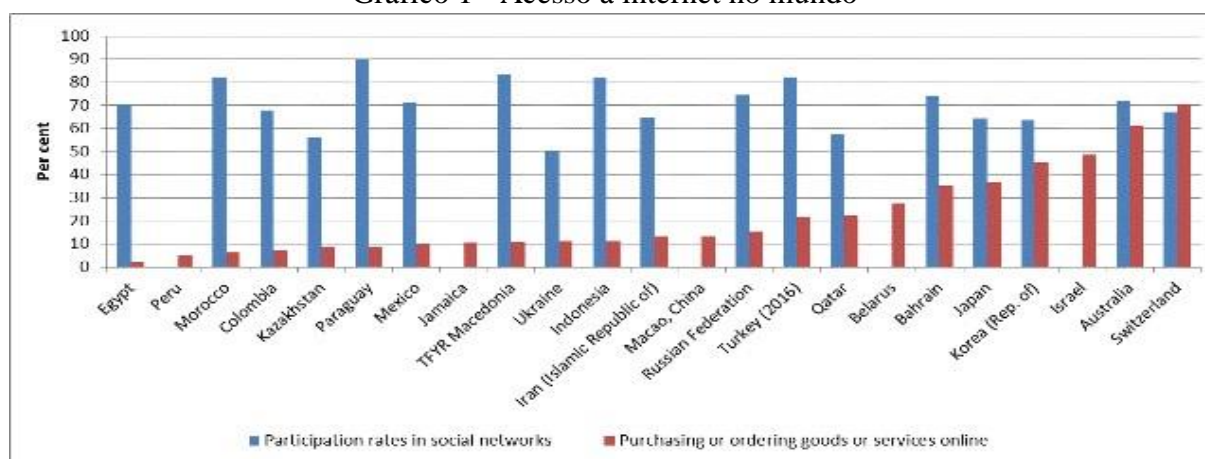
A disciplina – comportamental e acadêmica – rege as bases da educação chinesa. Educadores alegam que essa abordagem disciplinada ajuda a explicar o fato de que 5,1 mil

alunos de 15 anos procedentes de Xangai apresentaram desempenho superior ao de alunos de 65 outros países no Pisa – Programa para Avaliação de Estudantes Internacionais (*Programme for International Student Assessment*), teste internacional realizado pela OCDE, que avalia competências em leitura, matemática e ciência.

Entretanto o foco chinês na preparação para provas e testes tende a cercear o lado criativo de alunos, que se concentram demasiadamente em desempenho acadêmico, em detrimento da curiosidade, vivência e criatividade. Nas palavras de Jiang Xueqin (2014), vice-reitor da Escola do Ensino Médio da Universidade de Pequim, são dois lados da mesma moeda: “as escolas chinesas são muito competentes na preparação de seus alunos para provas padronizadas. Por isso, elas fracassam em prepará-los para a educação superior e para a economia do conhecimento”.

Outro entrave para uma democratização e renovação da abordagem escolar, como em todos os setores da sociedade chinesa, é a política de acesso à Internet. Segundo dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), apesar de a China ter uma Internet das mais velozes do mundo, ainda peca pela política governamental restritiva, que impede seus cidadãos de acessá-la livremente. No GRAF. 1, publicado no último relatório da agência, em 2017, pode-se examinar o percentual de chineses que acessam redes sociais ou fazem compras pela Internet.

Gráfico 1 - Acesso à internet no mundo



Fonte: UNCTAD ITU, 2015.

No gráfico acima, temos uma análise do acesso à internet no mundo no ano de 2015. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) mapeia e analisa dados de todos os países membros com o intuito de mensurar o número de acessos à internet no mundo.

Como podemos observar, as colunas em azul representam a participação dos indivíduos em redes sociais em cada país mensurado, enquanto as colunas vermelhas representam as compras de bens e serviços on-line.

Podemos notar que países em vias de desenvolvimento apresentam grande acesso às redes sociais, assim como os países desenvolvidos. As colunas azuis apresentam, de maneira geral, uma simetria. Não se notam grandes acentuações dos acessos a redes sociais em um ou outro país. Com exceção da Ucrânia e do Kazakistão, países governados por regimes mais ortodoxos, há uma quase padronização no número de indivíduos que acessam as redes sociais.

Já no quesito compras de bens e serviços on-line, notamos uma grande diferença entre os países, sendo que os europeus registram um maior número desses acessos.

O monitoramento do acesso dos cidadãos à Internet, através do Grande *Firewall* (sistema de segurança usado pelo governo para controle e censura), bloqueia *sites* e aplicativos como *Facebook*, *WhatsApp* e *Google*. Esse monitoramento ocorre em todos os segmentos da sociedade, da escola às empresas, sendo um fenômeno nacional. Devido à sua posição de grande economia no mercado internacional, o governo chinês pressiona empresas não chinesas a retirarem conteúdos que não são consoantes com a cultura local. Nas palavras do representante da Anistia Internacional, Joshua Rosenzweig citado por Mozur (2018, p. 49), “a China se vale cada vez mais do próprio peso em todo o globo”.

A primazia dos poderes econômico e geopolítico chineses garante ao presidente Xi Jinping total controle sobre a internet e as informações veiculadas no país. No governo desde 2013 e reeleito, em 2017, por meio de manobras políticas para abolição à restrição da duração de mandato, o presidente poderá permanecer no poder por tempo indeterminado. Considerando que a manutenção do poder controlador de um líder está intimamente ligada ao controle das informações às quais sua população tem acesso, pode-se deduzir que a proibição não cessará tão cedo, pelo menos enquanto durar o sistema comandado por Jinping.

Dentro dessa política, Pequim, por muito tempo, contentou-se em bloquear as companhias estrangeiras de Internet e em policiar aquelas locais, mas passou a adotar, desde o ano passado, um regime mais direto de controle, pressionando frontalmente indivíduos e empresas a cooperarem com os esforços para conservar a censura às informações on-line.

Diante de tal panorama, diversas gigantes tecnológicas se encontram em uma posição bastante delicada, porque não podem prescindir do vultoso mercado chinês, mas, ao mesmo tempo, não podem validar filtros de controle de conteúdo, por via de um comportamento que vai contra as diretrizes internacionais do livre mercado e do livre acesso à Internet garantidos pelas Nações Unidas. No passado, essas companhias fizeram grandes esforços para ter acesso

ao vasto mercado de Internet da China, com mais de 700 milhões de usuários, criando ferramentas de censura, como o *Facebook*, que, na verdade, jamais utilizaram. Outra tentativa de uma empresa americana de grande porte foi a criação de um aplicativo que não estampasse o nome dela.

Em agosto de 2017, o governo chinês emitiu um comunicado às grandes cadeias internacionais de hotéis com sede em seu território, informando-lhes que o acesso irrestrito dentro de suas instalações não seria mais permitido. Órgãos reguladores chineses advertiram empresas de prestação de Serviços de Rede Virtual Privada (VPN) sobre a proibição, exercendo um controle ainda mais rigoroso sobre seu espaço cibernético.

A restrição à venda e instalação de VPNs, decretada em 2017, teve o objetivo de fazer uma “limpeza” na Internet chinesa, segundo o governo local. Também em 2017, as agências reguladoras fecharam muitos *blogs* e sites que transmitiam eventos ao vivo, como shows, porque poderiam ser usados como plataformas de críticas ao partido do presidente.

No contexto político chinês atual, seria praticamente impossível imaginar a adoção das TDIC nas escolas, ou mesmo o uso de *tablets* e celulares no auxílio às práticas educacionais. O sistema de controle interno, resquício do regime totalitário comunista chinês, tornaria inviável iniciativas de implementação do gênero.

#### 5.1.4 Coreia do Norte - políticas de proibição

A Coreia do Norte é o país mais “fechado” política, econômica e socialmente, na atualidade. O excesso de proibições e o pesado controle estatal em todos os âmbitos da vida privada e profissional das pessoas são a regra no país. Governada por um líder que prega um regime autoritário de controle extremo de seus cidadãos, tem uma restrição à Internet jamais registrada. Estima-se que pouquíssimas pessoas da elite militar e do governo tenham acesso à Internet, talvez cem pessoas, no total. O restante do país, incluindo turistas, pode, no máximo, acessar uma Intranet totalmente controlada pelo governo.

A ligação à Internet na Coreia do Norte é proveniente da China, por meio da empresa multinacional das comunicações, a Unicon, e os únicos computadores disponíveis para a compra são os nacionais, chamados de *Morning Panda*, fabricados por uma empresa governamental e registrados pela polícia. Esses computadores não são confiáveis nem conseguem manter uma conexão estável com a Internet. Os usuários de Internet, num país de 25 milhões de habitantes, são tão poucos e restritos que existem somente 1.024 IPs (Protocolo de Internet, na sigla em inglês) registrados.

Especula-se que o número de *sites* registrados em domínios norte-coreanos não ultrapasse vinte e oito, informação que não pode ser verificada ou comprovada, devido às restrições do governo.

O país tem regras específicas proibindo o culto a qualquer tipo de religião, a comunicação com estrangeiros que visitam o país (os quais são vigiados todo o tempo) e a comemoração do Natal. Qualquer manifestação religiosa é alvo de dura perseguição, sendo o único culto possível aquele à família que governa o país.

O isolamento da população, forçado pelo governo do líder Kim Jong-un, estabelece uma situação bastante delicada em relação ao desenvolvimento de seus cidadãos. Desrespeitando todos os tratados internacionais que garantem liberdades individuais, o país peca gravemente ao cercear o direito de acesso à Internet. Os efeitos de tal política posicionam a população do país em uma situação de atraso indescritível, justamente quando o mundo alcança altos níveis de acesso à cultura e informação. Os efeitos desse atraso, em longo prazo, são imprevisíveis, seguramente incalculáveis e, com certeza, devastadores, por criarem e manterem uma desigualdade de proporções incomensuráveis, no que se refere ao desenvolvimento de sua população, em todos os níveis e âmbitos da vida humana.

#### *5.1.5 A Finlândia e a adoção da política digital nas escolas*

Segundo a *Finnish National Agency for Education* (Agência Nacional Finlandesa para a Educação), responsável pelas diretrizes da educação na Finlândia, os princípios norteadores de sua prática são: cooperação, respeito incondicional à profissão de professor, atenção ao resultado de pesquisas sobre desenvolvimento de práticas educativas, crédito à experimentação na busca das melhores práticas, quinze minutos de descanso e lazer para alunos após 45 minutos de instrução formal, dever de casa limitado, educação da creche à universidade sem custo para a população e garantida pelo governo. Além dessas práticas, a Finlândia atribui sua posição de melhor educação do mundo ao investimento na formação de professores, que não podem lecionar sem um título de mestrado, e à total autonomia e ao apoio dados a eles e garantidos pelas instituições.

Além disso, a educação é descentralizada, e o governo não inspeciona a rede de ensino de 3000 escolas, com 55.000 alunos na educação básica, adotando uma política de autonomia para professores e direção das escolas. Apesar de o material utilizado nas aulas e o currículo serem livres, o desempenho de alunos em testes internacionais é que revela a menor disparidade entre as escolas.

O país é tetracampeão do PISA, ranking elaborado pela OCDE, que mede, a cada três anos, o desempenho de alunos dos países inscritos, com foco em uma dada área do conhecimento.

No ano de 2010, entrou em vigor na Finlândia a lei do direito fundamental à banda larga. O país tornou-se o primeiro do mundo a garantir o acesso veloz e irrestrito à Internet a toda sua população. A lei assegura que todo o cidadão finlandês tem o direito de aceder à Internet a uma velocidade mínima de 1 MB por segundo. À época, o governo garantiu que até o ano de 2015 a velocidade seria de 100MB por segundo, o que foi positivamente concluído.

No pouco ortodoxo sistema educacional finlandês, outra inovação vem chamando a atenção: alunos ensinam tecnologia a professores e idosos no programa intitulado *Oppilas Agentti*, que, em tradução livre para o português, significa “Agentes Escolares”. O objetivo do projeto é desenvolver as competências tecnológicas não apenas dos professores, mas de toda a comunidade escolar, e também do seu entorno. Em uma das cidades onde o projeto vem sendo implantado, Vantaa, os alunos da escola Hämeenkylä também estão dando aulas aos idosos de um asilo local sobre como usar redes sociais, *iPads* e outros dispositivos. Hämeenkylä é uma das escolas mais engajadas na inserção da tecnologia à vida dos alunos e da comunidade e, por esse motivo, investe em parcerias com provedores de tecnologia, como a *Acer for Education* (2018), e em projetos inovadores de letramento digital como o Agentes Escolares.

O projeto ainda busca desenvolver o sentimento de construção da cidadania dos alunos, mostrando como cada indivíduo pode contribuir para a melhoria da comunidade que o cerca, seja pelas ações de compartilhamento de habilidades tecnológicas com os idosos moradores de asilos estatais, seja pelo auxílio às pessoas mais necessitadas atendidas pelas igrejas locais (FIG. 5).

Figura 5 - Alunos atuando em asilos da comunidade local em Vantaa, Finlândia



Fonte: WALLIN, 2017.

A ideia de envolver os alunos na capacitação tecnológica dos professores surgiu dos relatos de muitos deles sobre como se sentiam intimidados pela velocidade das mudanças

ocorridas na Era Digital e sobre suas dificuldades em se manterem atualizados. Apesar das iniciativas do governo para equipar as escolas com *gadgets* e softwares de última geração, vários professores não sabiam como usá-los em todo seu potencial ou não tinham tempo suficiente para se dedicar a essa tarefa (FIG. 6).

Figura 6 - Alunos auxiliando professores no letramento digital em escola na Finlândia



Fonte: WALLIN, 2017.

Como funciona o projeto? Concebido pela direção da escola, esse projeto seleciona alunos entre 10 e 16 anos que se apresentarem como voluntários. Os alunos relatam suas competências e habilidades em determinadas áreas e são mapeados segundo elas. As escolas oferecem treinamento aos alunos selecionados, em aulas ministradas por especialistas de diferentes empresas finlandesas que revendem, por sua vez, soluções tecnológicas para o sistema de ensino do país.

A partir daí os estudantes produzem um mapeamento das necessidades digitais da escola, sob a orientação de um professor. Eles fazem então um planejamento das atividades necessárias e passam a atuar em quatro frentes, que são:

- a) na sala dos professores - dando aulas ocasionais sobre como usar diferentes dispositivos e aplicativos;
- b) individualmente - professores contatando estudantes para pedir assistência individual, a fim de solucionar pequenos problemas;
- c) em sala de aula - alunos-mestres também atuam como professores assistentes nas salas de aula, para prestar ajuda tanto aos professores quanto a outros colegas de classe quando determinada lição envolve o uso de tecnologia;

d) através de Webinários - voluntários ensinam colegas de outras escolas, além de treinar crianças menores em técnicas de edição e animação de vídeo.

Os resultados mensurados até o momento apontam para o crescimento do letramento digital na escola e na comunidade como um todo e para a melhoria de soluções tecnológicas nas escolas.

Esses resultados foram apresentados no que a Finlândia classificou como “a maior reunião de pais e professores do mundo”, uma conferência realizada simultaneamente nas escolas de todo o país, para debater a agenda de reformas necessárias a fim de preservar o nível de excelência do ensino público finlandês nos próximos anos.

Organizadores do projeto inicial apontam para um aumento da autoconfiança dos alunos voluntários, inclusive em disciplinas nas quais não apresentavam bom desempenho. Parte das mudanças curriculares adotadas em agosto de 2016, baseadas na construção da excelência em habilidades tecnológicas e no protagonismo estudantil, o projeto vem colhendo resultados muito positivos e deve ser expandido para todas as 3.450 instituições de ensino do país.

#### *5.1.6 Brasil*

Ao mesmo tempo em que a Finlândia prima por uma velocidade vertiginosa de acesso à Internet e inovações em cidadania digital, escolas brasileiras, em sua maioria, limitam-se a exibir, dentro de suas salas de aula, pequenos cartazes com o símbolo proibitivo do uso de celulares em sala de aula. Esse método não apenas não cumpre seu papel – o de uso de celulares dentro do ambiente escolar e, mais especificamente, dentro das salas de aula – como também cerceia professores mais progressistas, por assim dizer, a utilizá-los como ferramenta de aprendizado em tempo real.

Apesar de todas as tentativas de incorporação e desenvolvimento de parâmetros para organizar a integração da Internet com a escola, clama-se por uma concepção mais abrangente e não restritiva, como a da proibição do uso de celulares.

Há um hiato entre o que é praticado na escola e a realidade dos alunos fora da escola. Uma vez que o ambiente escolar não absorve e incorpora tecnologias que estão sendo largamente utilizadas na sociedade, cria-se um distanciamento escola-mundo que, aos poucos, contribui por minar a qualidade do ensino e dos processos de aprendizagem. Ao mesmo tempo, professores formam uma barreira natural à implementação das tecnologias na escola: mudanças tão drásticas exigem um esforço maior e dispendioso para reformular atitudes, métodos e técnicas com as quais já estão acostumados e confortáveis.

Trava-se então uma guerra silenciosa entre a prática da sociedade e a prática escolar, o aluno hiperconectado e o professor resistente, a sociedade do século XXI e a escola do século XIX.

Por outro lado, o governo brasileiro toma iniciativas que asseguram o direito ao acesso à internet, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas Nações Unidas em 2011. O marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (BRASIL, 2014), estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

O artigo 4º da referida lei estabelece a garantia do acesso à internet como direito de todos os cidadãos do país, reconhecendo o papel social da rede e, mais adiante no texto, compromete-se também a realizar estudos periódicos sobre o desenvolvimento da internet no Brasil.

Tais iniciativas são de suma importância para o estabelecimento de ações que visem à expansão do acesso a todos os brasileiros em um país que alcançou, em 2017, a marca de dois celulares por habitante. A flexibilidade trazida pelos dispositivos móveis aumenta a necessidade da ampliação da rede de WI-FI no país, possibilitando, assim, o acesso dentro e fora das escolas, especialmente nas regiões mais pobres, onde a compra de um computador de uso domiciliar não seja uma realidade. O celular, sobretudo nesses casos, facilitaria o acesso e a educação também em regiões remotas como Amazonas e Pará, onde o acesso à escola física torna-se, por vezes, impraticável.

## 6 A CIDADANIA DIGITAL E SEUS FUNDAMENTOS

A cidadania digital define o conceito dos princípios de comportamento cidadão aplicados ao ambiente virtual.

Segundo Ribble e Bailey,

[...] a cidadania digital não para na porta da sala de aula. Todos sabemos que a tecnologia digital permeia nossa sociedade e deveria ser nossa esperança que os indivíduos usarão a tecnologia adequadamente em todas as instâncias, não apenas na escola. Se o uso adequado da tecnologia for prioridade para a sociedade como um todo, então, ensinar aos alunos a utilizá-la deste modo, deve ser prioridade (RIBBLE; BAILEY, 2007, p. 23, tradução nossa).<sup>7</sup>

“O acelerado avanço das tecnologias digitais pode, ao contrário dos discursos comuns sobre o seu efeito democratizador, ampliar as desigualdades, exacerbando as desigualdades sociais, fragmentando ainda mais as sociedades” (ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT, 2018, p.147).

O exercício dos direitos e o cumprimento de deveres são os princípios fundamentais da cidadania, e todo cidadão tanto está sujeito a suas imposições como tutelado por sua proteção. Isso significa a possibilidade de usufruir de recursos, bens e processos naturais, sociais e culturais, bem como a necessidade de respeitar as leis e as normas que regem tal utilização. No mundo atual, essas ações incluem o ambiente virtual, por meio da prática da cidadania digital.

A transformação digital, que é a reestruturação da sociedade com a inclusão e, muitas vezes, o protagonismo da tecnologia, determina a inclusão dos ambientes por ela criados à esfera da cidadania, que proporciona a interação entre indivíduos.

As novas interações e práticas sociais, fomentadas pelas ferramentas das TDIC, exigem a preparação dos cidadãos para que sejam capazes de agir de modo a exercer direitos e cumprir deveres também nos ambientes e interações virtuais. Nessa perspectiva, torna-se mister conhecer as principais características, os desdobramentos e os desafios da cidadania digital, de modo que se possa refletir sobre eles e criar diretrizes de uso adequado, assim como na cidadania física.

Como é global por excelência, a cidadania digital extrapola a concepção de cidadania nacional, que varia de país para país. Aqui se depara com visões diversas acerca de valores

---

<sup>7</sup> Digital Citizenship does not stop at the classroom door. Everyone knows that digital technology has permeated our society, and it should be our hope that individuals that individuals will use technology appropriately in all settings, not just at school. If using technology appropriately is a priority for society as a whole, then, teaching students how to use it in this manner, should be a priority.

humanos como liberdade, respeito, beleza, sucesso, felicidade, status, amizade, entre outros. Cabe às pessoas considerar que, por sua natureza, devem incorporar princípios globais de conduta, a fim de nivelar a interação, elevando o nível moral e ético das interações entre os indivíduos.

A definição de cidadania digital, que consiste no uso apropriado e responsável dos recursos tecnológicos, deve basear-se em pilares universais, visto que a visão dos termos “apropriado” e “responsável” possa diferir grandemente de cultura para cultura. Na sociedade global da informação, é emergencial incorporar o enfoque de direitos humanos por meio de uma educação e uma cidadania digitais inspiradas nos valores de liberdade, igualdade, sustentabilidade, pluralismo e respeito às diversidades, como propostos pelas diretrizes da UNESCO (2015) no programa de Educação para a Cidadania Global (ECG), que equipa estudantes de todas as idades com valores, conhecimento e habilidades que, ao mesmo tempo, baseiam-se no respeito a direitos humanos, justiça social, diversidade, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental, além de empoderar os aprendizes para que se tornem cidadãos globais responsáveis. O QUADRO 3, a seguir, explicita as dimensões conceituais básicas da ECG.

Quadro 3 - Dimensões conceituais básicas da ECG

<b>Dimensão cognitiva</b>	Aquisição de conhecimento, compreensão e pensamento crítico sobre questões globais, regionais, nacionais e locais, bem como sobre as inter-relações e a interdependência dos diferentes países e grupos populacionais.
<b>Dimensão socioemocional</b>	Sentimento de pertencer a uma humanidade comum, que compartilha valores, responsabilidades, empatia, solidariedade e respeito às diferenças e à diversidade.
<b>Dimensão comportamental</b>	Atuação efetiva e responsável, em âmbito local, nacional e global, por um mundo mais pacífico e sustentável.

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo a UNESCO (2015), a ECG visa permitir aos alunos:

- entender as estruturas de governança, os direitos e as responsabilidades internacionais, questões globais e relações entre sistemas e processos globais, nacionais e locais;
- reconhecer e apreciar as diferenças e identidades múltiplas, por exemplo, em termos de cultura, língua, religião, gênero e nossa humanidade comum, além de desenvolver habilidades para viver em um mundo com cada vez mais diversidade;

- desenvolver e aplicar as competências cidadãs fundamentais, como investigação crítica, tecnologia da informação, alfabetização midiática, pensamento crítico, tomada de decisão, resolução de problemas, construção da paz e responsabilidade pessoal e social;

- reconhecer e analisar crenças e valores e como eles influenciam as decisões políticas e sociais, as percepções sobre a justiça social e o engajamento cívico;

- desenvolver atitudes de interesse e empatia pelos outros e pelo meio ambiente, além de respeito pela diversidade;

- adquirir valores de equidade e justiça social, assim como habilidades para analisar criticamente as desigualdades com base em gênero, status

socioeconômico, cultura, religião, idade e outros fatores;

- participar e contribuir para questões globais contemporâneas em âmbito local, nacional e global, como cidadãos globais informados, engajados, responsáveis e responsivos.

Como os cidadãos globais relacionam-se tanto no ambiente físico como no virtual, é imprescindível uma formação que abarque a ideia de que o ambiente virtual não conhece limites físicos de qualquer espécie, proporcionando, assim, o contato de cidadãos de todas as partes do globo, imbuídos dos mais diversos preceitos morais ligados à cultura do país onde vivem, salvo as exceções de países onde a internet é monitorada ou proibida.

Por isso, é necessária uma preparação, uma formação que permita que indivíduos usuários da internet tenham conhecimento sobre o que é ou não um comportamento cidadão no mundo virtual. Além de fundamentarem as ações do cidadão digital quanto à sua conduta, essas informações são importantes por permitirem que ele reflita sobre outras questões, como formas de exposição e segurança, por exemplo.

Apesar das providências tomadas por muitos governos na criação de leis e diretrizes nacionais sobre a conduta de seus cidadãos no ambiente virtual, é praticamente impossível que estas cubram ou prevejam todos os desdobramentos quase que cotidianos das ações de seus usuários, visto que a propagação em massa de muitas tecnologias ainda é um fenômeno bastante recente.

Apesar das muitas vantagens em exercer a cidadania digital de maneira plena, isto é, não só conhecendo os direitos e deveres referentes à atuação no universo virtual, mas também estando ciente das possibilidades e oportunidades que as tecnologias proporcionam, muitas pessoas ainda se sentem alheias ou incapacitadas para lidar com as TDIC. Isso se deve à ausência de acesso a programas de letramento digital, o que pode ocorrer por desconhecimento, bloqueio ou mesmo inação por parte do indivíduo ou por carência de oferta das instituições que deveriam proporcioná-los. Dessa maneira, o conceito de cidadania digital também está

associado à capacidade de o indivíduo saber usar com proficiência os recursos tecnológicos. Somente através dessa capacidade, que é a ciência sobre as possibilidades oferecidas pela TDIC e a proficiência no proveito delas, é possível o exercício pleno da cidadania digital.

Muitas atividades cotidianas, por exemplo, podem ser exercidas de maneira virtual, no entanto nem todos os indivíduos têm consciência disso. Operações bancárias, envio de documentos, inscrição em provas e concursos, criação de senhas de proteção, monitoramento remoto de residências, entre outros milhares de aplicações possíveis da tecnologia digital, são ainda desconhecidas de grande parte da população mundial.

Resumindo, a cidadania digital é mais do que o exercício de práticas cidadãs no universo digital. Trata-se de um conjunto de atitudes associadas à utilização de recursos tecnológicos, as quais envolvem conhecimento, moderação, conscientização, temperança e respeito, e são tomadas pelo indivíduo de modo a buscar tanto a satisfação das suas necessidades quanto a manutenção do bem-estar social, contribuindo para a criação de uma sociedade que compartilhe cada vez mais conhecimento.

## 6.1 Os nove elementos da cidadania digital

*O crescente impacto dos processos de globalização, ameaças externas às sociedades cívicas e às suas liberdades e o interesse e envolvimento limitado das jovens gerações na vida pública e política estimularam uma reflexão renovada sobre os significados da cidadania e os papéis e abordagens da educação cívica e da cidadania (INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE EVALUATION OF EDUCATIONAL ACHIEVEMENT, 2008, p. 5, grifo nosso).*

Conforme proposto por Ribble (2005), os Nove Elementos da Cidadania Digital (FIG. 7) compõem um sistema que tem o intuito de ajudar educadores a entender a variedade de ambientes que constituem a formação para a cidadania digital e prover, como em um guia, uma maneira organizada para a sua abordagem nas escolas. Longe de ter a pretensão de ser um manual rígido de conduta, os “Nove Elementos” buscam ajudar a delinear os desafios que se apresentam aos usuários de tecnologia. De certa maneira, podem ser considerados um ponto de partida para uma visão mais clara desses desafios e de como melhor abordá-los, para uma convivência cidadã no ambiente virtual, dentro e fora da escola.

Figura 7 - Os Nove Elementos da Cidadania Digital



Fonte: 9 ELEMENTS, 2018.

De acordo com o aparecimento de novas tecnologias, qualquer manual de regras ou guia de conduta que se adote poderá, rapidamente, tornar-se obsoleto. Os Nove Elementos servem, então, como um guia flexível de diretrizes educacionais para a formação dos jovens dentro das escolas, ficando a cargo de cada uma a decisão sobre quais pontos lhe compete trabalhar. Evidentemente, nem todos os Nove Elementos precisam ou podem ser trabalhados dentro do ambiente escolar, ficando a escolha deles a cargo dos administradores da escola.

O ponto central a ser considerado é a necessidade de mostrar aos usuários os porquês do correto e produtivo uso da Internet, dentro e fora da escola.

Entre os Nove Elementos, certamente, é preciso considerar que alguns devem ser mais abordados por provedores de tecnologia e pelas empresas que detêm a fonte de armazenamento dos dados, o livre acesso aos arquivos e a toda informação de usuários em geral. No entanto, reitera-se, como as tecnologias digitais não cessam de evoluir, qualquer tentativa de criar um guia, uma tabela de regras e comportamentos rapidamente torna-se ultrapassada, considerando-se a velocidade com que as tecnologias digitais se desenvolvem. Um exemplo claro disto são as leis que determinam a navegação de *drones*, aparelhos acionados por controle remoto, capazes de sobrevoar aéreas específicas para os mais diversos fins, sendo o mais comum a captura de imagens.

Até o ano de 2016, não existia legislação específica no mundo que delimitasse o uso de *drones* por empresas e pessoas da sociedade civil, o que causou diversos incidentes, mais ou menos delicados, em diversos países. No final de 2014, o Brasil publicou a primeira lei sobre a navegação de *drones* no território nacional, regulamentando seu uso. Em julho de 2017, apenas 7 meses após a criação da lei, ela se descobriu falha, por não abordar o uso médico de *drones*

no transporte de órgãos para transplantes, de uma cidade a outra que não possua heliporto. O que se quer ilustrar com esse exemplo é que as diretrizes para a regulamentação das tecnologias não conseguem acompanhar a velocidade da demanda da sua evolução, ou seja, suas aplicações se multiplicam de forma exponencial, enquanto as regras, de maneira linear.

O sistema legal dos Estados começa a criar leis para a regulamentação do uso da internet por indivíduos e empresas, mas o ritmo da criação – e consequente evolução, vigência e aplicação – ainda deixa a desejar, seja pelo conhecimento das próprias leis pela população, de modo geral, e pela ausência de advogados especialistas no assunto, seja pela própria dificuldade em formar um corpo de funcionários que possa atuar na resolução de casos de abuso dentro do mundo virtual. Família, escola, população e Estado encontram-se perdidos no que toca à conduta, aos direitos e deveres em um mundo tão abrangente e dinâmico – mas de recente acesso geral – como a *Internet*.

As leis e políticas públicas, em geral, pecam por não abordarem a questão central da tecnologia: o conhecimento.

Todas as pessoas e organismos envolvidos com tecnologias digitais precisam ter um conhecimento sólido sobre seu uso, suas possibilidades, suas responsabilidades e seus deveres individuais e coletivos. Em outras palavras, um indivíduo somente se transformará em um cidadão digital, produtivo e responsável, se conseguir aprender condizentemente sobre o assunto.

Obviamente, a formação unânime de uma população e as formas como cada indivíduo lidará com os desafios da tecnologia são terrenos de difícil consenso. No entanto pode-se partir do pressuposto de que a escola e a família são, em sua essência, as responsáveis pela formação dos indivíduos. Por esse motivo, essa foi a vertente do presente estudo: educação digital e a formação para a cidadania digital, na escola e na família, em regime de corresponsabilidade.

Nas subseções seguintes, discorreremos sobre os Nove Elementos da Cidadania Digital, de modo a analisar cada um deles dentro do contexto global e brasileiro.

### *6.1.1 Acesso digital: participação eletrônica irrestrita na sociedade.*

*As mudanças demorarão mais do que alguns pensam, porque nos encontramos em processos desiguais de aprendizagem e evolução pessoal e social. Não temos muitas instituições e pessoal que desenvolvam formas avançadas de compreensão e integração, que possam servir como referência. Predomina a média – ênfase no*

*intelectual, a separação entre a teoria e a prática (MORAN; BEHRENS; MASETTO, 2000, p. 16).*

Deve-se considerar que nem todas as pessoas no mundo têm as mesmas oportunidades no que tange ao uso da tecnologia.

O ponto crucial para o estabelecimento da cidadania digital é assegurar direitos iguais no que concerne ao acesso e à atuação das pessoas no mundo eletrônico. A não inclusão digital dificulta o desenvolvimento de sociedades cada dia mais atreladas ao uso das tecnologias digitais. O foco de governos, mundo afora, deveria girar em torno da promoção da expansão do acesso à tecnologia, para que ela alcance todos os seus cidadãos. Considerando o fato de que nem todos têm acesso às tecnologias digitais, seja a aparelhos ou a redes, outros meios de acesso deveriam ser pensados para solucionar o problema. Uma sociedade produtiva requer acesso digital a todas as pessoas que compõem sua população.

A tecnologia proporciona meios ilimitados de interação das pessoas. Pela primeira vez na história humana, as barreiras de tempo e espaço são redefinidas, devido à instantaneidade da comunicação por palavras escritas, vídeos, fotos e voz. No entanto nem todas as pessoas no planeta têm acesso a uma conexão de Internet, devido às condições socioeconômicas, geográficas, limitações físicas pessoais, entre outros fatores. A desigualdade de oportunidades de acesso ainda persiste em muitos países, senão na totalidade deles, considerando-se que nem todos os habitantes possuem o mesmo acesso à Internet.

Existem casos ainda mais críticos de países onde o acesso é total ou parcialmente proibido, controlado pelo governo e monitorado pelas forças armadas, como na Coreia do Norte, na China e em Cuba. Uma política de limitação e controle posiciona as populações desses países em um nível de desvantagem em relação a outras populações, o que tende a aumentar, exponencialmente, com o passar dos anos, considerando-se a velocidade das atualizações e novidades no campo digital. Essa defasagem alcançará níveis absurdamente críticos em uma ou duas décadas, o que tornará a interação das populações daqueles países com a de outros que têm livre acesso à Internet extremamente truncada e limitada, inviabilizando as interações contemporâneas.

Os efeitos do isolamento imposto já são conhecidos da população mundial, por meio do exemplo das políticas socialistas de isolamento físico de suas populações, como o Muro de Berlin, barreira física construída pela Alemanha Oriental, em 1961, e que dividiu a cidade em duas, durante a Guerra Fria. Após sua queda, em 1989, com o esfacelamento do poderio soviético, foram necessários 10 anos de políticas públicas massivas de inclusão e modernização,

criadas e mantidas pelo governo alemão, para reintegrar os indivíduos isolados no lado oriental, por 45 anos.

Considerando-se que casos de isolamento maciço sejam, felizmente, exemplos extremos, devem-se examinar as discrepâncias existentes mesmo em países democráticos, onde, dentro de um sistema político que incentiva a modernização e a educação, nem toda a população usufrui do acesso à Internet.

Apesar de muitas escolas estarem comprando e disponibilizando computadores aos alunos, muitas ainda têm um orçamento bastante restrito para prover todos os estudantes com um acesso adequado a computadores e Internet. Segundo dados divulgados pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC, 2018), associado ao Comitê Gestor da Internet, 95% das escolas públicas dispõem de acesso à Internet, o que significa 2,0% percentuais de crescimento comparado com a pesquisa realizada no ano de 2015. No entanto a velocidade da Internet ainda é um desafio a ser considerado na revisão de políticas públicas para a educação: 45% dos acessos em escolas públicas não superam os 4Mbps de velocidade de conexão e 33% contam com somente 2 Mbps de velocidade. Segundo Barbosa citado por Soprana (2017, p 135), “O ProInfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional – tem sucesso, porque existe banda larga na escola, mas 2Mbps não são suficientes para 500 alunos. É impraticável”.

Levando-se em consideração as duas referências internacionais mais conhecidas, a *Education Superhighway* e a *Learning Industry*, a média de banda larga ideal, por aluno, para atividades regulares baseadas em TIC, num ambiente escolar, varia de 64 Kbps a 250 Kbps. A média da conectividade em escolas brasileiras é de 16Kbps por estudante, número que se configura como inferior a outros países da América do Sul, como Chile e Uruguai.

Algumas questões devem ser abordadas em se tratando do acesso digital:

- a) acesso igualitário para todos os estudantes;
- b) adaptações para estudantes que tenham necessidades especiais;
- c) políticas para o aumento do acesso de banda larga fora da escola.

### 6.1.2 Acesso doméstico

Muitas famílias podem não ter condições de manter um acesso doméstico à Internet. Apesar da popularização da Internet no mundo, em alguns países, como o Brasil, cobram-se por ele valores muito altos para os padrões salariais vigentes. Nesse caso, as famílias dependem do acesso que têm nas escolas, para pesquisa e estudo, ou nas empresas onde trabalham, no caso

dos pais ou outros adultos. Essa realidade limita sobremaneira o desenvolvimento das crianças em idade escolar, visto que a Internet é responsável por um volume de pesquisas escolares cada vez mais crescente.

O acesso a bancos de dados das escolas também fica comprometido, visto que, cada vez mais, estabelecimentos adotam material on-line para que os estudantes se informem e estudem. Apostilas, artigos, material de estudo em geral, comunicados, marcação de provas, alterações e agendamento de atividades escolares como palestras e excursões, postagem de exercícios prontos para os professores, envio de documentos acadêmicos, postagem de notas e resultados gerais, praticamente toda a comunicação escola-aluno e aluno-escola é veiculada pela Internet.

O aluno fica dependente do acesso à Internet no ambiente escolar e, por não o ter em casa, dificilmente acompanhará seus colegas que contam com o acesso em seus domicílios, ficando sempre limitado a um acesso nem sempre disponível, como os dos finais de semana.

Um estudo do Departamento de Educação dos Estados Unidos, feito em 2002, mostrava que apenas 41% de estudantes afro-americanos e hispânicos usavam um computador em casa, em comparação com os 77% de estudantes brancos (CYBER ATLAS, 2003). Essa disparidade advém de várias causas, como o *status* socioeconômico, o fato de os pais imigrantes muitas vezes não falarem a língua local e permanecerem atrelados a subempregos, e também a questões da raça, entre outros fatores. Mesmo nos Estados Unidos, a disparidade entre o acesso e a velocidade da Internet nas grandes cidades e a zona rural é grande, como mostra uma pesquisa sobre telecomunicações feita em 2006, que apontou que apenas 28% dos lares americanos possuía conexão de Internet de alta velocidade.

### *6.1.3 Acesso à Internet no Brasil e no mundo*

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo IBGE em 2016, mostram que o Brasil tinha, então, 116 milhões de pessoas conectadas à Internet, o que representa 64% de sua população com acima de 10 anos de idade completos.

Até o ano de 2016, o celular era usado por 94,6% das pessoas que acessam a Internet, à frente de computadores (63,7%), *tablets* (16,4%) e televisores (11,3%). Esse número tende a aumentar, considerando-se que o número de celulares adquiridos pela população mundial segue um ritmo acelerado de crescimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda considerando dados de 2016, 77,1% dos brasileiros possuíam pelo menos uma unidade do aparelho (IBGE, 2016).

Este fato explica-se pela mobilidade, facilidade no transporte, por seu volume compacto, pela multiplicidade de funções permitidas pelos dispositivos presentes no aparelho sem a necessidade de programas específicos (máquina fotográfica, filmadora, calculadora, GPS, aparelho de vídeo, entrada para chamadas de voz e vídeo, rádio, televisão, entre tantos outros) e o preço, que se tornou mais acessível a uma maior parte da população, mesmo com a chegada de aparelhos de tecnologia de ponta e de luxo, como a linha iPhone, da fabricante Apple. Além disso, a invenção dos Apps, ou aplicativos, aumentou exponencialmente a capacidade de funções dos aparelhos celulares, podendo estes ser adaptados ao uso específico de cada indivíduo, dentro de seus momentos de lazer ou de seu trabalho.

Ainda segundo o IBGE (2016), a proporção de mulheres conectadas foi maior que a de homens: 65,5% delas tinham acesso, enquanto o índice para eles era de 63,8%.

Quanto à faixa etária, os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos apresentavam a maior taxa de conexão: 85% deles estavam on-line. Já os brasileiros com mais de 60 anos apresentavam o menor índice, 25%.

A referida pesquisa levantou dados sobre as regiões brasileiras, constatando que o Norte e o Nordeste eram as únicas regiões geográficas a apresentar taxas de indivíduos conectados inferiores à média brasileira, de 52,3% e 54,3%, respectivamente. As taxas de conexão no Sudeste foram as maiores, 72,3%, enquanto no Centro-Oeste e Sul foram de 71,8% e 67,9%, respectivamente.

Segundo a pesquisa realizada pelo centro de pesquisas da revista *The Economist* – *The Economist Intelligence Unit* – em parceria com o *site Facebook*, o Brasil figura na 18ª posição em um *ranking* que examinou setenta e cinco países sobre as condições de acesso à Internet. O levantamento teve como base diversas fontes, entre elas, informações da União Internacional de Telecomunicações (ITU, na sigla em inglês) e entrevistas com especialistas no tema realizadas durante o ano de 2016. Os quesitos considerados na mensuração desse acesso foram a disponibilidade de sinal da Internet, a viabilidade de custo e o ambiente econômico favorável. As notas variaram de 0 a 100, sendo 0 a ausência total de acesso e 100 o melhor cenário de acesso possível. Entre os países em desenvolvimento, o Brasil conquistou seu lugar atrás da Polônia, Romênia, Rússia e Taiwan. Há que se considerar que esses três primeiros dessa lista são países com uma longa história de opressão da população por regimes totalitários.

Comparando os dados dos países da América do Sul, o Brasil ocupou o primeiro lugar, na frente do Chile, do Uruguai e da Argentina, segundo, terceiro e quarto lugares, respectivamente.

O estudo mostrou que, dentre todos os países do mundo, o Brasil está entre os dez com

o maior percentual de população desconectada. Cerca de 70 milhões de brasileiros, à época da pesquisa, não tinham acesso à Internet, dado muito significativo e preocupante, quando se sabe que a Internet é um Direito Humano. Os países mais bem colocados nesse quesito foram: Cingapura, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido, Japão e Coreia do Sul.

Acerca do custo do acesso à Internet, o Brasil conquistou a nota 92,3, numa escala de 0 (internet sem custo para a população) e 100 (internet de valor mais alto). Mesmo estando entre os países colocados com o maior custo da internet para sua população, ainda assim, dentro dos tópicos pesquisados, foi a melhor colocação do país, ou seja, mesmo tendo uma Internet extremamente cara, essa foi a melhor posição alcançada pelo país.

No que tange à disponibilidade do acesso à Internet, considerando-se a fiação, a disponibilidade de fibra ótica, a logística de instalação, os provedores de serviços e as ações governamentais pró-acesso, o Brasil classificou-se na posição 65,8, o que significa que ele está muito longe de figurar entre os primeiros colocados. Somente para termos de comparação, a Suécia, primeiro colocada nesse quesito, com nota 100, fechou o ano de 2017 com internet wi-fi gratuita em todo o território nacional.

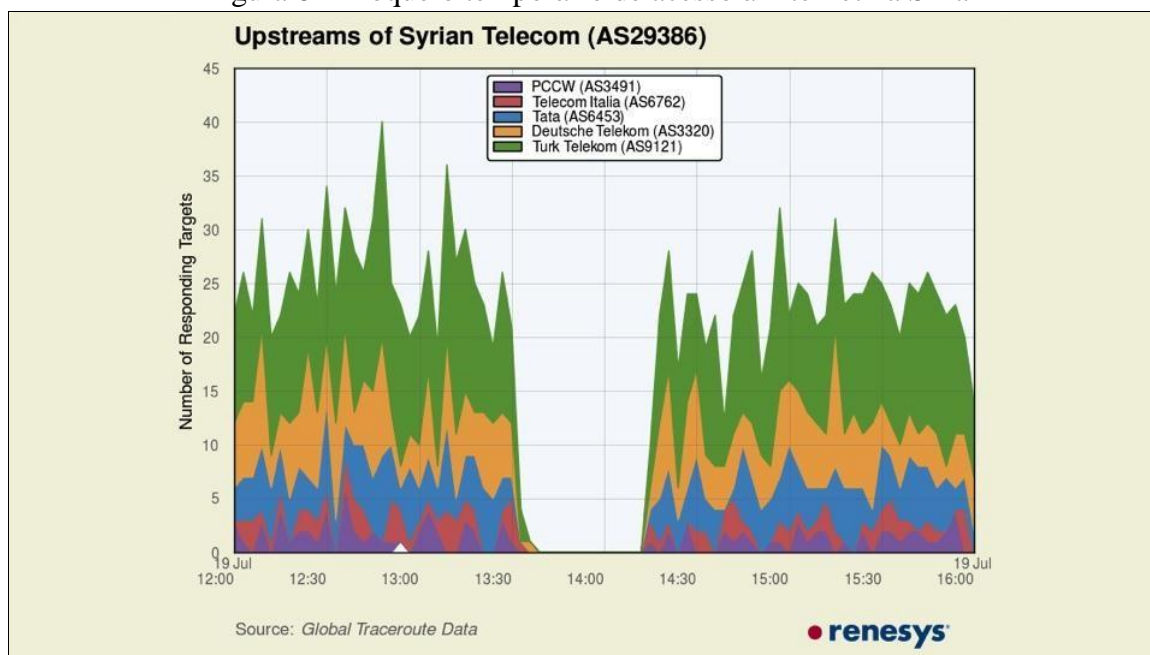
Quanto ao quesito ambiente econômico favorável, o Brasil obteve nota 70,9, à época da pesquisa. A conclusão a que se chegou, por meio da análise de todos os dados colhidos, foi que o Brasil precisa melhorar seu posicionamento, ampliando e investindo em banda larga, além de promover melhorias em infraestrutura.

#### *6.1.4 Acesso garantido pelo governo*

O Conselho de Direitos Humanos da ONU critica duramente países que proíbem ou limitam o acesso de sua população à *web*, afirmando que tal ato constitui uma violação do art. 19, parágrafo 3º, do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

O comunicado estabelece que bloquear, total ou parcialmente, ou usar qualquer tipo de filtro que impeça o acesso de usuários a conteúdos específicos da web configura uma violação de direitos, à semelhança do que ocorre durante crises políticas mais severas, como foi o bloqueio orquestrado pelo governo sírio, durante as manifestações da população contra o líder Bashar-Al Assad. Em 19 de julho de 2012, por cerca de 40 minutos, todas as redes que passam pela incumbente síria, a Syrian Telecom (AS29256 e AS29386) foram retiradas da tabela de roteamento global, efetivamente removendo a maior parte da Síria da internet, como se observa na FIG. 8.

Figura 8 - Bloqueio temporário de acesso à internet na Síria



Fonte: BIDDLE, 2012.

Para a ONU, os países devem garantir, no mundo on-line, os mesmos direitos que seus cidadãos possuem no mundo *off-line*, particularmente a liberdade de expressão, aplicável com a independência das fronteiras ou da mídia utilizada (UNITED NATIONS, 2016).

No Brasil, a Lei do Marco Civil da Internet 12.965 (BRASIL, 2014), veio determinar a garantia legal de acesso à Internet e estabelecer os pilares sobre os quais essa garantia deverá ser construída no país, nos anos vindouros.

#### 6.1.5 Comércio digital: compra e venda de bens e serviços por meios eletrônicos

O E-commerce (E=Eletronic) ou comércio digital, como é mais conhecido no Brasil, é uma modalidade comercial cujas transações são realizadas através de plataformas eletrônicas, como *tablets*, computadores e até mesmo celulares, e os produtos comercializados pelas denominadas “lojas virtuais”. Muitas vezes, essas lojas virtuais são “sedes” de suas responsáveis físicas, criadas para contemplar um público cliente virtual, cada vez mais crescente.

Pode-se considerar que a primeira loja virtual foi criada logo após a criação dos sistemas operacionais da Microsoft, mais especificamente, o Windows, em sua versão 1.0. A Amazon.com, pioneira na prestação desse tipo de serviço, iniciou suas operações on-line com a venda de livros, e hoje é considerada uma das maiores prestadoras de E-commerce, juntamente

com o Submarino.com e a Americanas.com., ambas pertencentes ao grupo B2W, uma das líderes de mercado em prestação de serviços de comércio on-line no Brasil.

Segundo o relatório oficial da empresa, divulgado em sua página na Internet, dados coletados atestam que, ao longo do primeiro trimestre de 2018, o tráfego nas plataformas das empresas que fazem parte do grupo, por dispositivos móveis, representou 65,3% do total de visitas, um crescimento de 14,7 pontos percentuais, se comparado ao primeiro trimestre de 2017. Foram também registrados *downloads* de 2,5 milhões de Apps, um crescimento de 121%, em comparação ao primeiro trimestre de 2017. Foram, aproximadamente, 21 milhões de *downloads*, desde os seus lançamentos.

Atualmente, uma grande parcela das negociações de compra e venda de bens e serviços vem sendo feita por meio eletrônico. O comércio legal e legítimo vem registrando um crescimento contínuo, mas compradores e vendedores não de estar cientes de todas as implicações inerentes a esse tipo de transação. A disponibilidade geral da compra de brinquedos, vestuário, automóveis, alimentos etc., através da Internet, tornou-se comum para muitos usuários de computadores, celulares e *tablets*. Entretanto usuários precisam estar alerta para o fato de que, com o crescimento do consumo legal de bens e serviços, ocorre, paralelamente, o comércio ilegal ou imoral de bens e serviços contrariamente às leis específicas de cada país, como o *download* ilegal de obras literárias e fonográficas, bem como a veiculação e divulgação de pornografia e jogos de azar. A nova economia digital exige consumidores responsáveis e éticos.

Esse crescimento tem se verificado em todos os países do mundo, com exceção, obviamente, de países totalitários que adotam uma política mais restrita de controle do uso da Internet.

Nos últimos anos, o consumo de itens e serviços por meios eletrônicos cresceu tanto no Brasil quanto em outros países, bem como os problemas inerentes a essa modalidade de compras, levando empresas a criarem sites de reclamações, com o intuito de fornecer um canal de apoio, tanto para clientes quanto para empresas, visto que, através desses sítios, elas podem dar o retorno e a solução esperados por seus consumidores.

Segundo a plataforma de mensuração da empresa E-commerce no Brasil, em 2015, o faturamento total de vendas através da internet chegou a R\$ 43 bilhões, diante dos 38,5 bilhões de 2014. A plataforma classificou o Brasil como o quarto maior mercado de *E-commerce* do mundo, em 2017.

A perspectiva é que, até 2020, esses números dobrem, o que mostra como a Internet e o comércio *on-line* já fazem parte do dia a dia das pessoas.

Todavia deve-se considerar que um crescimento tão acelerado traz consigo novos desafios para clientes e empresas, bem como problemas de ordem operacional, logística, ética e legal que devem ser solucionados dentro da nova realidade, de modo a otimizar seus benefícios.

No tocante ao aspecto legal, cabe ao Estado lançar as bases para a conduta idônea de empresas e clientes, por meio de marcos legais que organizem e norteiem as ações de todos os envolvidos nessa nova variante de comércio.

As soluções para as empresas surgem de modo acelerado, por intermédio de outras empresas prestadoras do serviço para plataformas digitais, que oferecem a seus clientes soluções de venda e segurança para um volume cada vez maior de transações.

#### *6.1.6 O comércio digital e a sala de aula*

Talvez este tópico seja, dentro da temática da cidadania digital, aquele com o qual os professores tenham mais dificuldade, com exceção de algumas iniciativas solitárias que abordam a formação em controle de finanças pessoais nos anos da Educação Básica ou do Ensino Médio. Poucas são as escolas brasileiras que adotam um programa que prepare os indivíduos para serem consumidores responsáveis na sociedade do consumo.

O agravamento dessa situação de negligência fez-se notar quando o comércio on-line começou a expandir suas atividades em todo o mundo. O que antes era uma opção para a efetivação de compras de itens específicos, como um produto importado ou exclusivo, tornou-se uma prática corriqueira entre adultos, jovens e até crianças.

Apesar de as pesquisas mostrarem que as compras on-line vêm aumentando para a geração Y, entre 8 e 24 anos, e para a geração *Millenials*, os nascidos após a virada do século XXI, este continua a ser um tema não abordado por professores, escolas ou famílias.

Aprender a ser um consumidor responsável, tanto fora quanto dentro do mundo on-line, é parte essencial da construção para a cidadania digital – a responsabilidade com cartões de crédito próprios e de terceiros, o acúmulo de dívidas, o fornecimento de dados bancários, o preenchimento de cadastro com informações pessoais em sites não idôneos, a compra por impulso, ou para amigos ou conhecidos, ou em sites duvidosos etc.

Infelizmente, não é raro que esses tipos de comportamentos sejam adotados por jovens nascidos em uma sociedade cada vez mais consumista, que usa todo e qualquer tipo de mídia para angariar mais consumidores, principalmente os mais jovens e até crianças. O fato é que esses jovens e crianças poucas vezes consideram ou preveem as consequências de suas ações

no ambiente virtual de compras, muitas vezes fascinados que ficam diante da oferta e beleza dos itens expostos, fatores aliados à praticidade e facilidade da compra on-line.

Jovens estudantes usam a Internet para se informar sobre seus objetos de desejo – tênis, vestuário, maquiagem, jogos, brinquedos, livros, entre outros – e se inteirarem de todas as especificações dos produtos ou serviços, comparar preços e comprar. De acordo com a pesquisa elaborada pelo GE *Capital Retail Bank*, intitulada *GE Capital Retail Bank's Second Annual Shopper Study* (2018), 81% dos consumidores fazem buscas on-line antes de comprar produtos e serviços em lojas físicas, apesar de esse número estar crescendo para as compras feitas diretamente on-line.

A compra on-line faz com que os usuários dessa modalidade sejam considerados não somente parte de uma comunidade digital, mas também de uma comunidade econômica. Por isso, eles precisam aprender que as consequências de seu comportamento no mundo de compras digitais irão acompanhá-los no mundo *off-line*. Se a escola precisa formar cidadãos digitais para o novo mundo, precisa abordar as questões do E-commerce, de maneira a conscientizar os alunos sobre oportunidades, perigos, impactos e responsabilidades das compras virtuais.

Um estudo realizado por uma empresa internacional de cartões de crédito, para conhecer os hábitos de consumo de jovens latino-americanos, foi realizado em 2010, na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala e México. A pesquisa foi conduzida pela *Kitelab*, uma empresa mexicana de pesquisa de mercado, por meio de 4.832 entrevistas com adolescentes entre 13 e 18 anos e seus pais, nos países participantes. O estudo revelou que, entre os brasileiros pesquisados, 83% afirmaram gastar tudo o que têm em um curto espaço de tempo e 76% afirmaram comprar por impulso. De acordo com a pesquisa, alguns tópicos deveriam ser abordados com os consumidores, tais como:

- a) informações e treinamento para compras feitas em sites de vendas de pessoas jurídicas, sites de vendas entre pessoas físicas, sites de leilões e outros;
- b) informações e preparação para vendas feitas em sites de leilões e entre pessoas físicas;
- c) compra de produtos e serviços feitos através de *APPs*;
- d) exposição de fotos e informações pessoais em sites de vendas;
- e) uso responsável de cartões de crédito, dados bancários e outras informações pessoais.

O resultado de uma política de informação e treinamento de alunos sobre as questões do comércio digital seria o alcance de um *status* de consumidores informados e responsáveis por seus atos, de maneira que possam comprar e vender itens com segurança na Internet.

### 6.1.7 Comunicação digital: troca eletrônica de informações

*Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (fake news), de pós-verdades, do cyberbullying e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias.*  
(Brasil, 1916)

Uma das mudanças mais significativas da revolução digital consiste na ilimitada e veloz forma da comunicação de uma pessoa com outras. Até o século XIX, os modos pelos quais as pessoas se comunicavam eram extremamente limitados, se comparados à explosão dos meios de comunicação no século XXI. E-mail, telefones celulares, mensagens instantâneas, escaneamento de documentos, registro e envio de fotos de maneira instantânea vieram forjar uma nova concepção da palavra comunicação. As opções trazidas pela comunicação digital mudaram a maneira de as pessoas se comunicarem e os tempos transcorridos nessas comunicações, permitindo-lhes estar em contato de maneira constante e rápida.

Atualmente, qualquer pessoa munida de um aparelho digital e conectada a uma rede pode colaborar e comunicar-se com qualquer outra pessoa, nas mesmas condições, a qualquer hora e em qualquer lugar do mundo. Porém, infelizmente, muitos usuários não tiveram a chance de serem informados sobre como fazer boas escolhas, diante de tantas ofertas e opções de comunicação.

A flexibilidade trazida pelos dispositivos móveis, como celulares e *tablets*, aumenta exponencialmente as possibilidades de comunicação e conexão global. Apesar dos indiscutíveis benefícios da comunicação digital, há desafios a serem superados, especialmente dentro das escolas. Educadores enfrentam situações difíceis em que as decisões a serem tomadas ainda estão mergulhadas em um cenário não muito claro. Como criar e estabelecer métodos para que a comunicação digital possa beneficiar e não perturbar o ensino e a aprendizagem? O problema de como fazer caber as tecnologias, ou melhor, adaptar as novas tecnologias de comunicação ao ambiente escolar ainda permanece sem solução plausível ou amplamente adotada. Por outro lado, se as tecnologias de comunicação são banidas da escola, qual é a mensagem que se passa às crianças e aos adolescentes que já convivem com elas, diariamente, fora da escola?

O desafio consiste em incorporar as novas tecnologias de comunicação ao ambiente educacional, de maneira que seu uso seja apropriado ao ensino e ao aprendizado.

Existem pontos a serem considerados em se tratando desse assunto, para que as escolas possam desenvolver técnicas para o uso de novas tecnologias, de modo a contribuir para o avanço das atividades escolares e não comprometer o ensino, receio de diversos professores.

Nesse contexto, é preciso considerar também a presença das novas plataformas de comunicação, onde jovens e crianças atuam e se comunicam, como *Blogs*, páginas de exibição de vídeos produzidos por *Youtubers*, *Wikis*, *Fanpages* e uma infinidade de outras que compõem a nova mídia.

#### 6.1.8 Troca eletrônica de informações por vídeo

No Brasil, crianças de idade cada vez mais tenra conquistam uma legião de fãs; outras crianças, nos canais do aplicativo *Youtube*, abordam os mais diversos temas: brincadeiras, moda, receitas, viagens, críticas sobre brinquedos e histórias mirabolantes filmadas com a ajuda de adultos ou de outras crianças.

O número de *Youtubers* mirins vem crescendo no Brasil e no mundo. De acordo com uma pesquisa realizada pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), intitulada *Geração Youtube*, sobre a audiência dos canais de *Youtubers*, entre agosto de 2015 e agosto de 2016, o crescimento de visualizações dos canais feitos por crianças teve um aumento de 564%. O crescimento do número de vídeos postados por crianças teve crescimento de 226%, no mesmo período, e o número de inscritos alcançou o crescimento de 550%. A maneira de se comunicar e a preparação do conteúdo se originam de uma nova maneira em que crianças elaboram conteúdos para outras crianças. Isso só é possível, através das novas formas de comunicação digital, que possibilitam a produção e distribuição de conteúdo de forma rápida, econômica e em escala global.

A tendência está tão acentuada, que algumas crianças, quando abordadas sobre sua futura profissão, declaram sem titubear: *Youtuber*.

Muitas dessas decisões são influenciadas ou incentivadas pelos pais, que, alheios às consequências da exposição precoce dos filhos, focam na contabilização dos lucros por ela trazidos. Há genitores que, além de apoiar, ajudam os filhos na empreitada, como verdadeiros empresários, filmando e auxiliando na divulgação dos vídeos na mídia.

Atendendo a essa nova demanda, algumas empresas de comunicação lançaram cursos em que ensinam a esses pequenos “aspirantes a celebridade” as técnicas de postura, filmagem,

captação de recursos e posicionamento dentro do mundo virtual. Essa nova tendência não escapou à observação do mercado, que recruta, na Internet, *Youtubers* de maior sucesso, para suas ações em outras mídias. Ciente do poder de marketing determinado pela força dos *Youtubers*, ele criou uma ponte que traz essas personalidades para a mídia tradicional. É uma estratégia extremamente bem pensada de buscar o consumidor que tem como canal prioritário de acesso, por escolha, o mundo virtual.

O número de *Youtubers* mirins, seguindo a tendência dos *Youtubers teens* (jovens entre 13 e 19 anos), aumentou significativamente.

Os dados da pesquisa realizada pelo site *Brandcast* confirmam a predisposição de crianças e jovens para buscar os comunicadores virtuais de sua escolha, assisti-los e se fidelizar a eles.

Liderando esse mercado em ascensão, o *Youtube* detém a preferência dos consumidores, registrando 42% de sua preferência de acesso, seguido pelo Whatsapp e Netflix, com 20% e 15%, respectivamente.

Quando se comparam as horas dedicadas por consumidores brasileiros aos programas veiculados pela televisão (meio de comunicação brasileiro por excelência) às dedicadas aos vídeos on-line, tem-se uma ideia do crescimento dessa segunda opção.

Os maiores canais veiculadores de conteúdo no Brasil, para se ter uma ideia, alcançam números que ultrapassam um milhão de seguidores. Os quinze maiores canais brasileiros de internet, em maio de 2018, segundo dados do *Youtube*, são: Kondzilla, música, com 32,859 milhões de inscritos; Whindersson Nunes, comédia, com 28,970 milhões; Felipe Neto, entretenimento para crianças, com 21,084 milhões; Canal Canalha, humor, com 16,464 milhões; Rezende Evil, humor, com 16,863 milhões; Porta dos Fundos, comédia, com 14,302 milhões; Lucas Neto, comédia, com 14,970 milhões; Authentic Games, jogos, com 13,753 milhões; GR6 Explode Música, com 13,774 milhões; Cinco minutos, comédia, com 11,179 milhões; Canal Nostalgia, entretenimento, com 10,951 milhões; Você sabia?, curiosidades, com 11,176 milhões; Galinha Pintadinha, infantil, com 11,116 milhões; Parafernália, humor, com 10,247 milhões; Manual do Mundo, entretenimento, com 10,276 milhões (KINAST, 2018).

De acordo com Maria Helena Marinho Fernandes, gerente de pesquisas do Google no Brasil, grande parte desse movimento está associado aos conteúdos gratuitos e à essência do Youtube que está alicerçada nos pilares de relevância e curadoria de conteúdo, educação e à centralização do que é “pop”, “novo” e “cool”. Vive-se um novo tipo de cultura de massa que está migrando para a cultura das pessoas (FERNANDES, 2015 apud ANANIAS, 2017).

Sete em cada dez brasileiros declaram possuir um *smartphone*, e 57% já consideram o dispositivo seu principal meio para assistir aos conteúdos em vídeo. Além disso, ocorre um fenômeno novo típico da modernidade, a *Modernidade líquida* de que fala Baumann (1999), que é a captura efêmera e compartilhada da atenção do indivíduo. Os termos multitela e multitarefa já não soam estranhos para a maioria da população. Segundo a pesquisa, por exemplo, 87% dos brasileiros declararam estar conectados à Internet, enquanto assistem à televisão.

Mais que consumidores de informações, há uma realidade que retrata o consumidor também como produtor da informação e, quando não é o caso, ele busca informações veiculadas por pessoas que o representem ou falem dos fatos de seu cotidiano, de seu interesse imediato. O consumidor transfere-se da posição passiva para a ativa, na qual, se não é ele mesmo que cria a informação, é, sem dúvida, ele que determina o quê, quando e onde deseja ser auxiliado, tudo isso pela liberdade que lhe conferem os aparelhos móveis.

#### 6.1.9 Troca eletrônica de informações escritas

O *electronic mail*, a correspondência eletrônica, apesar de comum hoje em dia, surgiu na década de 1990, como forma de comunicação instantânea de massa. O termo, como é conhecido hoje, foi cunhado por Ray Tomlinson, um programador dos Estados Unidos que, em 1971, usou a ARPHANET (a rede de computadores que deu origem à Internet como é conhecida hoje e sobre a qual se discorreu anteriormente), para fazer envio e leitura de mensagens simples. Mesmo que, no início, a intenção da criação fosse somente a troca rápida de mensagens entre usuários da ARPHANET, o sistema evoluiu, possibilitando a troca de mensagens cada vez mais longas.

Em meados de 1990, o e-mail atingiu o patamar de meio de comunicação para usuários que tinham uma conta em um site de hospedagem. O primeiro provedor de contas de e-mail gratuitas foi o Hotmail, criado pelo indiano Sabeer Bhatia, cuja intenção era a de criar um sistema baseado na Web, possibilitando a qualquer usuário acessar seu correio eletrônico de qualquer computador. À mesma época, surgiram outros serviços de e-mail, como o Yahoo! Mail e o AOL (hoje conhecido como AIM), porém eram todos pagos.

No Brasil, o primeiro serviço de e-mail gratuito foi oferecido na década de 1990, com o nome de *ZipMail*, com capacidade de 1MB de armazenamento. Com a evolução da tecnologia, é comum que provedores de e-mail assegurem cerca de 1 Gigabyte ou mais de armazenamento por usuário. Utilizado para comunicações formais de maneira escrita, o volume de e-mails é de

144,8 bilhões, enviados todos os dias no mundo, segundo o relatório da ITU, agência das Nações Unidas para as telecomunicações.

Deve-se também considerar que o número de e-mails gerados divide, agora, espaço com mensagens menores, instantâneas, enviadas por meio de aplicativos de comunicação, como o WhatsApp, instalados, majoritariamente, em *smartphones*.

O programa de mensagens rápidas e arquivos ICQ foram inventados em 1996, pela empresa israelense Mirabilis, e dominou esse nicho do mercado até a década de 2000.

O programa foi a principal porta de entrada para os iniciantes da Internet, para a troca de mensagens instantâneas. O ICQ foi substituído pelo Windows Live Messenger, mais conhecido dos usuários por MSN, que se tornou o *software* de mensagens instantâneas mais popular do planeta. Sua versão inicial, chamada de MSN Messenger, foi lançada em julho de 1999, com funções simples baseadas em uma lista de contatos e envio de mensagens.

A Microsoft adotou o nome Windows Live Messenger em 2005, para conseguir alinhar o *software* à plataforma da Internet.

Outro portal de sucesso, que também lançou seu serviço de mensagens instantâneas, foi o Yahoo!, que batizou o *software* como Yahoo! Messenger, em 1998. Apesar de ser uma plataforma muito conhecida de Internet, o serviço não teve tanto reconhecimento e acabou por ser substituído, após o surgimento dos *softwares* de conversas – os *chats*, os bate-papos – do Gmail e do *Facebook*, que proporcionavam as experiências de interação em salas de bate-papo on-line.

Em 2003, foi fundada a empresa Skype, que hoje domina a comunicação por voz e vídeo. O Skype conseguiu trazer uma alternativa para a questão da comunicação no setor corporativo, em que, em uma sociedade cada vez mais globalizada, é preciso realizar teleconferências, focando em diminuição de custos e tempo na organização de reuniões.

Com a criação e o lançamento do *Facebook*, em 2004, e do WhatsApp, em 2009, a comunicação instantânea, com o suporte de envio de arquivos como documentos, fotos e vídeos, arrebatou, definitivamente, indivíduos e instituições das mais variadas origens, de pequenos comércios, escolas, igrejas e até governos.

De acordo com dados da própria empresa, o *Whatsapp* alcançou, em 2017, a marca de 1,3 bilhão de usuários no mundo, com plataformas traduzidas em sessenta idiomas.

#### 6.1.10 Troca eletrônica de informações por áudio

O crescimento da tecnologia digital, e especialmente da internet móvel, ajudou também a facilitar a comunicação por mensagens de áudio. O aparecimento dos aplicativos de mensagens multimídia foi resultado desse impulso globalizado de comunicação.

Como o nome indica, esses aplicativos são utilizados para trocar mensagens rápidas entre os seus usuários por meio da internet. Juntamente com essas mensagens, muitos apps permitem troca de mídias e outros conteúdos, como fotos, áudio e vídeo. Tais recursos são tão úteis que algumas empresas já utilizam essas ferramentas para melhorar seus procedimentos e alavancar seus negócios. O volume de mensagens de áudio enviadas diariamente em todos os cantos do globo vem crescendo em um ritmo constante e acelerado. Somente o *WhatsApp* já ultrapassou 1,5 bilhão de usuários que enviam mensagens de áudio mensalmente. O programa permite o registro do número de celular do proprietário e que todos os contatos sejam imediatamente transpostos para a agenda do aplicativo, caso o aparelho do outro indivíduo também esteja registrado. Isso o torna um dos aplicativos mais práticos disponíveis no mercado. Também é possível fazer ligações e chamadas de vídeos pelo *app*, usando a internet. Já o *Facebook Messenger*, é um aplicativo simples e conveniente que permite a qualquer usuário acessar o *chat* (grupo de conversas) do *Facebook* pelo celular. Com ele, é possível falar por meio do aparelho mobile com alguém que está em um computador naquele mesmo momento.

Essas mudanças trazidas pela tecnologia invadiram também o ambiente corporativo, possibilitando a economia de tempo e recursos, evitando, em muitos casos, viagens desnecessárias. Um dos aplicativos que mais influenciam essa mudança nas práticas corporativas é o *Skype*, que se tornou grande referência em comunicação nos ambientes corporativos, embora tenha se popularizado com chamada de voz e vídeo. É um dos aplicativos mais completos disponíveis no mercado hoje, pois permite ligações pela internet e a troca de mensagens multimídia e arquivos entre pessoas em smartphones ou desktops. O aplicativo já conta com mais de 300 milhões de usuários em todo o mundo. Outro aplicativo muito utilizado pelas instituições, o *Telegram*, é funcionalmente mais voltado para conversas de negócios. A vantagem do aplicativo reside na possibilidade de se programarem mensagens privadas para que se autodestruam, depois de recebidas e vistas, ou armazená-las em nuvem, para que possam ser acessadas por outro aparelho.

A mensagem de áudio digital, apesar de não consolidada no Brasil, tende a crescer muito nos próximos anos.

A *Mobile Marketing Association (MMA, 2016)*, uma das mais reconhecidas associações sem fins lucrativos para a pesquisa em marketing digital, levantou dados relevantes sobre as tendências no mercado brasileiro. A pesquisa foi realizada no ano de 2016, por meio de

entrevistas com 5.000 usuários de internet na América Latina, e o resultado detalha o tipo de conteúdo, perfil do consumidor e por qual meio o áudio digital é consumido. Dos entrevistados brasileiros, 94% escutam áudio digital pela internet, serviços de streaming e demais mídias on-line. O conteúdo mais valorizado é a música, com 65% das respostas, e a faixa etária que faz mais uso do modelo é de 35 a 44 anos.

A pesquisa apresenta a relevância do streaming: seis de cada dez entrevistados consomem áudio por meio dos players on-line. Em primeiro lugar, está o *Spotify* (32%) e, em seguida, o *SoundCloud* (24%) e o *Deezer* (22%). Segundo projeções do *eMarketer*, o investimento em áudio digital deve saltar de 15% do orçamento total das empresas, em 2015, para 25% em 2018 (MMA, 2016).

#### 6.1.10.1 Letramento digital: processo de ensinar e aprender sobre tecnologia e seu uso

Enquanto as escolas têm feito grandes progressos na área da tecnologia de informação, muito está ainda por fazer. Há uma necessidade premente por um novo foco acerca de quais tecnologias devem ser ensinadas e como deveriam ser usadas. As tecnologias da informação e comunicação estão invadindo os espaços de trabalho, sendo usadas diariamente, mas não ensinadas na escola, por exemplo, videoconferências e espaços compartilhados on-line, como os *wikis*. Na seara do mundo do trabalho, ocorre, também, que funcionários em várias e diferentes ocupações precisam de informações imediatas (*just-in-time information*). Esse processo requer habilidades sofisticadas de busca e processamento de informações (o que se chama de “letramento informacional”). Aprendizes precisam ser ensinados a como aprender numa sociedade digital. Em outras palavras, aprendizes precisam ser ensinados a como aprender qualquer coisa, a qualquer hora, em qualquer lugar. O mundo dos negócios, as forças armadas e a medicina são excelentes exemplos de como a tecnologia vem sendo usada diferentemente, no século XXI. À medida que novas tecnologias surgem, usuários precisam aprender como usá-las de maneira rápida e apropriada. Cidadania Digital envolve, também, o fato de que as pessoas precisam ser educadas de uma maneira nova – esses indivíduos precisam de um alto nível de competência em letramento informacional (FIG. 9). Valente (1999, p. 19) explica que “[...] a questão da formação do professor mostra-se de fundamental importância no processo de introdução da informática na educação, exigindo soluções inovadoras e novas abordagens que fundamentam os cursos de formação”.

Da mesma maneira que ocorreu durante a Revolução Industrial, em que novas concepções de tempo e novas maneiras de vida invadiram os lares e espaços de trabalho das

peças, acontece agora esta revolução da comunicação. Assim, usuários de tecnologia precisam reaprender com as novas possibilidades.

Figura 9 - Componentes do letramento digital



Fonte: ARENA, 2016.

Segundo Levy (1999), a educação se encontra diante do desafio de inserir tecnologias da informação e comunicação na escola a fim de promover a alfabetização tecnológica, democratizar o acesso às tecnologias da informação e comunicação para alunos que não têm acesso livre a ela e, como consequência, promover a melhoria da qualidade do ensino. Para isso, conforme Levy (1999), não basta investir em infraestrutura física, criação de laboratórios de informática nas escolas e compra de equipamentos. A formação para o melhor uso dessas ferramentas torna-se imprescindível. Se se deseja capacitar indivíduos para usufruir de todas as possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, é preciso investir em criatividade, colaboração, comunicação eficiente, curadoria, compreensão e inserção cultural e social, segurança digital, habilidades funcionais, raciocínio crítico e avaliação.

#### 6.1.10.2 UNESCO e a política de letramento digital na educação

A UNESCO, agência das Nações Unidas para a Educação e Cultura, publicou, no ano de 2011, por meio do Instituto para as Tecnologias da Informação na Educação (IITE), o documento intitulado *Digital Literacy in Education: content, structure, and development of a life skill* (INSTITUTE FOR INFORMATION TECHNOLOGIES IN EDUCATION, 2011).

Considerando que a tecnologia da informação está de forma mais ou menos presente na vida de idosos, adultos, jovens e crianças o tempo todo, pode-se compreender a urgente necessidade do letramento para seu uso consciente e eficaz. A proliferação dos meios de comunicação de massa e das tecnologias digitais provocou mudanças decisivas nos processos e no comportamento da comunicação humana. A alfabetização midiática visa a “empoderar” cidadãos, provendo-lhes competências (conhecimento, habilidades e atitude) necessárias para engajar a mídia tradicional nas novas tecnologias, incluindo os seguintes elementos ou resultados de aprendizagem:

- a) compreender o papel e as funções da mídia nas sociedades democráticas;
- b) compreender a condição sob a qual a mídia pode exercer suas funções;
- c) avaliar criticamente os conteúdos de mídia;
- d) engajar-se na mídia para se expressar e participar democraticamente; e
- e) revisar habilidades (incluindo habilidades em TIC) necessárias para produzir conteúdo gerados por usuários.

Assim como estipulado nos itens 4 (usar diferentes linguagens) e 5 (compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais) da BNCC sobre as competências individuais a serem desenvolvidas pelos alunos, o letramento digital configura importante foco das atenções de educadores em geral. Práticas de letramento e aperfeiçoamento digital devem ser buscadas pelas escolas a fim de formar indivíduos capazes para a vida e o mercado de trabalho, no que tange as competências digitais.

A alfabetização informacional possibilita às pessoas interpretar e fazer julgamentos com bases em informações, como usuários de recursos informacionais, além de torná-los produtores de informação em seus próprios direitos. A pessoa letrada em informação é capaz de acessar informações sobre saúde, meio ambiente, educação e trabalho, “empoderando-se” para tomar decisões importantes sobre sua vida, por exemplo, responsabilizar-se por sua própria saúde e educação.

A Proclamação de Alexandria de 2005 descreve a alfabetização informacional e a aprendizagem ao longo da vida como as luzes da sociedade da informação, iluminando os cursos do desenvolvimento, da prosperidade e da liberdade. A alfabetização informacional

empodera as pessoas em todos os caminhos da vida para buscar, avaliar, usar e criar informações de forma efetiva para atingir seus objetivos pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. Este é um direito humano fundamental no mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2018).

No mundo digital, a alfabetização informacional requer que os usuários tenham habilidades para usar tecnologias de informação e comunicação e suas aplicações para acesso e criação de informação. Por exemplo, a habilidade de navegar no ciberespaço e negociar documentos de hipertexto e multimídia requer tanto habilidades técnicas para usar a internet como habilidades de letramento para interpretar a informação.

O acesso aos conteúdos de mídia e informação de qualidade e a participação em redes de mídia e comunicação são necessários para cumprir o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A UNESCO tem vasta experiência em fomentar a alfabetização midiática, como a Declaração de Grünwald, de 1982, a qual reconhece a necessidade de sistemas políticos e educacionais para promover cidadãos com compreensão crítica dos fenômenos da comunicação.

À luz da globalização e da explosão das TIC, a Declaração de Grünwald foi reforçada no nível internacional por especialistas (em informação, comunicação e mídia), por gestores educacionais, por professores e pesquisadores, representantes de ONGs e profissionais de mídia de todas as regiões do mundo, que se reuniram em Paris, em 2007. As deliberações dessa reunião de dois dias fizeram nascer a Agenda da UNESCO Paris – Doze Recomendações para Educação em Mídia (Media and Information Literacy - MIL). Almeida e Almeida (1999) explicam que a sociedade contemporânea é e tende a se tornar cada vez mais informatizada, caracterizada como a sociedade do conhecimento. Assim, esses autores entendem que o desafio central “[...] talvez esteja no fato de que não se trata mais de garantir ao aluno o maior número de informações, mas sim de formar pessoas para se autorrealizarem, preparadas para aprender a aprender” (ALMEIDA; ALMEIDA, 1999, p. 19).

Reconhecendo a ligação estreita entre a alfabetização midiática e a alfabetização informacional, a UNESCO redirecionou sua estratégia para tratar da AMI como um conceito composto. Além disso, deixou de usar o termo “educação em mídia” nesse contexto para evitar a confusão com estudos de mídia de nível superior. A Organização vem, desde então, apoiando inúmeras iniciativas de engajamento em AMI com um movimento de educação cívica e uma ferramenta de aprendizagem ao longo da vida, *a life long education*.

### *6.1.11 Etiqueta digital: padrões eletrônicos de conduta e procedimentos*

Os usuários de tecnologia geralmente veem essa área como um dos problemas mais prementes no que concerne à cidadania digital. Os seres humanos reconhecem um comportamento não apropriado quando o veem, mas, antes de usar a tecnologia, as pessoas não aprenderam sobre conduta digital, por exemplo, conduta apropriada na Internet. Muitas pessoas sentem-se desconfortáveis em falar com outras sobre sua etiqueta digital. Na maioria dos casos, regras e regulamentos são criados para conter os abusos ou a tecnologia é simplesmente banida do ambiente, como meio de interromper o uso inapropriado, como acontece em tantas escolas. A criação de regras e políticas de uso dentro das escolas não chega a ser suficiente; é necessário educar as pessoas, no intuito de fazê-las participar dessa nova sociedade como cidadãos digitais responsáveis.

### *6.1.12 Lei digital: responsabilidade eletrônica sobre obras e ações*

A lei digital trata da ética na tecnologia, dentro de uma sociedade. O uso ético manifesta-se por meio do comportamento consoante com as regras da sociedade. O uso antiético, ao contrário, manifesta-se através do furto ou crime digital.

Os usuários precisam entender que o furto ou dano a qualquer trabalho, identidade ou propriedade de outra pessoa on-line é considerado crime. Existem certas regras dentro de uma sociedade ética, das quais os usuários devem estar a par e que são aplicáveis a qualquer pessoa que trabalhe ou se divirta on-line.

Acessar ilegalmente as informações de outrem, fazer *download* ilegal de músicas e filmes, plagiar, criar *worms*, vírus ou Cavalos de Troia, mandar *spams* ou roubar a identidade ou propriedade de qualquer pessoa é crime.

### *6.1.13 Direitos e responsabilidades digitais: direitos e liberdades digitais estendidas a todas as pessoas incluídas em um mundo digital*

Como na constituição americana, que inclui uma Carta de Direitos, existe uma lista de direitos básicos que devem se estender a todo e qualquer indivíduo inserido em uma sociedade digital. Cidadãos digitais devem ter o direito à privacidade, à liberdade de discurso etc. Direitos digitais básicos devem ser abordados, discutidos e entendidos dentro do contexto do mundo digital, considerando-se que a garantia de direitos acarreta responsabilidades corresponsáveis.

O ideal seria que os usuários da tecnologia contribuíssem para a construção de uma definição sobre o uso apropriado da tecnologia em todos os ambientes. Numa sociedade digital, estas duas normas – direitos e responsabilidades/deveres – devem estar alinhadas, para que o trabalho de todos seja produtivo e profícuo. No item 10 das competências da BNCC, os direitos e responsabilidades digitais são trazidos à nossa atenção quando ressaltam a importância de “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2016).

#### *6.1.14 Saúde e bem-estar digitais: bem-estar físico e psicológico em um mundo imerso em tecnologia digital*

Segurança dos olhos, síndrome do *stress* de repetição e práticas ergonômicas saudáveis são questões que precisam ser abordadas em um novo mundo tecnológico.

Entretanto, bem além das questões físicas, precisam ser consideradas aquelas psicológicas que estão se tornando prevalentes, como o vício em Internet, por exemplo. Os usuários precisam ser informados de que existem, dentro da tecnologia, perigos intrínsecos que só poderão ser contornados pela consciência sobre a necessidade de autoproteção que pode e deve ser aprendida nas escolas, por meio de educação e treinamento.

#### *6.1.15 Segurança digital (autoproteção): precauções eletrônicas para garantir a segurança*

Em qualquer sociedade, há indivíduos que roubam, mentem ou incomodam outras pessoas. O mesmo vale para a comunidade digital. Não basta confiar nos outros membros da comunidade digital, para garantir sua própria segurança. Como se faz nas casas, onde se colocam cadeados, trancas e alarmes contra incêndio para garantir a segurança, assim se deve proceder para a segurança no ambiente digital. É necessário usar proteção antivírus, *backups* de dados e um controle rigoroso do equipamento. Como cidadãos responsáveis, todos têm o dever de proteger suas informações contra forças exteriores que podem causar danos ou prejuízos.

Os Nove Elementos foram estabelecidos no intuito de ajudar educadores a melhor entender a variedade de tópicos que envolvem a cidadania digital e disponibilizar uma maneira organizada para o trabalho nesse campo. Longe da pretensão de ser um guia rígido de regras, os Nove Elementos são um meio de conceitualizar os desafios apresentados a todos os usuários de tecnologia. Mesmo que alguns aspectos abordados anteriormente sejam de maior domínio

dos líderes digitais – provedores e desenvolvedores de programas, empresas de tecnologia e o Estado –, muitos deles podem e devem ser abordados pelas famílias e pelos professores.

Nesse contexto, devem-se considerar abordar dois cenários: o conhecimento proativo e o conhecimento experimental.

#### 6.1.15.1 O conhecimento proativo

No conhecimento proativo, examina-se a conduta do usuário, ou seja, como ocorre a atuação do usuário, no que tange à sua própria segurança e à alheia. Devem-se ensinar a crianças e jovens os procedimentos de segurança que evitam constrangimentos, invasões e todo o tipo de problema, em um ambiente virtual desprotegido, considerando sua privacidade e a dos demais. Entre esses procedimentos, destacam-se:

a) senhas e segurança - a senha é um dos primeiros pontos a serem abordados, quando se fala em segurança no campo virtual. É importante a criação de uma senha que seja satisfatória para a proteção de dados pessoais do usuário. Devido ao despreparo dos usuários quanto a esse importante quesito de proteção, algumas empresas impõem a criação de senhas, segundo suas diretrizes, na tentativa de auxiliar seus clientes com a proteção on-line. Em geral, essas senhas devem conter caracteres específicos, letras maiúsculas mescladas a letras minúsculas e dígitos, dificultando, assim, a descoberta da senha por pessoas mal-intencionadas, que podem pertencer ao círculo de relacionamento do usuário ou não. É necessário criar uma consciência acerca da importância da segurança digital especialmente para evitar a ação dos *hackers* – expressão inglesa usada para denominar os saqueadores de informações virtuais, que se especializam em “desmontar” senhas e todo o tipo de proteção criada no ambiente virtual. É preciso abordar essa questão com crianças e adolescentes usuários da internet a fim de capacitá-los para a criação e manutenção de senhas seguras. Eles teriam conhecimento de que o e-mail e o banco on-line devem ter um nível de segurança maior e que nunca devem usar as mesmas senhas em outros sites? Eles utilizam um sistema para gerenciar senhas ou um aplicativo seguro em que armazenam essas informações? Essas perguntas ilustram a precaução mínima que todos os usuários devem ter, quando se encontram no ambiente virtual, a fim de proteger ao máximo suas informações privadas, item que será analisado a seguir.

b) Informações privadas: podem ser usadas para identificar um usuário, quando, no ambiente on-line, extrapolando as supostas vantagens dos dados obtidos para acessar dados do mundo físico. Entre essas informações, estão: nome completo, informações sobre viagens que permitam identificar sua ausência durante as férias, fotos que permitam a localização de

endereços, exposição de crianças da família e seus usuais itinerários, carros, joias ou bens de quaisquer naturezas, números de telefone, horários de frequência a lugares conhecidos como clubes ou academias, trajetos, fotos ou localização da residência, fotos e vídeos do próprio corpo, especialmente se em trajes mínimos ou se despido. Crianças e adolescentes devem ser alertados quanto à periculosidade da exposição desse tipo de dados e imagens, e a vulnerabilidade a que podem estar expostos, caso esses dados sejam acessados por pessoas ou organizações que deles desejarem se beneficiar. Os alunos, em geral, não sabem como proteger detalhes como seus endereços, e-mails e números de telefone, além de estarem totalmente despreparados para a exposição da própria imagem, seja em mensagens privadas, seja em sites de relacionamento.

c) Direitos autorais: este é outro ponto de extrema importância. Os alunos entendem sobre direitos autorais, *Creative Commons* (Bens Comuns Criativos) e como gerar uma licença para seu próprio trabalho?

Vários problemas ocorrem devido ao total desconhecimento sobre esses tópicos e procedimentos, o que se tornará mais grave quando os alunos estiverem envolvidos, posteriormente em suas vidas, com a produção de trabalhos acadêmico-científicos. Nessa escrita, eles respeitariam os direitos de propriedade daqueles que criam propriedade intelectual? Ou eles, simplesmente, plagiariam os trabalhos, desrespeitando as regras que protegem essa produção? Alguns estudantes pesquisarão imagens do Google e outros *sites* em geral, copiarão qualquer coisa que vejam e textos que leram, assumindo-os como seus e que possuíssem esse direito? Se assim for, os educadores devem ensinar-lhes que o Google Imagens compila conteúdo de uma variedade de fontes, que eles têm que visitá-las, ver se têm permissão para usar as imagens e, se têm, que podem usá-las e, em seguida, citar a fonte, garantindo os direitos autorais de seu proprietário.

Além da citação obrigatória das fontes de informação, os alunos devem ter conhecimento sobre permissão de uso. Fatos, dados, imagens, citações e todo o tipo de informação disponível na web, que não tenha sido criação ou produção deles, devem ser utilizados de maneira adequada e específica, e de acordo com as regras dos direitos autorais e das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Alunos das primeiras séries do ensino devem iniciar sua familiarização com as diretrizes impostas pelos canais de proteção aos direitos intelectuais adquirindo consciência e respeito pelo trabalho de outras pessoas. Os alunos devem estar seguros de que esse é um dever deles e um direito dos criadores, e também que, no futuro, será direito deles, estudantes. Nesse processo, as crianças e os jovens são contemplados pela cidadania.

d) Ameaças intrínsecas ao ambiente virtual: vírus, *malware*<sup>8</sup> *phishing*<sup>9</sup>, *ransomware*<sup>10</sup> e roubo de identidade, por exemplo, são alguns dos riscos de navegação que devem ser abordados com os alunos, desde seu primeiro contato responsável com a Internet. Como essas coisas funcionam? Qual o grau de vulnerabilidade de um usuário? Como se proteger, antes que o mal seja consumado e os prejuízos contabilizados?

É de extrema importância que alunos estejam cientes do significado dos termos e das categorias de danos que possam causar e como se proteger dessas ameaças que são específicas do ambiente virtual. Com o vertiginoso, e cada vez mais precoce crescimento dos acessos à Internet, crianças e jovens devem ser informados dos riscos apresentados e preparados para enfrentá-los, especialmente, nesse novo ambiente. O uso de um *software* antivírus de qualidade e a proteção específica contra *malwares* e hackers são de extrema importância para a segurança contra danos que possam ser causados pelo próprio sistema, a Internet em si. O usuário deve ser extremamente responsável na proteção de seus dados, não somente daqueles que podem ser causados por ele mesmo, mas também contra aqueles que se originam dentro do sistema da web. Computadores, laptops, celulares ou qualquer outro equipamento usado para a conexão devem estar protegidos das mazelas que podem originar-se exatamente de dentro da World Wide Web, que, como qualquer sistema operante, está sujeita a falhas e violações, dentro de suas estruturas.

e) Marca pessoal: usuários da Internet não têm consciência de um fator muito importante, quando interagem com outros, no ambiente virtual. Talvez os usuários profissionais das artes, do *marketing* e da publicidade entendam e usem tais artifícios em seu benefício. No entanto está-se falando de adultos que foram expostos a essa valiosa informação de marketing na criação da imagem e identidade de uma pessoa ou marca. Mesmo adultos usuários da web são extremamente inconsequentes quanto à exposição de sua imagem e ideias na web. Essa postura tem começado a mudar nos últimos anos, a partir do ponto em que empresas de recrutamento e seleção têm acessado redes sociais de candidatos para complementar as informações enviadas no currículo. Essa prática, muito difundida nas empresas de recursos humanos, é justificada por elas, que alegam usar o artifício como uma ferramenta de busca por traços de comportamento desejáveis ou não, expostos gratuita e democraticamente nas redes sociais. E as crianças e, mais especialmente, os jovens? Eles não têm, em sua maioria, conhecimento sobre a importância de uma imagem bem posicionada no ambiente virtual. Salvo

---

<sup>8</sup> Traduzido como malicioso; é um software nocivo, mal-intencionado.

<sup>9</sup> Técnica de fraude on-line, utilizada por criminosos no mundo da informática para tentativas de adquirir fotos, músicas e outros dados pessoais ao se fazer passar pelo dono/usuário.

<sup>10</sup> Tipo de software nocivo que restringe o acesso ao sistema infectado e cobra um resgate para que o acesso possa ser restabelecido.

as exceções conhecidas, os *Youtubers* crianças e jovens, que têm um conhecimento precoce e/ou uma orientação profissional acerca da exposição de sua imagem, não parecem conscientes da importância do tema. O que os jovens influenciadores digitais chamam de “pegada digital” mostra-se mais importante do que previamente presumido por usuários e pelo público em geral, podendo determinar até o destino profissional do indivíduo, por meio de uma não contratação ou até de demissão por usar uma postura errônea, irresponsável ou negligente. Na verdade, esse conceito já existente no mundo do trabalho, vem sendo adaptado por usuários da internet. Há que se preparar os jovens para a sua exposição em um ambiente cada vez mais acessado e consultado para as mais diversas atividades e processos da vida em sociedade.

#### 6.1.15.2 O conhecimento experimental

Além dessas competências, os alunos precisam adquirir experiência para se tornarem cidadãos digitais efetivos. A proteção contra fraudes, por exemplo, é uma das questões que mais preocupam os reguladores do uso da internet. Em meio à disseminação das mídias digitais e à era da “pós-verdade”, em que o volume de informações que alcança as telas de dispositivos móveis é imensurável, crianças e jovens devem conhecer as regras básicas para diferenciar notícias verdadeiras de boatos, as *fake news*, cada vez mais presentes e articuladas para causar danos específicos.

Saber identificar notícias falsas e informações potencialmente distorcidas torna-se cada vez mais necessário para a própria segurança e a de terceiros. A questão alcançou tamanha importância que as Nações Unidas divulgaram um comunicado, em março de 2017, afirmando que as notícias falsas, a desinformação e a propaganda representam uma preocupação global. Além das Nações Unidas, o comunicado foi assinado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela Organização para Cooperação e Segurança na Europa e pela Comissão Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos.

A declaração enfatiza a importância de uma formação para a segurança digital, alertando indivíduos sobre os perigos da supressão do pensamento crítico, já que o indivíduo que consome tais notícias como fatos está exposto à manipulação midiática.

Notícias falsas são divulgadas por empresas, governos e indivíduos, com o objetivo de deturpar e alterar a verdade, confundindo e enganando a população, interferindo, assim, no direito público de ter conhecimento.

É importante frisar que ações como essas podem destruir reputações e incitar à violência contra indivíduos ou grupos específicos, podendo levar, inclusive, à morte. Adolescentes e cada

vez mais crianças estão expostas às *fake news*, devido ao tempo de conexão à internet para estudo ou lazer. Dessa maneira, o conhecimento adquirido por eles passa a circular entre outros jovens e fica mais fácil replicar boatos e rumores que inundam a *timeline* de todos.

É imprescindível que o conhecimento experimental seja desenvolvido nos alunos a fim de blindá-los contra um fenômeno tão nocivo à liberdade individual que garante o acesso ao conhecimento.

Segundo Freire (2010), o educador e o educando aprendem juntos, criando possibilidades na construção do conhecimento. O conhecimento resulta de uma aprendizagem criticamente elaborada, que pode se dar por meio da aprendizagem colaborativa e da investigação temática de caráter conscientizador, permitindo novas percepções da realidade. Engeström (1994) considera que o ato de pensar está aninhado em atividades socialmente organizadas e historicamente formadas, apresentando, assim, um caráter interativo, dialógico e argumentativo.

A era das TDIC apresenta-se, em sua essência, como a era da aprendizagem colaborativa dentro e fora da escola. A conjuntura atual demanda ações educacionais que se baseiem nas metodologias de aprendizagem colaborativa, pelo simples fato de que alunos e professores aprendem conjuntamente. Bacaro (2008) explica que a proposta construtivista não é desenvolvida em laboratórios de informática, já que o professor realiza atividades que limitam de certa forma o protagonismo individual, impossibilitando ao aluno a construção de seu conhecimento, uma vez que este recebe uma tarefa pronta e não realiza a trajetória necessária para alcançar a aprendizagem. O modelo professor-detentor do conhecimento e aluno-aprendiz torna-se ultrapassado na medida em que todos estão expostos à informação instantânea e rápida, onde quer que se encontrem, dentro ou fora da escola.

Dessa maneira, é desejável a criação de blogs conjuntos, em que estudantes possam interagir com alunos de outras escolas, trocando experiências de criação de conteúdo para as aulas.

O que se deseja com essa metodologia é um maior protagonismo do aluno, que aprende com mais profundidade se for o cocriador do conteúdo em questão. Além disso, a experimentação intrínseca a essa prática estimula o pensamento criativo e crítico, desenvolvendo uma postura mais assertiva e ativa em todas as questões da vida. Esse é o paradigma construcionista, em que a ênfase está na aprendizagem ao invés de estar no ensino; na construção do conhecimento e não na instrução (VALENTE, 1999, p. 24).

Muitas escolas adotam a metodologia de aprendizagem colaborativa em todo o mundo. Ao aliar criação e colaboração, a abordagem educacional da experimentação intensifica a troca

de informações e conhecimento – característica principal desta era – bem como a formação cidadã e o desenvolvimento global do aluno, reforçando a necessidade de analisar, refletir sobre a sociedade e transformá-la.

## 7 A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA DIGITAL

Apesar de os pressupostos para uma formação cidadã serem sempre conhecidos e de, a cidadania para o mundo digital não ser diferente da cidadania para o mundo físico, ela carrega suas particularidades. Os modos de expressão e o alcance das ações de um indivíduo são exponencialmente potencializados, para o bem e para o mal (FIG. 10).

Figura 10 - A boçalidade do mal (indivíduo, sociedade e novas tecnologias)



Fonte: IMAGO HISTÓRIA, 2017.

Assim, é preciso entender que os pilares da construção de um cidadão humano e ético, não obstante pertençam às mesmas raízes desde o início das agrupações humanas na terra, tocam, agora, em uma realidade expandida, mais veloz e global. A capacidade de formação desses indivíduos, inseridos na realidade digital, vai depender da articulação e competência das instituições humanas, como a Igreja, a família, a escola e todas as formas de governo, entre outras, considerando que todas elas, sem exceção, passam por um período de intenso questionamento sobre suas formas de atuação, bem como sobre sua idoneidade e compromisso moral e ético com as populações de todo o mundo.

### 7.1 Formação para a cidadania como papel da escola

*O mais importante é que, a arte de infundir a verdadeira moralidade e a piedade seja estabelecida com correção e introduzida nas escolas, para que estas realmente sejam, como se diz, oficinas de homens.*  
(COMENIUS, 2002, p. 263)

A crise no paradigma ético é tema debatido por diversos pensadores e preocupação perceptível no discurso cotidiano. Em sintonia com o desafio da educação na

contemporaneidade, a Lei 9.394 (BRASIL, 1996) propõe a formação ética como uma das finalidades do Ensino Médio, mas não somente. Para atender a essa demanda, é preciso investigar os métodos para a formação ética nas escolas brasileiras, baseados nos princípios teóricos da ética filosófica e de teorias situadas no campo da psicologia da moralidade, tomando como base a perspectiva ética de Vázquez (2002) e Habermas (2003), com as necessárias reconsiderações; a teoria do desenvolvimento do juízo moral iniciada por Piaget (1994, 1996), seguido por Kohlberg (1984) entre outros autores contemporâneos.

A escola não pode abdicar de responsabilidade de constituir cidadania para um mundo que se torna cada dia mais globalizado. Para Libâneo:

[...] é preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito à vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas (LIBÂNEO, 2002, p. 7).

Mas a educação para a cidadania não deve ser privilégio de uma área específica do currículo, somenos ficar restrita a um determinado projeto (BRASIL, 1998). Essa formação, tarefa da escola, não pode, também, estar restrita ao ambiente escolar e apenas durante as aulas presenciais ou virtuais, que sejam. Uma efetiva educação para a cidadania exige que, antes de ser objeto de disciplina ou projeto, o exercício da cidadania seja prática na escola e na vida, contribuindo, assim, para a reformulação dos currículos para a nova era.

Poster (1995), quando trata da ciberdemocracia, tem consigo que a internet, mais do que tecnologia, é essencialmente um novo espaço social. Esse novo espaço tem sua cultura própria, a cibercultura, suas práticas, seus benefícios e seus prejuízos. Na cibercultura ou cultura digital, saberes magníficos são compartilhados através da rede. Entretanto, no mesmo espaço, plágio, pedofilia, *bullying* e “*fake news*”, temas nada novos no cenário social, expressam-se e convivem, porém com efeitos amplificados. Por isso, tem-se aí algo novo, para o qual práticas cidadãs devem ser pensadas. Está-se falando de cidadania digital, que exige uma formação, um preparo, até porque o acesso a esse novo espaço social acaba se constituindo em direito do cidadão.

Embora tenha sido reconhecido pela ONU como um direito humano básico (ONU, 2011), o acesso à internet não consta expressamente na Constituição do Brasil, no capítulo dos direitos fundamentais. Entretanto ao menos alguns juristas inclinam-se para o entendimento de que a teoria de Direitos Fundamentais, no contexto da atual realidade da sociedade brasileira, é

bastante e suficiente para classificar o acesso à internet como um direito fundamental decorrente da Constituição de 1988 (HARTMANN, 2018; SILVA; ARANTES, 2017).

A lógica econômica da preparação de competências para o mundo do trabalho, como observou Gentili (1998), acarreta uma maior ênfase na preparação para o mercado, em detrimento do desenvolvimento da formação cidadã dos indivíduos. Seguindo essa tendência, houve, por um longo período, um menor foco nessa formação, seja ela a cidadania física ou a virtual.

O contexto político das últimas décadas adquiriu uma abordagem mais humanitária, focada na garantia e preservação dos direitos que foram agressivamente desrespeitados em regimes anteriores. A discussão sobre a homofobia, a violência contra a mulher, e as cotas raciais em universidades, a imigração e o respeito à diversidade por exemplo, tornaram-se centrais nas políticas públicas de governos de todo o mundo. Essa realidade vem sendo marcada por ações governamentais e da sociedade civil em busca dos direitos de classes historicamente relegadas à própria sorte e do desenvolvimento de ações que fomentam o respeito difuso entre seres humanos de uma maneira geral.

É de suma importância, então, que se considerem os fatos que levaram os indivíduos a agirem de maneira mais egoística nas últimas décadas e de maneira ainda mais exacerbada após a revolução da informação digital e tecnológica. Obviamente, esse fenômeno atinge também a escola. A história da educação mostra que, em vários momentos, a escola passou por ideologias diferentes, adotadas por políticas diversas, que causaram impacto no relacionamento interno de toda a comunidade escolar (GADOTTI, 1999). Assim, não se mostra diferente, desta vez, a influência do contexto sócio-político no ambiente escolar. Considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados em 1997 pelo Ministério da Educação e Cultura, Welmowicki (2004) evidencia um trecho do texto que descreve exatamente esse estado de coisas:

[...] a ideia de cidadania foi inicialmente construída em uma época e em uma sociedade, mas foi reconstruída por outras épocas e culturas. O significado que a sociedade brasileira atual tem de cidadania não é o mesmo que tinham os atenienses da época de Péricles, nem é o mesmo que tinham revolucionários franceses de 1789 e nem é semelhante às práticas da população norte-americana de hoje. Pelo fato do conceito ser incerto e impreciso, isto é, pode assumir “significados” diferentes, como os que já foram construídos no passado e aqueles que serão provenientes de novas experiências futuras, o seu estudo é um instrumento pedagógico valioso para iluminar a inexistência de ideias universais, permanentes ou eternas na História (WELMOWICKI, 2004, p. 17).

Diante do exposto, deve-se salientar que a ideia de cidadania no século XXI encontrou

não somente a escola despreparada para suas demandas, mas a sociedade de maneira geral. Uma cidadania humanista, global, tecnológica e colaborativa dentro de um contexto de extrema rapidez informacional e situacional.

A escola, como outras instituições, mas sobretudo ela, por ter a missão sublime de formação de indivíduos, não tem diante de si missão frugal. Não obstante seja uma tarefa das mais árduas e complexas – a formação de cidadãos dentro de um contexto desconhecido e volátil – nenhuma instituição abarca maior competência e possibilidades que a escola. A formação de indivíduos independentes e autônomos depende da qualidade do ensino que será ministrado e do compromisso escolar com a formação cidadã. Segundo Martinez,

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes (MARTINEZ, 1996, p. 22).

## **7.2 O papel do professor: limites e possibilidades**

Existe uma crise declarada na carreira docente em todos os países, mas, talvez, majoritariamente no Brasil. A identidade docente, bem delimitada em tempos passados, passa por uma crise profunda que suscita dúvidas nos profissionais que têm a carreira como vocação. Algumas famílias vêm delegando a complexa tarefa de educar seus filhos, única e exclusivamente, à escola, o que tem trazido uma série de problemas de comportamento dos discentes nas escolas e universidades, pois algumas dessas crianças/adolescentes desconhecem limites e, constantemente, querem quebrar aqueles que são estipulados pelos estabelecimentos de ensino.

Não cabe ao professor somente a tarefa de informar o aluno sobre determinado conteúdo, mas de formá-lo para uma contribuição humana e ética na sociedade. Turra ensina que:

[...] é axiomático afirmar que a educação visa à formação da personalidade, logo, do ser humano como um todo, cabendo ao professor abrir perspectivas para o autoconhecimento e a autoformação. O sentido da vida só pode ser aprendido pela própria pessoa, mas as atitudes podem ser ensinadas. Mesmo que o professor não considere as atitudes como objetivos destacados dentro de seu ensino, não pode ignorar que elas afetam a interpretação de tudo o que se percebe. As atitudes se modificam por meio de aprendizagens (TURRA, 1998, p. 86).

O grande desafio do educador é estimular o aluno a valorizar o bem comum, a boa convivência, a responsabilidade partilhada, que são os pilares da prática cidadã.

A sociedade solicita que a educação assuma funções mais abrangentes que incorporem em seu núcleo de objetivos a formação integral do ser humano. Essa proposta educativa objetiva a formação da cidadania, visando que alunos e alunas desenvolvam competências para lidar de maneira consciente, crítica, democrática e autônoma com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura e com os sentimentos e as emoções presentes nas relações que estabelecem consigo mesmos e com o mundo à sua volta. Afinal, estamos falando de uma educação em valores em que as dimensões cognitiva, afetiva, [...] interpessoal e sociocultural das relações humanas, são considerados no planejamento curricular e nos projetos político-pedagógicos das escolas (ARANTES *et al.*, 2003, p. 157).

Esta missão de transformar educandos em cidadãos torna-se demasiado árdua em tempos atuais, nos quais o status do professor entra em questionamento por seus alunos, mas também por ele mesmo, devido ao contexto no qual se encontra.

Os índices de violência contra professores e a desvalorização da profissão pelo Estado e instituições privadas, levaram os docentes a um estado de acuamento. Diante das ameaças físicas e psicológicas perpetradas por seus alunos e do descaso das autoridades competentes, existe no professor um sentimento de abandono que se transmuta em adoecimento e em um sentimento de apatia e descrença.

Segundo pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano de 2015, que envolveu cerca de 100 mil professores e diretores de escola do Segundo Ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (alunos de 11 a 16 anos), 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2013).

A mesma pesquisa coloca o Brasil no topo de um ranking de violência em escolas. O estudo internacional sobre professores, ensino e aprendizagem (Talis, na sigla em inglês), também revelou que apenas um em cada dez professores (12,6%) no Brasil acredita que a profissão é valorizada pela sociedade; a média global é de 31%. Ainda assim, a conclusão da pesquisa revela que os professores gostam de seu trabalho, mas “não se sentem apoiados e reconhecidos pela instituição escolar e se veem desconsiderados pela sociedade em geral” (OCDE, 2013, p. 248).

Outra questão que se sobrepõe à explicitada acima é o conflito engendrado entre escola e família, que contribui ainda mais para minar a autoridade do professor no âmbito escolar. Em tempos atuais, muitos docentes se veem sobrecarregados pela tarefa de educar seus alunos

acerca de valores básicos que deveriam ser passados pela família, como respeito, fraternidade, humildade, cortesia, responsabilidade, lealdade, compaixão, tolerância e integridade. Muitas famílias delegam essa tarefa ao docente, esperando que ele a cumpra, ao mesmo tempo em que classificam suas tentativas de formação de seus filhos como reprováveis. Não são raros os casos registrados nos quais pais e mães de alunos adentram o ambiente escolar para agredir, eles mesmos, os docentes que tentaram disciplinar seus filhos.

Exatamente por esse motivo, leis de proteção ao professor foram propostas e aguardam julgamento. O Projeto de Lei 191, de 2009, do Senador Paulo Paim, que recebe o nome de Lei Carlos Mota, em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) “estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação” (PAIM, 2009). Outro projeto, esse mais recente, a PL 267/2011, da deputada Cida Borghetti, prevê que o estudante infrator ficará sujeito a suspensão e, na hipótese de reincidência grave, será feito o encaminhamento à autoridade judiciária competente. A proposta muda o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) (BRASIL, 1990), para incluir o respeito aos códigos de ética e de conduta das escolas como responsabilidade e dever da criança e do adolescente estudante. Já em Minas Gerais,

[...] foi sancionada pelo governador Fernando Pimentel a Lei 22.623, que estabelece medidas para conter atos contra educadores e demais servidores do quadro da Secretaria de Educação de Minas Gerais. A proposta estava incluída no Projeto de Lei 3.874/16, que foi aprovado no dia 21 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) (VALE, 2017, p. 84).

Apesar de essa lei concentrar-se majoritariamente em ações de conscientização acerca da violência contra o professor, estabelece uma base para futuras diligências mais assertivas.

Apesar de os resultados da pesquisa mostrarem um cenário desolador quanto à valorização dos professores e a crescente violência registrada, o papel exercido por eles, especialmente os do ensino básico e intermediário, continua a ser decisivo para o sucesso na formação de cidadãos responsáveis, física e virtualmente.

### **7.3 O papel da família**

*É direito de todos e dever do Estado e da família, promover e incentivar com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)*

A Constituição brasileira impõe à família o dever de promover a educação de seus filhos (art. 205 e 227). Dessa forma, a família é um universo de possibilidades para o desenvolvimento do indivíduo. Esses atributos permitem inferir que o grupo familiar assume a função de instituição cuidadora de seus membros na medida em que se destina a contribuir para o processo de construção e manutenção dos princípios éticos e morais deles.

A família constituída pelos pais e pelos filhos é aquela compreendida por família natural e se apresenta também como aquela formada por qualquer um deles e sua prole (art. 25 do ECA).

De acordo com Melo,

[...] família é o conjunto formado pelas pessoas que descendem de um mesmo tronco ancestral comum, isto é, aquelas unidas por vínculo de sangue (pais, filhos, irmãos, avós, tios, primos etc.), bem como as que se incorporam ao núcleo familiar por vínculo de afinidade (parentes do cônjuge ou companheiro) e por vínculo jurídico (casamento, união estável e adoção) além daquelas que se ligam ao núcleo central por afetividade (adoção à brasileira) (MELO, 2014, p. 4),

Compete à família, portanto, a função de prover à criança e ao adolescente não somente elementos de suas necessidades materiais, como alimento e abrigo, mas também uma formação moral e ética para que possam ser indivíduos equilibrados, capazes de contribuir positivamente para a sociedade na qual estão inseridos. Lobo (2008 apud AMIN, 2008, p. 181) ensina que “a solidariedade em relação aos filhos responde à exigência de a pessoa ser cuidada até atingir a idade adulta, ou seja, de ser mantida, instruída e educada para sua plena formação social”.

Não obstante a posição clara do Estado sobre a responsabilidade da família, muitos fatores contribuíram para que essa responsabilidade fosse delegada a terceiros, majoritariamente à escola: inserção maciça da mulher no mercado de trabalho, sem a correspondente divisão de tarefas doméstica com os homens, demandas profissionais cada vez maiores e mais urgentes por parte de empresas empregadoras, aceleração do ritmo de vida com as novas possibilidades oferecidas pela inserção das TDIC, rompimento das tradicionais estruturas familiares, que delegavam quase que absolutamente à mulher o dever de educar os filhos. Na sociedade brasileira atual, cresce a diferença entre a jornada de trabalho de mulheres e homens, sendo que ambos integram o mercado de trabalho, mas não há divisão equânime das tarefas domésticas.

Nos últimos vinte anos essa diferença aumentou de 6,9 horas de trabalho a mais que homens, para 7,5, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, 2015.

A família é um grupo primário e natural de nossa sociedade, no quais o ser humano vive e consegue se desenvolver. Na interação familiar, que é previa e social (porém determinada pelo ambiente), configura-se bem precocemente a personalidade, determinando-se aí as características sociais, éticas, morais e cívicas dos integrantes da comunidade adulta. Por isso, muitos fenômenos sociais podem ser compreendidos analisando as características da família. Muitas das reações individuais que determinam modelos de relacionamentos também podem ser esclarecidos e explicados, de acordo com a configuração familiar do sujeito e da sociedade da qual faz parte (KNOBEL, 1992, p. 19 apud JARDIM, 2006, p. 16).

Todas essas mudanças ocasionaram o que se chamou de “terceirização da educação domiciliar”, que se encontra, em muitos casos, delegado aos cuidados de babás, empregados domésticos ou familiares que, por alguma contingência – aposentadoria, férias ou proximidade –, estejam aptos a dedicar tempo e atenção às crianças. Em muitos casos, esses “cuidadores terceirizados”, apesar da boa vontade, não possuem, eles próprios, bases para educar indivíduos dentro de uma plena formação social.

Em tempos em que se discute a educação formal de crianças e jovens dentro dos lares, o *homeschooling*, e o governo federal propõe liberar o ensino domiciliar por meio de medida provisória, torna-se ainda mais premente a discussão acerca da formação ética e moral de crianças e jovens como responsabilidade da família. A prática, educar crianças e jovens em ambiente familiar, sem que eles frequentem escolas, foi considerada ilegal no ano passado pelo Superior Tribunal de Justiça, devido à ausência de uma regulamentação para a atividade. De acordo com os magistrados, a Constituição não proíbe tal prática, mas também não a autoriza.

Mais de cinco séculos após a criação das escolas nos moldes atuais, o movimento de *unschooling* ou “desescolarização” ganha adeptos em todo o mundo. No Brasil, são, em sua maioria, famílias de classe média e alta que aderem aos movimentos de retirada de filhos das escolas formais e optam pela formação domiciliar.

As 7.500 famílias que já educam seus filhos em regime de ensino domiciliar (ANED, 2018) no Brasil, fazem-no por discordar do sistema educacional brasileiro no que tange à abordagem religiosa. No entanto o fazem em uma prática que vai contra as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz: “os pais, ou responsável, têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Nos primeiros meses do governo eleito em outubro de 2018, a questão do *homeschooling* tramita no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que trabalha para

conceder um aval à prática, que, no caso de ser aprovada, terá total força de lei. Enquanto isso, as ações apresentadas por famílias adeptas do *homeschooling* ao governo brasileiro foram suspensas e aguardam uma posição oficial que, embora não seja uma decisão final, pode dar uma sinalização jurídica para tal prática.

Torna-se, então, cada vez mais urgente a abordagem da formação cidadã dentro da família, como parceira da escola ou em lugar dela, assumindo, nesses casos, a total responsabilidade pela educação formal e moral em tempos de globalização e multiplicidade de canais de aprendizagem e informação.

É de extrema importância considerar esses novos contextos quando se aborda o papel da família na formação para a cidadania. Tanto a possibilidade real da prática do ensino domiciliar quanto a revolução tecnológica apresentam novos desafios para a participação da família na educação de crianças e jovens. Pais e filhos habitam contextos formativos diferentes, como não poderia deixar de ser, mas as transformações das últimas décadas elevaram sobremaneira essa diferença.

Crianças nascidas na Era Digital compreendem o papel dos pais de uma maneira mais fluida, líquida, como o trabalho de um tutor. Não assimilam a autoridade como as gerações passadas, em que os pais exerciam seu papel com completo domínio dos espaços familiares.

As crianças desta Era são mais investigativas, inquisidoras e multitarefas. No entanto essa nova geração, segundo Tiba (2002, p. 234), é incapaz “de lidar com frustrações, que se transpõe para os relacionamentos sociais.” Assim, há um agravamento da situação, já que as crianças e adolescentes hoje comportam e processam um número maior de informações e demandas, em uma psique que não está preparada para as demandas emocionais da nova era. A garantia de direitos, asseverada pelo contexto sociocultural desta época, suprime a importância da responsabilidade, ou seja, dos deveres do indivíduo. Essa supressão acarreta a ilusão, sobretudo nos mais jovens, de que tudo lhes é devido, sem a contrapartida dos encargos cidadãos. Tiba (1996, p. 57) ainda afirma que “Liberdade é poder material e psicológico, mas só tem valor quando associada à responsabilidade. Liberdade absoluta não existe, pois está sempre relacionada a algo.”

Assim, as famílias buscam na escola, muitas vezes de modo inconsciente, o reduto que arque com a responsabilidade da formação cognitiva, mas também ético-moral de sua prole. Vislumbra-se à frente, no entanto, o amanhecer de novos modelos de atuação da família dentro da educação cognitiva e ética de crianças e jovens no Brasil, seja pela necessidade de adaptação à Era Digital, seja pela nova modalidade legal no país do ensino domiciliar.



## 8 A INVESTIGAÇÃO E OS RESULTADOS ENCONTRADOS

De acordo com Kock (1997, p. 9), há três concepções de linguagem no transcorrer da história da humanidade:

- a) como representação (“espelho”) do mundo e do pensamento;
- b) como instrumento (“ferramenta”) de comunicação;
- c) como forma (“lugar”) de ação ou interação.

Tomando como base essa classificação, a primeira concepção aponta que a linguagem seria uma forma de representar o mundo e a mente, ou seja, representar a realidade que cerca o indivíduo e as suas ideias sobre essa realidade. Nesse caso, a linguagem seria uma espécie de reflexo, por onde passam as impressões pessoais acerca da realidade observada. Seria a linguagem como expressão do pensamento, que busca organizá-lo de maneira lógica, transmitindo-o com exatidão e clareza.

A segunda concepção considera a linguagem um instrumento cujo foco seria a comunicação, a transmissão de mensagens, pressupondo, assim, um emissor e um receptor perfeitos, ideais. No entanto uma análise mais próxima da linguagem comprova que o processo comunicativo – a linguagem e seu processo de entrega e recebimento – baseia-se em componentes muito mais sutis do que aquele que possa ser descrito pela teoria da comunicação.

Já a terceira concepção, que interessa neste trabalho, percebe a comunicação como forma de interação, que se origina dessa troca entre enunciador/enuncitário, falante/ouvinte, autor/leitor.

Dessa maneira, a linguagem é construída sócio-histórica e ideologicamente, como tudo mais no mundo. Nesse caso, a linguagem se apresenta como um lugar de ação e interação social. Para a análise do discurso interessa, principalmente, essa concepção de linguagem, segundo a qual o indivíduo age, reage e interage, por meio de sua fala. O interlocutor, através da linguagem, pode veicular não somente a comunicação e expressão de seus pensamentos, mas, principalmente, o lugar de onde fala, a imagem que tem de si, dos outros e do contexto no qual vive e se expressa.

Este trabalho de investigação, portanto, concentrou-se na terceira concepção de Kock (1917), devido à natureza desta pesquisa, intrinsecamente associada ao contexto apresentado pela modernidade, mais exatamente, da modernidade entranhada pela internet.

Selecionaram-se, para a análise dos dados de falas, coletados durante as entrevistas, as seguintes categorias da Análise do Discurso (AD), segundo Orlandi (2001):

- a) assujeitamento ideológico: consiste em fazer com que cada indivíduo, inconscientemente, seja levado a ocupar seu lugar na sociedade, identificando-se, assim, com grupos ou classes sociais;
- b) autor: função social do sujeito que pode e deve ser definido pela escola, atravessado pela exterioridade e pelas exigências de coerência, não contradição, etc.;
- c) condições de produção: instância verbal da produção do discurso determinada pelo contexto sócio-histórico-ideológico, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente;
- b) formação social: é o lugar onde se estabelecem as relações entre as classes sociais historicamente definidas, mantendo entre si relações de aliança, antagonismo ou dominação;
- c) forma sujeito: conceito criado por Pêcheux (1975) para indicar que o sujeito é afetado pela ideologia.

Em todas as entrevistas realizadas, detectou-se a presença das categorias da AD citadas anteriormente, sobretudo as categorias referentes às condições de produção que se mostram presentes e profundamente arraigadas em todos os sujeitos entrevistados. Já a categoria “formação social” fez-se presente quando se abordou a responsabilidade dos papéis de educadores, quando escola e família mostraram-se, muitas vezes, antagônicas. Discorre-se mais detalhadamente sobre essas categorias no tópico 10.6, “Análise dos dados pesquisados”.

Segundo Pêcheux (1995, p. 160) “[...] as palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas”.

A pesquisa qualitativa foi escolhida por ser uma metodologia de caráter exploratório e seu foco estar no caráter subjetivo do objeto analisado. Dentro do objetivo deste trabalho, buscamos entender as percepções sobre a formação para a cidadania digital pela ótica de educadores e famílias. Dessa maneira, buscamos compreender as percepções acerca da situação atual no que toca à vivência de crianças e jovens dentro e fora do ambiente virtual, interações, segurança, ética, letramento digital e responsabilidades dos adultos envolvidos nesse contexto.

Em outras palavras, buscamos, através da pesquisa qualitativa, que envolveu entrevistas estruturadas e semiestruturadas, compreender esse fenômeno, estudando as suas particularidades e experiências individuais, entre outros aspectos.

Nesse método, como as respostas não costumam ser objetivas os resultados obtidos não foram contabilizados somente em gráficos e números exatos, mas também através de uma análise minuciosa do discurso, que pode ser examinada nas transcrições das entrevistas realizadas com educadores.

A coleta dos dados foi realizada de maneira a proporcionar maior conforto aos indivíduos entrevistados. A pesquisa foi realizada com dois grupos distintos, famílias voluntárias e educadores de da escola pública selecionada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, em três etapas:

1. Preparação da pesquisa.
2. Coleta dos dados.
3. Análise dos dados.

A coleta com os educadores ocupou a primeira parte da coleta de dados estendendo-se por todo o ano de 2018.

Foram diversas intervenções na escola selecionada de modo a abranger todos os entrevistados disponíveis. As entrevistas foram conduzidas durante todo o primeiro semestre de 2018, na escola pública, e durante todo o segundo semestre na escola privada, sempre no horário da manhã, durante os intervalos de aulas, quando professores e coordenadores dispunham de tempo livre para conceder a entrevista. Foram entrevistados professores disponíveis para a atividade e que fossem contratados ativos na escola. A coleta, nesse grupo, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas qualitativas individuais seguidas da transcrição dos textos e posterior análise do discurso.

Já a investigação feita com as famílias estendeu-se por todo o ano de 2018 e 2019. A coleta, nesse grupo, foi realizada por meio de entrevistas estruturadas. Dos 51 participantes convidados entre as famílias voluntárias, 100% atenderam à solicitação, todos respondendo quase que imediatamente, de modo que a totalidade das respostas pôde ser coletada no prazo de cinco dias úteis.

Como a pesquisa qualitativa busca entender o porquê de determinados comportamentos, buscamos estimular os entrevistados a se sentirem à vontade para relatar suas opiniões de maneira aberta, garantindo sua privacidade nos assuntos relacionados com o objeto de estudo.

Além de compreender e interpretar comportamentos de pais e educadores dentro do contexto da formação para a cidadania digital, utilizamos o instrumento para elucidar a hipótese objeto deste trabalho. A pesquisa nos possibilitou investigar questões de valores, bem como as percepções dos indivíduos entrevistados. O método nos permitiu alcançar uma profundidade

maior apropriação e aproximação de todos os processos e resultados obtidos e riqueza das análises de dados, proporcionando uma realidade mais assertiva.

Consideramos, para esta pesquisa, a Resolução nº. 510, de 07 de abril de 2016, que reza que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante; que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes; que as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico; que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas.

Assim, abordamos os resultados desta pesquisa com o olhar multifacetado das Ciências Humanas, tendo como ponto de partida o respeito pelo ser humano e a garantia de sua total liberdade de expressão. Por todos os motivos acima, selecionamos a metodologia da análise do discurso e das entrevistas estruturada e semiestruturada.

## **8.1 Categorias de análise**

As categorias analisadas concentraram-se nos Nove Elementos da Cidadania Digital Ribble (2007) além de outros três, incorporados durante as entrevistas devido à sua constante presença nos relatos dos professores das instituições pesquisadas: indisciplina na sala de aula, conflitos família x escola e ações de educação para a cidadania.

Apesar de essas duas características não apresentarem relação direta com as categorias digitais, compreende-se que pertencem à categoria comportamental humana, por conseguinte, profundamente vinculadas à construção da cidadania de forma geral.

Nas entrevistas realizadas com professores, as categorias de análise foram apresentadas de forma mais direta, esquematizada. O tratamento dispensado aos docentes partiu do pressuposto de que, por profissão, têm uma visão mais metodológica/prática dos assuntos tratados, tendo a capacidade de análise das categorias pela visão pedagógica e institucional. Já com as famílias, as categorias foram “diluídas” em perguntas mais abrangentes, de maneira a

se obter uma visão mais realista e humana, no sentido da vivência pessoal e não profissional, das situações apresentadas.

As categorias foram estabelecidas da seguinte forma para as entrevistas com as famílias e escola:

- a) acesso digital;
- b) comércio digital;
- c) comunicação digital;
- d) letramento digital;
- e) etiqueta digital;
- f) lei digital;
- g) direitos e responsabilidades digitais;
- h) saúde e bem-estar digitais;
- i) segurança digital.

Durante as entrevistas com a escola (professores/gestores), emergiram três categorias:

- a) ações de educação para a cidadania;
- b) conflito de ações família x escola;
- c) indisciplina dentro da escola.

Essas categorias foram inseridas nas entrevistas feitas com os membros da escola, somente após os constantes e quase unânimes relatos dos conflitos entre escola e família. A frustração docente quanto à limitação/boicote às ações educativas da escola pelas famílias, ocuparam parte da fala de quase a totalidade dos deles, exigindo, assim, uma consideração mais específica e detalhada sobre a questão.

## **8.2 Família: descobertas do processo de coleta e análise dos dados**

As famílias entrevistadas foram selecionadas a partir de grupos de pais da escola onde se realizou a pesquisa – mas não somente –, nas residências dos informantes, de acordo com o interesse expresso pelo tema. As famílias foram entrevistadas em suas residências (por escolha unânime delas), para a apresentação do tema e o levantamento de impressões, questionamentos, dúvidas e sugestões.

As primeiras perguntas concentraram-se na classificação da faixa etária dos filhos das famílias entrevistadas. Dos 51 participantes, 39 responderam e 12 ignoraram a pergunta sobre idade. Os dados obtidos foram os que se seguem: 7,69% alegaram ter filhos com idades até 4 anos; 10,26% até 5 anos; 12,82% até 6 anos; 5,13% até 7, 8 e 12 anos; nenhum até 9 anos;

2,56% até 10 e 11 anos; 2,53% até 13 anos; 7,69% até 14 anos; 12,82% até 15 anos; 10,26% até 16 anos e 15,36% até 17 anos.

O primeiro passo dado foi o levantamento da idade dos filhos nas famílias entrevistadas. O objetivo aqui era verificar a faixa etária dos filhos dos entrevistados e compreender a variedade de sites e temas que podem ser abordados dentro das faixas etárias existentes. Por exemplo, uma família que tem filhos de 3 e 17 anos apresenta um leque de complexidade maior no monitoramento dos acessos, visto que os interesses variam dentro de faixas diferentes.

Para melhor análise dos dados colhidos, representaremos os professores responsáveis com a sigla p e as famílias responsáveis com a sigla r.

A maioria dos responsáveis têm filhos com idades que variam até 5 anos (no caso das crianças) ou na faixa dos 15-17 (no caso dos jovens). Com o acesso cada vez mais precoce e universal à internet, torna-se também precoce a exposição dos usuários sem a devida formação para tal. No grupo que representa as crianças de até 5 ou 6 anos, temos uma grande concentração de responsáveis, perfazendo 22% do total. Isso significa que 22% dos entrevistados com filhos de 0 a 6 anos estão preocupados com o contexto virtual na vida de seus filhos. As famílias não têm a clareza sobre a dimensão das questões que envolvem a formação para a cidadania digital, mas sim um incômodo sobre a segurança dos filhos, o que estaria concentrado em apenas um dos passos da formação: o da segurança digital (autoproteção), que aborda precauções eletrônicas para garantir a segurança.

A segunda pergunta visava à compreensão do tipo e da possibilidade de acesso à internet disponível para as crianças e jovens das famílias entrevistadas. Esse dado é de extrema importância, pois auxilia na compreensão do tempo possível de conexão de cada criança e jovem, se maior a possibilidade de acesso na escola, em casa ou em outros ambientes.

É evidente, aos olhos de todos, que a maioria de crianças e jovens está conectada o tempo todo, já que 87,75% dos responsáveis declaram que os filhos estão ligados ao mundo virtual de maneira integral, seja dentro de casa, da escola ou fora desses dois ambientes. A mobilidade de acesso torna crianças e jovens sujeitos que desenvolvem duas vidas paralelas (a física palpável e a virtual volátil) e que, ao mesmo tempo, entrelaçam-se, impactadas uma pela outra.

Não é difícil imaginar que existe aqui um *gap*, uma lacuna entre gerações que impede ou pelo menos dificulta a percepção de genitores sobre a real dimensão de se estar vivendo uma vida *onlife* (FLORIDI, 2016).

A terceira e quarta perguntas objetivaram a compreensão do conhecimento dos pais a respeito dos conteúdos acessados pelos filhos e seu grau de preocupação quanto ao tema. Nos últimos anos, diversos fenômenos de abrangência mundial alertaram adultos para a necessidade

de um maior monitoramento do acesso dos filhos à internet, como os casos de incitação à automutilação e ao suicídio no jogo Baleia Azul, ou no recente episódio, também de incitação ao suicídio, veiculado nas telas de jogos e vídeos infantis protagonizados pela boneca Momo.

As questões buscam compreender também o grau de consciência dos pais sobre a vulnerabilidade dos filhos quando em acesso on-line.

Mais uma vez, aqui nota-se a concentração das preocupações e ações, mesmo que esporádicas, quanto à formação para a cidadania digital, pois 60% dos entrevistados declararam estar preocupados com o conteúdo acessado por seus filhos e que essa é a principal fonte de angústia quando se trata do mundo virtual.

Assim, no caso em que os pais expressavam qualquer grau de ansiedade/preocupação quanto aos conteúdos acessados por seus filhos, buscou-se compreender quais tipos de ameaças eram de maior relevância para eles. As questões foram colocadas de maneira não excludente, visto que, na maioria dos casos onde se apresentava a inquietação adulta, esta estava ligada a dois ou mais temas de maior ameaça.

Como disponibilizamos aqui questões de múltipla escolha com entrada múltipla, exatamente por considerarmos a natureza distinta das ameaças, notamos que as maiores preocupações acerca do conteúdo acessado giram em torno do seu cunho sexual ou violento. Essa mesma maioria teme que os filhos sejam vítimas desses conteúdos e não partícipes de sua criação ou compartilhamento.

Podemos observar que a questão que aborda a autoria de um ato violento como o *bullying* fica atrás somente do aliciamento por grupos políticos ou terroristas. Esse dado em especial vem corroborar nossas observações sobre a distância entre a realidade experimentada por crianças e jovens e aquela percebida pelas famílias. Nos grupos de discussão organizados durante 2 anos do decorrer da elaboração desta tese, nossa observação registrou, por diversas vezes, esse fenômeno. Apesar de ser uma observação subjetiva e dentro da análise do discurso das famílias, não pudemos deixar de notar sua persistência.

A pergunta 5, direcionada aos pais que admitiram já exercer algum tipo de ação de proteção e alerta quanto aos perigos da internet em relação aos filhos, buscou compreender a natureza dessas ações.

Monitoramento, limitação do tempo ou diálogo são os métodos utilizados pelas famílias para educar dentro da segurança digital. A maioria apontou o diálogo como primeira opção de ação na proteção aos filhos. O monitoramento dos conteúdos aparece como segunda opção e a limitação de horário de acesso como terceira. Devemos considerar que muitas famílias adotam várias dessas opções ao mesmo tempo, mas o que nos chama a atenção é a predominância do

diálogo como a escolha quase unânime como primeira opção. No espaço destinado a “outros” não surgiu qualquer referência a métodos diferentes de prevenção às ameaças por eles temidas, mas sim um reforço da transmissão de valores como “suficiente” para isso. De acordo com nossas observações no decorrer dessa pesquisa, inclusive dentro de outros ambientes e contextos, tememos que haja aqui uma supervalorização dos poderes da confabulação familiar, por mais elaborada, forte e bem-intencionada que seja.

Buscamos também compreender a concepção que as famílias têm sobre o papel da escola na prevenção dos danos causados pelo acesso irrestrito à web e o monitoramento de crianças e jovens quanto ao uso da internet.

Por mais que haja uma clareza entre os responsáveis acerca da responsabilidade familiar da transmissão de valores cidadãos a crianças e jovens (60% como primeira opção), existe um consenso de que essa responsabilidade deveria ser compartilhada com a escola (54% como segunda opção). No entanto, quando abordamos famílias sobre as ações desenvolvidas por elas quanto à formação para o uso profícuo e seguro da internet, encontramos um desconhecimento a respeito do que deve ou pode ser realizado nesse sentido. Essa mesma ausência se nota quando indagamos sobre as interações da família com a escola nos casos em que os responsáveis apontaram o compartilhamento da responsabilidade como ideal. Assim, não notamos, em nossa pesquisa, ação específica de formação de crianças e jovens dentro de casa e menos ainda uma interação das famílias com as escolas de seus filhos com o objetivo da formação para a cidadania digital. Não desejamos aqui imputar culpa às famílias, e sim demonstrar a frustração e o isolamento nos quais se encontram imersas, por um lado, pelo fato de desconhecerem o contexto em toda sua extensão e profundidade, por outro, por não saberem onde procurar ajuda efetiva.

Todas as famílias entrevistadas foram confrontadas com o tema da cidadania, especialmente da cidadania digital. Buscou-se, dessa forma, delinear as congruências e as particularidades de cada uma, dando especial ênfase à vulnerabilidade e ao alcance das ações desenvolvidas por crianças e jovens dentro do ambiente on-line. Como bem ilustrado por Floridi (2016), abordaram-se os conceitos de “*onlife*” explicitando as características do contexto no qual estão inseridos crianças e jovens nos dias atuais. O termo *onlife*, cunhado por Floridi (2016), é utilizado para referir-se ao novo paradigma das experiências humanas que transcende os conceitos de vida on-line e *offline*. Com a constante e onipresente hiperconectividade, não há mais separação possível entre estar conectado e desconectado das redes digitais, fato esse que altera a relação da pessoa consigo mesma, com os outros e com o mundo.

No mesmo documento, Floridi (2016) aborda quatro tópicos principais que deverão ser tratados pelas instituições no mundo atual, família e escola incluídas, que são: i) ideias que inibem a capacidade de formulação de políticas públicas para enfrentar os desafios de uma era hiperconectada; ii) temores e riscos em uma era hiperconectada; iii) encarando os desafios; iv) mudanças conceituais com consequências relevantes para as políticas para uma “Boa Governança *Onlife*”.

Um dos pontos de destaque situa-se na argumentação de que as TDIC, por permitirem sistemas compostos por diversos atores, abrem possibilidades para uma atuação maior de crianças e jovens no mundo virtual/real. Chama a atenção também para o fato de a abundância de informação, a “overdose informacional” trazer consequências às capacidades cognitivas de crianças e jovens: sobrecarregados, tendem a se tornar mais distraídos e menos atentos ao momento presente. Esse fato traria um empobrecimento das relações humanas tanto no nível físico como no virtual, criando relações mais superficiais e fluidas, conduzidas por indivíduos incapazes de se aprofundar, como bem ilustrado por Baumann (2003) em seu livro *Amor líquido*. A pergunta seguinte aborda a percepção dos pais a respeito do comportamento dos filhos na Internet.

Notamos que a maioria dos responsáveis desconsidera o poder do fascínio proporcionado pelo anonimato das relações on-line. Enquanto, no plano físico, indivíduos costumam interagir com estranhos de forma educada e respeitosa, no mundo virtual se observa uma transformação que vem sendo estudada nos últimos anos, como o aumento da violência on-line. As técnicas de cooperação que nos permitiram evoluir como espécie encontram-se olvidadas ou relegadas a segundo plano quando o assunto é obter o pedestal da aprovação no mundo virtual (e seus inúmeros desdobramentos no mundo real). Crianças e jovens são mais suscetíveis à influência externa e podem vir a praticar atos violentos contra si ou outrem, baseados nas relações que tenham desenvolvido no ambiente virtual. Há que se considerar que muitos dos casos de suicídio de jovens por *cyberbullying* foram causados e incentivados por crianças e jovens que se mostravam “pacatos e doces” no mundo físico. O poder da aprovação do grupo e o efeito “manada” deve ser abordado, segundo nossa pesquisa, dentro do ambiente familiar para alertar todos os adultos envolvidos com a educação.

Dentro das mudanças trazidas pela modernidade líquida, as transações comerciais também foram modificadas. As negociações de serviços e bens on-line alcançam números cada vez mais relevantes para a economia mundial. Nesse contexto, buscamos compreender a ligação de crianças e jovens com o universo das compras on-line e a atitude das famílias no que tange a essas práticas.

Aqui constatamos uma das maiores mudanças trazidas pela internet: a fonte inesgotável (mas nem sempre fidedigna) de acesso à informação e ao conhecimento. Nessa pergunta, 67,35% dos responsáveis revelam que permitem o acesso à rede para facilitar a pesquisa e o estudo. Consideremos que há menos de 20 anos as fontes de pesquisa eram infinitamente mais limitadas, concentradas no acesso a bibliotecas físicas ou coleções de enciclopédias adquiridas pelas famílias a peso de vultuoso investimento. Com a velocidade, amplitude e democratização do acesso aos espaços de conhecimento, o que foi possibilitado pela chegada da internet, a educação e o acesso à pesquisa foram fortemente impactados. A mudança trazida por essa modalidade de acesso promoveu outras duas que são aqui representadas por dois números: 51,02% dos responsáveis afirmam permitir que seus filhos tenham perfis em redes sociais e 40,82% permitem que seus filhos portem seus celulares sempre consigo.

As questões 9 e 10 abordam, finalmente, a proteção de dados e equipamentos – ou a ausência dela – utilizada pelos pais no ambiente domiciliar. Considerando-se que um dos nove elementos da cidadania digital abordados por Ribble (2007) seja a segurança digital, acreditamos ser de suma importância o mapeamento das ações desenvolvidas por pais dentro dos lares para assegurá-la.

No que se refere à segurança dos filhos no ambiente virtual, se considerarmos o ambiente doméstico, a maioria dos responsáveis (70,83%) declara adotar programas antivírus como principal medida de proteção nos computadores. Surpreendentemente, as senhas de proteção têm a atenção de apenas 6,25% dos responsáveis. As senhas mais elaboradas de proteção de dados nos computadores pessoais são de extrema importância, visto que senhas de fácil quebra (datas de aniversário, nomes dos filhos, números de telefone pessoais) são a principal porta de entrada para *hackers* e espiões quando de suas investidas para o roubo de dados de terceiros. Nesse quesito da segurança, um dos mais importantes da cidadania digital, notamos um desconhecimento das opções de proteção e prevenção de danos em quase a totalidade dos responsáveis. A maior parte considera que programas antivírus sejam suficientes para garantir a privacidade dos dados e a segurança dos computadores domésticos e das pessoas que os utilizam.

Por último, buscamos compreender a relação de confiança estabelecida por pais e filhos dentro do contexto de acessibilidade à internet e privacidade concedida. Esse fator ajuda a elucidar como se dão as negociações dentro das famílias entre gerações expostas a diferentes circunstâncias e realidades históricas no que concerne à tecnologia digital. Como na resposta anterior, percebemos uma atitude mais simplista, baseada em esforços que visam à proteção e ao monitoramento do acesso como meios para a prevenção de males que possam se originar no

mundo virtual. A maior parte dos responsáveis classifica o monitoramento físico (acesso irrestrito ao quarto deles – 46,94%) e virtual (permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender – 48,98%) como o principal meio para garantir a segurança digital.

### 8.3 Escola: o processo de coleta e análise dos dados

A escola onde foi conduzido o processo de entrevistas foi escolhida tendo como critérios a sua localização, o perfil socioeconômico dos alunos nela matriculados e o fato de ela ser uma instituição pública atendendo a famílias de classe média ou média/baixa. A preocupação acerca dessa escolha considerou a necessidade de retratarmos a família média brasileira, com suas limitações e características típicas dessa condição. Tentamos evitar os extremos socioeconômicos do país a fim de retratar a realidade mais abrangente em termos populacionais.

Os professores entrevistados têm vínculo com essa escola pública, que atende à Educação de Jovens e Adultos, Supletivo e Ensino Fundamental. A TAB. 1, a seguir, mostra o índice do IDEB da escola.

Tabela 1 - Índice do IDEB da escola

Ano	Ideb	Projeção Ideb	Município Ideb
2005	3.0	-	3.6
2007	4.0	3.0	3.6
2009	4.0	3.0	3.9
2011	4.0	3.0	4.2
2013	4.0	4.0	4.4
2015	5.0	4.0	4.4
2017	5.0	4.0	5.1
2019	-	5.0	5.3
2021	-	5.0	5.6

Fonte: INEP, 2017.

A idade dos professores/gestores varia entre 32 e 61 anos. Dos professores entrevistados, 58% tem formação em pedagogia, 12% em ciências naturais, 10% em língua portuguesa/inglesa, 10% em ciências exatas, 5% em educação física, 5% em ciências humanas.

Buscamos compreender a percepção dos professores acerca de cada categoria da cidadania digital dentro da escola, delimitando a abordagem deles à sua vivência profissional.

Alguns professores/gestores, pelo fato de também serem pais, viam-se contaminados, às vezes, pela experiência familiar com seus filhos, momento no qual a entrevista buscava reconduzir o depoimento a seu escopo inicial: a visão docente sobre o tema, dentro do ambiente escolar.

A princípio, foi organizada uma reunião na sala dos professores, em horário de intervalo, para a apresentação sucinta da pesquisa. A pesquisadora foi ouvida com atenção e procurada por diversos professores/gestores após a apresentação. Após a manifestação de interesse e cadastramento dos possíveis entrevistados, partiu-se para a seleção quanto aos critérios pré-estabelecidos para elegibilidade. À exceção de um professor, que havia sido contratado no mês de outubro de 2017, portanto com menos de 2 anos na instituição, todos preencheram os requisitos desejados.

Foram organizadas entrevistas presenciais com os participantes da escola, em um processo que durou cerca de um ano, em duas etapas compreendidas entre abril e julho de 2018 e, posteriormente, setembro e novembro de 2018.

Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente dentro da escola selecionada e nos horários de intervalos das aulas, assim, algumas entrevistas precisavam ser realizadas em dois blocos de intervalos para que o professor não fosse prejudicado. As entrevistas com os gestores puderam extrapolar a condição de tempo (durante intervalos) e algumas delas duraram mais de uma hora.

Após a coleta dos dados, que foram gravados, partiu-se para a transcrição das entrevistas, processos que durou cerca de três meses. A escuta e transcrição das entrevistas para elaborar a análise do discurso, mostraram ser a parte mais laboriosa da pesquisa, visto o considerável volume de informações.

Todos os entrevistados, sem exceção, mantiveram uma postura muito colaborativa, no entanto as “frases não ditas” inundaram o conteúdo de seus depoimentos. Esse fato, por si só, denota a complexidade da análise dos depoimentos com o devido cuidado na prevenção de deduções e inferências.

Aqui, como nas entrevistas com as famílias, as perguntas foram elaboradas dentro das categorias dos nove passos da cidadania digital. O que difere, nos dois processos, é a modalidade da coleta de dados que, na escola, foi conduzida por meio de entrevista semiestruturada, o que nos permitiu uma análise mais específica do contexto escolar no que toca à cidadania digital.

Quando abordamos o acesso digital dentro da escola, notamos certa frustração tanto no que diz respeito à estabilidade da conexão quanto à disponibilidade dos equipamentos. Temos uma realidade de limitação quanto ao acesso dos computadores escolares, como podemos notar no seguinte comentário: “A internet aqui é ruim, às vezes pega, às vezes não. Se chover, para tudo” (p1).<sup>11</sup>

No entanto a maioria dos professores não demonstrou dúvida sobre a onipresença da internet na vida dos estudantes: “Todos têm acesso através do celular deles. Estão conectados o tempo todo. Se acaba a internet de um, pede o colega para rotear” (p2). “Estão conectados sempre” (p3). “Total. Se a *internet* aqui não funcionar, eles têm as deles, nos celulares, sempre. Ficam sem lanche, mas não ficam sem *internet*” (p4). “Não acredito que esses jovens possam viver sem internet mais, sem celular” (p6). “Acho que para os alunos é a coisa mais importante do mundo. E para alguns professores também. Poucos, mas há” (p7).

No tópico destinado ao Comércio Digital, notamos certo distanciamento dos educadores, que consideram o assunto mais apropriado para a seara familiar. Muitos expressaram seu desconhecimento sobre o fato de seus alunos adquirirem ou não bens e serviços pela internet e se existe algum tipo de precaução a ser tomada nesse sentido, como mostram os comentários de professores da escola pesquisada: “Não abordamos esse assunto com eles. Acho que não compram pela *internet*, o poder aquisitivo aqui é mais limitado” (p3). “Confesso que não abordamos esse assunto com eles. Não é uma pauta da escola” (p1).

A Comunicação Digital é percebida apenas como a troca de mensagens por e-mail, mas principalmente por celular. Quando abordados sobre essa questão, os professores mostraram certa impaciência com a ligação visceral de jovens com a internet e as redes sociais. “A comunicação digital é constante, mas só para o que não presta” (p2). “Mais?” (p1). “Eles se comunicam pelo celular o tempo todo, inclusive durante as aulas e falam até de nós, professores. Impossível controlar. Ou se tira o celular da sala de aula ou estaremos ensinando para as paredes, literalmente” (p3). “Total e irrestrita, o tempo todo” (p4).

---

<sup>11</sup> Adotaremos, para a identificação dos professores entrevistados, a sequência de letra e número (p1, p2, etc.) para indicar professor 1, professor 2 e assim por diante.

Notamos, pelos comentários acima expostos, que a comunicação digital permanece no campo da troca de mensagens entre os alunos, que ocorre durante todo o tempo. Não há um conhecimento sobre sua abrangência, natureza e possibilidades, o que pode impactar intimamente sua visão sobre o letramento digital.

O que mais nos impressionou, na abordagem dos educadores, foi o desconhecimento (mas também, e positivamente, sua sinceridade) sobre o conteúdo do Letramento Digital, como podemos perceber pelos seguintes comentários: “O que é isso?” (p3). “Não sei o que abordaria mais especificamente. Habilidades desenvolvidas nos alunos pelos professores? Seria uma aula de informática, cada dia abordando um tema?” (p6). “Tentamos dar a eles as noções básicas de *Excell* e *Word*, mas não temos computadores para todos. Então a turma tem que ser dividida em duas ou eles têm que fazer em duplas, o que não é ideal” (p2).

Tendo em conta que a prática da cidadania digital perpassa todas as diretrizes da BNCC, seria de se esperar que o conhecimento sobre o letramento digital fosse, desde já, uma pauta importante nas reuniões de planejamento e currículo. Talvez pela novidade do documento e de sua recente publicação, não obstante os anos de discussão sobre o projeto, esse seja ainda um ponto de alinhamento entre coordenação pedagógica e professores. De toda maneira, a adequação às novas normas irá requerer uma formação específica do corpo docente para que este possa, por sua vez, replicá-las aos alunos por meio da vivência e da prática cotidiana na escola.

Muitos professores demonstraram níveis de frustração quanto a seus limites quanto aos novos contextos virtuais na educação: “E aí o professor também tem que ser formado pra isso... A gente precisa ter humilde e dizer: ei, alto lá! A minha formação não tá dando conta, né, mas a gente não tem essa capacidade de reflexão, eu acho, ainda falta isso muito em nós” (p5). “Isso tudo é muito novo “pra” gente, imagina eu que estou nesta escola desde a inauguração, comecei minha carreira quando ainda usávamos mimeógrafos” (p7).

O mesmo aconteceu quando abordamos o tema da Etiqueta, da Lei Digital e dos Direitos e Responsabilidades Digitais. Os professores desconhecem a existência de leis específicas para o ambiente virtual, mas demonstraram grande interesse em conhecê-las. Esse interesse foi ainda maior sobre a etiqueta digital, o que ratifica a necessidade do desenvolvimento de práticas de cidadania e o esclarecimento de modos de conduta on-line com os alunos. Eles comentaram: “Seria muito bom. Especialmente para ensiná-los a respeitar colegas e professores”(p3). “Como seria bom se existisse. Não só para os alunos, mas para adultos também, É cada barbaridade!” (p4). “Etiqueta digital? De uma maneira mais ampla né... eu acho que é urgente... é urgente que

muda, porque a sociedade que a gente tem vivido é culpa disso também...” (p5). “Necessária, absolutamente necessária! Para alunos e professores! Urgente” (p6).

Na escola pesquisada, notamos, de modo geral, um interesse muito grande de professores pela pesquisa realizada. O que se percebe – ou melhor, entreouve – é um sentimento de isolamento e frustração mesclado de algum tipo de esperança. O sentimento de isolamento é demonstrado quando professores expressam sua decepção sobre a participação da família nas questões que se referem aos alunos, das mais brandas às mais graves. Salvo exceções, professores se sentem sozinhos quando se aborda a formação ético/moral dos alunos. O sentimento de “estar lutando uma guerra ingrata e solitária” como nos foi relatado por uma professora, vem da sensação de abandono, uma vez que a escola se torna responsável, sozinha, por essa formação.

Essa questão emergiu em todas as entrevistas, como todos os professores. Apesar de não ter sido uma das perguntas-chave da entrevista semiestruturada, a questão se apresentou com unanimidade. Isso aparece em comentários como: “A família espera que eduquemos os filhos deles. Mas se tomamos alguma atitude eles nos crucificam. Mais uma vez, estamos sem apoio” (p6). “O conflito entre família e escola é constante” (p7).

Um professor entrevistado assim se expressou seu sentimento de solidão:

Sabe... acho que, às vezes, a gente, nós, professores também, eu acho que a gente se percebe, às vezes, confuso... do que... porque às vezes você tem que ser psicólogo, assistente social... você tem que ministrar seu conteúdo... Você tem que ser mediador de conflito... então você acaba assumindo vários papéis, tendo que assumir... Mas você não está preparado pra isso... E família eu acho que ela tem jogado isso pra escola, sabe... muito... e... eu não sei se falta um resgate nessa proposta, talvez vindo até da escola... De resgate no ensino domiciliar, sabe... De trazer esses pais e tentar mostrar... Olha... É... minimamente, a gente tem que dar alguns valores pros nossos filhos, sabe... Eu acho que os meninos vêm aqui sem valor de hierarquia, sem valor de convivência com o outro... É tudo muito simples pra ele, o palavreado, a brincadeira de chutar o colega, de passar rasteira... Sabe, é tudo normal, né... O palavreado é muito mau... (p1).

Metade dos professores entrevistados relata algum tipo de prática para a formação da cidadania, física ou digital, desenvolvida na escola, seja por colegas ou por eles próprios. Apesar dessa constatação, ficou evidente o desapontamento desses professores com a ausência do engajamento ou mesmo de apoio da família em tais práticas.

Muitas atividades requerem a autorização, a participação ou o feedback da família, mas o que se observa na maioria dos casos ouvidos é a ausência desse comprometimento por parte de pais e responsáveis. Os relatos tornam evidente a ineficácia de tais iniciativas, uma vez que

devem ser coordenadas e acompanhadas no ambiente familiar. O relato de uma professora sobre uma prática de prevenção à pedofilia, elaborada por ela dentro do ambiente escolar, ilustra as considerações acima relatadas. O projeto concebido necessitava do acompanhamento, pela família, dos conteúdos acessados pelos jovens em determinado momento do dia (das 20 às 21 horas) quando, normalmente, jovens e pais estavam em casa. Dos alunos participantes do projeto, apenas 10% das famílias enviaram os dados necessários para sua continuidade. Na fala da professora, ela expressa sua opinião sobre a preocupação de alunos e família com a segurança dos primeiros no ambiente virtual: “Não acredito que eles estejam preocupados com isso. Nós sim, eles não. Tenho verdadeiros pesadelos com a pedofilia na rede”.

#### **8.4 Insights durante o tratamento e análise de dados nos dois grupos: expectativa e realidade**

De acordo com todas as entrevistas realizadas e dados coletados com famílias, professores e coordenadores, foram obtidas informações bastante relevantes. Existe, dentro das famílias, certa ingenuidade acerca da realidade na qual sua prole está inserida. Seja pela carga de trabalho e responsabilidades exacerbadas dos genitores, seja pelos compromissos sociais, a família está em um estado de “dissociação” em relação à efetividade dos fatos hodiernos. Notou-se um otimismo infantil, uma certeza egoica e preocupante de que as diretrizes fornecidas pelo núcleo familiar serão suficientes para conduzir os filhos pelo caminho íntegro e honesto, preservando a si e aos outros de todo o mal. A maioria dos pais diz confiar na educação dada aos filhos, justificando a dispensa do monitoramento de acesso à Internet, por exemplo.

Mesmo que o maior número de pais entrevistados tivesse exposto algum nível de preocupação quanto ao tema em estudo, o mesmo número disse confiar na educação que deu como base principal para a proteção dos filhos e regulação de suas interações no mundo virtual. Revela-se, aqui, um contrassenso dos pais: eles têm a consciência da necessidade de uma abordagem e formação para a realidade virtual, ao mesmo tempo em que exibem uma postura passiva quanto a essa formação, quando adotam um tratamento, uma postura tradicional, conservadora, demonstrada na conversa, que aborda um tema novo, qual seja, a realidade virtual e seus desafios. Em diversas entrevistas, podemos notar essa postura, como nos seguintes relatos: “Meus filhos já estão em uma idade que não é mais necessário tanto monitoramento. Além do mais confio na educação que demos a eles” (R40).<sup>12</sup> “Controlo o que acessam em casa,

---

<sup>12</sup> Adotaremos a letra R e um número para identificar “responsável 1” “responsável 2” etc.

mas não posso controlar o que acessam fora” (R41). “Não me preocupo, pois damos uma boa educação.” “Me preocupo, mas é praticamente impossível controlar o que acessam.”

O que nos chama a atenção é exatamente essa posição conflitiva entre o preocupar-se com as ameaças (e a necessidade de uma formação específica para o mundo on-line) ao mesmo tempo em que se acredita que a educação proporcionada em casa é suficiente para suprir tal *gap*.

Não desejamos aqui desqualificar, minimizar ou desestabilizar o poder da educação baseada no diálogo e respeito mútuo, queremos apenas ressaltar que os desafios e as demandas de uma formação dentro da cidadania digital exigem uma conduta mais elaborada e criteriosa por parte das famílias, a fim de abarcar uma miríade de questões novas e antigas, mas que possuem, agora, uma ferramenta multifacetada e multidimensional: a internet. Essa educação também deveria ser articulada com a escola a fim de que pais e educadores pudessem alinhar atitudes e práticas visando ao desafio comum que lhes foi imposto por esse novo contexto. No entanto, em nenhuma das entrevistas conduzidas, notamos a postura esclarecida dos pais sobre essa necessidade. É como se a família se posicionasse em um patamar de inquestionável conduta, em que o questionamento sobre o comportamento de seus filhos, seja na web ou fora dela, constituísse forte tabu. Em 51 famílias entrevistadas (lembrando que, em diversas delas, contribuiu mais de um adulto), apenas uma pessoa mostrou-se completamente aberta para discutir e questionar a educação dada por ela a seus filhos (R33).

Na maioria, os adultos responsáveis pela educação de crianças e jovens dentro do ambiente familiar não admitiram falhas ou qualquer grau de negligência ou desinformação quando se trata da educação de seus filhos para a formação dentro da cidadania digital. O próprio termo, apresentado a todos os entrevistados, era de total desconhecimento de todos, inclusive servindo de motivo de chacota por um indivíduo em uma das famílias entrevistadas.

Uma vez introduzido o termo no meio do processo da entrevista para evitar contaminação nas respostas iniciais, questionamos as famílias sobre a responsabilidade da formação dos filhos para a cidadania digital. Em diversas entrevistas, pudemos notar que a família espera a divisão de tarefas, seja com a escola, seja com a sociedade em geral, como se nota nas respostas seguintes: “De toda a sociedade.” “Da escola e família, mas mais da escola, pois têm tempo e profissionais para isto.” “Compartilhados entre escola e família.” “Da escola, pois é onde eles passam mais tempo.”

Das 51 famílias entrevistadas, 22 responderam que “a responsabilidade da formação para a cidadania digital vem da família, pois os valores vêm da base”, tomando a responsabilidade para si. Ao mesmo tempo, 18 responsáveis assinalam que a responsabilidade deveria ser compartilhada por escola e família, e um último grupo com 2 responsáveis delega a

responsabilidade total à escola, como se vê na resposta deste pai: “Da escola, pois é onde eles passam mais tempo” (R15).

Mesmo nos casos em que a família reconhece a importância de um diálogo com a escola e uma coordenação de ações para a formação de crianças e jovens dentro da cidadania digital, inexistente uma consciência sobre o papel específico e global de todos os *stakeholders*. Talvez a família não saiba onde buscar esse apoio, contaminada pela ideia do velho modelo de escola. Nas entrelinhas das entrevistas com as famílias notamos certa aversão ao velho modelo de “reunião de pais” na escola dos filhos, como se esse “chamado” anunciasse sempre a chegada de um problema. Essa impressão, longamente construída e reforçada pela escola, talvez tenha terminado por forjar um relacionamento de demanda mútua em que os dois lados perdem. Dentro da formação para a cidadania digital, como coordenar ações entre partes que se culpam reciprocamente? É mister ressaltar que, para essa formação, além do conhecimento de tudo o que o termo abarca, devem ser efetivos cidadãos digitais, de modo que possam transmitir isso na prática, para, assim, educar.

O fato de indivíduos serem usuários da internet não os transforma, por consequência natural, em cidadãos digitais. A formação requer conhecimento, prática e ação cotidiana para que seja consolidada. Como realizar tal missão com grupos que se antagonizam desnecessariamente?

A abrangência do significado do termo cidadania digital também representou um fator de surpresa e frustração quando de sua explanação pela pesquisadora. A maioria dos pais acredita que a cidadania digital se concentra na questão da segurança física e emocional de crianças e jovens. Não existia, até a data das entrevistas, qualquer responsável que conhecesse ou tivesse ouvido falar do termo. A ignorância acerca de sua existência e conteúdo foi unânime: 100% dos entrevistados nos dois grupos (famílias e educadores).

É necessário ressaltar aqui que a insciência sobre o termo e, portanto, a ausência de providências práticas para o desenvolvimento de uma formação adequada desde tenra idade – como corroboram as teorias de Comenius sobre os pilares da piedade, de Piaget, especialmente na fase da heteronomia, e de Kohlberg, tanto nos estágios de “punição e obediência orientada” e “individualismo e propósito” – relega esses indivíduos a uma exposição desnecessária e muitas vezes fatal diante dessa nova ferramenta. Se antes era possível proteger os filhos, evitando que saíssem às ruas para não serem contaminados pela malícia e maldade do mundo, hoje isso se tornou impossível. Não é necessário que crianças e jovens saiam às ruas; as ruas – com tudo que isso implica – vêm até eles no sofá de casa.

A exposição de crianças e jovens aos perigos da vida comum, antes física e até certo ponto possível de se precaver, hoje se tornou onipresente, constante e fluida.

O estilo de vida *onlife* (FLORIDI, 2016), ou seja, aquele que mescla e sobrepõe a realidade virtual à física, não mais permite que as ações educacionais tomadas por pais e educadores se concentrem em apenas um desses campos, ou seja, desconectadas de uma interação e coordenação.

A maioria dos professores se mostrou bastante preocupada com o comportamento de crianças e jovens no ambiente virtual e principalmente com as consequências desse comportamento no mundo físico.

## CONCLUSÃO

Nas palavras de Kant (1790), “Somos todos iguais perante o dever moral”. E, segundo o pressuposto de seu “imperativo categórico” (que, em termos gerais, é uma obrigação incondicional ou uma obrigação que se tem, independentemente da vontade ou desejos), cabe a todos os seres e a todas as instituições a formação de indivíduos para o bem comum. Diante de tal constatação, ressalta-se a tomada de consciência nas instituições e indivíduos que formam a sociedade atual sobre a importância de se dar atenção à formação para a cidadania digital.

Em tempos conturbados e novos, como esses nos quais estamos vivendo, o papel da família e da escola surge como ainda mais importante. Evidencia-se, sobretudo, a necessidade urgente de âncoras, limites e “nortes” para crianças e jovens nascidos em uma sociedade líquida, de relacionamentos efêmeros, do tempo fugaz, da simultaneidade de realidades e do imediatismo. Quantos não são os pedidos de socorro silenciosos dentro das salas de aula mundo afora? Onde se esconde a ansiedade de tempos velozes e múltiplos em que o que era base já não o é mais? Quais serão os limites entre a necessidade real de conexão e a adicção eletrônica?

A humanidade tem nas mãos um presente e uma ameaça, assim como teve na descoberta do fogo, na invenção da roda, nas experimentações com a pólvora, no descortinar da Revolução Industrial, na revelação da divisão do átomo, no surgimento do capitalismo. Ao mesmo tempo, bênção e maldição. A revolução da informação e tecnologia digital brinda o ser humano com possibilidades nunca antes imaginadas, convulsionando os modos de existir da sociedade conduzida pelo *sapiens*.

Como em outras revoluções, nunca tão avassaladoras como a que se está presenciando, há dois caminhos, duas escolhas: o bem e o mal.

Temos então, nas duas instituições, família e escola, preocupações fundadas e boas intenções no que tange à educação e formação de crianças e jovens, mas um distanciamento nocivo que prejudica a todos os envolvidos. É nosso dever ressaltar quão deletério pode ser esse afastamento exatamente quando deveriam se completar na obtenção do bem comum. Entre famílias e escola oscilam os sentimentos de isolamento e mágoa, por parte da segunda, e sentimentos de frustração e cobrança, por parte da primeira. Não seria, então, mais que necessária a revisão de velhos padrões de relacionamento entre um e outro? Não seria o tão esperado momento da reformulação do papel da escola que abrangeria sua relação com a comunidade e as famílias? Não seria chegado o momento de um novo modelo?

Por onde caminham o bem e a cooperação, condições da vida terrestre exaltada pelos filósofos gregos? O bem demanda trabalho, dedicação na busca da virtude, repressão e sublimação de instintos animais em prol da elevação do caráter. O bem é perseguido por indivíduos esperançosos, às vezes ingênuos, que insistem na crença e construção de um mundo melhor. Por meio desses indivíduos e seus exemplos, cada sociedade busca, através de seus valores, a conquista do bem.

Já o mal, como considerado por Arendt (1999), nem sempre surge de indivíduos maus. Pode, sim, brotar da negligência, da ignorância, do individualismo e da alienação. Assim como daí brota, aí se alimenta, quanto mais forem os indivíduos que o perpetuarem por meio de sua apatia coletiva.

Muitos são os exemplos históricos sobre as consequências da indiferença humana. A Organização das Nações Unidas, mais nobre instituição que o mundo pôde criar, alerta, desde seu nascimento, para a importância da luta cotidiana contra as sementes do mal, do isolamento social e para a importância da construção da cidadania global, seja ela física ou digital.

O caminho do bem passa pelo exercício dessa cidadania, conquistada a duras penas através de séculos de luta e sangue e do trabalho hercúleo de muitos.

É responsabilidade de cada um a construção – por meio de ações e atitudes pessoais – e a manutenção – através da denúncia de violações – do bem maior da humanidade, almejado por todos os seres humanos e negado a muitos, por muito tempo.

Ainda hoje se persiste na luta para tornar a cidadania uma conquista universal, garantida a todos. Não se pode vacilar na vigília da manutenção de direitos e deveres conquistados por meio de árduos processos políticos, sociais e econômicos.

Na aurora do século XXI, quando novas formas de comunicação e interação humanas brindam os indivíduos com os mais promissores cenários já contemplados por eles, há que se atentar para que esses mesmos presentes não se tornem ardil de segregação e divisão.

A escola e a família – elas mesmas enfrentando batalhas internas de reestruturação e redefinição – são chamadas a atuar em seu papel-base, tão nobre quanto intrínseco: formar e acolher indivíduos para a construção de uma sociedade cidadã e justa. Essa construção só será possível se professores forem conduzidos, por meio da formação continuada, aos mais altos patamares da educação dentro das novas tecnologias possíveis. Para que a formação na cidadania digital não se torne um discurso, é preciso que ela seja vivência, nas atitudes de todos. Para que isso se torne realidade, é necessária a preparação – de professores, pais e de toda a sociedade. Além disso, a escola precisará resgatar a família, por meio de uma postura proativa em relação à participação dela na construção de um novo modelo de maior cumplicidade,

coparticipação e de um sentimento de parceria. A família, por sua vez, deverá retomar sua confiança na escola e não somente manter uma atitude inquisidora, resgatando os laços que, em outros tempos, conduziram crianças e jovens à preciosa formação moral e profissional. A Constituição brasileira de 1988 convoca escola e família para essa função. As Nações Unidas as chamam para essa função.

A formação da cidadania digital exigirá de escola e família sua própria adaptação aos novos tempos. Para formar cidadãos digitais, será necessário, por sua vez, formarem-se instituições que zelem pela cidadania digital.

Em tempos líquidos, será preciso, mais do que nunca, de uma parceria sólida entre família e escola, único caminho possível para a construção de uma sociedade humana global, digital e justa.

## REFERÊNCIAS

- ACER FOR EDUCATION. **Education trends**. [S. l.]: Do Autor, 2018. Disponível em: <http://eu-acerforeducation.acer.com/education-trends/21st-century-skills-what-studentsneed-to-succeed-in-todays-society/>. Acesso em: 15 nov. 2018. (Resolução CGI.br/Res/2009/03/P).
- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALMEIDA, Fernando José de. **Aprender construindo: a informática se transformando com os professores**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, MEC, 1999.
- ALTOÉ, Anair. O papel do facilitador no ambiente Logo. In: VALENTE, José Armando. (Org.). **O professor no ambiente logo: formação e atuação**. Campinas: UNICAMP/NIED, 1996.
- ANTONIO, José Carlos. A lousa digital interativa chegou! E agora? [S. l.]: **Professor Digital**, SBO, 2012. Disponível em: <https://professordigital.wordpress.com/2012/08/01/a-lousadigital-interativa-chegou-e-agora/>. Acesso em: 7 nov. 2018.
- ANANIAS, Bruno. **Utilizando o Youtube para o seu e-commerce**. [S. l.]: Blog.netzee, 2017. Disponível em: <http://blog.netzee.com.br/utilizando-o-Youtube-para-o-meu-ecommerce/>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O perigo da “normalidade”: o caso Eichmann. **Cronos**, NatalRN, v. 8, n. 1, p. 251-274, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3177/2567>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- A ORIGEM do quadro branco. [S. l.]: **A origem das coisas**. 2018. Disponível em: <http://origemdascosas.com/a-origem-do-quadro-branco/>. Acesso em: 7 nov. 2018.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna 2006.
- ARANTES, Valéria Amorim et al. **Afetividades na escola, alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- ARENA, Carla. Formulários: **Feedback instantâneo na sua próxima aula: letramento digital: uma conceituação**. [S. l.]: Da Autora, 2016. Disponível em: <http://www.carlaarena.com/category/geral/letramento/>. Acesso em: 7 nov. 2018.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília - UNB, 2001.

ASSY, Bethânia. Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo J.; BIGNOTTO, Newton (Org.). **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 136-165.

BACARO, Paula Edicléia França. **Formação de professores da educação especial em serviço no ambiente informatizado**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2008.

BANOV, Márcia Regina. **Psicologia no gerenciamento de pessoas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt; LEONCINI, Thomas. **Nascidos em tempos líquidos: transformações no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BIAGGIO, Ângela Maria Brasil. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BIDDLE, Sam. **No meio da revolução, Síria perde acesso à internet**. [S. l.]: UOL, 20 jul. 2012. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/no-meio-da-revolucao-siria-perde-acessointernet/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GHETTI, Cida. **PL 267/2011**. Acrescenta o art. 53-A a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante. Brasília: Câmara, 2011. Disponível em: <http://camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491406>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

BRANDÃO, Lucas. **Os passos filosóficos da Escolástica**. [S. l.]: Comunidade Cultura e Arte, 13 set. 2017. Disponível em: <https://www.comunidadeculturaearte.com/os-passosfilosoficos-da-escolastica/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado, 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1 – 15, 1969, p. 7769. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, Seção 1, - 26 fev. 1932, p. 3385. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990a.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm) . Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 abr. 2013. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/112796.htm). Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, 24 abr. 2014. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 maio. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm#art1). Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 2 jun. 2017.

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Brasília: SEE, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versao\\_final](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final). Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Básica 2ª versão revista. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: educação física. Brasília, DF: MEC, SEF, 1998.  
CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. Entrevista Manuel Castelles - Se um país não quer mudar, não é a rede que irá mudá-lo. Entrevista concedida à Folha de S. Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2109201022.htm>. Acesso em: 20 ago.2018.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. **TIC Educação**. [S. l.]: CETIC.br, 2018. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/educacao/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COLLIER, Anne. **So where are we with „digital citizenship“ now?** [S. l.]: NETFAMILYNES, 2018. Disponível em: <https://www.netfamilynews.org>. Acesso em: 20 ago. 2018.

COMENIUS, Johann Amos. **Didactica magna**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Resolução CGI.br/RES/2009/003/P - Princípios para a governança e uso da internet no Brasil. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://cgi.br/resolucoes/documento/2009/003>. Acesso em: 14 jul. 2018.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.

DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO: Publicação MEC, 1998.

DOSTÁL, Jirí. Reflections on the Use of Interactive Whiteboards in Instruction in International Context. **The New Educational Review**, v. 11, n. 3, p. 205-220, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/30kc6>. Acesso em: 21 out. 2018.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 15. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia, educação e moral**. Porto: Rés, 1984.

EBERT, Albert. O quadro de giz, sua utilização correta e seus acessórios. **Curriculum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 29-49, abr./jun. 1972. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/curriculum/article/viewFile/62128/60273>. Acesso em: 14 jul. 2018.

ESTADOS UNIDOS. **Constituição dos Estados Unidos da América**. [S. l.]: Brazil, 17 de set. 1787. Disponível em: <http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ESTUDO Video Viewers Press Event - Brandcast. [S. l.]:s.n.], 2018. Disponível em: <http://www.michaeloliveira.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Video-Viewers-2017Brandcast-Press-Event.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FINI, Lucila Diehl Tolaine. Desenvolvimento moral: de Piaget a Kohlberg. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 58-78, jan./dez. 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/9127/10679>. Acesso em: 14 dez. 2016.

FLORIDI, Luciano (Ed.). **The Onlife Manifesto: Being Human in a Hyperconnected Era**. London: Springer, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GERHARDT, Luiza Maria. À paz perpétua, de Immanuel Kant Resenha. **Educação**. Porto Alegre, ano XXVIII, n. 1 (55), p. 143-154, jan./abr. 2005 Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/407/304>. Acesso em: 14 jul. 2018.

GILSTER, Paul. **Digital Literacy**. New York: John Wiley and Sons, Inc., 1997.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. **Um olhar sobre ética e cidadania**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2002.

GOVERNMENT OFFICES OF SWEDEN. **Ministry of education and research**. [S. l.]: Do Autor, 2018. Disponível em: <https://www.government.se/government-of-sweden/ministryof-education-and-research/>. Acesso em: 29 out. 2018.

GUROVITZ, Helio. **A diferença entre liberal, conservador e reacionário**: “reacionários não são conservadores. Essa é a primeira coisa a entender sobre eles”, afirma Mark Lilla, no recém-lançado *The shipwrecked mind: on political reaction*. Época, Rio de Janeiro, 31 out. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/heliogurovitz/noticia/2016/10/diferenca-entre-liberal-conservador-e-reacionario.html>. Acesso em: 14 dez. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Morais e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

HOBBS, Thomas. **Leviathan or The Matter, Forme and Power of a Common Wealth [Ecclesiasticall and Civil]**. Copenhagen: Lynge & Son ILAB-ABF, [s.d.].

HOLISTIC LIFE FOUNDATION. **Mindful Moment Program**: Patterson High School. Buffalo, NY: LLF, 2016. Disponível em: <https://hlfinc.org/programs-services/mindfulmoment-program/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**: com a nova ortografia da língua portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2009.

HUEY, Edmund B. **The psychology and pedagogy of reading**. New York: The MacMillan Company, 1908.

IMAGO HISTÓRIA. A boçalidade do mal (indivíduo, sociedade e novas tecnologias). **Imago História Blogspot**. 2017. Disponível em: <https://imagohistoria.blogspot.com.br/2017/08/charges-bocalidade-do-mal.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

INSTITUTE FOR INFORMATION TECHNOLOGIES IN EDUCATION. **Digital literacy**: content, structure and development of a life skill. Moscow: UNESCO, 2011. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214485e.pdf>. Acesso em: 24 ago.2018.

INSTITUTO IPSOS. **Global views on Cyberbullyinig**. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en/global-views-cyberbullying>. Acesso em: 27 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Divulgação ENEM 2015 por escola**. Brasília: Colegium, out. 2016. Disponível em: [http://colegium.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/apresentacao\\_enem\\_por\\_escola\\_2015-1.pdf](http://colegium.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/apresentacao_enem_por_escola_2015-1.pdf). Acesso em: 15 nov. 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resultados IDEB por escola**. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>. Acesso em: 12 out. 2018.

IBGE. **Censo 2016**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

JARDIM, Ana Paula. **Relação entre família escola**: proposta de ação no processo ensino – aprendizagem. 105 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp048864.pdf>. Acesso em: 24 ago.2018.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1995.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007. (Coleção Textos Filosóficos)

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1994. (Coleção Textos Filosóficos)

KINAST, Priscilla. **Conheça os 15 canais dos maiores Youtubers do Brasil em 2018**. [S. l.]: OPTCLEAN, 2018. Disponível em: <https://optclean.com.br/15-maiores-Youtubers-do-brasilem-2018/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção primeiros passos. 23).

LEVITT, Steven D.; DUBNER, Stephen J. **Freakonomics**: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta. 1. ed. rev. e atual Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**. Tradução de Anuar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil - e outros escritos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (Coleção Clássicos do Pensamento Político)

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

MARINHO, Simão Pedro Pinto; CARNEIRO, Flávia Cardoso. Educação para a cidadania digital: um dever da escola contemporânea. **EccoS - Rev. Cient.**, São Paulo, n. 47, p. 472476, set./dez. 2018.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania e classe social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

MARTINEZ, Paulo. **Direitos de cidadania**: um lugar ao sol. São Paulo: Scipione, 1996.

MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de direito civil**: família e sucessões: para concurso, exame da ordem e graduação em direito. São Paulo: Atlas, 2014. v. 5.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes OSPB** (Organização Social e Política Brasileira). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/ospb-organizacaosocial-e-politica-brasileira/>. Acesso em: 19 de abr. 2018.

MOBILE MARKETING ASSOCIATION. **MMA Mobile Report Brasil 2016**. [S. l.]: Do Autor, 2016. Disponível em: <https://www.mmaglobal.com/pt-br/documents/mma-mobilereport-brasil-2016>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MORAN, José Manoel; BEHRENS, Marilda Aparecida; MASETTO, Marcos T. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

MOZUR, Paul. China pede ajuda de gigantes da tecnologia para exercer controle na internet: Pequim pressiona as companhias a contribuírem com seus esforços para instaurar censura on-line. **The New York Times**, New York, 11 mar. 2018. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,china-pede-ajuda-de-gigantes-datecnologia-para-exercer-controle-na-internet,70002219471>. Acesso em: 25 ago. 2018.

MUSEU DE TECNOLOGIA - Maria José Di Santo Navarro. **Retroprojeter 3M M1560**. [S. l.]: Do Autor, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://museuatecnologia.wordpress.com/tag/maria-jose-di-santo-navarro/>. Acesso em: 25 ago. 2018.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Preâmbulo**. [Brasília]: Do Autor, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

NEGRESIOLO, Letícia. Como o mimeógrafo influenciou movimentos culturais. **Revista Galileu**, 8 ago. 2016. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Caminhos-para-ofuturo/Desenvolvimento/noticia/2016/08/ha-140-anos-thomas-edison-recebia-patente-domimeografo.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.

NOVAS tecnologias e exércitos alteraram dimensão das guerras. **Época**, São Paulo, 28 jul. 2014. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/07/inovacoestecnologica-s-da-1-guerra-alteraram-para-sempr-dimensao-dos-conflitos.html> . Acesso em: 28 jul. 2014.

9 ELEMENTS of Digital Citizenship – Printable Poster. [S. l.]: FRAC, 2018. Disponível em: <https://www.fractuslearning.com/digital-citizenship-poster>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.** Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Alfabetização midiática e informacional (AMI).** Moscou: UNESCO, 2018. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/media-and-information-literacy/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. The OECD Teaching and Learning International Survey (TALIS) - 2013 Results. [S. l.]: OECD, 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/school/talis-2013-results.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PAIM, Paulo. Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009 - (LEI CARLOS MOTA). Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação. Brasília: Senado, 2009. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias//materia/91006>. Acesso em: 19 ago. 2018.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, Jean. Os procedimentos da educação moral. In: MACEDO, Lino. **Cinco estudos de educação moral.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 1-36.

PLAUTUS. **Asinaria.** Paris: Les Belles Lettres, 1925.

PLATÃO. **Leis.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004. v. 6.

PLIMPTON, George A. The Hornbook and Its Use in America. **Proceedings of the American Antiquarian Society**, v. 26, p. 264-72, 1916.

QUADRIVIUM: The Noble Fourfold Way. [S. l.]: Thatsmaths, 2017. Disponível em: <https://thatsmaths.com/2017/07/20/quadrivium-the-noble-fourfold-way/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage "Diva Depressão". **Galáxia**, São Paulo, v.13, n. 26, p. 239-254, dez. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198225532013000300019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198225532013000300019). Acesso em: 19 ago. 2018.

RIBBLE, Mike; BAILEY, Gerald. **Digital citizenship in schools.** Washington: ISTE, 2007.

RODRIGUES, Nara Caetano. Tecnologias de Informação e Comunicação na educação: um desafio na prática docente. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2009.

SHAKESPEARE, William. **O mercador de Veneza**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SIGNIFICADO de cidadania. O que é cidadania [S. l.]: Do Autor, 2018. Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/cidadania..> Acesso em: 14 ago. 2018.

SILVA, Alessandra Lisboa. Programa Um Computador por Aluno: compartilhando experiências na formação de educadores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 8., 2011, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: 2011, p. 1-14.

SOPRANA, Paula. Acesso à internet sem fio cresce nas escolas públicas, mas velocidade é desafio: o uso da rede Wi-Fi subiu de 84% em 2015 para 91% no ano passado. Conexão de 45% das escolas ainda não ultrapassa a velocidade de 4 Mbps. **Época**, 3 ago. 2017.

Disponível em:

<https://epoca.globo.com/tecnologia/experienciasdigitais/noticia/2017/08/aceso-internet-sem-fio-cresce-nas-escolas-publicas-mas-velocidadeainda-e-desafio.html..> Acesso em: 25 ago. 2018.

THE SHIPWRECKED Mind: On Political Reaction by Mark Lilla review: how reactionaries have ruined our world. Uk: The Guardian, 14 dez. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2016/dec/14/the-shipwrecked-mind-on-politicalreaction-by-mark-lilla-review>. Acesso em: 20 ago. 2018.

THE INTERACTIVE WHITEBOARDS, PEDAGOGY AND PUPIL PERFORMANCE EVALUATION. **An Evaluation of the Schools Whiteboard Expansion (SWE) Project**: London Challenge. London: University of London, 2012. [Pesquisa da School of Educational Foundations and Policy Studies, Institute of Education, University of London. Disponível em: <http://goo.gl/gg6dt>. Acesso em: 12 jul. 2018.

TORNAGHI, Alberto José da Costa et al. **Tecnologias na educação**: ensinando e aprendendo com as TIC: Guia do cursista. 2. ed. Brasília: SED, 2010.

TURRA, Clódia Maria Godoy et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. Porto Alegre, RS. Sagra Luzzato, 1998.

UNESCO. **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília, Unesco, 2015. Disponível em: [www.unesco.org](http://www.unesco.org). Acesso em: 20 jul. 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Inauguration of the Bibliotheca Alexandrina**: from papyrus to digitalization. New York: UNESCO, 1990. Disponível em: [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=6792&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=6792&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html). Acesso em: 20 ago. 2018.

UNITED NATIONS. General Assembly. **A/HRC/32/L.20**. Human Rights Council. New York: UNESCO, 27 June 2016. Disponível em: <http://undocs.org/A/HRC/32/L.20> . Acesso em: 20 ago. 2018.

VALE, João Henrique do. Lei para conter violência contra professores e servidores da educação de MG é sancionada: a norma estabelece medidas protetivas e procedimentos para casos de violência contra educadores e demais servidores do quadro da Secretaria de Educação de Minas Gerais. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 jul. 2017. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/28/interna\\_gerais,887460/lei-paraconter-violencia-contra-professores-e-servidores-da-educacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/28/interna_gerais,887460/lei-paraconter-violencia-contra-professores-e-servidores-da-educacao.shtml). Acesso em: 20 ago. 2018.

VALENTE, José Armando. **Computadores e conhecimento**: repensando a educação. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

VALENTE, José Armando. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: UNICAMP-NIED, 1999.

VÁZQUEZ, Sánchez A. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WALLIN, Claudia. **Na Finlândia, alunos agora ensinam tecnologia para professores e idosos**. Estocolmo: BBC, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42074059>. Acesso em: 15 nov. 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991. v. 1.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.

WESTHEIMER, Joel. Que tipo de cidadão? A política de educar para a democracia. **American Educational Research Journal**, v. 41, n. 2, p. 237-269, Summer, 2004.

XUEQIN, Jiang. New York, 2014. Entrevista concedida a Ian Johnson, The New York Review of Books. Disponível em: [nybooks.com/daily/2014/04/08/china-school-reformjiang-xueqin](http://nybooks.com/daily/2014/04/08/china-school-reformjiang-xueqin). Acesso em: 22 ago. 2018,

## APÊNDICE A

### Entrevistas com as famílias participantes da pesquisa sobre família e internet, entre 2018 e 2019

Transcrição das gravações das entrevistas realizadas com 51 responsáveis.

#### RESPONSÁVEL 1

##### P1

Meus filhos têm idades até:

- Dezesseis

##### P2

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

##### P3

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Me preocupo, mas é praticamente impossível controlar o que acessam

##### P4

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à violência
- 
- Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Exposição ao bullying - ser vítima
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

##### P5

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
- Vasculho o celular quando estão no banho ou longe dele
- Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
- Vasculho o computador, tablet e celulares sempre que posso
- Instruo a babá, avós ou quem sejam os cuidadores em minha ausência, sobre o que meus filhos podem ou não acessar

##### P6

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

- Compartilhados entre escola e família

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- Tenham um perfil em redes sociais
- Andem sempre com seus celulares

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

#### **P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

### **RESPONSÁVEL 2**

#### **P1**

Meus filhos têm idades até:

Outro (especifique):

- Três

#### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Apenas no celular

#### **P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

#### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à pedofilia

#### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso

#### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da escola e família, mas mais da escola, pois têm tempo e profissionais para isto

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- Outro (especifique):
- Acessem a internet apenas para assistir desenhos no *Youtube*

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Senhas de proteção contra invasões de criminosos e espões virtuais

#### **P10**

Tenho

- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

### **RESPONSÁVEL 3**

#### **P1**

Meus filhos têm idades até:

- Outro (especifique)
- 20

#### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo *wi-fi* de casa

#### **P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Me preocupo, mas é praticamente impossível controlar o que acessam

#### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É totalmente desconhecido para mim, pois, seres humanos são únicos, apesar da educação que recebem

**P8**

Permito que meus filhos:

- Façam compras pela internet
- Tenham um perfil em redes sociais
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook
- Fiquem ao celular no período da noite/madrugada
- Andem sempre com seus celulares
- Que usem o celular à mesa, durante as refeições se for por um motivo urgente ou consulta rápida

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

**RESPONSÁVEL 4****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezessete

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo *wi-fi* de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

---

- Exposição à pedofilia
- Pornografia em geral

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

O responsável ignorou esta pergunta

**P8**

Permito que meus filhos:

O responsável ignorou esta pergunta

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

O responsável ignorou esta pergunta

**P10**

Tenho

- Outro (especifique):
- Respeito a privacidade de minha filha, mas se precisar utilizar algum de seus equipamentos eletrônicos, não há nenhum dilema nisso. É natural.

**RESPONSÁVEL 5****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Oito
- Outro (especifique):
- 23

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Apenas no celular

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Não me preocupo tanto, pois damos uma boa educação

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

---

- Exposição à violência
- Exposição à pedofilia
- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral
- Exposição ao *bullying* - ser vítima
- Prática do *bullying* contra colegas ou amigos - ser o agressor

#### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Vasculho o computador, *tablet* e celulares sempre que posso

#### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:  
É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- Estudem consultando o celular/*tablet/notebook*

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 6****P1**

Meus filhos têm idades até:  
O responsável ignorou esta pergunta

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet  
O responsável ignorou esta pergunta

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à violência
- Exposição à pedofilia
- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral
- Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
- Aliciamento de jovens por grupos terroristas
- Exposição ao *bullying* - ser vítima
- Prática do *bullying* contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Articulo com a escola maneiras de proteger/vigiar as crianças
  - Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
  - Vasculho o computador, *tablet* e celulares sempre que posso
  - Quando estão ao celular/computador/*tablet*, sempre checo o que estão acessando
  - Faço parte de um grupo de pais, em aplicativos de celular, que mantém contato sobre questões relacionadas ao bem-estar dos filhos e seus colegas de escola
  - Instruo a babá, avós ou quem sejam os cuidadores em minha ausência, sobre o que meus filhos podem ou não acessar
- 

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da escola, pois é onde eles passam mais tempo

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Depende da sociedade onde estão inseridos. Como pai/mãe posso somente fazer o meu melhor para educar

**P8**

Permito que meus filhos:

- Estudem consultando o celular/*tablet/notebook*
  - Que usem o celular à mesa, durante as refeições se for por um motivo urgente ou consulta rápida
- 

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Senhas de proteção contra invasões de criminosos e espiões virtuais

**P10**

Tenho

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos
  - Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual
- 

**RESPONSÁVEL 7**

□

**P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezesseis

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo *wi-fi* de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

- Tenham um perfil em redes sociais

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

**RESPONSÁVEL 8**

□

**P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- 18

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos *wi-fi* em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Controlo o que acessam em casa, mas não posso controlar o que acessam fora

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

Exposição à pedofilia

- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral
- Exposição ao bullying - ser vítima

---

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular

---

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Depende da sociedade onde estão inseridos. Como pai/mãe posso somente fazer o meu melhor para educar

**P8**

Permito que meus filhos:

- Tenham um perfil em redes sociais

- 
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook

- Usem o celular à mesa, durante as refeições, mesmo que não aprovando, pois não adianta proibir
- 

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Filtros de monitoramento de acesso a sites não idôneos ou perigosos

**P10**

Tenho

- Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
- 

**RESPONSÁVEL 9****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Oito
- Outro (especifique):2

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

Temos *wi-fi* em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à violência
- 
- Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)  Pornografia em geral
- 

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
- Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família

- Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
- Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

- Estudem consultando o celular/*tablet/notebook*

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos
- Acesso irrestrito ao quarto deles

**RESPONSÁVEL 10****P1**

Meus filhos têm idades até:

Onze

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos *wi-fi* em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à violência
- Exposição à pedofilia
- Pornografia em geral

□

- Exposição ao bullying - ser vítima
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor
- 

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

---

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
  - Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando
  - Faço parte de um grupo de pais, em aplicativos de celular, que mantém contato sobre as questões relacionadas ao bem-estar dos filhos e seus colegas de escola
- 

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

---

- Estudem consultando o celular/*tablet/notebook*
- Andem sempre com seus celulares

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Outro (especifique):
- Não temos computador em casa

**P10**

Tenho

---

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos
- Acesso irrestrito ao quarto deles
- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

□

## RESPONSÁVEL 11

### P1

Meus filhos têm idades até:

- Cinco

### P2

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo *wi-fi* de casa

### P3

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

### P4

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Pornografia em geral

### P5

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando
  - Instruo a babá, avós ou quem sejam os cuidadores em minha ausência, sobre o que meus filhos podem ou não acessar

### P6

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

### P7

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode ser influenciado por outras pessoas que estejam mal-intencionadas

### P8

Permito que meus filhos:

- Outro (especifique):
- Assistam apenas desenhos e músicas infantis pois tem no máximo 5 anos

### P9

□

Os computadores de casa são equipados com:

- Outro (especifique):
- Não tem acesso a internet

### **P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

## **RESPONSÁVEL 12**

### **P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- 20

### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo *wi-fi* de casa

### **P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
  - Aliciamento de jovens por grupos terroristas

### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- Tenham um perfil em redes sociais
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook
- Andem sempre com seus celulares

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

#### **P10**

Tenho

- 
- Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

### **RESPONSÁVEL 13**

#### **P1**

Meus filhos têm idades até:

- Seis

#### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos *wi-fi* em casa

#### **P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

#### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia

□

- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.) □ Pornografia em geral
- 

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
- Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
- Vasculho o computador, tablet e celulares sempre que posso
- Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando
- Instruo a babá, avós ou quem sejam os cuidadores em minha ausência, sobre o que meus filhos podem ou não acessar

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base
- 

**P7**

**O comportamento de meus filhos na internet:**

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

- Outro (especifique):
- Somente utilizem a internet como lazer

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- 
- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos
  - Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 14****P1**

□

Meus filhos têm idades até:

- Treze

### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos *wi-fi* em casa

### **P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Outro (especifique):
- Toda expressão de violência ou falta de respeito aos direitos e diversidade

### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
- 

### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode sofrer influência positiva através do acesso a informações que nós, de outras gerações não tivemos

### **P8**

Permito que meus filhos:

- Estudem consultando o celular/tablet/notebook

### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

### **P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

□

## RESPONSÁVEL 15

### P1

Meus filhos têm idades até:

- Doze

### P2

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

### P3

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Me preocupo, mas é praticamente impossível controlar o que acessam

### P4

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
  - Aliciamento de jovens por grupos terroristas
  - Exposição ao bullying - ser vítima
- 

- Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor
- 

### P5

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
- 

### P6

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- 
- Da escola, pois é onde eles passam mais tempo

□

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode ser influenciado por outras pessoas que estejam mal-intencionadas

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Fiquem ao celular no período da noite/madrugada
  - Andem sempre com seus celulares
- 

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Outro (especifique):
- Não tenho

**RESPONSÁVEL 16****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezesete

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
- Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
- Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode ser influenciado por outras pessoas que estejam mal-intencionadas

**P8**

Permito que meus filhos:

- Estudem consultando o celular/tablet/notebook

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Acesso irrestrito ao quarto deles
- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 17****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quinze

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Controlo o que acessam em casa, mas não posso controlar o que acessam fora

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à pedofilia
- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral
- Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
- Aliciamento de jovens por grupos terroristas

#### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família □  
Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

#### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode sofrer influência positiva através do acesso a informações que nós, de outras gerações não tivemos

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Tenham um perfil em redes sociais
  - Fiquem ao celular no período da noite/madrugada
  - Andem sempre com seus celulares

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

#### **P10**

Tenho

- 
- Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

□

**RESPONSÁVEL 18****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quatorze

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Me preocupo, mas é praticamente impossível controlar o que acessam

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Exposição ao bullying - ser vítima
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Depende da sociedade onde estão inseridos. Como pai/mãe posso somente fazer o meu melhor para educar

**P8**

Permito que meus filhos:

- Façam compras pela internet

- Tenham um perfil em redes sociais
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Acesso irrestrito ao quarto deles
- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

**RESPONSÁVEL 19****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Seis

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

O responsável ignorou esta pergunta

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

O responsável ignorou esta pergunta

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

O responsável ignorou esta pergunta

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

O responsável ignorou esta pergunta

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

O responsável ignorou esta pergunta

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

O responsável ignorou esta pergunta

**P8**

Permito que meus filhos:

O responsável ignorou esta pergunta

□

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

O responsável ignorou esta pergunta

**P10**

Tenho

O responsável ignorou esta pergunta

**RESPONSÁVEL 20****P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- 29 anos

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Não me preocupo tanto, pois damos uma boa educação

**P4**

As principais ameaças que me preocupam

são:  Outro (especifique):

- Não me preocupo

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:  Outro (especifique):

- Lhes dou educação

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Outro (especifique):
- Muito bom

**P8**

Permito que meus filhos:

- Outro (especifique):
- Façam uso conforme as necessidades que possuem

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Outro (especifique):
- Confiança em meus filhos

**RESPONSÁVEL 21****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezesete

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

Outro (especifique):

- Conversamos muito sobre benefícios e riscos pois para nos darmos a eles dados para que possam decidir quando não estivermos presentes sobre o que pode ser correto ou não é o que é extremamente perigoso. Trabalhamos responsabilidade e confiança

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

□

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- Façam compras pela internet

- 
- Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Andem sempre com seus celulares
  - Que usem o celular à mesa, durante as refeições se for por um motivo urgente ou consulta rápida

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos

- 
- Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 22****P1**

Meus filhos têm idades até:

Cinco

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia

□

- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral
- Exposição ao bullying - ser vítima
- Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

#### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando
  - Instruo a babá, avós ou quem sejam os cuidadores em minha ausência, sobre o que meus filhos podem ou não acessar

#### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- 
- Da família, pois os valores vêm da base

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- Que usem o celular à mesa, durante as refeições se for por um motivo urgente ou consulta rápida

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

#### **P10**

Tenho

- 
- Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

### **RESPONSÁVEL 23**

#### **P1**

Meus filhos têm idades até:

□

- Quinze
- Outro (especifique):
- Cacula tem 11

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- ☐ Outro (especifique):
- Notebook

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Não me preocupo tanto, pois damos uma boa educação

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Exposição ao bullying - ser vítima

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Outro (especifique):
- Opções muito diferentes e com conteúdos complementares dificultando escolher uma única. Mas acho que no caso dos meus filhos a 1ª opção se aplica

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook

- 
- Andem sempre com seus celulares

☐

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Outro (especifique):
- Filtros e anti virus sao complementares e nao excludentes

**P10**

Tenho

- Acesso irrestrito ao quarto deles

**RESPONSÁVEL 24****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quinze

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à violência

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode sofrer influência positiva através do acesso a informações que nós, de outras gerações não tivemos

**P8**

Permito que meus filhos:

- Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Andem sempre com seus celulares **P9**
- Os computadores de casa são equipados com:
- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- 
- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos  Acesso irrestrito ao quarto deles

**RESPONSÁVEL 25****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Seis

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família   
Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

- Outro (especifique):
- Usa celular ou tablet só qdo autorizado

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Senhas de proteção contra invasões de criminosos e espiões virtuais

**P10**

Tenho

- 
- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos  Acesso irrestrito ao quarto deles

**RESPONSÁVEL 26****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quatro

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
- Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família

#### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

Depende da sociedade onde estão inseridos. Como pai/mãe posso somente fazer o meu melhor para educar

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- Outro (especifique):
- veja vídeos de canais autorizados por mim

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Filtros de monitoramento de acesso a sites não idôneos ou perigosos

#### **P10**

Tenho

- Outro (especifique):
- usam por 10 min ao dia meu dispositivo

### **RESPONSÁVEL 27**

#### **P1**

Meus filhos têm idades até:

- Sete

#### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

#### **P3**

Me preocupa com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

□

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Depende da sociedade onde estão inseridos. Como pai/mãe posso somente fazer o meu melhor para educar

**P8**

Permito que meus filhos:

- Estudem consultando o celular/tablet/notebook  Outro (especifique):
- Tem horários específicos para uso.

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Filtros de monitoramento de acesso a sites não idôneos ou perigosos

**P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

**RESPONSÁVEL 28****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Cinco

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

Outro (especifique):

- Somente quando permitido

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando Outro (especifique):
  - A

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode ser influenciado por outras pessoas que estejam mal-intencionadas

**P8**

Permito que meus filhos:

- Outro (especifique):
- Não permito o uso a qualquer tempo. Ela não tem idade para decidir

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Outro (especifique):
- Apenas monitoro e converso. Procuo me articular com a escola

**RESPONSÁVEL 29**

**P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- 20

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Outro (especifique):
- Acompanho esporadicamente

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à pedofilia

- Aliciamento de jovens por grupos terroristas
- Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:  Outro (especifique):

- De toda a sociedade

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Façam compras pela internet
  - Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Andem sempre com seus celulares

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

**RESPONSÁVEL 30****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Seis

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia

- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral

### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando
  - Instruo a babá, avós ou quem sejam os cuidadores em minha ausência, sobre o que meus filhos podem ou não acessar

### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

### **P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Que usem o celular à mesa, durante as refeições se for por um motivo urgente ou consulta rápida

### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

### **P10**

Tenho

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos

- 
- Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

## **RESPONSÁVEL 31**

**P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- 37

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Não me preocupo tanto, pois damos uma boa educação

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à violência

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Façam compras pela internet
  - Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Fiquem ao celular no período da noite/madrugada
  - Andem sempre com seus celulares
  - Que usem o celular à mesa, durante as refeições se for por um motivo urgente ou consulta rápida

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

O responsável ignorou esta pergunta

**P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender

## **RESPONSÁVEL 32**

### **P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quinze

### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

### **P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à violência

- 
- Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral

### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

### **P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Façam compras pela internet
  - Tenham um perfil em redes sociais

- Estudem consultando o celular/tablet/notebook
- Andem sempre com seus celulares

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtua

**RESPONSÁVEL 33****P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- 46 e 43

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Me preocupo, mas é praticamente impossível controlar o que acessam

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Pornografia em geral

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Outro (especifique):
- São maiores de idade e não moram comigo

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

- Fiquem ao celular no período da noite/madrugada

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Outro (especifique):
- Não moram comigo

**RESPONSÁVEL 34****P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- 21

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Me preocupo, mas é praticamente impossível controlar o que acessam

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

- 
- Faço parte de um grupo de pais, em aplicativos de celular, que mantém contato sobre as questões relacionadas ao bem-estar dos filhos e seus colegas de escola

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Façam compras pela internet
  - Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Andem sempre com seus celulares

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 35****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Seis

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Pornografia em geral

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando
  - Instruo a babá, avós ou quem sejam os cuidadores em minha ausência, sobre o que meus filhos podem ou não acessar

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

- Usem o celular à mesa, durante as refeições, está ok

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Acesso irrestrito ao quarto deles

- 
- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 36****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quatorze

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

#### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Exposição ao bullying - ser vítima

#### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Outro (especifique):
- Uso aplicativo para controlar o acesso

#### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Andem sempre com seus celulares

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Outro (especifique):
- Aplicativo de controle de acesso

#### **P10**

Tenho

O responsável ignorou esta pergunta

### **RESPONSÁVEL 37**

#### **P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- acima de 21

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

Outro (especifique):

- Em casa, no celular e no trabalho

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

Outro (especifique):

- Ele já sabe o que faz

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
  - Aliciamento de jovens por grupos terroristas
  - Exposição ao bullying - ser vítima
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- Façam compras pela internet
-

- Tenham um perfil em redes sociais
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook
- Andem sempre com seus celulares

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:   
Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Acesso irrestrito ao quarto deles  Outro (especifique):
- Apesar de adulto, cuidado do seu bem-estar.

**RESPONSÁVEL 38****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezesete

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Controlo o que acessam em casa, mas não posso controlar o que acessam fora

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à pedofilia
- 
- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
  - Aliciamento de jovens por grupos terroristas
  - Exposição ao bullying - ser vítima

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- 
- Da família, pois os valores vêm da base
  - Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- Tenham um perfil em redes sociais

- 
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- 
- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 39****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quatro

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia

- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral
- Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
- Aliciamento de jovens por grupos terroristas
- Exposição ao bullying - ser vítima
- Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

#### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
  - Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso

#### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- Que usem o celular à mesa, durante as refeições se for por um motivo urgente ou consulta rápida

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Outro (especifique):
- Não temos computador em casa

#### **P10**

Tenho

- 
- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos
  - Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

### **RESPONSÁVEL 40**

**P1**

Meus filhos têm idades

até:  Outro (especifique):

- 18, 21, 22 e 25

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Não me preocupo tanto, pois damos uma boa educação

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
  - Aliciamento de jovens por grupos terroristas

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Outro (especifique):
- Sofre influência positiva para pesquisas escolares, estão todos na universidade ou formados, mas também é ditado por relações superficiais e rápidas.

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Façam compras pela internet
  - Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook

- Andem sempre com seus celulares
- Que usem o celular à mesa, durante as refeições se for por um motivo urgente ou consulta rápida

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Outro (especifique):
- Meus filhos já estão em uma idade que não é mais necessário tanto monitoramento. Além do mais confio na educação que demos a eles.

**RESPONSÁVEL 41****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezesete

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Controlo o que acessam em casa, mas não posso controlar o que acessam fora

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Exposição ao bullying - ser vítima
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Vasculho o computador, tablet e celulares sempre que posso
  - Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É ditado pelas novas relações desta época, muito superficiais e rápidas.

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos

**RESPONSÁVEL 42****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezesesseis

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Me preocupo, mas é praticamente impossível controlar o que acessam

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à pedofilia
  - Pornografia em geral
  - Exposição ao bullying - ser vítima

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Depende da sociedade onde estão inseridos. Como pai/mãe posso somente fazer o meu melhor para educar

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Andem sempre com seus celulares
  - Usem o celular à mesa, durante as refeições, está ok

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Outro (especifique):
- Nada

**P10**

Tenho

- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 43****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Sete

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

---

- Exposição à violência
- Exposição à pedofilia
- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

---

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
- Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
- Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
- Vasculho o computador, tablet e celulares sempre que posso
- Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

Outro (especifique):

- Em horários combinados

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Filtros de monitoramento de acesso a sites não idôneos ou perigosos

**P10**

Tenho

---

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos
- Acesso irrestrito ao quarto deles
- Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 44****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quatro

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Apenas no celular

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à violência

- 
- Exposição à pedofilia
  - Pornografia em geral

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- Outro (especifique):
- Veja desenhos e vídeos infantis

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Tela para descanso dos olhos

**P10**

Tenho

- Outro (especifique):
- Ele só acessa com um adulto perto

## **RESPONSÁVEL 45**

### **P1**

Meus filhos têm idades até:

- Doze

### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

### **P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral

### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família   
Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso

### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

### **P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Tenham um perfil em redes sociais

- Estudem consultando o celular/tablet/notebook

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- 
- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos
  - Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 46****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quinze

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Exposição ao bullying - ser vítima

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- Façam compras pela internet
- Tenham um perfil em redes sociais
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

#### **P10**

Tenho

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos

- Acesso irrestrito ao quarto deles

### **RESPONSÁVEL 47**

#### **P1**

Meus filhos têm idades até:

- Cinco

#### **P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

#### **P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

#### **P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- Exposição à pedofilia
- Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
- Pornografia em geral

- Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
- Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

- Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
- Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso
- Vasculho o computador, tablet e celulares sempre que posso
- Quando estão ao celular/computador/tablet, sempre checo o que estão acessando

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode ser influenciado por outras pessoas que estejam mal-intencionadas

**P8**

Permito que meus filhos:

- Estudem consultando o celular/tablet/notebook

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos

**RESPONSÁVEL 48****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezesesseis

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- Temos wi-fi em casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Aliciamento de jovens por grupos terroristas
  - Exposição ao bullying - ser vítima
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Andem sempre com seus celulares

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 49**

**P1**

Meus filhos têm idades até:

- Quatorze

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)
  - Aliciamento de jovens por grupos terroristas
  - Exposição ao bullying - ser vítima
  - Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- 
- Da família, pois os valores vêm da base
  - Compartilhados entre escola e família

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Pode ser influenciado por outras pessoas que estejam mal-intencionadas

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Tenham um perfil em redes sociais

- Estudem consultando o celular/tablet/notebook
- Andem sempre com seus celulares

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- 
- Acesso irrestrito ao quarto deles
  - Permissão deles para olhar todo o equipamento eletrônico quando bem entender
  - Acesso às atividades desenvolvidas na escola para conscientização das crianças e jovens quanto à nova realidade virtual

**RESPONSÁVEL 50****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dezesete

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Não me preocupo tanto, pois damos uma boa educação

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)

**P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais

**P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Da família, pois os valores vêm da base

**P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- É o mesmo que nas relações físicas

**P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Façam compras pela internet
  - Tenham um perfil em redes sociais
  - Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Andem sempre com seus celulares

**P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

**P10**

Tenho

- Acesso irrestrito ao quarto deles

**RESPONSÁVEL 51****P1**

Meus filhos têm idades até:

- Dez

**P2**

Meus filhos têm acesso à internet

- No celular e pelo wi-fi de casa

**P3**

Me preocupo com o conteúdo acessado por meus filhos?

- Sim, é uma das minhas principais preocupações quando se aborda a internet

**P4**

As principais ameaças que me preocupam são:

- 
- Exposição à violência
  - Exposição à pedofilia
  - Conexões com pessoas que incitem práticas nocivas à saúde física ou mental das crianças e jovens (grupos que incitam suicídio, automutilação, dietas drásticas, receitas de potencialização do efeito de bebidas, etc.)
  - Pornografia em geral
  - Recrutamento de partidos políticos, correntes radicais de pensamento ou comportamento político (neonazistas, pró-racismo, etc.)

- Exposição ao bullying - ser vítima
- Prática do bullying contra colegas ou amigos - ser o agressor

#### **P5**

Para proteger meus filhos dos perigos da internet:

- 
- Converso com eles e oriento sobre as ameaças reais
  - Coloco filtros nos computadores de casa e do celular
  - Limito os horários ou o tempo de uso do celular dentro de casa e em viagens de família
  - Peço para ver o celular e o examino junto com eles, é um acordo nosso □ Vasculho o computador, tablet e celulares sempre que posso

#### **P6**

Na minha opinião, o papel de alertar e monitorar crianças e jovens sobre os perigos e possibilidades da internet é:

- Compartilhados entre escola e família

#### **P7**

O comportamento de meus filhos na internet:

- Deve ser monitorado para que se evitem perigos a eles e aos outros

#### **P8**

Permito que meus filhos:

- 
- Estudem consultando o celular/tablet/notebook
  - Usem o celular à mesa, durante as refeições, mesmo que não aprovando, pois não adianta proibir

#### **P9**

Os computadores de casa são equipados com:

- Programas antivírus

#### **P10**

Tenho

- A senha de todos os equipamentos eletrônicos de meus filhos

## APÊNDICE B

### Transcrição das entrevistas conduzida com os educadores escolares

As entrevistas foram realizadas de maneira estruturada mas com o objetivo de dar liberdade ao entrevistado quanto à expressão de suas idéias e sentimentos acerca das questões. Ad questões postas buscam levantar dados sobre a observação dos educadores no que concerne os nove tópicos da cidadania digital, sem, no entanto, informá-los sobre os mesmos de antemão de modo a não contaminar/direcionar o discurso.

Segue abaixo, a transcrição das entrevistas aos educadores realizadas durante o período de outubro de 2017 a julho de 2019.

#### **PROFESSORA 1**

##### **Entrevista 004**

FC - os meninos nessa nova conjuntura mundial, ou seja, a internet não existia e hoje o que é, ela é uma violência na hora do recreio, pode se transformar numa violência... extrapolar as paredes da escola e continuar depois que a aula termina... Como é que você vê os meninos lidando com isso? Não só pela violência, mas pela exposição... como é que tá essa coisa da moral, da ética da educação, sabe...

P1- Primeiro, a questão da ferramenta, dessa ferramenta especificamente, eu acho que é tudo muito novo pra gente, não faz parte da nossa geração, e então a gente tem uma dificuldade de lidar com isso, também né... de percebê-los assim tão envolvidos com a questão da... da internet que pra mim é uma janela que você tá acesso, aberto e tem acesso a tudo, e às vezes o pai acha assim... não é... é... eu tô controlando meu filho, ele só fica no celular, mas não tem noção, a gente não tem noção do que pode ser realizado através dessa abertura... num é... que hoje está posta aí... eu acho que a gente já teve alguns problemas nesse sentido... FC - Aqui na escola?

P1-É, aqui na escola, de... desse bullying virtual, com exposição de fotografias inadequadas de alguns alunos, é... já ocorreu isso tudo aqui no decorrer desses... desses últimos anos... FC - É mesmo?

P1- Só que a gente sempre teve... assim... assim bem pontual sabe, mas a escola sempre teve um cuidado de tratar disso... FC - Aham...

P1- Eu não sei, aí é... são as instâncias lá da direção, da coordenação da época, né, mas assim sempre teve um cuidado de... ir atrás, de conversar, de procurar os envolvidos, de ir de orientar família, assim de todo mundo, um trabalho em cima disso, quando a gente percebia o que estava acontecendo... né... é... por exemplo, no caso da menina por exemplo ela tinha 13 anos, foi exposta, ela não vai voltar na escola, inclusive ela saiu daqui da escola, e... mas a família dela toda foi contactada, e né... assim...

FC - Você se lembra se foi ela que proporcionou essa foto, foi ela que tirou?

P1- Eu não lembro a situação, mas eu acho que foi ela mesma e... aparentemente ela não se sentiu incomodada com isso, sabe... aparentemente ela... porque eu acho que foi uma... ela era uma aluna novata então a gente não conhecia direito, assim né... ela tinha acabado de chegar

e... e ao mesmo tempo... logo depois... ela... saiu da escola... nem lembro o... a data, o ano que ocorreu não sabe... essa questão do bullying já aconteceu de... não bullying né... não bullying já aconteceu... mas já aconteceu de marcarem brigas, né... essa coisa pelo facebook... é mais ou menos dentro disso?

FC - Isso, sim...

P1- que você está trabalhando? ou eu estou extrapolando muito?

FC - Não, é... em geral... é tudo que você tem de impressão de como está a formação desses meninos?

P1- aí a gente... intervem..., chama a família, mostra a situação como é que é... num é... são situações complicadas... a não sei se você é da região? FC- Não....

P1- é da região?

FC - Não.

P1- A nossa escola ela tem uma clientela que ela é meio, mais ou menos favorecida, então não é uma... é claro que tem algum outro aluno que tem mais dificuldade, mesmo risco social e tudo... mas é uma escola mais elitizada... né FC - Sim...

P1- é... então normalmente quando acontece uma situação assim, são meninos que vem de outro lugar, que estão chegando na nossa escola... FC - Prá cá?

P1- É... quando aparece uma situação mais grave, sabe... é... (risos) falo muito...

FC - Pode falar... tranquilamente... \_ é...aí... e eu percebo assim, a escola tem um cuidado de... a gente tenta ter um cuidado com isso... a gente percebe que... a gente tenta atuar de alguma forma... é... existem propostas hoje dentro da... projetos aqui na escola que estão acontecendo... às vezes individualmente com alguns professores que tem... que buscam tratar desses assuntos... igual o professor de geografia, eu sei que ele está trabalhando essa questão das mídias... é.. com os meninos e tentando vê isso...

FC - Então, tem alguém que faz uma iniciativa aqui na escola de prevenção?

P1- É, de prevenção... de mostrar pra eles assim... essa parte ética mesmo... né... é que rede social é essa... como que eu tô agindo nela, aí assim se depois se vocês quiserem conversar especificamente com esse professor que está desenvolvendo esse trabalho, assim com os meninos...

FC - Que bacana, seria ótimo...

P1- de informática, e tentar trabalhar é... essa questão ética e moral com eles mesmo.. porque parece que eles não tem noção disso... mesmo... do que eles vão postar e .. sabe ... assim ... da repercussão que isso tem... parece que eles não têm essa noção... é uma questão de... da educação mesmo... tá faltando nesse sentido... é isso que eu tô falando... a gente é jovem ainda nesse sentido... imaturo... nós também, né... assim... vai ser uma coisa nova nisso... FC - Os professores também?

P1- pra gente como lidar com isso...né... e já teve com professor também, e a gente intervem, mas por exemplo...fazer enquete, por exemplo... hoje vai ser o professor tal que... aí aparece de tudo... mas a gente consegue descobrir e intervem... FC - Aham...

P1- ... já teve situação por exemplo ... eu montei um grupo no facebook na época dos 25 anos da escola e aí consegui captar vários ex alunos e professores e... mas o objetivo era resgatar memórias positivas na escola e aí de repente teve uma aluna que veio de uma forma agressiva em relação a uma professora... aí você tem que intervir de forma... no caso eu era a mediadora desse grupo, administradora desse grupo... então eu tinha que fazer uma intervenção assim positiva... porque eu ainda nem citei nomes... mas tentar de novo qual que era a proposta do grupo...

FC - Que coisa interessante isso, porque mesmo num... numa... a proposta do grupo bem clara, teve uma pessoa que entrou e não respeitou essa proposta...

P1- Isso. aí essa pessoa depois se desculpou... entendeu... então ela fez um post se desculpando... e era uma pessoa adulta, assim hoje... FC - Então não era uma aluna da escola?

P1- Ex- aluna...

FC - Ex-aluna hoje já adulta?!

P1- É.

FC - Ela já entrou como adulta?

P1- É porque esse grupo resgata os ex-alunos... FC- Entendi.

P1- Então assim, tem pessoas desde a fundação da escola, né... era essa proposta... e a gente colocar fotos e tentar recuperar ex-professores, ex-alunos e manter um diálogo ali, positivo... e aí teve esse problema, aí era vieram atrás de mim, toma cuidado, está fazendo isso, né... mas aí a gente conseguiu... sem agredir... sem citar nomes... mas o recado foi dado a pessoa entendeu, pediu desculpa e tudo... entendeu... FC - Ainda bem, né...

P1- E...aí essa questão política... hoje na escola é uma questão mais complicada né... mas tem uma proposta inclusive normalmente são as professoras de geografia que tem atuado um pouco nisso, é os meninos inclusive vão visitar agora a câmara municipal... FC - Aham...

P1- é... ver como é que funciona... aí é com ela também como que esse projeto... e eu sei que elas estão trabalhando essa parte de mídia... e essa consciência cidadã... não sei se cabe no seu projeto porque é mais moral e ética...

FC - Claro, claro que sim... é porque a gente trabalha moral e ética, tanto no campo físico quanto no virtual...

P1- Ah, tá... então hoje tem duas turmas em excursão do nono ano, visitando a câmara municipal...

FC - Olha que bacana, ah... eles falaram isso mesmo...

P1- Com a possibilidade de entrevistar um vereador...

FC - Aham... conversar com ele...

P1- Então existe ações... tem o projeto convivência da professora de educação física... muito bacana \_ é... que parece que até já até ganhou.. ela trouxe de lá da escola com esse projeto pra cá... aí ela tá atuando sozinha por enquanto nessa proposta... mas tem a proposta da convivência no recreio... jogos, brincadeiras, mas que os meninos sejam autônomos nisso... FC - Aham...

P1- mas aí se você quiser conversar com a da educação física e com a coordenação, porque ela começou atuando no recreio com os meninos, depois deixou por conta deles, aí a coisa meio deu uma desvirtuada assim (risos)... aí a coordenação foi e encerrou...

FC Aham...

P1 ... deu uma suspensão nessa proposta de recreio... mas além dessa... desse resgate nas brincadeiras no recreio, nessa convivência pacífica no recreio, ela sempre faz uma discussão, acho de que 15 em 15 dias... eu acho... com os meninos... eles vão postando... aí tem a questão da.. acho que você conversando com ela, você vai saber direitinho... acho que deveria... que é legal.. aí tem a questão étnico racial, gênero, convivência, uma série de coisas que ela tá trabalhando com os meninos... você quer saber mais alguma coisa...

FC - Sim... uma última pergunta... como você **professora X**, como você vê o papel da família nisso? ou seja, essa educação pra os direitos, os deveres, a ética, a etiqueta na internet, é família ou é mais um papel da família ou mais um papel da escola? Como é que seria isso? Existe um conflito?

P1- eu vejo assim... é... eu sou mãe também, né... adolescentes... adolescentes não... crianças... e... eu acho que a família hoje também perdeu um pouco os valores, a noção do que é o papel da família, é... independente do tipo de família, sabe... eu acho que tem que ter algumas coisas que tem que ser trabalhadas com... desde infância... em casa... essa questão da educação mesmo... de... de... de convivência, de relacionamento, de como portar em determinados lugares... eu acho que isso se perdeu... então o... o adolescente ele vem pra escola muito mais pra uma socialização, muitas vezes... a escola perdeu essa característica de ser o espaço que você vai lá pro aprendizado, ela acho que tá em transição ainda... sabe... acho que às vezes a gente, nós professores também, eu acho que a gente se percebe às vezes, confuso... do que... porque às vezes você tem que ser psicólogo, assistente social... cê tem que ministrar seu conteúdo... cê tem que ser mediador de conflito... então você acaba assumindo vários papéis, o tendo que assumir... mas você não está preparado pra isso... e família eu acho que ela tem jogado isso pra escola, sabe... muito... e... eu não sei se falta um resgate nessa proposta, talvez vindo até da escola... de resgate na ensino domiciliar, sabe... de trazer esses pais e tentar mostrar... olha... é... minimamente a gente tem que dá alguns valores pros nossos filhos... sabe... eu acho que os meninos vem aqui sem valor de hierarquia... sem valor de convivência com o outro... é tudo muito simples pra ele... o palavriado... a brincadeira... de chutar o colega... de passar rasteira... sabe... é tudo normal, né... o palavriado é muito mal... então eu acho que a família perdeu um pouco isso daí... FC - E isso vem de casa? Da base?

P1- vem da base, mas eu digo assim... eu percebo que a minha filha, por exemplo... ela tem 17 anos, ela tem uma... em casa ela tem uma relação... e eu sei que com os colegas dela ela tem outra...

FC Aham...

P1-...porque ela tem que ser aceita... e aí ela tem que falar algumas gírias que em casa eu não permito...

FC Aham...

P1-... em casa ela tem um outro vocabulário... outra postura... e eu percebo que quando ela tá com os amigos dela, ela tem um outro vocabulário... né.. assim... e... tem essa necessidade também... eu tenho que ser aceita... então eu percebo que eu não sei como que a gente pode trabalhar isso, às vezes... eu percebo os nossos adolescentes perdidos...

\_ Aham...

FC- ... sem foco... sabe... num tem foco... eu não sei pra onde caminhar... eu acho que na nossa época... é... nós somos estudantes... meu foco é estudar nesse momento... eu tenho que estudar... e aí você se direcionava pra isso... hoje... nem o foco assim eles não tem... não sei... eles estão perdidos, assim... eu percebo isso... né... os adolescentes... independente, às vezes, da estrutura familiar... sabe.... FC - Sim...

P1- ... se a estrutura familiar está próxima... se está tentando... eu percebo uma... uma agonia neles... eu acho... uma coisa assim... o mundo está perdido mesmo... é... excesso de informação talvez... é... ou... excesso de informação e muito... eu acho que a nossa geração ela dá demais... e cobra pouco... e aí eu acho que talvez seja por aí, sabe...

FC - Sei... entendo... então o adolescente fica perdido? nesse meio? porque ele não tem mais a base da família como era na nossa época e a escola também num se adaptou ainda porque é uma coisa nova, né... essa coisa da internet, desse campo novo de atuação deles...

P1- nem digo assim... ah... tem que ser como era... como minha mãe que cuidava de mim...

FC - Não... sim... sim... Aham...

P1- Não, mas eu acho que a gente tá descobrindo uma nova forma de tratar esses adolescentes e aí a gente tá se perdendo também nessa formação, sabe...

FC - E existiria, você sabe se existe algum conflito... se a escola tiver alguma iniciativa, ah... de educação nesse sentido... como às vezes tem com educação sexual... às vezes tem um conflito aí, que é instaurada a educação sexual na escola e a família, às vezes, se manifesta contra...

FC Aham... né... você já viu ou tem notícia de alguma coisa, alguma formação ética dentro da escola que a família se oponha? Na sua experiência? Como por exemplo o projeto da professora de geografia e do... de educação física, né?

P1 - Isso... esses projetos tão começando agora né... FC

- Então não deu tempo de perceber?

P1 - É...de perceber o retorno disso... é na questão da sexualidade sim... eu percebo uma maior intervenção da família... agora nessa relação ética que eu já não consigo dizer pra você assim se tem uma intervenção... negativa... não... entendeu... pelo contrário assim nunca... É que por exemplo, eu imagino, né...os meninos tão hoje numa... na excursão pra câmara dos... de vereadores...

FC - Isso...

P1 - E algum pai ou alguma mãe pode se manifestar contra porque não quer que o filho seja do x partido, não quero que seja do PT ou do PSDB ou eu não quero que ele tenha essa influência?

FC - eu imagino que isso possa acontecer, né... mais... se não é da sua experiência... P1 - É que aqui na escola a gente num teve esse...Essa manifestação não... a que eu percebo mesmo da família é em relação a sexualidade.. que eu já percebi mães...

FC - - E eles tem alguma argumentação? Eles não querem que isso aconteça na escola? Quem já se manifestou?

P1 - A gente já teve há muitos anos atrás... um projeto... é... sexualidade... a mãe se manifestou porque ela gostaria de cuidar da educação sexual da filha dela e não queria que a filha dela se expusesse a isso na escola... FC - Aham...

P1 - ... que era uma coisa super simples... na época... era sobre sexualidade e nem entrava sobre a questão de gênero... assim... como tá hoje... entendeu... e já teve algumas problemáticas em relação a... o ano passado... é... nessa questão de gênero mesmo, mais... a gente só ouviu burburinho... é foi uma coisa que... de intervenção de pai mesmo, sabe... mais... mais... mais foi... acho que foi a UMEI... a UMEI ainda faz parte da escola né... mas eu nao sei como foi encaminhado e de fato o que aconteceu... entendeu...

## **PROFESSORA 2**

### **Áudio 005**

FC - Crianças e adolescentes estão sendo formados na escola cognitivamente, ou seja, matemática, português, inglês... mas e a ética e a moral? Como é que está isso na escola hoje, sendo que nós temos aí um ambiente virtual que pode aumentar o bem e o mal, não é? Então todas as ações do bem podem ser aumentadas pela internet, podem ser é... divulgadas, assim como o mal. Eu tenho certeza que vocês tiveram já experiências com isso...

P2 - Tivemos problema de comportamento aqui. Fizemos uma convocação pros pais, pro advogado...

FC - \_ Mostrava o índice de comportamento?

P2 - \_ É, num tinha só questão de comportamento, tinha questão de... é... FC

-Estrutura familiar?

P2 -não, como é que se diz... atos infracionais, inclusive furtos... FC

- É mesmo?

P2 -muito furto, uma gangue instalada aqui... FC

- Dentro da escola?

P2 - É, tinha uma coisa assim... foi uma coisa assim que a escola tava caótica. FC

- Aham...

P2 -E aí a gente entrevistou primeiro explicando o que que é uma indisciplina...

FC - Aham...

P2 - e o que é que de fato é o ato um infracional, o que que era estatuto do adolescente através de um advogado

FC - Aham...

P2 - aí desse grupo, aí foram saindo as ações, os casos mais graves foram pro colegiado, outros casos a gente fez outras intervenções, porque aí os meninos que tava só maria vai com as outras, que era só indisciplina, eles foram se aquietando e percebendo, peraí eu não posso seguir... esse grupo aqui, esse grupo tá me levanu... pro erro mesmo... aí a coisa foi reduzindo, até no final a gente chega assim com o grupo só de vinte e tomando a... de aluno ser transferido, entendeu... tomando as atitudes já passando por várias instâncias, não uma coisa assim, ah, você não vai mais ficar aqui na escola... mas assim, passando por advogado, pelas intervenções em sala de aula com aquele grupo separado, então a gente retirava um grupo de sala de aula ficava com a coordenação e a direção com aquele grupo... trabalhando filme, práticas, dinâmicas... aí a gente trabalha a corrente do bem... na época esse filme foi esse e tal... FC - Aham...

P2 - aí eles foram mudando comportamento e os professores conseguiam dá aulas... com a retirada desses alunos de sala, entendeu... FC - Aham...

P2 -e os casos mais graves foram sendo encaminhados de acordo que... como deveria, entendeu...

FC - Então esses meninos eram... é o elemento de distúrbio, né, dentro da sala?

P2 -Eram... de uma questão de disciplina grave, o professor entrava dentro da sala e não conseguia dar aula... FC - Aham...

P2 -além da questão dos furtos que aconteciam... sabe... é coisa assim menino...tem coisas aqui que... menino andando no telhado... \_ Aham...

P2 - eles tinham os lugares que eles guardavam as coisas aqui dentro...

\_ Roubadas... ham...

P2 - é depois o outro vinha e pegava... \_

Aham...

P2 - roubaram chaves aqui, então eles tiveram... tipo assim... comando estava instalado, sabe... tipo... tinha um que se intitulava, sou do comando, eu tô, sou do comando... \_ Aham...

P2 - e então assim foi... mas aí a gente conseguiu...recuperar e recuperar a nossa tranquilidade e hoje a gente está super tranquilo, sabe... esses casos graves inclusive eles são adultos que eu já vi reportagem deles sendo presos...

\_ Aham...

P2 - entendeu, eles são meninos que saíram daqui 18 anos já tava...continuaram lá fora já tava preso mesmo porque já era da marginalidade mesmo, entendeu...

FC - Entendi..

### PROFESSORA 3

#### Áudio 006

FC - Crianças e adolescentes estão sendo formados na escola pra cognitivamente, ou seja, matemática, português, inglês... mas e a ética e a moral? Como é que tá isso na escola hoje, sendo que nós temos aí um ambiente virtual que pode aumentar o bem e o mal, né. Então todas as ações do bem podem ser aumentadas pela internet, podem ser é... divulgadas, assim como o mal. Eu tenho certeza que cês tiveram já experiências com isso... P3

- Com certeza...

\_ Mas como você com a sua experiência dentro da escola, como é que esses meninos estão lidando com isso? Por exemplo, vamos supor que tem uma coisa muito... muito usual agora que meninos muito novos estão começando a mandar nudes, ou seja, fotos do corpo prum coleguinha ou pra um pretendente ou uma pretendente e isso pode vaziar na rede, sê divulgado na rede por um colega é... menos cuidadoso... Como é que isso tá acontecendo? Eles fazem isso? Aqui dentro da escola já teve algum caso? Como é a abordagem da escola, onde entra a família nisso, o que é que é a sua impressão? Eu queria escutar um pouquinho...

P3 Bom, na experiência que eu tive desde quando eu entrei, eu tô aqui no (nome da escola) vai fazer 3 anos...

\_ Aham...

P3 meu primeiro ano eu estive em sala no sexto ano e ano passado eu estive na coordenação...

\_ Aham...

P3 é um espaço diferente, né...

\_ É muito bom, que dá outra visão...

P3 da coordenação pedagógica...é... então o que que a gente é... é... vislumbrou no ano passado... a gente é... implantou as assembléias escolares... \_ Aham...

P3 onde a gente escutava os alunos...

\_ Aham...

P3 e os vários problemas apareciam, inclusive esse...

\_ Entendi...

P3 eles levantavam a mão e falavam e a gente listava os problemas que a turma estava enfrentando e apareciam... o cyberbullying, né... \_ Aham...

P3 e a gente discutia sobre isso e via os possíveis formas de trata isso... e... e acho que repercutiu muito num efeito positivo porque eles mesmo apontavam o que poderia ser feito, questão da ética, da moral, né... eles usam o vocabulário... ah, tá... fica igual maçoneta, né professora, todo mundo passa a mão, todo mundo já viu... eles mesmo já vão apontar, e a pessoa se sente incomodada com aquelas fala... que elas não tem a dimensão quando leva pra público...

\_ Aham...

P3 o problema e debate, como que fica, como a que coisa num é tão escondidinha assim como ela tá achanu que é...né, eu fiz...

\_ Aham...

P3 a gente teve problema ano passado com alunos fazenu cyberbullying com um professor... eles criaram um, um... grupo no whatsapp pra, é... numerar o professor de zero a dez, quem é bom, quem é legal, quem num é...

\_ Aham...

P3 e a gente teve que fazer uma intervenção muito séria, eles tiveram que se retratar, pedir desculpa pros professores... \_ Aham...

P3 a gente mostrou pra eles que mesmo sendo uma brincadeira entre eles... isso vaza, que a internet não é uma terra escondida, ela é uma ilha...

\_ Aham...

P3 \_ pelo contrário, ela é muito ampla, muito vasta e pode parar até em outro país, né...

\_ Aham...

P3 \_ e o professor o que faz com isso, essa informação... eu mostrei pra eles, o professor pode uma vez procura emprego em outra rede e isso aqui compromete o trabalho dele...

\_ Sim...

P3 \_ porque cês tão colocando no facebook...

\_ Aham...

P3 \_ que é uma rede social que qualquer um tem acesso...

\_ Claro...

P3 \_ se você marca aquele professor ali naquele... naquela... é.... o... como é que fala...

FC \_ Postagem...

P3 \_ postagem, cê tá comprometeno, então o tempo todo a gente tem esses problemas, a gente traz isso pra família... é nossas reuniões de pais a gente trouxe vários textos de reflexão tratandu da, da... da informação no, na internet... da informação virtual... \_ Aham...

P3 a gente trouxe um texto filhos do quarto... muito bom o texto! assim, impactante... filhos do quarto... foi um texto que a gente trabalhou numa reunião de pais no ano passado, foi um texto que a Fulana, professora de português do nono, ela, ela fez uma dinâmica... nossa! sensacional, que os pais saíram daqui impactados... (risos)

P3 porque ela falou assim: olha, vai cê assim a brincadeira, quem deu bom dia pro filho hoje, é... é... toda vez que eu falar bom dia, se você é desse bom dia você levanta... \_ Aham...

P3 quem é do atlético... bom dia. Aí levantava, né... quem é do cruzeiro...

\_ Aham...

P3 Aí ela começou, quem deu um beijo no filho hoje?... metade levantou... \_

Aham...

P3 quem olhou o celular do filho ontem à noite ou essa semana pelo menos uma vez?... pouquíssimos levantaram...

\_ Aham...

P3 quem tem a senha do filho?... ninguém! \_

Ninguém...

P3 ninguém levantou... então ela foi fazenu, né... bom dia pra quem olhou o celular do filho, bom dia pra quem, é... é... sabe a senha do filho... bom dia pra quem acompanha as redes sociais do filho... aí os pais forma paranu de levantar. O atlético e o cruzeiro...

\_ Aham...

P3 foi aquele auê, né... o tempo, o tempo pro time tem... e o tempo pra olhar o celular do filho?

\_ Aham...

P3 e depois logo em seguida a gente deu filhos do quarto... eles leram... os filhos estão presos, ilhados no quarto, até eu acho que tenho o texto lá, mas... tem na internet... \_ Tá.

P3 vale a pena cês lerem, sensacional!... é uma cutucada na família, porque os filhos agora eles estão, é... reclusos no quarto...

\_ Aham...

P3 e a família não relaciona, tem que mandar: Oh, a janta tá pronta... \_

(risos)

P3 \_ tá no celular... teve pais que me falou isso aqui.. num foi nem uma, nem duas... \_

É mesmo?

P3

\_ que chama o filho pra janta no celular... ta pronto! no whatsapp... já pensou um negócio desse...

\_ Dentro da mesma casa?

P3 \_ dentro da mesma casa. Então a gente tem escutado muito isso. Não vou fala que a nossa escola não tem problema com, com a rede social, com cyberbullying... mentira. Toda escola tem...

\_ Aham...

P3 \_ a gente tem feitos vários projetos, o Ciclano que é... cês já entrevistaram? \_ Não.

P3 vale a pena conversa com ele.

\_ É.

P3 ele traz muitas propostas e como ele é um professor que tá fora de sala, ele... todos os projetos, ele tem o olhar geral.. ele propõe, a gente executa, ele acompanha muito a EJA que é o... o... que em qualquer escola é a turma que tem mais conflito... porque tá no auge da adolescência, aquela transição pra vida adulta, são meninos fora de faixa, que não tão na faixa etária é, é... adequada pra escola. então isso já traz, né, toda uma sequela desse tempo que eles perderam, né...fora da escola, ou na retenção... é claro aí traz essa carga da retenção... \_ Aham

P3 mas é isso que a gente tem feito... em língua portuguesa eu sempre, eu trabalho vários textos, inclusive o meu primeiro texto foi o diário de Davi Satil que trata do Bullying também...

\_ Você é professora de português?

P3 sou de português.

\_ Aham.

P3 Então eu, eu trabalho muito essa questão que que é o bullying, a consequência do bullying, o cyberbullying, meus textos na língua portuguesa todo semestre tem um texto que trata sobre isso.

FC... parabéns pelo trabalho... parabéns, mesmo! P3

Obrigada.

FC (risos), não são todos que fazem isso... P3

É.

FC - Você acha na sua experiência que os alunos, eles tem ideia do que é se expor na internet?

P3 - Não. Não eles não tem essa dimensão. Se a gente que é adulto não mostra pra eles, eles acham que tá restrito ao celular deles, as amizades deles, eles não tem essa, essa... eu sempre conto caso pra eles... eu contei um caso uma vez de um professor lá da escola w, professor Beltrano...

\_ Aham...

P3 Que a esposa do irmão dele, a cunhada dele, tava relacionando com um rapaz que prometeu mundos e fundos pra ela... viagem de navio, na, na na... e o marido médico, saia dum plantão, ia pra outro, ia pra outro, ia pra outro... e ela ficou romantizada com aquele tanto de promessa...

\_ Aham...

P3 só que o cara era estelionatário, ele começou a chantagia, ela num deu conta mais de pagá... a chantagem... aí teve que conta pro marido...

\_ Claro...

P3 que tava tenu um romance que ela nem conheceu a pessoa, foi tudo aqui... e ela assim naquele mundo dela de romance porque o marido não tinha dá... dado tempo pra dá aquela atenção que o outro deu virtualmente... \_ Aham...

P3

né... prometeu mundos e fundos... ah, que a gente vai viajar de navio, que a gente vai fazer um cruzeiro... falei, gente isso acontece com adulto, pessoa casada, se ilude, então muito cuidado, quem tá aqui atrás você não conhece... ele começa com uma carinha, daqui a pouco é outra, né...

\_ Aham...

P3 a gente sempre traz vídeo pra eles verem, teve um vídeo também que eu mostrei, já passou até no fantástico... um rapaz que marca com as meninas e todas vão no encontro, cê viu? \_  
Sim, eu vi...

P3 eu sempre mostrando pra elas, tá venu, oh... ele mostra que é rapaz novo, bonitim, que é novim, igual quando você vai lá no encontro é uma pessoa mais velha, que realmente assediava você sexualmente, não tem outro interesse, gente, não tem mais nada, é isso, e todos vão,

\_ Aparece no encontro...

P3 todas que marcam no encontro, aparecem no encontro. Então olha o risco que cês tão correndo, né... sempre eu incomodo a turma, incomodo os pais nas reuniões né. sempre tá na pauta.. a coordenação esse ano mudou mas a gente tá sempre apontando pra quem tá chegando, né, na coordenação... isso. Que a gente não pode perder a nossa função enquanto escola, de alerta as famílias porque as famílias de hoje em dia tão muito nessa dinâmica de trabalha, trabalha, a mulher sai pro mercado de trabalho... eu tenho mãe que sai de manhã, só chega a noite... ah, num encontro com meu filho, né, num vejo... e aí mãe, cadê aquele tempo da qualidade? Porque a gente sabe que a mulher moderna tá aí... eu trabalho, eu tenho filha, mas o tempo de qualidade, hoje em dia não é o tempo repetitivo, todo dia, mas é tempo de qualidade, o dia que eu sento com minha filha eu vasculho o celular dela, de A a Z, eu tenho a senha dela e aí se eu não tiver, aí seu eu num tiver... Fulana, sua senha? Mas eu tá, nu, tá... Oh... desliga o seu celular, um mês sem ele tá...

(risos) é assim que funciona... FC

- É a punição?!

P3 É... ela, eles ficam louco sem celular...Nussa, desesperados...

FC - É, desesperados...

FC - E da sua visão, eu sei que você tem também, eu sei que a maioria dos professores tem filhos, na sua visão da família, a família ajuda, atrapalha, ela tá fazendo o papel dela, ela não está fazendo o papel dela, é mais da escola... de quem é essa missão primeira? De alerta os meninos, de educar os meninos pra podê saber se comporta aí...

P3 - Oh, nesse contexto do agora, eu não vou jogar só pra família não, porque a família vive na dinâmica do mercado, a gente tá no mundo globalizado, a gente tá nessa busca mesmo pelo consumismo, infelizmente, não adianta cê fugir, fala: ah não num é consumismo... é, gente... que compra um carro novo, que uma casa melhor... então o trabalho ele fica mais exacerbado mesmo, então eu acho que é 50% da família, 50% da instituição escolar. Porque os meninos passam o tempo todo aqui. Os da integrada, eles chegam aqui oito, vão embora cinco e meia...

\_ Aham...

P3 então na, a nossa casa ela aumentou e a gente não pode fugir dela... porque se a gente tá ofertando a escola integrada, a gente... acarreta outras funções pra gente... num adiante a gente tampa e fala, não é nossa função... é sim... se a gente tá aqui no ambiente escolar e se o menino tá fazendo de oito a cinco e meia, acho que 50% desse, dessa responsabilidade é nossa... mas eu não isento a família não, a família tem que ter o tempo de qualidade... \_ E ela está fazendo isso hoje?

P3

P3 Eu acho que não. Até por falta de informação, sabe.

\_ Aham...

- Por essa dinâmica tão... que consome a família, de trabalho...né... e de tâ que mantê os filhos e tudo isso, né... que... que... que o mundo novo traz, esse novo paradigma, né, corrê atrás de trabalho, as novas tecnologias, o uso inadequado das novas tecnologias... num tem tempo, então a gente que mostra pro pai, o tempo que você fica ali torcendo pro seu time, mexenu nas redes sociais, dê atenção pro seu filho, conversa com seu filho, né, dialoga mais, é... desliga o celular, lê um livro junto com ele, brinca... a Professora Y trouxe umas sugestões de jogos nesse dia dessa reunião...

\_ Aham...

P3 - pra joga com o filho, joga com seu filho, brinca, tenha seu tempo com ele, né... deixa seu filho carente de você não, né, mas as famílias hoje em dia elas tão mais distantes dos filhos, eu acho que precisa mais da gente sempre... e sempre que a gente puxa a corda a gente percebe que melhora... \_ Aham...

P3 ... depois distancia de novo...

FC - É isso que eu queria saber um pouquinho...

P3 É...

FC - Nessa dinâmica que vocês fizeram tão brilhantemente eu imagino o que que aconteceu ali, né, com o texto e a família sendo exposta a... poxa, eu... pro meu time eu tenho tempo, mas pra... pro meu filho eu não tenho, pra checar o que ele tá vendo na internet. Isso você acha que surte um efeito?

P3 Surte! Mas é rápido... FC

- Uma parceria?

P3 é muito rápido, é o efeito relâmpago, a gente vê de novo que eles voltam...

FC - Eles acomodam pelo tempo...

P3 é, pelo tempo. Então a gente sempre tem que tá ofertanu esse tipo de reflexão na escola e eu acho que a mídia não contribui... \_ Aham...

P3 sabe, de forma efetiva... eu culpo muito a mídia! \_

Por que?

P3 Eu fiz comunicação social...

\_ Aham...

P3 Então eu já tenho um olhar muito crítico sobre a mídia, minha primeira formação foi comunicação social, e eu trabalho essa reflexão em sala de aula o tempo todo, eu puxo o tempo todo pra reflexão sobre a mídia... e a mídia não contribui, sabe... as informações elas são muito fragmentadas, num tem uma sequência, num tem aquele, aquela repetição que era necessária para cria um... um hábito... né... eu acho que... pra ser... pra ser um hábito de cuidar dos filhos nesse aspecto, porque se a tecnologia nova e surgiu, aonde que a gente vai aprender a lidar com ela? Qual que é o... o local que a gente mais se expõe no dia a dia? É pra mídia, ninguém mais frequenta bibliotecas, né... \_ Aham...

P3 a gente, todo mundo lê no ebook, apesar de eu ter feito uma pesquisa aqui, sobre o livro virtual e o livro físico, o livro físico ainda ganhou, muito, disparado, pelo prazer de passar as páginas, pelo prazer de carregar o livro e tal... mas mesmo assim, sabe... então eu acho que essa reflexão sobre o uso das mídias e a mídia contribuí, a mídia não contribui... \_

Ela... ela... ela não contribui apenas ou ela atrapalha? Que que cê acha?

P3 Eu acho que atrapalha, eu acho que atrapalha.

P3

\_ Em que sentido?

P3 No sentido mercadológico mesmo, de consumo é isso, de faça isso, é legal cê tá ligado nas novas tecnologias, mas eu acho pouco os programas que são educativos, pra o bom uso da mídia e quando tem passa tarde, quando tem passa é em rede fechada ou num canal assim...

que num é aquele canal assim, convidativo, né, por exemplo uma Rede Minas que é um canal educativo, e fica assim muito na base, muito na superfície, num aprofunda, num tem... \_  
Aquele continuidade?!

P3 É, continuidade.

\_ Se fosse apresentado pra você ou pra escola, né, no caso aqui eu tô perguntando pra você, um programa de educação pra cidadania digital que é o que a gente está falando, você gostaria?

P3 Show! Show de bola... \_

É o meu projeto tese.

P3 Show de bola.

\_ Porque aí já vem tudo mastigadinho, é uma cartilha, né, pra você aplicar aquilo na sala, vem vários exercícios, como eu vejo que a sua... já foi uma iniciativa sua... P3

É.

\_ isso seria uma diferença para os professores?

P3 Ou. Eu acho que da maioria, tem professor que a gente tem que tirar da zona de conforto, que acha que o conteúdo dele, só se restringe a área dele, tem que trabalhar só a guerra lá, trabalhar só é... sei lá... o desmatamento da Amazônia... e esquece que tudo isso tá aqui, né.

\_ Seu celular?

P3 É, tá na rede social, tá nas mídias, né, tá... tá aí... tudo tá atravessado, tudo se cruza, num pode ficar restrito, ah, eu tenho que, a minha é substantivo lá e pronto... porque esbarra em outras coisas e a aprendizagem ela... ela vai e vem, ela tem premiada de um monte de eixo, né, aí eu penso que vai ajuda a gente muito, porque é um trabalho, se ela já vié de uma forma condensada, de uma forma já pensada, né, eu falei isso ontem na apresentação que eu fiz aqui, que a gente precisa de buscar suportes na academia...

\_ Aham...

P3 Pra discutir aquilo que a gente não dá conta, que a gente tá engatinhando, eu até dei exemplo da questão de gênero, as próprios... uso da tecnologia.. porque a gente tá engatinhando, mas tem gente que tá pesquisando, então vamo lá, né, busca com esse pessoal que tá pesquisando pra dá suporte pra gente...

\_ Aham...

P3 O que a gente num pode fazer é tampar as vistas e falar, né, ah, esse problema, não cabe a gente, a gente num da conta de discutir, mas a gente não dá conta nunca e nunca vai dá conta, e aí? o problema tá aqui, atinge é... é... o nosso trabalho de forma devastadora que é um problema, igual esse que eu tive com os professores...

\_ Aham...

P3 eles expostos nas redes sociais, o professor num tava conseguindo dar aula, esse professor ficou baixo astral mesmo, teve problema de depressão...

\_ Aham...

P3 por essa exposição que foi muito tempo, e até a gente descobrir e analisar e trabalho de Sherlock Holmes... \_ Exatamente.

P3 cê tem que fica... vai ali, vai aqui, pergunta um, vai no outro, entra.. manda convite na rede pra pode participar, né, às vezes você tem que fazer um fake pra poder entra e saber o que que fez, eles num deixa a gente entrar, é só deles... então é um trabalho muito assim de Sherlock Holmes mesmo, de pesquisa, de... \_ Que bacana!

P3 É. É isso.

#### **PROFESSORA 4**

##### **Áudio 007**

P4 - Ah, eu repito pro cêis, só pro cêis verem, porque eu queria era ver se eu tô pelo caminho certo, dos meninos é, eles tão pesquisando sobre informática na escola, é um projeto de pesquisa, lá a gente trabalha assim... FC Aham...

P4 a gente se divide, eu oriento doze alunos e eles são em grupos e aí eles fazem, eles escolhem um tema e esse grupo escolheu a informática, o laboratório de informática lá da escola e aí a gente...

#### **PROFESSORA 4**

##### **Áudio 008**

P4 mas lá a gente trabalha assim, a gente se divide, e a gente fica com um grupo que se divide em três grupos pra fazê as pesquisa então eles fazem as pesquisa... aí teve esse grupo que escolheu a informática, né, pra trabalha e... e o laboratório lá, só que assim eu falei assim com eles: e aí cês vão trabalha o quê, né, dentro dessa informática? aí eles foram trabalha essa questão, de como que a aprendizagem pode acontece dentro da sala de informática, porque o que eles reclamam é que os professores num levam eles pra informática, eles querem tê aula de informática e eles acham que eles usam pouco... né...

FC Aham...

P4 Aí a gente começou a fazê essa pesquisa, eles fizeram a entrevista com a responsável do laboratório de matemática, de como que, quem usava, o que que tinha, e aí eu comecei a fazê uma pesquisa com eles de... que eu também não uso a sala de informática, aí eu fui começa a pesquisa os recursos (risos)

\_ (risos) pque tinha dentro dessa sala...

FC Aham...

P4 que poderiam ser aproveitados, e assim eu tava conversando com o responsável de informtática daqui que é uma sumidade, ele é top demais, aí ele foi me mostranu algumas possibilidades de trabalha com eles lá na outra escola... e um dos... aí tinha o estrelárium que eu nunca tinha usado com eles, e é um programa fenomenal... FC

\_ Chama estrelárium?

P4\_ é, entrelárium. se vê o tempo do céu real...

FC \_ Aham...

P4\_ Cê vê os planeta, cê vê todas essas questões mais, né... FC

\_ Ah, sim...

P4\_ e aí eu comecei a fazê esse trabalho com eles lá, foi muito bacana, tá senu muito legal.

FC \_ Isso é no Florestan?

P4\_ É, la no Florestam, é. Aí, o que que acontece agora, eles foram pra informática e aí o que eles perceberam, do que que é difícil, né, e a gente vai fazê essa discussão agora, juntanu com a pesquisa que eles vão fazê com os professores, que eles ainda vão entrevista os professores, é... cada máquina era uma coisa, então quando eu sentei com eles diante do computador e falei assim: vamo entrá no aplicativo chamado estrelárium, vamo procurá lá nos aplicativos, aí numa máquina tinha, na outra num tinha, na outra era... tava numa linguagem outra lá que eu nem descobri que linguagem que é ainda, é cada máquina tinha uma configuração, porque os computadores da sala de informática nem todos tem a mesma configuração... FC

\_ Aham...

P4\_ e aí é... é... um tem um recurso mais atual, atualizado, por conta da máquina ser mais atual, a outra máquina é mais velha, o mesmo programa tá lá, mas é uma coisa diferente, é

uma... como é que chama, é... essa edição diferente do mesmo programa... então quê dizê, cê chega lá com seu aluno pra trabalhá... aí... (risos) (ela morre de ciúme)... aí cê tá lá trabalhanu com... cê fala assim... é porque eu também tenho a dificuldade, é a minha limitação na informática, né, aí cê... eu falava assim, entra no aplicativo, oh, cadê a barra de ferramenta? num tá aqui. e como que eu ponho a barra de ferramenta, eu sei? Não. Não sei por barra de ferramenta, aí eu tinha que... ou, põe barra de ferramenta ali... porque eu também num sabia colocar, eu sabia chegá e a barrinha ia tá lá e eu manda, tinha um roteirinho, entendeu... e isso é um dificultador, uma coisa que assusta a gente na hora de fazê, voce diante do seu aluno falá: eu não sei. entendeu, é complicado... FC \_ Aham...

\_ Mas cê tem que fazê, num sabia, né... chamava ajuda, ou eles próprios ia fuçando lá e conseguia por a barra... então assim é uma coisa que dificulta, né, o trabalho da gente, o problema é que lá a gente tá com pouco tempo, eu tenho que fechá essa pesquisa com eles, agora em maio, 26 de maio...

FC \_ Aham...

\_ porque na verdade, eu queria trabalha com eles um pouco disso, eu li um trabalho de uma pessoa que tá fazenu um trabalho nessa área também que discute a ética dos blogs, a ética dessas questões que é super bacana, mas num vai dá tempo deu chegar nesse....

FC \_ Nesse ponto... \_ nesse

ponto com eles... FC \_

Porque é muito vasto, né.

\_ muito vasto, e eu tenho que focar naquilo que a gente discutiu... pois é a gente tá nesse processo... é, cê entendeu, eu tô dislumbrada com o tanto de programa que eu vi, que eu posso usa e eu nunca usei, de matemática tem um programa de matemática assim... que é ótimo, do.. da... vai cainu as operações e eles tem que colocá o resultado dá um enter, aí um ser intra galáctico lá... dá um... (risos)

\_ (risos)\_ atira no... no fato e o fato some... significa que ele acertou... FC

\_ Acertou.

\_ se num acertou o negócio continua caindo... e eles ficam assim: me ajuda, me ajuda fessora que vai caí, vai caí, vai caí... \_ (risos) \_ então, assim foi uma experiência assim... super nova pra mim...

FC \_ Rica, né...É um joguinho de matemática.

\_ É um jogo de matemática e eu nem conhecia, diz o... diz o professor Z que eles tão aqui oh... há anos... esse jogo ali oh... e eu não sabia, entendeu... então eu acho que falta um pouco isso, sabe... da gente conhecer o recursos que a gente tem, aí eles fizeram esse jogo também e o cara lá da escola integrada falou que eles tão fazendo isso, nos horários vagos deles, às vezes eles entram no estrelárium, sabe...

FC \_ Aham...

\_ eles tem curso de... de digitação, por exemplo... um grupo que fica na integrada, ai quando eu falei assim, nós vamos precisar do editor de texto, porque qual que é o produto final dessa... desse projeto deles.. é a construção duma revista...

FC \_ Aham...

\_ eles vão contruí uma revista porque a escola ta fazenu vinte anos, então assim o grupo que tá comigo em conjunto vai construí uma revista, esse grupo vai falá sobre a informática e os outros dois grupos sobre o aniversário da escola, eles tão entrevistanu, fazenu a linha do tempo, tal... mas o produto final vai se o mesmo... FC \_ Aham...

\_ só que quem vai tá na frente disso é quem tá pesquisanu a informática que tá tenu a oportunidade de vê o funcionamento dos... das coisas... aí um dos recursos que eu falei que a gente vai precisá era a digitação do texto, né.

FC \_ Aham...

\_ com o editor de texto, aí perguntei: cês conhecem? ah, a gente tá fazenu o curso... lá tá tenu o curso de informática pra eles e é assim, eles viraram pra mim e falaram... o (nome do aluno) falou que tem que pô todos os dedos assim... (risos) e na hora de digita não pode digita assim... tem que digitar com todos os dedos (risos)...então assim, são coisas que eles vão descobrindo que é muito legal... acho que é um projeto assim... por isso que ela fica com raiva porque eu fico lembrado demais como é que faz lá.... (risos)

FC Com medo...

\_ é, mas... qual que é a perspectiva.. que ela fala assim: cê tem que fazê isso aqui. Mas qual que é a perspectiva de lá, que possibilita? eu trabalho com doze alunos, entendeu, a gente se organiza de forma que eu possa trabalha com doze alunos...

FC Aham...

\_ então... são três professores no mesmo grupo com duas turmas... a gente pega essas turmas e divide em três partes, e a gente trabalha só com esse... eu trabalho só com doze....

orientanu doze... é muito mais fácil... é difícil... FC \_ sim, é um grupo menor...

\_ é mais fácil não, porque eu me descabelo, que doze pessoas ser orientadas e cê tê que falá assim... igual eu tô ali com a entrevista que eles fizeram dum outro grupo... eles entrevistaram um... um aluno... um funcionário que ele foi aluno da escola e aí é outra coiss que estou dislumbrada, né... que eu sempre... eu tenho minhas irmãs que foram professoras tamém e alfabetizadoras e elas viviam falanu assim... nas conversas... ah, é... o menino lê, mas ele num escreve... o menino escreve, ma num lê... mas gente como assim, isso num tem nada a vê... como que ele num escreve... se ele sabe fala... como que se processa... aí eles foram entrevista esse funcionário da escola... entrevistaram os funcionários e eles foram transcrever... a fala do funcionário... oh, gente... na hora que eu escutava o áudio, eu falava... no que legal, que entrevista super bacana, o cara era aluno de lá, desdos doze anos, hoje tem trinta e dois e é funcionário da escola, então ele contou para eles essa trajetória de como que fo ele chegou e tal... ai cê ouviu ele falá... eu fiquei emocionada, eu arrepiava, sabe.. aí quando que peguei a transcrição que eles fizeram, aí eu tinha gravado no celular e eles foram fazê a transcrição... quando eu fui lê... o texto... eu falei: gente, que doido.. que que é isso...

\_ Cadê a transcrição? cadê aquilo que ele falô?

FC \_ Aham...

\_ por causa de pontuação, por conta de... desse monte de coisa tava diferente... aí eu agora a etapa que to fazenu que eu sou professora de matemática... eu num sei muito... (risos) aí eu busquei ajudas dos universitários, como eu intervi, que eles vão publicar isso na revista com relato, né... então como que vai... como que eles vão fazê a intervenção no texto que eles num pode intervir... porque um te... um relato tem que cê a fala da pessoa, ele tem que transcreve...

FC Aham...

\_ ele tem que transcreve, mas aí eu conversei com alguns professores de português que eles podem transcrever, mas eles podem recortar... eles não podem muda o sentido da fala, mas por exemplo ele em alguns momentos ele fala assim... ah, cê... cê viu que... que essa igreja que tem aqui do lado? eu... eu era ... era onde a escola funcionava, cê entendeu, né... FC \_ Aham...

\_ aí, esse tipo de recorte, eu posso ir tirando... os né demais, que lê se repete, quando cê fala, cê vai e volta, igual a minha fala aqui, que eu tô sentinu que na hora que vocês ouvi, cês vão

tê a mesma sensação que eu... que eu vou num ponto, volto num outro ponto... é diferente da fala escrita...

FC \_ Mas precisa ser exatamente como você falou. Tem que ser dessa forma, né...pra poder transcrever...

\_ isso. aí assim o pensamento da gente ele vai fluindo, aí em penso numa coisa, eu vou, eu volto... aí eu tô falanu uma coisa eu vou lá.. e foi isso que ele fez na fala dele...

FC Aham...

\_ ele tava fazenu um relato, aí ele lembrava lá no meio do relato, que ele num falou lá em cima, ele ia e aí eu vô tê que fazê essa discussão com os meninos, sabe...

FC Aham...

\_ relato tem que ser fiel aquilo que ele falou, mas a gente tem que fazê uma triagem pra tá organizando essa... você num pode mudá o posicionamento, mas cê pode recorta as repetições, recorta... que ele falava assim: eu tava no oitavo ano, não... eu tava no... não, não sei se eu no oitavo, seu eu num tava... então se eu coloco isso na íntegra, num texto de revista, as pessoas que vão ler, elas não vão ter essa clareza do pensamento que ele queria, então essas coisas que são repetidas, a gente vai ter que tirar, então isso eu vou tá fazenu essa discussão, mas eu tenho... aí eu acho que entra um pouco da ética também de que eu tenho que ter clareza de que eu não tô alteranu a fala dele...

FC Aham...

\_ então...

FC \_ Isso é difícil, né.

\_ é, isso é difícil ,né, mas é uma discussão eu mostrei pra professora de português aqui, a transcrição e ela falou que a menina que fez... que eu fiquei muito feliz com isso... que a menina que fez, ela já tinha tirado algumas coisas que era repetida, que ela tinha feito uma transcrição já muito boa, do que que ele tinha falado... tiranu isso, sabe essas coisa que ele parava, que ele ia pensá, ele tava na dúvida... então toda... esse trecho ela conseguiu fazê essa triagem, né... aí vão vê... eu tô nesse processo aí, vão vê no que que vai dá no final... se a gente vai consegui...

FC Está pertinho, né... 20 de maio...

\_ tá, vinte de seis de maio que eles vão apresentar... então eles tão quase acabando a fase de pesquisa efetiva, esse grupo, por exemplo, que tá na informática, eles já entrevistaram, o... o pessoal da informática, eles já analisaram os problemas que tem, que é a questão do não conhecimento dos programas, da dificuldade de se mexer nos programas...

FC Aham...

\_ porque alguns tão fora da linguagem que dá pra eles compreenderem dessa questão do professor porque eles viveram isso comigo quando chegou lá e eu não sabia onde que tava a barra de ferramenta, eu não sabia por a danada da barra lá, então eu tive que pedi o auxílio pra alguém me ajuda a por a barra...

FC Aham...

\_ e nesse período ele, o... o que tava nesse computador teve que esperar, alguns que não funcionaram realmente, porque mouse não funcionava, não tinha... por exemplo no estrelárium tem uma ferramenta que cê foca no astro que você que vê e cê vai fazenu a aproximação e aí cê vê o astro na... na íntegra, enorme, bunito.. eles tavam olhanu a lua, saturno, eles escolheram vênus, que eles gostam muito, e aí eles viam no tamanho real, e aí... real não, né... (risos)

FC \_ Sim... (risos)

\_ mas aí eles... teve alguns computadores, por exemplo, que não tinha esse...jeito de aproximar porque o mouse estava estragado, entendeu..

FC \_ Então, o acesso dos alunos aos programas também é difícil, né?

\_ É difícil porque eles não conhecem e o professor também não conhece, aí é essa etapa agora que eles vão fazê... FC \_ Aham...

\_ é... fazê a entrevista com os professores, qual é... qual é a .. o programa que o professor conhece eu por exemplo não conhecia nenhum desses que eu tô trabalhando com ele, quem me auxílio foi o... o responsável da informática que ele falou, qual.. quais que cê pode, como que cê edita uma revista, aí precisa do editor de foto, precisa do próprio editor de revista do editor de texto.. então quais desses que eu conhecia, o editor de texto e o de foto, o restante eu não conhecia, então assim... essa falta de conhecimento também ela dificulta, o professor não tem o conhecimento do que que você tem dentro do computador da escola e oh, diz ele que é há anos que esses projetos tão lá, esses programas estão lá.. aí o que que é o proximo passo deles agora, eles vão entrevista os professores, aí eles vão olhar se eles usam a sala de informática, se eles não usam, qual que é.. quais programas que ele usa... e eu tenho certeza que a maioria usa a ferramenta do google pra pesquisa e o editor de texto. Muitos não tem esse conhecimento desses .. todos esses programas disponíveis... e tem programa pra geografia,tem programa pra ciências, tem programa pra matemática, tem programa pra português.. e a gente não tem esse conhecimento, tem um... eu... um eu conheço ele, mas na versão do windows, eu não aprendi a mexer aqui ainda, que é um da tartaruginha que ele... ele dá o comando pra tartaruga e a tartaruga aprende o seu comando, então ela... ele manda faz um ângulo de trinta graus, aí a tartaruga caminha no ângulo de trinta graus e aí ele vai fazenu desenhos, e com isso ele desenha figuras geométricas, eles vão construindo... mas é uma coisa que cê tem que aprender primeiro para podê passa, entendeu. E essa linguagem da informática, infelizmente ela num é acessível, assim aos professores a grande maioria... FC \_ Não é acessível por quê?

\_ num é acessível não, ela num... o professor não tem o conhecimento pra fazer uso dela eu acho que até assim pela... pela... a informática acho que foi um desenvolvimento muito rápido, né....

FC \_ Aham...

\_ foi uma coisa assim, foi um *boom*... se você for analisar tem o quê... vinte anos... FC Vinte anos exatos!

\_ vinte anos que a informática vez assim blum.. explodiu.. e o ritmo de pensamento humano é o que eu acredito, não é assim.. ele não acompanha e isso pra mim influencia hoje no que a gente tem dentro de sala de aula, porque essa geração que tá dentro de sala de aula hoje, ela foi criada no ritmo de pensamento de uma informatização... FC Aham...

\_ então o ritmo deles é acelerado, sabe... aquele ritmo que pensa rápido, pensa rápido, pensa rápido, não se concentra, e aí o que acontece... dentro da sala de aula a gente tem a minha aula lá que ele precisa olha pro quadro, ele precisa olha pro livro, mas ele tem o pensamento é... tá cainu uma... uma arma aqui, eu tenho que pular pra fase de cá... ele tem esse pensamento construindo muito rápido quando eu tenho de desacelerar o pensamento dele pra ele pensa mais lento, ele tem dificuldade e o do professor eu acho que é o contrário... a gente foi construído num pensamento muito lento, nosso ritmo de pensamento é... estrutural mesmo, da aprendizagem, ele é lento... ele tem todas as etapas, cê tem que vence etapa por etapa, foi assim que a gente construiu o nosso pensamento, e aí quando cê tem que lidar com a informática que é uma coisa assim oh... aí cê...cê fica ali meio que perdido e isso te inibe... porque como que eu vou chega diante do meu aluno e vou fala assim: eu num sei como eu ponho a barra de ferramenta nesse computador...

FC \_ Sei...

\_ cê entendeu... isso é muito difícil, sabe....

FC \_ E você acha que se tivesse um incentivo para o professor conhecer toda a capacidade da internet, toda a capacidade dos jogos, com aprender isso, você acha que haveria um engajamento do professor nas escolas?

\_ Olha, eu acho que alguns sim, mas é aquela coisa, a mesma coisa que a gente tem dentro da sala de aula, quando você faz uma proposta de aula que tem aluno que vibram, que vão lá no tpo e tem aluno que fala: ai chatice aquela professora... é a mesma coisa, entendeu... quem tem essa avidez de conhecimento vai se engajar... por exemplo, eu tô assim... deslumbrada, eu tô deslumbrada... eu falei que... eu num faço outra coisa em casa, a nao ser fica mexenu nos programas que esse professor me mostrou... porque, primeiro porque eu tenho que aprende, que eu vou lida aí com eles e eu quero diminui ao máximo essa questão de eu tê que descobri junto com eles como que funciona, né... porque... mesmo porque a gente tem pouco tempo pra essa construção e assim é difícil pras pessoas lidarem com isso... um professor chegar diante do aluno e falar assim... eu não sei... e aí o aluno vai lá e fala... peraí professor, pode deixa que eu faço... e fez... é assim que acontece... o...o... em questão da informática quando cê vira pro seu aluno e fala assim, eu não sei, ele sabe pra você... então isso incomoda, que a gente tem que sair do lugar, a gente tem que sair do lugar que ... que tenha se construído de que o professor sabe e o aluno aprende... e cê tem que tê esse despojamento de fala assim: nossa, eu não sei mesmo, ocê sabe mais do que eu... e essa tranquilidade, só que o aluno vai continua te respeitau, ele continua te respeitau, num é porque você mostrou pra ele... eu acho que ele te respeita até mais, mais nem todo mundo dá conta de lidar com isso. Então quando cê pensa assim.. cê vai... se ocê disponibiliza o acesso as pessoas vão gosta? tem gente que vai gosta, tem gente que vai curti, tem gente que vai aplicá e tem gente que vai falá assim: putz grila, já vem inventa moda, entendeu... e eu acho...

FC \_ Na sua opinião é mais gente que se engajar ou menos?

\_ Olha, eu acho que depende de escola... te falá a verdade, depende de escola... se eu fô te falá lá da outra escola, eu acho que todo mundo vai se engaja, porque tá todo mundo lá

pipocanu... esse projeto de pesquisa a gente iniciou... ano passado... FC

\_ Aham...

\_ o primeiro foi o caos, o primeiro gente, o povo pirô, entendeu... porque assim como que cê pega doze alunos, orienta um.... se ocê pensa assim na questão de orientação quando cê pega um orientando cê tá peganu um... pra falá assim... um por horário, né... cê pega mais, mas cê pega um por horário pra falar, pontuar pra ele onde que o trabalho dele num tá avançanu... FC

\_ Sim...

\_ agora, quando cê pega meninos, e lá o projeto de pesquisa é com os meninos de seis anos até os de nono ano... então cê pegá um grupo de doze, primeiro que são doze... divididos em grupo, né... o... esse primeiro projeto... o primeiro projeto foi por interesse mesmo deles, eles se organizaram no grupo que quiseram, eles fizeram o que eles bem entenderam, pesquisou... então teve assim quem pesquisou dinossauro, quem pesquisou vulcão, quem pesquisou internet e o professor piranu nisso tudo aí... aí o segundo projeto que foi no final do ano passado, aí já teve um tema, o tema foi questão indígena, então dentro do tema que ele poderia escolhe o que que pesquisava... FC \_ Sim...

\_ dentro daquele tema... FC

\_ Direcionado?

\_ Sim, já direcionado... é o mesmo que tá acontecendo nesse projeto agora, direcionado, dentro do tema do aniversário da escola que tá fazendo vinte anos, qual é o tema que vai ser pesquisado...

FC \_ Então escolas que tem mais iniciativas de projetos?

\_ Eu acho que as pessoas são mais abertas.

FC \_ Elas se engajariam mais?

\_ são mais abertas, eu percebo essa diferença muito grande lá, coisas que acontece lá se você trazê pra cá, não vai acontecer, entendeu... mas coisas que acontece aqui e cê levá pra lá também num vão acontecer...

FC \_ Depende da personalidade desse povo?

\_ depende da identidade que a escola criou

FC \_ Nossa, muito, muito, muito obrigada

\_ a escola tem que ter a sua identidade que aí cada uma vai funcionar do jeito que tá...

## PROFESSORA 5

### Áudio 009

\_ E aí o professor também precisa ser formado pra isso, eu acho que nem é formado, porque a gente tem muita formação, sabe... FC \_ É...

\_ É colocar em prática, é ele se perguntar: Peraí, qual que... eu sou responsável pela formação desse menino, por eu acho que a gente não pensa nisso, sabe... eu acho que a gente vem aqui e faz o nosso... muitos, com muita qualidade, outros com menos qualidade, outros com menos qualidade ainda, porque eu não concordo com essa fala de que os professores são... é... fazem muito bem. Não, se fizessem tão bem, a escola não estaria tão ruim, num é... a gente precisa ter humildade e dizer: ei, auto lá... a minha formação não tá dando conta, né, mas a gente num tem essa capacidade de reflexão, eu acho, ainda falta isso muito em nós, mas a gente precisa entender essa formação desse sujeito é só na geografia, é só na matemática que eu sou formada ou eu tenho que pensar... FC \_ Numa maneira mais ampla...

\_ numa maneira mais ampla, né... eu acho que é urgente... é urgente que muda, porque a sociedade que a gente tem vivido é culpa disso também... FC \_ Aham...

\_ dessa falta de... de... porque os sujeitos que estão lá fora, né, fora dos muros da escola foram formados dentro dela, e tão se comportando da forma como a gente tá vendo e num é... eu não estou falando de política não, estou falando do dia a dia nosso, né... \_ Da gentileza.

\_ do trânsito, do cuidado com o outro, a gente tá cada vez mais umbigueira, eu quero me dá bem e pronto, né. Eu quero que meu filho se dê bem e pronto e nem quero conhecer os amiguinhos dele que convivem com ele. E aí, ah, na escola ele tá protegido, num tá não, aqui ele pode se formar uma gangue e matar um sujeito na esquina, né. Eu acho que a gente precisa de refletir.

\_ Foi dado uma... foi dado um motivo pra vocês quando pediram pra não falar sobre a baleia azul dentro de sala de aula?

\_ Sim. Pra não é... os... a conversa instigaria os meninos a prática, então por exemplo, o menino que não, nem ouviu falar, o menino que nem ouviu falar ele vai ficar sabendo...

\_ Aham...

\_ então vai, vai se... vai estimular. Nós tivemos um suicídio aqui na escola no ano passado, um menino da EJA se suicidou, quase, quase nem os professores ficaram sabendo... \_ Aham...

\_ ficaram sabendo porque eu, eu fiquei sabendo porque era um filho de uma amiga da minha irmã quando ela falou em pan, aí eu falei: mas como assim?... já tinha uns três ou quatro dias que já tinha acontecido...

\_ Aham... Foi dentro da escola? Ou foi fora? \_

Não, fora.

\_ E ele era aluno daqui?

\_ Aluno daqui.

\_ Aham...

\_ Então, é melhor não comentar, é melhor a gente abafar, porque vai criar possibilidade de perguntas, de questionamentos e a gente não vai saber responder tal coisa. Eu avalio dessa forma, muito mais por esse medo de... vou parar meu conteúdo e perder meia hora conversando sobre...

\_ Aham...

\_ Então tem essa preocupação muito grande, essa escola, principalmente, ela é muito quadrada nesse sentido. E no meu entendimento essa escola tá falida, ela não atende mais os meninos, né...

\_ Aham...

\_ porque é só ali, eu olhando pro quadro, ou olhando pra quadra, fazendo aquele meu, né, eu não olho pra janela do outro, porque ele se incomoda de eu olhar para a janela do outro e porque eu sou vou olhar pra olhar pra ver o que que está errado na janela dele, eu não vou olhar para compartilhar o meu saber com o dele, a gente não tem essa proposta. Então, você conhecendo a escola você vai ver que todos os professores têm projeto para entregar, esse meu é um projeto legal, mas são projetos solitários, sabe... \_ Não são intercalados, né?

\_ Não são, não são porque não é oportunizado também esse, essa conversa, né... cada um fazendo o seu mesmo na medida do possível.

\_ É, seu projeto foi muito, muito bem indicado, né, foi o primeiro que a gente ouviu sobre, aqui na escola, inclusive a gente pede permissão pra tirar uma foto ali do cartaz.

\_ Lógico. Se vocês quiserem, me dá seu e-mail...

\_ Aham...

\_ que eu te mando tanto o projeto quanto os textos que eu trabalho, são quinze encontros semanais.

\_ Aham...

\_ Eu tive essa ideia porque eu fui... eu trabalhei na (pedreira Prado Lopes) - não sei se pode colocar o nome da escola, escola Belo Horizonte que era o antigo colégio municipal, sabe... \_ Sim.

\_ E ali na boca da favela, os meninos se odiavam, e a gente precisa parar e fazer alguma coisa, aí a diretora comprou essa ideia, me tirou da sala de aula, construiu o projeto, a gente fez como letramento, então era obrigatório para aquele professor naquele dia e naquele horário, discutisse isso com o menino. Foi todo mundo? Não, mas foi uma grande parte, alguns jogavam o texto lá e nem conversava, o menino levantava o dedo pra perguntar, porque eu conversava com eles depois, e o professor depois você pergunta pra (nome da professora, dela). Mas, é... teve uma repercussão muito boa, muito legal, no trânsito da escola também, uma repercussão muito legal, aí eu acredito que são sementinhas que a gente planta que a gente talvez não veja, e não vai ver dos cem por cento dos alunos, mas ele vai pensar sobre aquilo numa atitude que ele estiver fazendo lá fora também, né, então foi uma proposta que deu muito muito bem... deu muito certo lá e eu propus esse ano porque eu tô aqui há três anos, no primeiro ano eu queria conhecer o grupo, no segundo ano eu vi que eu não ia ter adesão, aí eu falei: então eu vou fazer sozinha! \_ (risos)

\_ a gente vai conhecendo, né, mais...

\_ Tem que ter o espaço pra isso...

\_ eu acho a escola um lugar fantástico, sabe... vim ontem, saí de sete lagoas trabalhava lá na... dava aula na faculdade lá, na educação física, saí porque eu acho que lá, o menino com dezenove, vinte, vinte e um anos ele já se corrompeu...

\_ Sim...

\_ Aqui não, eu acho que o lugar da gente é aqui, sabe, de quem curte a educação, é aqui, e há uma distância muito grande entre o discurso, principalmente o discurso acadêmico, mas o discurso entre nós também, o discurso entre nós também é muito bonito, né, mas a prática precisa de ter mais a sério, então é... eu sai de lá, eu pedi demissão, porque eu falei assim: meu lugar é aqui, eu quero essa dor de cabeça, que eu saio daqui, às vezes, e não volto nunca mais assim, entendeu...

\_ (risos)

\_ no outro dia eu tô com mais vontade ainda de voltar, porque eu acho que é aqui o lugar da gente fazer essas... plantar essa sementinha se... que pelo que eu tô entendendo o seu projeto percebeu a falta, porque depois que ele se corrompeu, fica difícil voltar atrás...

\_ É, num dá mais tempo...

\_ é, eu acho que o lugar é aqui.

\_ E professora é... na sua opinião pessoal, quem tá pecando mais a escola, a família, existe uma co participação nessa falta, nessa lacuna?

\_ Olha, eu... a gente... essa... essa... cultura nossa judaico cristã da culpa, né, eu não acredito que... somos todos responsáveis, né, eu acho que o pai quando pensa e quando pensa porque a gente tem percebido, principalmente nas classes mais baixas, que ele não pensa, quando ele pensa em ter um filho, ele... é um propósito, né... ele tem que ter um propósito pra esse filho porque senão só jogar no mundo, pra ter o assistencialismo do estado, eu acho que é uma falha, então nessa construção a família é o eixo principal, é o eixo principal, né, porque essa educação básica a escola podem montar mil projetos que ela não vai dá, eu acho que ela não vai dá, você precisa da família tá ali junto, né, porque o menino é... é vive é lá, né, aqui ele tá, convive com os meninos e tal, trás muito do que ele vive em casa, e... e leva muito daqui pra casa também.. mas eu acho que a família, a estrutura familiar ela é fundamental e num é uma estrutura familiar de dorianana não, né... não é a Dorianana, mas é uma estrutura básica de... que dê um porto seguro a essa criança, então a gente não encontra em casa esse porto seguro, vem pra escola buscar esse porto seguro, não vai encontrar também, então a escola também é muito responsável, eu acho...

\_ Aham...

\_ e o estado também é muito responsável, se ele não dá uma estrutura pra que a família tenha estrutura, a família não vai dar estrutura, então eu acho que é uma cadeia que a gente não consegue cortar, é um ciclo vicioso que a gente não consegue romper com ele, eu sou, eu sou muito utópica, muito esperançosa e, e eu acho que é isso que me alimenta, eu acredito que é possível, mas não vai ser apontando culpados que a gente vai encontrar, eu acho que não, sabe, eu acho que a gente precisa é de um trabalho de base mesmo, de um entendimento de quê mundo que a gente quer viver, que aí se rompem com algumas lógicas que são muito perversas... a lógica da escola como lugar de tomar conta de menino é muito perversa, a escola integrada, não vamo coloca o menino mais três horas na escola... é só pra tomar conta, porque se não fosse pra tomar conta, daria é... é... capacitação pra esses sujeitos que tão com essas crianças na escola integrada, e não há, são pessoas da... da comunidade que com muita boa vontade, mas que não tem formação nenhuma, né, então seria o contra turno eu acho que seria o ideal pra essa formação, porque eu acho que você tá...

\_ Propondo, né... pensando...

\_ propondo, no contra turno, então o menino passaria um tempo maior na escola sim, até porque a família precisa desse momento também pro trabalho e tal, mas com qualidade, então o menino tem passado oito, sete horas na escola sem qualidade nenhuma, e não vem em dizer que eu não

faço isso porque eu tô preocupada academicamente porque tem saído semi analfabeto, tem um, tem um nó aí, né, que você parece que tá fazendo esse paralelo com a escola particular, ele tem saído um excelente acadêmico, mas um sujeito... eu tenho meus meninos lá... eu não sou mãe, eu sou tia, chata... \_ (risos)

\_ mas meus meninos eu num dou conta de uma discussão que eu faço aqui com os meus, porque ele não tem olhar nenhum pro outro, ele é um egoísta, formado na escola particular, excelente, todos eles iam pra faculdade, pras melhores faculdades, mas ele não percebe o outro, então a escola pública tem essa abertura para perceber o outro, mas não tá dando conta também não, disso, então num consigo enxergar culpados, eu consigo enxergar responsáveis que precisam refletir, parar, sabe, a gente não para, a rotina da escola num deixa a gente parar...

\_ Aham...

\_ Olha só uma discussão como essa sua, precisava de no mínimo meia hora de você expor, não te dou dois minutos e qualquer coisa que a gente traga pra cá é assim... eu fui apresentar esse meu projeto, eu nao pude falar cinco minutos, eu falei porque eu sou chata e...tenho que falar... não, porque... gente, mas a gente precisa ter espaço pra conversar, mas não eu tô perdendo a carga horária do menino, a fala que mais me incomoda na escola é essa, tá perdendo, tá perdendo... se a gente tiver conversando, tô perdendo a carga horária do menino, que carga horária é essa se eu não me preparo pra essa carga horária, se eu não reflito sobre como que é tá sendo essa carga horária, é só ele tá dentro de sala?... né.... é muito, tá difícil... \_ Eu sei que a palavra culpa incomoda um pouquinho, talvez eu possa me expressar de uma outra maneira, quando a criança, vamos dizer uma criança de uns oito anos, forma um grupo com outros coleguinhas de sala pra perseguir um terceiro coleguinha, um quarto coleguinha, essa responsabilidade no alertar essa criança no sobre o caminho errado que ela tá tomando nessa perseguição ao colega, de quem que seria essa maior responsabilidade ou seria uma responsabilidade conjunta?

\_ Eu acho que é conjunta. Mas eu acho que o pior desse momento é a omissão, e aí na omissão é quem tá na hora, então é a escola, a escola se omite, entendeu, não é comigo, finge que num tô vendo, né, ou que é ainda mais perverso, às vezes até participa, inconscientemente, sabe, dá aquela risadinha, nem percebe, os meninos são muito espertos, né, então eu acho que a omissão é a maior responsabilidade da escola, eu acho, no acontecer, eu acho que é conjunta, a família também, porque se ele vem com essa ideia é porque no convívio familiar ele já viu fazer, né, porque o exemplo é muito mais convincente do que as palavras, muito mais...

\_ É...

\_ ele já viu na escola e não houve, nao aconteceu nada, porque a fala dos meninos é: num vai dar nada pra mim, então é porque tá convivendo com esse, num vai dar nada pra mim, o tempo inteiro, às oito horas que ele tá na escola, né, então eu acho que o maior, o maior pecado da escola é a omissão, é não parar, então por exemplo o caso do menino que suicidou aqui, para a escola, para a escola e vamo discuti em todas as salas sobre isso, para, não... e não fingir que nada aconteceu, que aquele menino não morreu, uma situação de *bullying* grave na escola, para a escola... ah, mas eu tenho prova hoje... num interessa e a gente... mas é... te digo com cem por cento de certeza, não se para, nao sei para... há uma discussão aqui, um ou outro professor um pouco mais sensibilizado, mas eu, eu não... a escola não para porque tem uma... por causa da prova... tanto é que a gente tinha uma reunião, pra você ter um exemplo, um exemplo bobo, tivemos uma reunião que ia ser ontem, nas quintas, não foi a reunião na quinta, teve que mudar, e aí tem todo... um problema pra fazer a mudança porque dois professores tinham prova... isso é mais importante, então na hierarquia de importâncias, ainda o conteudismo tá na frente, porque vou ser cobrado do IDEB e aí se meu IDEB for ruim, eu ganho menos dinheiro, a

escola... é uma loucura.. é muito perverso, sabe, por isso que na hora que a gente fala assim, é... é....que culpa tem o outro, são tantas as coisas que... embrenhadas, né, que fica difícil docê responsabilizar um ou outro só, é muita coisa, é muita coisa eu a gente tem que mudar... (risos) \_ Brilhante! Muitíssimo obrigada. (risos)



**APÊNDICE C – Categoria de Análise**  
**PROFESSOR 1**

Acesso digital	A internet aqui é ruim, às vezes pega, às vezes não. Se chover, para tudo.
Comércio digital	Confesso que não abordamos esse assunto com eles, não é uma pauta da escola.
Comunicação Digital	Mais?
Letramento Digital	... Primeiro, a questão da ferramenta, dessa ferramenta especificamente, eu acho que é tudo muito novo pra gente, não faz parte da nossa geração, e então a gente tem uma dificuldade de lidar com isso, também né...
Etiqueta digital	<p>_ é... já teve situação por exemplo ... eu montei um grupo no <i>facebook</i> na época dos 25 anos da escola e aí consegui captar vários ex alunos e professores e... mas o objetivo era resgatar memórias positivas na escola e aí de repente teve uma aluna que veio de uma forma agressiva em relação a uma professora... aí você tem que intervir de forma... no caso eu era a mediadora desse grupo, administradora desse grupo... então eu tinha que fazer uma intervenção assim positiva... porque eu ainda nem citei nomes... mas tentar de novo qual que era a proposta do grupo...</p> <p>_ Que coisa interessante isso, porque mesmo num... numa... a proposta do grupo bem clara, teve uma pessoa que entrou e não respeitou essa proposta...</p> <p>_ Isso. aí essa pessoa depois se desculpou... entendeu... então ela fez um post se desculpando... e era uma pessoa adulta, assim hoje...</p> <p>_ Então não era uma aluna da escola?</p> <p>_ Ex- aluna...</p> <p>_ Ex-aluna hoje já adulta?!</p> <p>_ É.</p> <p>_ Ela já entrou como adulta?</p> <p>_ É porque esse grupo resgata os ex-alunos...</p> <p>_ Entendi.</p>
Lei Digital	Olha que coisa curiosa: eu não sabia nem que já existia. Isso pode nos ajudar.

Direitos e Responsabilidades Digitais	<p>É, aqui na escola, de...desse <i>bullying</i> virtual, com exposição de fotografias inadequadas de alguns alunos, é... já ocorreu isso tudo aqui no decorrer desses... desses últimos anos... eu percebo os nossos adolescentes perdidos... - Aham _ ... sem foco... sabe... num tem foco... eu não sei pra onde caminhar... eu acho que na nossa época... é... nós somos estudantes... meu foco é estudar nesse momento... eu tenho que estudar... e aí você se direcionava pra isso... hoje... nem o foco assim eles não tem... não sei... eles estão perdidos, assim... eu percebo isso... né... os adolescentes... independente, às</p>
	<p>vezes, da estrutura familiar... sabe... _ Sim... _ ... se a estrutura familiar está próxima... se está tentando... eu percebo uma... uma agonia neles... eu acho... uma coisa assim... o mundo está perdido mesmo... é... excesso de informação talvez... é... ou... excesso de informação e muito... eu acho que a nossa geração ela dá demais... e cobra pouco... e aí eu acho que talvez seja por aí, sabe... _ Sei... entendo... então o adolescente fica perdido? nesse meio? porque ele não tem mais a base da família como era na nossa época e a escola também num se adaptou ainda porque é uma coisa nova, né... essa coisa da internet, desse campo novo de atuação deles...</p>
Saúde e Bem-estar Digitais	<p>Esses meninos estão viciados. Se a abordagem for sobre essa questão, sim, temos um caso de saúde, talvez irreversível.</p>
Segurança Digital	<p>internet que pra mim é uma janela que você tá acesso, aberto e tem acesso a tudo, e às vezes o pai acha assim...não é... é... eu tô controlando meu filho, ele só fica no celular, mas não tem noção, a gente não tem noção do que pode ser realizado através dessa abertura... num é... que hoje está posta aí... eu acho que a gente já teve alguns problemas nesse sentido</p>
Ações de educação para cidadania	<p>_ é...aí... e eu percebo assim, a escola tem um cuidado de... a gente tenta ter um cuidado com isso... a gente percebe que... a gente tenta atuar de alguma forma... é... existem propostas hoje dentro da... projetos aqui na escola que estão acontecendo... às vezes individualmente com alguns professores que tem... que buscam tratar desses assuntos... igual o professor de geografia, eu sei que ele está trabalhando essa questão das mídias... é.. com os meninos e tentando vê isso... _ Então, tem alguém que faz uma iniciativa aqui na escola de prevenção? _ É, de prevenção... de mostrar pra eles assim... essa parte ética mesmo... né... é que rede social é essa... como que eu tô agindo nela, aí assim se depois se vocês quiserem conversar especificamente com esse professor que está desenvolvendo esse trabalho, assim com os meninos...  _ de informática, e tentar trabalhar é... essa questão ética e moral com eles mesmo.. porque parece que eles não tem noção disso... mesmo... do que eles vão postar e .. sabe ... assim ... da repercussão que isso tem... parece que eles não tem essa noção... é uma</p>

	questão de... da educação mesmo... tá faltando nesse sentido... é isso que eu tô falando... a gente é jovem ainda nesse sentido... imaturo... nós também, né... assim... vai ser uma coisa nova nisso...
Conflito Família X Escola	aprendizado, ela acho que tá em transição ainda... sabe... acho que às vezes a gente, nós professores também, eu acho que a gente se percebe às vezes, confuso... do que... porque às vezes você tem que ser psicólogo, assistente social... cê tem que ministrar seu conteúdo... cê tem que ser mediador de conflito... então você acaba assumindo vários papéis, o tendo que assumi... mas você não está preparado pra isso... e família eu acho que ela tem jogado isso pra escola, sabe... muito... e... eu nao sei se falta um resgate nessa proposta, talvez vindo até da escola... de resgate na ensino domiciliar, sabe... de trazer esses pais e tentar mostrar... olha... é... minimamente a gente tem que dá alguns valores pros nossos filhos... sabe... eu acho que os meninos vem aqui sem valor de hierarquia... sem valor de convivencia com o outro... é tudo muito simples pra ele... o palavriado... a brincadeira... de chutar o colega... de passar rasteira... sabe... é tudo normal, né... o palavriado é muito mal... então eu acho que a família perdeu um pouco isso daí...
Indisciplina dentro da escola	NA

<b>PROFESSOR 2</b>	
Acesso digital	Todos têm acesso através do celular deles. Estão conectados o tempo todo. Se acaba a internet de um pede o colega para rotear.
Comércio digital	Nossos alunos não compram muito na internet. Têm celular, mas é para outras funções
Comunicação Digital	A comunicação digital é constante, mas só para o que não presta....
Letramento Digital	Tentamos dar a eles as noções básicas de excell e word mas não temos computadores para todos. Então a turma tem que ser dividida em duas ou eles têm que fazer em duplas, o que não é o ideal.

Etiqueta digital	Imagino o que seja, soa até bonito. Existe algum manual?
Lei Digital	Essa eu preciso conhecer. Mas acredito que seria mais para crimes e roubo de dados, correto? Ofensas entram? Tivemos casos aqui, vêm aumentando
Direitos e Responsabilidades Digitais	Não sabemos sobre isso. Seria bom se você pudesse nos ajudar, com uma palestra.
Saúde e Bem-estar Digitais	Só me vem uma palavra à cabeça: vício
Segurança Digital	A segurança dos meninos é uma coisa que me preocupa muito. Não têm estrutura familiar que os oriente e evite a exposição na rede. Está um caos
Ações de educação para cidadania	NA
Conflito Família X Escola	NA
Indisciplina dentro da escola	"_ Fizemos uma convocação pros pais, pro advogado... _ Mostrava o índice de comportamento? _ É, num tinha só questão de comportamento, tinha questão de... é... _ estrutura familiar? _ não, como é que se diz... atos infracionais, inclusive furtos... _ _ É mesmo? _ muito furto, uma gangue instalada aqui... _ Dentro da escola? _ É, tinha uma coisa assim... foi uma coisa assim que a escola tava caótica. " " _ E aí a gente entrevistou primeiro explicando o que que é uma indisciplina... _ Hum rum... _ e o que é que de fato é o ato um infracional, o que que era estatuto do adolescente através de um advogado _ Ham ram... _ aí desse grupo, aí foram saindo as ações, os casos mais graves foram pro colegiado, outros casos a gente fez outras intervenções, porque aí os meninos que tava só maria vai com as outras, que era só indisciplina, eles foram se aquietando e percebendo, peraí eu não posso seguir... esse grupo aqui, esse grupo tá me levanu... pro erro mesmo... aí a coisa foi reduzindo, até no final a gente chega assim com o grupo só de vinte e tomando a... de aluno ser transferido, entendeu... tomando as

atitudes já passando por várias instâncias, não uma coisa assim, ah, você não vai mais ficar aqui na escola... mas assim, passando por advogado, pelas intervenções em sala de aula com aquele grupo separado, então a gente retirava um grupo de sala de aula ficava com a coordenação e a direção com aquele grupo... trabalhando filme, práticas, dinâmicas... aí a gente trabalha a corrente do bem... na época esse filme foi esse e tal... \_ Hum rum...

\_ aí eles foram mudando comportamento e os professores conseguiam dá aulas... com a retirada desses alunos de sala, entendeu...  
\_ Hum rum...

\_ e os casos mais graves foram sendo encaminhados de acordo que... como deveria, entendeu...

\_ Então esses meninos era... é o elemento de distúrbio, né, dentro da sala?

\_ Eram... de uma questão de disciplina grave, o professor entrada dentro da sala e não conseguia dá aula... \_  
Hum rum...

"

"\_ além da questão dos furtos que aconteciam... sabe... é coisa assim menino...tem coisas aqui que... menino andanu no telhado... \_ Hum rum...

\_ eles tinha os lugares que eles guardavam as coisas aqui dentro...

\_ Roubadas... ham...

\_ é depois o outro vinha e pegava... \_  
Hum rum...

\_ roubaram chaves aqui, então eles tiveram... tipo assim... comando estava instalado, sabe... tipo... tinha um que se intitulava, sou do comando, eu tô, sou do comando... \_ Hum rum...

\_ e então assim foi... mas aí a gente conseguiu...

\_ Recuperar

\_ recupera e... a nossa tranquilidade e hoje a gente está super tranquilo, sabe... esses casos graves inclusive eles são adultos que eu já vi reportagem deles sendo presos...

\_ Ham ram...

\_ entendeu, eles são meninos que saíram daqui 18 anos já tava... \_  
Continuaram lá fora...

\_ já tava preso mesmo porque já era da marginalidade mesmo, entendeu... \_ Entendi.. "

<b>PROFESSOR 3</b>	
Acesso digital	Estão conectados sempre.
Comércio digital	Não abordamos esse assunto com eles. Acho que não compram pela internet, o poder aquisitivo aqui é mais limitado
Comunicação Digital	Eles se comunicam pelo celular o tempo todo, inclusive durante as aulas e falam até de nós professores. Impossível controlar. Ou se tira o celular da sala de aula, ou estaremos ensinando para as paredes, literalmente
Letramento Digital	O que é isso?
Etiqueta digital	Seria muito bom. Principalmente para ensiná-los a respeita colegas e professores
Lei Digital	Não conheço. Sei que existe uma lei sobre <i>drones</i> porque já passou na tv sobre um <i>drone</i> sobrevoando a Casa Branca nos Estados Unidos.

Direitos e Responsabilidades Digitais	<p>_ eles levantavam a mão e falavam e a gente listava os problemas que a turma estava enfrentando e apareciam... o <i>cyberbullying</i>, né...  _ Ham ram...  _ e a gente discutia sobre isso e via os possíveis formas de trata isso... e... e acho que repercutiu muito num efeito positivo porque eles mesmo apontavam o que poderia ser feito, questão da ética, da moral, né... eles usam o vocabulário... ah, tá... fica igual maçaneta, né professora, todo mundo passa a mão, todo mundo já viu... eles mesmo já vão apontando, e a pessoa se sente incomodada com aquelas fala... que elas não tem a dimensão quando leva pra público...</p> <p>(Ainda sobre a exposição das notas aos professores no <i>Facebook</i>)</p> <p>_ o problema e debate, como que fica, como a que coisa num é tão escondidinha assim como ela tá achando que é...né, eu fiz...  _ Hum rum...  _ a gente teve problema ano passado com alunos fazendo <i>cyberbullying</i> com um professor... eles criaram um, um... grupo no whatsapp pra, é... numerar o professor de zero a dez, quem é bom, quem é legal, quem num é...  _ Ham ram...  _ e a gente teve que fazer uma intervenção muito séria, eles tiveram que se retratar, pedir desculpa pros professores...  _ Ham ram...  _ a gente mostrou pra eles que mesmo sendo uma brincadeira entre eles... isso vaza, que a internet não é uma terra escondida, ela é uma ilha...  _ Ham ram...  _ pelo contrário, ela é muito ampla, muito vasta e pode parar até em outro país, né...  _ Hum rum...  _ e o professor o que faz com isso, essa informação... eu mostrei pra eles, o professor pode uma vez procura emprego em outra rede e isso aqui compromete o trabalho dele...  _ Sim...  _ porque cês tão colocando no <i>facebook</i>...  _ Hum rum...  _ que é uma rede social que qualquer um tem acesso... _  Claro...</p>
	<p>_ se você marca aquele professor ali naquele... naquela... é... o... como é que fala...  _ Postagem...  _ postagem, cê tá comprometendo, então o tempo todo a gente tem esses problemas, a gente traz isso pra família... é nossas reuniões de pais a gente trouxe vários textos de reflexão tratando da, da... da informação no, na internet... da informação virtual...</p>

Saúde e Bem-estar Digitais	<p>_ a gente trouxe um texto filhos do quarto... muito bom o texto! assim, impactante... filhos do quarto... foi um texto que a gente trabalhou numa reunião de pais no ano passado, foi um texto que a Fulana, professora de português do nono, ela, ela fez uma dinâmica... nossa! sensacional, que os pais saíram daqui impactados...</p> <p>_ (risos)</p> <p>_ porque ela falou assim: olha, vai cê assim a brincadeira, quem deu bom dia pro filho hoje, é... é... toda vez que eu falar bom dia, se você é desse bom dia você levanta...</p> <p>_ Ham, ram...</p> <p>_ quem é do atlético... bom dia. Aí levantava, né... quem é do cruzeiro... _</p> <p>Ham ram...</p> <p>_ Aí ela começou, quem deu um beijo no filho hoje?... metade levantou...</p> <p>_ Ham ram...</p> <p>_ quem olhou o celular do filho ontem à noite ou essa semana pelo menos uma vez?... pouquíssimos levantaram...</p> <p>_ Ham ram...</p> <p>_ quem tem a senha do filho?... ninguém! _</p> <p>Ninguém...</p> <p>_ ninguém levantou... então ela foi fazendo, né... bom dia pra quem olhou o celular do filho, bom dia pra quem, é... é... sabe a senha do filho... bom dia pra quem acompanha as redes sociais do filho... aí os pais forma parando de levantar. O atlético e o cruzeiro... _ Ham ram...</p> <p>_ foi aquele auê, né... o tempo, o tempo pro time tem... e o tempo pra olhar o celular do filho?</p> <p>_ Ham ram...</p> <p>_ e a família não relaciona, tem que mandar: Oh, a janta tá pronta...</p> <p>_ (risos)</p> <p>_ tá no celular... teve pais que me falou isso aqui.. num foi nem uma, nem duas... _</p> <p>É mesmo?</p> <p>_ que chama o filho pra janta no celular... ta pronto! no <i>whatsapp</i>... já pensou um negócio desse...</p> <p>_ Dentro da mesma casa?</p> <p>_ dentro da mesma casa. Então a gente tem escutado muito isso. Não vou fala que a nossa escola não tem problema com, com a rede social, com <i>cyberbullying</i>... mentira. Toda escola tem...</p> <p>_ Ham ram...</p>
Segurança Digital	Inexistente. Eles mesmos se expõem.
Ações de educação para cidadania	<p>_ meu primeiro ano eu estive em sala no sexto ano e ano passado eu estive na coordenação...</p> <p>_ Hum rum...</p> <p>_ é um espaço diferente, né...</p> <p>_ É muito bom, que dá outra visão...</p>

	<p>_ da coordenação pedagógica...é... então o que que a gente é... é... vislumbrou no ano passado... a gente é... implantou as assembléias escolares...</p>
	<p>_ Hum rum...          _ onde a gente escutava os alunos...          _ Ham ram...          _ e os vários problemas apareciam, inclusive esse...          _ Entendi...          _ eles levantavam a mão e falavam e a gente listava os problemas que a turma estava enfrentando e apareciam... o <i>cyberbullying</i>, né...           a gente tem feitos vários projetos, o Ciclano que é... cês já entrevistaram? _          Não.          _ vale a pena conversa com ele. _          É.          _ ele traz muitas propostas e como ele é um professor que tá fora de sala, ele... todos os projetos, ele tem o olhar geral.. ele propõe, a gente executa, ele acompanha muito a EJA que é o... o... que em qualquer escola é a turma que tem mais conflito... porque tá no auge da adolescência, aquela transição pra vida adulta, são meninos fora de faixa, que não tão na faixa etária é, é... adequada pra escola. então isso já traz, né, toda uma sequela desse tempo que eles perderam, né...fora da escola, ou na retenção... é claro aí traz essa carga da retenção...          _ Ham ram          _ mas é isso que a gente tem feito... em língua portuguesa eu sempre, eu trabalho vários textos, inclusive o meu primeiro texto foi o diário de Davi Satil que trata do <i>Bullying</i> também... _ Você é professora de português?          _ Sou, de português.</p>
Conflito Família X Escola	Prefiro não falar sobre isso.
Indisciplina dentro da escola	Já foi pior. A gestão atual tem nos ajudado muito.

<b>PROFESSOR 4</b>	
Acesso digital	Total. Se a internet aqui não funcionar, eles têm a deles, nos celulares, sempre. Ficam sem lanche mas não ficam sem internet.
Comércio digital	NA
Comunicação Digital	Total e irrestrita, o tempo todo
Letramento Digital	<p>P- Por que os professores não querem participar de um letramento?</p> <p>E - Os professores têm medo da perda do poder....ele não tem humildade, porque se tiverem humildade eles vão ter que reconhecer que tem conhecimento ali que eles precisam buscar mas não querem ou não tem tempo. Outros dizem que não têm tempo, que tem coisa mais importante para fazer, outros dizem que isso só vai aumentar a carga de trabalho deles...</p> <p>P- E porque eles estão velhos, você falou primeiro não é?</p> <p>E - É, que eles já estão velhos para isso, que não estão querendo se valer dessas "modernices", que no tempo deles todo mundo aprendia daquele jeito.....e que .....eles não estão interessados em ouvir o que a pessoa especialista está trazendo. O que eles querem são soluções rápidas e simples para diminuir o trabalho deles. Que não estão...ó, para os alunos.</p> <p>P- Então o professor é uma barreira?</p> <p>E - O professor é uma barreira entre o aluno e a tecnologia.</p>

	P- Entendi.
Etiqueta digital	Como seria bom se existisse. Não só para os alunos mas para os adultos também. É cada barbaridade.
Lei Digital	Desconheço, mas me interessei agora que você falou
Direitos e Responsabilidades Digitais	NA
Saúde e Bem-estar Digitais	Não há interação física como no nosso tempo. Brincadeiras de correr e conversas cara a cara. Agora é uma legião de zumbis, olhando uma tela. Isso não pode ser saudável. Vem cá, vem ver o recreio, olha!
Segurança Digital	Não existe.
Ações de educação para cidadania	Aqui na escola fazemos muitas ações para a cidadania mas nenhuma sobre cidadania abordando internet ou o uso de celulares. Alguns professores são mais ativos que outros.
Conflito Família X Escola	Podemos pular essa parte? rsss
Indisciplina dentro da escola	NA

**PROFESSOR 5**

Acesso digital	Não há falta de acesso. A conexão é total, o tempo todo.
----------------	--

Comércio digital	Acho um perigo isso. Tenho filhos e tento educar depois que meu mais velho comprou um patins com meu cartão de crédito. Não acreditei que ele tinha feito aquilo.....ele tem oito anos. Depois desse fato, percebi o risco que corremos, mas as famílias não sabem não.
Comunicação Digital	
Letramento Digital	<p>E aí o professor também tem que ser formado para isso... Acho que não é nem formar, porque a gente já tem muita formação. É colocar em prática, é ele se perguntar, peraí, eu sou responsável, pela formação desse menino?</p> <p>Eu acho que a gente não pensa isso. A gente vem aqui, faz o nosso, uns com muita qualidade outros com menos qualidade, outros com menos qualidade ainda.</p> <p>Eu não concordo com essa fala de que os professores fazem muito bem. Se fizessem tão bem a escola não estaria tão ruim. A gente precisa ter humildade e dizer: ei, alto lá! a minha formação não tá dando conta, né, mas a gente num tem essa capacidade de reflexão, eu acho, ainda falta isso muito em nós, mas a gente precisa entender essa formação desse sujeito é só na geografia, é só na matemática que eu sou formada ou eu tenho que pensar...</p>
Etiqueta digital	<p>numa maneira mais ampla, né... eu acho que é urgente... é urgente que muda, porque a sociedade que a gente tem vivido é culpa disso também... Da gentileza.</p> <p>_ do trânsito, do cuidado com o outro, a gente tá cada vez mais umbigueira, eu quero me dá bem e pronto, né. Eu quero que meu filho se dê bem e pronto e nem quero conhecer os amiguinhos dele que convivem com ele. E aí, ah, na escola ele tá protegido, num tá não, aqui ele pode se formar uma gangue e matar um sujeito na esquina, né. Eu acho que a gente precisa de refletir.</p> <p>Eu sei que a palavra culpa incomoda um pouquinho, talvez eu possa me expressar de uma outra maneira, quando a criança, vamos dizer uma criança de uns oito anos, forma um grupo com outros coleguinhas de sala pra perseguir um terceiro coleguinha, um quarto coleguinha, essa responsabilidade no alertar essa criança no sobre o caminho errado que ela tá tomando nessa perseguição ao colega, de quem que seria essa maior responsabilidade ou seria uma responsabilidade conjunta?</p> <p>_ Eu acho que é conjunta. Mas eu acho que o pior desse momento é a omissão, e aí na omissão é quem tá na hora, então é a escola, a escola se omite, entendeu, não é comigo, finge que num tô vendo, né, ou que é ainda mais perverso, às vezes até participa, inconscientemente, sabe, dá aquela risadinha, nem percebe, os meninos são muito espertos, né, então eu acho que a omissão é a maior responsabilidade da escola, eu acho, no acontecer, eu acho que é conjunta, a família também, porque se ele vem com essa ideia é porque no convívio familiar ele já viu fazer, né, porque o exemplo é muito mais convincente do que as palavras, muito mais... _ Aham...</p> <p>_ dessa falta de... de... porque os sujeitos que estão lá fora, né, fora dos muros da escola foram formados dentro dela, e tão se comportando da forma como a gente tá vendo e num é... eu não estou falando de política não, estou falando do dia a dia nosso, né...</p>

Lei Digital	Não conheço a fundo. Sei sobre <i>bullying</i> que nós pesquisamos muito ano passado por causa de um acontecimento aqui na escola....
Direitos e Responsabilidades Digitais	Ninguém sabe se pode ou não usar determinada imagem ou informação. Alguns alunos fazem trabalhos inteiramente copiados da Internet, inclusive imagens. Além do plágio, que eles sabem que é proibido, nada mais é passado “pra” eles. Pode ser que, às vezes, eles vão até citar Google Imagens, por exemplo, como fonte, demonstrando uma certa ingenuidade neste caso. Aí a gente peca também né, porque seria papel da escola, do professor ensinar isso, desde cedo. Na minha prática, pelo menos, não vejo nenhum professor ensinar isso, digo das imagens. A gente só fala de texto, que não pode copiar e tal.
Saúde e Bem-estar Digitais	Foi dado uma... foi dado um motivo pra vocês quando pediram pra não falar sobre a baleia azul dentro de sala de aula? _ Sim. Pra não é... os... a conversa instigaria os meninos a prática, então por exemplo, o menino que não, nem ouviu falar, o menino que nem ouviu falar ele vai ficar sabendo... _ Aham... _ então vai, vai se... vai estimular. Nós tivemos um suicídio aqui na escola no ano passado, um menino da EJA se suicidou, quase, quase nem os professores ficaram sabendo... _ Aham... _ ficaram sabendo porque eu, eu fiquei sabendo porque era um filho de uma amiga da minha irmã quando ela falou em pan, aí eu falei: mas como assim?... já tinha uns três ou quatro dias que já tinha acontecido... _ Aham... Foi dentro da escola? Ou foi fora? _ Não, fora. _ E ele era aluno daqui? _ Aluno daqui. _ Aham... _ Então, é melhor não comentar, é melhor a gente abafar, porque vai criar possibilidade de perguntas, de questionamentos e a gente não vai saber responder tal coisa. Eu avalio dessa forma, muito mais por esse medo de... vou parar meu conteúdo e perder meia hora conversando sobre...
Segurança Digital	Não acredito que haja. Sempre tem alguém que invade o computador. Entraram na NASA, um menino da Rocinha, imagina no meu ou no seu celular....

Ações de educação para cidadania	<p>Ações de educação para cidadania "( sobre a proibição de se falar sobre suicídio na sala de aula) Então tem essa preocupação muito grande, essa escola, principalmente, ela é muito quadrada nesse sentido. E no meu entendimento essa escola tá falida, ela não atende mais os meninos, né...</p> <p>_ Aham...</p> <p>_ porque é só ali, eu olhando pro quadro, ou olhando pra quadra, fazendo aquele meu, né, eu não olho pra janela do outro, porque ele se incomoda de eu olhar para a janela do outro e porque eu sou vou olhar pra olhar pra ver o que que está errado na janela dele, eu não vou olhar para compartilhar o meu saber com o dele, a gente não tem essa proposta. Então, você conhecendo a escola você vai ver que todos os professores têm projeto para entregar, esse meu é um projeto legal, mas são projetos solitários, sabe...</p> <p>_ Não são intercalados, né?</p> <p>_ Não são, não são porque não é oportunizado também esse, essa conversa, né... cada um fazendo o seu mesmo na medida do possível.</p>
----------------------------------	--

\_ É, seu projeto foi muito, muito bem indicado, né, foi o primeiro que a gente ouviu sobre, aqui na escola, inclusive a gente pede permissão pra tirar uma foto ali do cartaz.

\_ Lógico. Se vocês quiserem, me dá seu e-mail...

"

"eu acho a escola um lugar fantástico, sabe... vim ontem, saí de sete lagoas trabalhava lá na... dava aula na faculdade lá, na educação física, saí porque eu acho que lá, o menino com dezenove, vinte, vinte e um anos ele já se corrompeu...

\_ Sim...

\_ Aqui não, eu acho que o lugar da gente é aqui, sabe, de quem curte a educação, é aqui, e há uma distância muito grande entre o discurso, principalmente o discurso acadêmico, mas o discurso entre nós também, o discurso entre nós também é muito bonito, né, mas a prática precisa de ter mais a sério, então é... eu sai de lá, eu pedi demissão, porque eu falei assim: meu lugar é aqui, eu quero essa dor de cabeça, que eu saio daqui, às vezes, e não volto nunca mais assim, entendeu...

\_ (risos)

\_ no outro dia eu tô com mais vontade ainda de voltar, porque eu acho que é aqui o lugar da gente fazer essas... plantar essa sementinha se... que pelo que eu tô entendendo o seu projeto percebeu a falta, porque depois que ele se corrompeu, fica difícil voltar atrás...

\_ É, num dá mais tempo...

\_ é, eu acho que o lugar é aqui.

"( SOBRE O PROJETO DE CIDADANIA FEITO NA ESCOLA POR ELA)

Eu tive essa ideia porque eu fui... eu trabalhei na (Pedreira Prado Lopes) - não sei se pode colocar o nome da escola, escola Belo Horizonte que era o antigo colégio municipal, sabe... \_ Sim.

\_ E ali na boca da favela, os meninos se odiavam, e a gente precisa parar e fazer alguma coisa, aí a diretora comprou essa ideia, me tirou da sala de aula, construiu o projeto, a gente fez como letramento, então era obrigatório para aquele professor naquele dia e naquele horário, discutisse isso com o menino. Foi todo mundo? Não, mas foi uma grande parte, alguns jogavam o texto lá e nem conversava, o menino levantava o dedo pra perguntar, porque eu conversava com eles depois, e o professor depois você pergunta pra (nome da professora, dela). Mas, é... teve uma repercussão muito boa, muito legal, no trânsito da escola também, uma repercussão muito legal, aí eu acredito que são sementinhas que a gente planta que a gente talvez não veja, e não vai ver dos cem por cento dos alunos, mas ele vai pensar sobre aquilo numa atitude que ele estiver fazendo lá fora também, né, então foi uma proposta que deu muito muito bem... deu muito certo lá e eu propus esse ano porque eu tô aqui há três anos, no primeiro ano eu queria conhecer o grupo, no segundo ano eu vi que eu não ia ter adesão, aí eu falei: então eu vou fazer sozinha!

Conflito Família X Escola	<p>"E professora é... na sua opinião pessoal, quem tá pecando mais a escola, a família, existe uma co participação nessa falta, nessa lacuna? _ Olha, eu... a gente... essa... essa... cultura nossa judaico cristã da culpa, né, eu não acredito que... somos todos responsáveis, né, eu acho que o pai quando pensa e quando pensa porque a gente tem percebido, principalmente nas classes mais baixas, que ele não pensa, quando ele pensa em ter um filho, ele... é um propósito, né... ele tem que ter um propósito pra esse filho porque senão só jogar no mundo, pra ter o assistencialismo do estado, eu acho que é uma falha, então nessa construção a família é o eixo principal, é o eixo principal, né, porque essa educação básica a escola podem montar mil projetos que ela não vai dá, eu acho que ela não vai dá, você precisa da família tá ali junto, né, porque o menino é... é vive é lá, né, aqui ele tá, convive com os meninos e tal, trás muito do que ele vive em casa, e... e leva muito daqui pra casa também.. mas eu acho que a família, a estrutura familiar ela é fundamental e num é uma estrutura familiar de Doriania não, né... não é a Doriania, mas é uma estrutura básica de... que dê um porto seguro a essa criança, então a gente não encontra em casa esse porto seguro, vem pra escola buscar esse porto seguro, não vai encontrar também, então a escola também é muito responsável, eu acho...</p> <p>"e o estado também é muito responsável, se ele não dá uma estrutura pra que a família tenha estrutura, a família não vai dar estrutura, então eu acho que é uma cadeia que a gente não consegue cortar, é um ciclo vicioso que a gente não consegue romper com ele, eu sou, eu sou muito utópica, muito esperançosa e, e eu acho que é isso que me alimenta, eu acredito que é possível, mas não vai ser apontando culpados que a gente vai encontrar, eu acho que não, sabe, eu acho que a gente precisa é de um trabalho de base mesmo, de um entendimento de quê mundo que a gente quer viver, que aí se rompem com algumas lógicas que são muito perversas... a lógica da escola como lugar de tomar conta de menino é muito perversa, a escola integrada, não vamo coloca o menino mais três horas na escola... é só pra tomar conta, porque se não fosse pra tomar conta, daria é... é... capacitação pra esses sujeitos que tão com essas crianças na escola integrada, e não há, são pessoas da... da comunidade que com muita boa vontade, mas que não tem formação nenhuma, né, então seria o contra turno eu acho que seria o ideal pra essa formação, porque eu acho que você tá...</p>
Indisciplina dentro da escola	Era pior mas melhorou muito.

<b>PROFESSOR 6</b>	
Acesso digital	Não acredito que esses jovens possam viver sem internet mais, sem celular. Minha filha se recusou a ir a um casamento da prima no interior porque na fazenda onde seria realizada a cerimônia não tinha internet, o celular não pegava....você acredita nisso? Prima dela, cresceram juntas. Tive que forçar, conversamos sério com ela, eu e o pai.
Comércio digital	Minha filha mais velha compra de tudo pela internet. Não vejo perigo se for consciente. Mas não creio que nossos alunos o façam, pelo menos eu nunca vi.
Comunicação Digital	A comunicação deles é mais virtual que real, às vezes. Já vi relatos de mães de alunos meus sobre ter que chamar o filho para jantar, dentro da mesma casa, pelo celular. O menino estava com o fone de ouvido e não ouviu o chamado. Ela mandou mensagem pelo <i>whatsapp</i> . O menino viu e foi jantar. A mãe achou engraçado....
Letramento Digital	Não sei o que abordaria mais especificamente. Habilidades desenvolvidas nos alunos pelos professores? Seria uma aula de informática, cada dia abordando um tema?
Etiqueta digital	Necessária. Absolutamente necessária. Para alunos e professores! Urgente.
Lei Digital	Deve ser nova. Sei que existe a lei sobre ofensas e perseguição na internet, estudamos aqui na escola ano passado, um grupo de professores. Mas não acredito que exista ainda uma lei digital que tenha punições para o roubo de documentos, por exemplo. Existe?
Direitos e Responsabilidades Digitais	NA
Saúde e Bem-estar Digitais	Tenho uma amiga que desenvolveu insônia por causa do celular deitada, na hora de dormir. Não vê a hora passar e agora tem problemas para dormir. Agora que disse isso, tenho notado um aumento mesmo, dos meninos dormindo durante as aulas, principalmente no turno da manhã. Será pelo mesmo motivo?
Segurança Digital	eles não têm nenhum pudor, enviam fotos pelados uns para os outros. É pior no caso das meninas né.....(suspiro de tristeza)..... porque a sociedade não perdoa a mulher que se expõe. Se for homem, já, já todo mundo esquece. Mas a menina fica marcada, na escola e fora dela. Já tivemos casos de meninas que tiveram que mudar de bairro, tiveram que sair aqui da escola porque o namorado mandou uma foto dela sem roupa para os amigos dele
Ações de educação para cidadania	Houve e há aqui na escola, mas é uma iniciativa de alguns professores. É bem bacana, mas eles precisariam de maior apoio. Muitas vezes tiram o dinheiro do próprio bolso para bancar um ônibus de excursão, por exemplo. Hoje uma turma foi para a prefeitura, você viu quando estavam saindo. Ação da professora de história, dinheiro dela.
Conflito Família X Escola	Muito grande. A família espera que eduquemos os filhos deles. Mas se tomamos alguma atitude nos crucificam. Mais uma vez, estamos sem apoio.
Indisciplina dentro da escola	NA

<b>PROFESSOR 7</b>	
Acesso digital	Acho que para os alunos é a coisa mais importante do mundo. E para alguns professores também,. Poucos, mas há.
Comércio digital	NA
Comunicação Digital	É muito relevante. Precisaríamos de algumas regras de conduta para tornar o processo de comunicação menos agressivo, mais respeitoso.
Letramento Digital	“Não, não sei o que sejam estas palavras em inglês. Vírus sim, isso a gente escuta toda hora. Custei a entender (risos) que tinha a ver com computador e o que era. Uma vez não conseguimos acessar os computadores do laboratório de informática aqui da escola. Um técnico explicou que alguém tinha inserido material com vírus, explicou que podia ser algum pen drive dos alunos infectado. Ele disse que os programas tinham sido corrompidos. Acho que foi meu primeiro contato prático com esta estória de vírus.....(risos). Isso tudo é muito novo “pra” gente, imagina, eu que estou nesta escola desde a inauguração, comecei minha carreira quando ainda usávamos mimeógrafo ( risos). Mas estas outras palavras aí não sei o que significam. Como o mundo está ficando complicado! Se não entendemos, como vamos ensinar (coçando a cabeça com ar de frustração)? Precisamos de um curso. Quando acabar sua pesquisa não podemos fazer uma ação aqui, com os professores?”
Etiqueta digital	Existe? Um guia? Seria ótimo, vou me informar! Isso seria muito útil para nós aqui na escola, divulgar isso entre os alunos e até entre os colegas professores
Lei Digital	Não a conheço. Somente a lei <i>anti-bullying</i>
Direitos e Responsabilidades Digitais	Idem
Saúde e Bem-estar Digitais	Os meninos estão completamente adictos. Uma pena. Não acredito que seja um caminho que possa ser revertido. Estão se tornando escravos da tela, dos <i>likes</i> , dos <i>memes</i> que criam. É uma obsessão por essa tal de <i>selfie</i> que beira a doença.
Segurança Digital	Não acredito que eles estejam preocupados com isso. Nós sim, eles não. Tenho verdadeiros pesadelos com a pedofilia na rede.
Ações de educação para cidadania	NA
Conflito Família X Escola	Constante. Mas a escola vem desenvolvendo ações muito boas com as famílias. Muitas vem. Sempre as mesmas. Algumas não tomam conhecimento.

Indisciplina dentro da escola	Tivemos casos muito ruins nos anos anteriores, inclusive com ofensas a professores. Hoje melhorou muito.
-------------------------------	--